UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

MARCOS RAFAEL DA SILVA

OS PROTOCOLOS ITALIANOS (1892-1898)

(VERSÃO CORRIGIDA)

São Paulo
2017

MARCOS RAFAEL DA SILVA

Os Protocolos Italianos (1892-1898)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em História Social.

Orientador: Profa. Dra. Maria de Lourdes Monaco Janotti

São Paulo

2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S586p Silva, Marcos Rafael
Os Protocolos Italianos (1892-1897) / Marcos
Rafael Silva ; orientadora Maria de Lourdes Monaco
Janotti. - São Paulo, 2018.
248 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de História. Área de concentração:
História Social.

1. Brasil República. 2. Nacionalismo. 3.
Imigração. 4. Diplomacia. I. Janotti, Maria de
Lourdes Monaco, orient. II. Título.

SILVA, Marcos Rafael. **Os Protocolos Italianos (1892-1898)**. Tese (Doutorado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em História.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____
Instituição _____

Julgamento _____
Assinatura _____

Prof. Dr. _____
Instituição _____

Julgamento _____
Assinatura _____

Prof. Dr. _____
Instituição _____

Julgamento _____
Assinatura _____

Prof. Dr. _____
Instituição _____

Julgamento _____
Assinatura _____

Dedico este trabalho aos meus pais, Clemilda e Luis, aos meus irmãos, Ariane, Carlos e Ana, e ao meu sobrinho, Gustavo, com todo o meu amor, admiração e gratidão.

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Maria de Lourdes Monaco Janotti, que nos anos em que tive o privilégio de sua convivência, muito me ensinou com sua habitual amabilidade e erudição, contribuindo para meu crescimento intelectual, científico e pessoal.

Ao Prof. Dr. Aldo Janotti, *in memoriam*, e à Profa. Dra. Suely Robles Reis de Queiroz que com generosidade compartilharam suas pesquisas e conhecimentos comigo.

Às Profas. Dra. Teresa Malatian e Dra. Zilda Gricoli Iokoi pelas importantes contribuições dadas a este trabalho durante o Exame de Qualificação.

Às minhas queridas amigas, Mirian e Tathianni, ao apoio nesses anos todos de convívio, em que dividimos angústias, alegrias e projetos para o futuro.

À querida amiga, Profa. Dra. Marcia Mansor D'Alessio, com quem compartilho as vicissitudes da situação política nacional.

Ao Luiz Felipe e Leonardo, amigos antigos e novos, cujas conversas, regadas a boa bebida, ajudaram a dissipar os problemas cotidianos.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa de História e Historiografia cuja convivência estimulou o gosto pelo estudo e pela pesquisa.

E, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, cuja concessão de bolsa de Doutorado possibilitou a realização deste trabalho.

RESUMO

SILVA, Marcos Rafael. **Os Protocolos Italianos** (1892-1898). 2017. f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

A presente tese estuda as negociações diplomáticas entre Brasil e Itália para solucionar reclamações de imigrantes italianos residentes no país, conhecidas como Protocolos Italianos. Tais reclamações foram organizadas e compiladas pelo Consulado Italiano no Brasil e encaminhadas ao Ministério das Relações Exteriores (MRE) brasileiro, que instituiu comissões mistas para julga-las e o respectivo pagamento de indenizações aos reclamantes. Entre as reclamações constam por violências sofridas, invasão e saque perpetrados contra italianos por forças federais durante a Revolução Federalista; contratos não cumpridos entre italianos e a Administração Pública. No entanto, para efetivar o acordo foi necessária a aprovação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em que parte dos deputados durante várias sessões se opuseram aos Protocolos, afirmando que eles feriam a honra nacional. Assim, intensos debates na Câmara, no Senado e, também, na imprensa foram travados a esse respeito. O zênite da questão foi os conflitos acirrados entre brasileiros e italianos nas ruas de São Paulo motivados pelos Protocolos Italianos. E apesar da intensa mobilização contrária, os acordos foram aprovados e as indenizações pagas. A questão incidiu ainda como ameaça ao poder do presidente Prudente de Moraes, considerando que eles funcionaram como bandeira de reivindicações nacionalistas, manifestadas em discursos parlamentares, lideradas pelo vice-presidente Manoel Vitorino, inimigo político do presidente, e seus seguidores jacobinos. Revelou ainda a repressão exercida sobre o incipiente movimento operário, na medida em que figurou entre os reclamantes italianos aqueles expulsos do Brasil por anarquismo.

Palavras-Chave: Brasil republicano. Imigração. Nacionalismo. Itália. Diplomacia.

ABSTRACT

SILVA, Marcos Rafael. **The Italian Protocols** (1892-1898). 2017. f. Thesis (Doctorate) – Faculty of Philosophy, Linguistics and Human Sciences, University of São Paulo, São Paulo, 2017.

The present thesis investigates diplomatic agreements made between Brazil and Italy to solve claims from Italian immigrants resident in Brazil, known as the Italian Protocols. These claims were organised and compiled by the Italian Consulate in São Paulo and sent to the Brazilian Ministry of Foreign Affairs (MRE), which instituted mixed committees to judge them and their respective indemnity payment to the claimants. Claims reported violence, property invasion and looting perpetrated against Italian immigrants by federal forces during the Federalist Revolution, and also unconcluded contracts between Italians and the public administration. However, the approval by the Members of the Parliament and the Federal Senate was necessary to make these agreements effective. Some of the representatives voted against these Protocols in several sessions, stating that they would offend the national honor. Thus, intense debates on this subject were held in the Parliament, in the Senate and also in press. The top of this issue were the fierce conflicts between Brazilians and Italians on the streets of São Paulo, motivated by the Italian Protocols. Despite intense opposing mobilization, agreements were approved and indemnities paid. This issue also ended up being a threat to the power of President Prudente de Moraes, once the Protocols resulted as an excuse for nationalist claims, expressed in representatives' speeches, under the leadership of Vice-President Manoel Vitorino, political opponent of the President, and his Jacobin followers. It also revealed the repression on the incipient labor movement, which was found in claims by Italians expelled from Brazil under accusations of anarchism.

Keywords: Republican Brazil. Immigration. Nationalism. Italy. Diplomacy.

Sumário

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – A República no Itamaraty	27
1.1 Os Protocolos Italianos no Ministério das Relações Exteriores.....	27
1.2. A Itália diante das reclamações italianas.....	42
1.3. Os Protocolos italianos: o conteúdo dos acordos	84
CAPÍTULO 2 – A República no Congresso Nacional	88
2.1 Um labirinto de reclamações: A Comissão de Diplomacia e Tratados e o voto de Lamenha Lins.....	99
2.2 A recusa da arbitragem.....	107
2.3 O “direito” à expulsão de estrangeiros	127
CAPÍTULO 3 – A República na rua	140
3.1 Um caso que “apaixona os espíritos”	145
2.2 Os <i>meetings</i> e a política exercida à margem	164
3.3 Bala, cortiça e piquete.....	168
3.4 Uma “surpresa agradável”	191
3.5 Novo acordo, novo projeto: desfecho da questão na Câmara dos Deputados .	193
3.6 Os Protocolos no Senado: o injusto federalismo, em nome da “liberdade do progresso”.....	197
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	211
BIBLIOGRAFIA	216
ANEXO.....	226

INTRODUÇÃO

*L’histoire de la civilization est aussi l’histoire même de l’emigration des peuples*¹, escreveu Errico De Marinis, jornalista, publicista e deputado no Parlamento italiano. A emigração, para o autor, é uma história de misérias e dores, de vícios e virtudes, mas antes de tudo, é uma lei das “coisas sociais”, uma fatalidade histórica, uma necessidade imprescritível do passado e do futuro.²

Visão fatalista da História, no final do século XIX encontrou expressão concreta. De fato, o período foi marcado pela experiência da Modernidade, cuja revolução científico-tecnológica, vivenciada principalmente na Europa, mas sentida mundialmente, deslocou milhares de pessoas de seus países, ocasionando “o maior movimento migratório de toda a história”³. Ao mesmo tempo, foi um fenômeno que esteve no “bojo das grandes transformações históricas ocasionadas pelo capitalismo comandado pela Inglaterra”.⁴

Na Itália, onde a população aumentou consideravelmente, a relativa estagnação da produção agrícola, a falta de terras, a lentidão do processo industrial italiano e sua distribuição geográfica desigual fazem que o único remédio para essa superpopulação seja a emigração, primeiro para a própria

¹ MARINIS, E. L’Emigration et la Civilization: nécessité de bons accords politiques et commerciaux entre l’Italie et l’Amérique Latine, et spécialement le Brésil. In.: **Revue Du Brésil**, Paris, v. 1, n. 1, Nov. 1896, p. 6. A *Revue Du Brésil* foi uma publicação quinzenal, lançada em 1896, em Paris, sob a direção do jornalista italiano Alessandro D’Atri, “destinada à defesa dos interesses brasileiros na Europa e à divulgação dos homens e das coisas da nossa terra”, como resenhou o jornal *O Paiz*. Escrita em francês, italiano e espanhol, contou com colaboradores brasileiros, entre eles: Quintino Bocaiuva, Ferreira de Araújo, Afonso Penna, Herculano de Freitas, Rubião Junior, Alfredo Pujol, Afonso Arinos. Cf. **Revue Du Brésil**, Dec. 1896, v. 1, n. 4, dez. 1896, p. 63.

² Ibidem.

³ HOBBSAWN, E. **A era dos Impérios**. São Paulo: Paz e Terra, 1988, p. 14.

⁴ IANNI, C. **Homens sem paz**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972, p. 12.

Europa, França e Suíça, depois para a América.⁵ Não obstante, o crescimento demográfico na Itália não constitui o único elemento explicativo para o fenômeno da emigração contemporânea. Estudos mais recentes têm apontado para outras motivações.

A emancipação das colônias, a abolição da escravidão e a expansão capitalista estimularam a imigração europeia massiva, temporária ou permanente. Isso foi possível porque, simultaneamente, mudanças econômicas e demográficas na Europa – especialmente a setentrional – e o aumento da integração da economia mundial liberaram contingentes significativos de populações dispostas ou obrigadas a migrar.⁶

A emigração italiana para a América Latina tinha, ainda de acordo com Errico de Marinis, a vantagem de a Itália não ter participado da Colonização do “Novo mundo” e, em consequência disso, os países americanos não guardavam ressentimentos contra ela: *notre faiblesse d'un jour et le malaise actuel nous laissent au moins cette consolation que l'Italie au-dela de l'Ocean ne signifie pass opression*.⁷

Os países receptores acomodaram essas novas populações integrando-as aos seus interesses políticos e econômicos. No Brasil, os imigrantes foram direcionados principalmente à lavoura cafeeira paulista e à colonização da parte sul do país.⁸ Somada à nova situação social, com a chegada desses

⁵ GUT, Ph. A Itália de 1815 a 1914. In.: NÉRÉ, J. **História contemporânea**. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988, p. 315.

⁶ GONÇALVES, Paulo Cesar. **Mercadores de braços: riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o Novo Mundo**. São Paulo: Alameda, 2012, p. 19.

⁷ MARINIS, op. cit., p. 6.

⁸ HUTTER, L. M. A imigração italiana no Brasil (séculos XIX e XX). In. BONI, L. A. **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Editora da EST, 1987, p. 74. A historiadora Maria Thereza Petrone lembra, no entanto, que desde o período joanino há a presença de imigrantes europeus, não portugueses, atraídos principalmente pelas vastas áreas desabitadas. Embora, no final do século XIX, esse processo toma nova e intensa proporção, modificando o perfil da população nos países receptores. Sendo que em 1887, pela primeira vez a imigração ultrapassa a casa dos 100 mil que ingressaram no Brasil. Em 1910, o ingresso de imigrantes no Brasil tem sensível queda, entre outras razões pelas restrições à emigração subvencionada para o estado de São Paulo, devido às queixas contra as condições de trabalho nas fazendas de café e contra os fazendeiros que deixaram de pagar em dia aos colonos. Cf. PETRONE, M. T. S. Imigração. In: FAUSTO, B. (org.). **História da Civilização Brasileira: Sociedade e instituições (1889-1930)**. Vol. 9. 8.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 115.

É extensa a bibliografia sobre o processo migratório para o Brasil, citamos, com referência à imigração italiana, além de PETRONE, op. cit. e HUTTER, op. cit.; ALVIM, Z. **Brava gente! Italianos em São Paulo – 1870-1920**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986; BONI, Luis A. de. (org.). **A presença italiana no Brasil**. Vol.

imigrantes a partir da segunda metade do século XIX em diante, tem-se o cenário político dos conturbados anos da jovem República, proclamada em 1889. Essas duas situações darão corpo a muitos conflitos, no que se refere à consolidação do novo regime político e a fixação no país dessas novas populações. De fato, os primeiros anos da República brasileira foram de intensa mobilização por parte daqueles que almejavam se instaurar, e permanecer, no poder.⁹ Sendo, pois,

caracterizado pelas várias decretações de estado de sítio, pelo arbítrio e violência como formas de resolver os desentendimentos da classe dominante e neutralizar as manifestações das contradições entre as diferentes classes sociais.¹⁰

A bibliografia especializada neste período demonstra que o fim do regime monárquico foi resultado mais do desinteresse com a sorte deste, do que propriamente inspirado e motivado pelos ideais republicanos das elites políticas.¹¹ Assim, a expressão “proclamação” serve muito bem ao surgimento do novo regime político no país, tal foi a facilidade com que se instalou.¹² No

1. Porto Alegre: EST, 1987; _____. **A presença italiana no Brasil**. Vol. 2, Porto Alegre: Escola Superior de Teologia/Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990; CENNI, Frederico. **Italianos no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2003; GONÇALVES, op. cit.; HOLLOWAY, Thomas H. **Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo – 1886-1934**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984; MARAN, Sheldon Leslie. **Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro: 1890-1920**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979; RIOS, José Arthur. **Aspectos políticos da assimilação do italiano no Brasil**. São Paulo: Fundação da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1959; TRENTO, A. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil**. São Paulo: Nobel/ Instituto Italiano di Cultura di San Paolo, Instituto Cultural Ítalo-brasileiro, 1988; VANGELISTA, Chiara. **Os braços da lavoura**. São Paulo: Hucitec/ Instituto Italiano Di Cultura, 1991.

⁹ Ver: COSTA, E. V. **Da Monarquia a República: momentos decisivos**. 7.ed. São Paulo: Editora da Unesp, 1999.; JANOTTI, M. L. M. **Os subversivos da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986; QUEIROZ, S. R. R. **Os radicais da República: Jacobinismo – ideologia e ação – 1893-1897**. São Paulo: Brasiliense, 1986; CARVALHO, J. M. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. CARONE, E. **A república velha: evolução política**. São Paulo: Difel, 1971. Para um apanhado das principais tendências historiográficas recentes sobre a Primeira República consultar: FERREIRA, Marieta Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. Estado e oligarquias na Primeira República: um balanço das principais tendências historiográficas. **Tempo**, Niterói, vol. 23, n. 03, set./dez. 2017.

¹⁰ JANOTTI, op. cit, p. 8.

¹¹ Cf. HOLANDA, S. B. **História Geral da Civilização Brasileira: Brasil Monárquico: Do Império à República**. V. 7. 8.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

¹² Cf. JANOTTI, A. Como e porque terminou a Monarquia brasileira. In: **Revista de História**, São Paulo, n. 86, vol. 42, abril-junho de 1971, p. 305. De acordo com a interpretação de Aldo Janotti, a facilidade com que ruíu o edifício monárquico se explica pelo fato de que a Monarquia no Brasil teria cumprido sua finalidade histórica: a unidade nacional.

entanto, a consolidação do novo regime se fará com intensa disputa entre os remanescentes da antiga ordem política, republicanos históricos, jacobinos, neorepublicanos ou adesistas. Tais conflitos excedem o âmbito das esferas do poder, ecoando até as camadas populares, que mesmo desinformadas sobre os novos rumos políticos, sofreram os resultados de uma prática política instável, insuflando os ânimos e acentuando os antagonismos.

Nesta interpretação, a República nasce da conjugação de três forças: uma parcela do Exército - que se considerava o único capaz de moralizar a nação; fazendeiros do Oeste Paulista - que almejavam aumentar sua representação política; e representantes das classes médias urbanas¹³, - novo elemento no jogo político. Nesse contexto de novas ideias, interesses e ideologias, forjaram-se as diretrizes do novo regime.

Deve-se atentar, contudo, para a interpretação de Sérgio Buarque de Holanda, que diverge da apresentada aqui. Segundo o historiador, a atuação dos fazendeiros paulistas não pode ser considerada elemento na análise da passagem do Império para a República, pois somente na República este grupo conquistou espaço político de relevo.¹⁴

Entre novas ideias e soluções aventadas, muitos defendiam o Federalismo, mesmo entre defensores da Monarquia, como Rui Barbosa, e, em última instância, o Separatismo, para resolver os problemas de administração oriundos das grandes distâncias entre os estados, e também, das discrepâncias econômicas e políticas entre esses. São Paulo, estado dos mais ricos, e cuja pequena representação política indignava seus representantes, defendia com veemência sua autonomia política, verificada a partir dos governos civis de Prudente-Campos Sales.¹⁵

¹³ Para as diferentes versões sobre a participação política das classes médias urbanas, sugerimos a leitura de PINHEIRO, P. S. Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política. In. FAUSTO, B. **História da Civilização Brasileira**. V. 9: sociedade e instituições (1889-1930). 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 13-45.

¹⁴ HOLANDA, op. cit.

¹⁵ Maria Thereza Schörrer Petrone demonstrou que graças à lavoura canavieira, foi possível acumular o capital necessário em São Paulo para o investimento na lavoura do café, e para subvencionar a imigração para o estado, o que vai permitir a preponderância econômica e política do estado paulista.

Assim, com a República, após os intensos debates a respeito da natureza do novo regime, o sistema de governo adotado, pois do grupo vencedor, tinha por princípio o federalismo, no qual “os estados que pertencem à União tem amplos poderes de auto-governo, inclusive a autonomia legislativa e o direito de legislar sobre assuntos que não se chocam com a lei federal”. À União cabia os “assuntos de interesse nacional”, quais sejam: o cumprimento da Constituição e das leis federais, o controle sobre a moeda, a formulação da política externa, etc.”¹⁶

Neste arranjo, aparentemente funcional, os interesses dos estados mais ricos se sobrepunham aos demais. Ocasionalmente críticas e conflitos entre os estados, na Câmara Federal. Rio Grande do Sul e Pernambuco, por exemplo, envolveram-se em “um dos mais notáveis” conflitos e que perdurou por seis anos. Começou quando o primeiro taxou as importações de aguardente, um dos principais produtos pernambucanos; o governo de Pernambuco retaliou mediante a taxa sobre o charque rio-grandense. Mesmo entre São Paulo e Minas Gerais, cujos interesses econômicos eram comuns no que se referia à proteção do café, houve conflitos em torno de impostos interestaduais.¹⁷

O primeiro governo republicano, caracterizado pelo nepotismo, pela política do banimento e desterro de inimigos políticos, fim da liberdade de imprensa e de reunião, além de uma política externa de sujeição, enfrentou inúmeros opositores.¹⁸ Contra essas práticas se insurgem diferentes setores – membros da marinha, do exército, cafeicultores e políticos paulistas –, que se unem e articulam uma conspiração contra Deodoro da Fonseca, da qual participou também seu vice, Floriano Peixoto. Esse quadro de instabilidade política se reforça quando Deodoro da Fonseca ordena o fechamento do Congresso em 03 de novembro de 1891. Diante da pressão política, e da presença de navios amotinados no porto do Rio de Janeiro, Deodoro renuncia.

Cf. PETRONE, M. T. S. **A lavoura canavieira em São Paulo**: expansão e declínio (1765-1851). São Paulo: Difel, 1968.

¹⁶ LOVE, Joseph. A república brasileira: federalismo e regionalismo (1889-1937). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem incompleta**: a experiência brasileira (1500-2000). 2.ed. São Paulo: Editora Senac, 2000, p. 123.

¹⁷ Idem, p. 128.

¹⁸ JANOTTI, op. cit., p. 33.

Em seu lugar assume o marechal Floriano Peixoto, que restabelece os direitos constitucionais e acaba com o estado de sítio. No entanto, logo a seguir, Floriano inicia o processo de perseguição aos governadores que haviam apoiado o golpe de Deodoro, colocando em prática suas ideias para um governo forte, a fim de “purificar o sangue do corpo social que, como o nosso, está corrompido”¹⁹. O cenário político não arrefeceu, “e os numerosos atritos ocorridos no período contribuíram para acirrar os ânimos e criar antagonismos irreconciliáveis”.²⁰

Nesse contexto, surge a questão conhecida como Protocolos Italianos²¹, que exigiu intensa mobilização por parte dos governos do Brasil e da Itália para sua solução. Este trabalho circunscreve no tempo essa relação tomando o ano de 1892/1893, quando encontramos na documentação compulsada a origem dos Protocolos.

Segundo José Francisco Rezek, *protocolo* é variante terminológica em língua portuguesa de tratado. *Tratado*, por sua vez, expressa todo acordo formal concluído entre pessoas jurídicas do direito internacional público, no caso, os Estados soberanos. Contudo, talvez fosse mais preciso o uso do termo *projeto* para definir os acordos para solução das reclamações italianas, na medida em que tais ainda estavam sujeitos à variedade de incidentes para sua efetivação.²² De qualquer forma, a expressão “protocolo”, no caso da documentação oficial; “protocolos italianos” ou “protocolo italiano” foram expressões popularizadas na imprensa do período, sendo, portanto, justificável a utilização destes termos no presente trabalho.

Portanto, Protocolos Italianos foi o nome como ficaram conhecidos, no Brasil, os acordos diplomáticos entre o país e a Itália para solucionar

¹⁹ Floriano Peixoto em carta enviada ao general Neiva em 10 de junho de 1887, apud. COSTA, op. cit., p. 402.

²⁰ COSTA, op. cit. p. 402.

²¹ Na documentação da época essa questão aparece ora no singular, Protocolo Italiano, ou simplesmente Protocolo, ora no plural, Protocolos Italianos. Neste trabalho, utilizaremos a expressão no plural, pois se trataram de inúmeros protocolos assinados ao longo das discussões entre os ministros do Brasil e da Itália, para regulamentar e definir tanto as reclamações atendidas como a maneira para fazê-lo.

²² REZEK, José Francisco. **Direito internacional público**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 16-17.

reclamações de imigrantes italianos residentes no território nacional, que previam o pagamento de indenizações aos reclamantes. Essas reclamações remontam ao ano de 1848²³, e são de natureza diversa. Há reclamações com relação à quebra de contrato por parte do Governo Imperial e do Republicano; por danos em propriedades de colonos no sul do país durante a Revolução Federalista; por naturalização indesejada no ato da Proclamação da República, agressões sofridas por italianos expulsos do Brasil, quebra de contratos de trabalho por parte da Administração Pública.

Em 03 de dezembro de 1895 e em 12 de fevereiro de 1896, foram firmados dois Protocolos pelo ministro das Relações Exteriores do Brasil, Carlos de Carvalho, e Roberto Magliano, Ministro Plenipotenciário, enviado ao Brasil pelo rei Umberto I da Itália. O projeto previa o pagamento de indenização aos reclamantes italianos, e despertou discussões que se prolongaram durante todo o ano de 1896, acentuadas por desdobramentos violentos.²⁴

Porém, para a liberação do crédito previsto no projeto era necessário a aprovação do mesmo na Câmara dos Deputados e no Senado. A leitura da documentação produzida permitiu verificar que na Câmara dos Deputados, os Protocolos passaram por três discussões, devido à repercussão do acordo frente a opinião pública da época.

Em 19 de agosto iniciou o segundo debate sobre os protocolos de reclamações italianas na Câmara dos Deputados. O debate foi adiado, porque, como disse o deputado Francisco Glicério na Tribuna, “a matéria havia dado a certa excitação pública no povo desta capital e, portanto, a Câmara, precisando deliberar em condições normais, convinha essa medida de moderação e prudência”.²⁵

²³ A reclamação de Cristóvão Bonini refere-se a contrato celebrado entre este e a Província do Rio de Janeiro em 18 de Setembro de 1848 para a construção da ponte do Penedo na estrada da Estrela, caminho para Petrópolis. Bonini solicitou indenização pelo aumento dos custos na construção da Ponte, a reclamação continuava pendente à época dos Protocolos. Cf. Nota da Legação Italiana ao Governo Brasileiro in BRASIL, Ministério das Relações Exteriores, **RELATÓRIO**, 1896. Rio de Janeiro, p. 130.

²⁴ Cf. **RELATÓRIO** apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Sr. Carlos Augusto de Carvalho – 1896. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1896, pp. 59-60.

²⁵ **O Commercio de São Paulo**. Ano. IV, n. 1040, São Paulo, 19/08/1896, p. 1.

As tensões culminaram no conflito de rua do dia 22 de agosto, depois que a Câmara Federal, no Rio de Janeiro, aprovara em segunda discussão, os termos do acordo. Ao saber da notícia da decisão favorável aos protocolos, a população da Capital paulista toma às ruas para protestar, queimando bandeiras e lenços com as cores da Itália. Liderados pelo Conde de Brichanteau, cônsul italiano em São Paulo, que na ocasião teria dado “vivas” à Itália e “morras” ao Brasil, um grupo de italianos vai às ruas se manifestar contrariamente aos paulistas. Os choques seguem intensos entre brasileiros e italianos.²⁶ Os conflitos resultaram em mortes, pessoas feridas, prisões e na redação do *Fanfulla* assaltada.²⁷

Deste modo, os Protocolos italianos são o resultado das negociações diplomáticas realizadas entre os governos do Brasil e da Itália. Contudo, essas negociações foram acompanhadas por intensas manifestações de apoio ou recusa na imprensa, na Câmara dos Deputados, no Senado Federal, e entre certas camadas da população, sobretudo em São Paulo.

Nos discursos parlamentares e nos artigos da imprensa contrários aos Protocolos, emergem sentimentos nacionalistas, de desprezo em relação à sorte dos imigrantes italianos, de indignação frente ao que chamaram de fraqueza de caráter do governo brasileiro, e taxaram como oportunistas as reivindicações do governo italiano, citando inclusive a situação política vivenciada na Itália para fortalecer seus argumentos.

Segundo esses políticos, incluindo Enéas Martins, a Itália estaria se beneficiando ilicitamente da questão ao exigir uma indenização desproporcional às reclamações. E, nesse sentido, a indenização, denunciava

²⁶ Cf. **O Commercio de São Paulo**, 24/8/1896, p. 1. Segundo o jornal, um total de 3 mortos, 4 feridos graves, 33 leves, e 115 prisões contabilizaram os incidentes daquele dia. A presença da polícia, e do exército, assegurou o fim dos conflitos diretos. Na mesma edição que reproduziu *O Estado de S. Paulo*, vai pedir calma aos mais exaltados, ao mesmo tempo em que acusa os agentes consulares, e os italianos, pelos incidentes: “Agora já não são mais brasileiros, que, dentro do seu país, protestam contra este ou aquele ato, inspirados no seu patriotismo e apoiados na sua própria responsabilidade. São estrangeiros que nos agredem, inspirados e dirigidos pela responsabilidade ostensiva de agentes oficiais de governo”

²⁷ CONSOLMAGNO, Marina. **Fanfulla**: perfil de um jornal de colônia. São Paulo, 1993. 400 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, p. 209.

o *Commercio de São Paulo*, “não é mais um direito, mas uma indústria das mais lucrativas: indústria que tem o seu pessoal, e o seu mecanismo já montado entre nós”.²⁸

Além disso, a rede diplomática e a política dos cônsules e diplomatas italianos em relação aos emigrados têm uma sensível mudança. Se até a década de 70 o emigrante era visto com indiferença pelo Estado Italiano, a partir do governo de Francesco Crispi a emigração passou a ser vista como meio para promover trocas comerciais entre a Itália e outros países.²⁹

É válido destacar, contudo, que esses conflitos não envolveram apenas a esfera governamental, entre Brasil e Itália, mas também outros setores das camadas sociais urbanas, de cidades com forte presença do imigrante italiano. Para a análise ser representativa, faz-se necessário incluir as capitais do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, na medida em que foram nessas cidades que muitas reclamações originaram-se e que as comissões mistas analisaram sua procedência, além é claro de São Paulo, palco dos conflitos diretos entre italianos e brasileiros. Em São Paulo, a onda de xenofobismo, motor dos conflitos, chega com força total³⁰. E era justamente o grupo paulista que defendia a aprovação dos Protocolos para a rápida normalização do fluxo migratório para o Brasil. Todavia, de acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, a questão dos protocolos, para além do pagamento de indenização às vítimas italianas, se revestiu de um jogo de forças políticas nos âmbitos Legislativo e Executivo:

Do fato de ter a rejeição dos protocolos posto em crise todo o ministério, e de não ter ela começado pelo ministro do exterior, conclui Ferreira de Araújo que estão justificados os que diziam que não só de protocolos se tratava, mas que estavam em campo questões políticas e partidárias que mais que elas insuflavam os espíritos.

Lembra que o Dr. Carlos de Carvalho não foi derrotado no Congresso. Enquanto aparentemente só se tratou dos protocolos, o ministro do exterior teve maioria. Sobrevieram depois os

²⁸ *O Commercio de São Paulo*, ano IV, n. 1049, 28/8/1896, p. 1.

²⁹ Cf. IOTTI, L. H. **Imigração e poder**: a palavra oficial sobre os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (1875-1914). Caxias do Sul, RS: Educs, 2010, p. 31.

³⁰ ALVIM, op. cit.; CONSOLMAGNO, op. cit.

acontecimentos de S. Paulo. Os protocolos foram então rejeitados, mas tudo leva a crer que o próprio governo aconselhou a rejeição.³¹

Para resolver a questão, o rei Umberto I enviou ao Brasil, em 06 de setembro de 1896, Renato De Martino - nomeado ministro plenipotenciário, e que já fora representante da Itália no Rio de Janeiro, e, portanto, conhecedor de nosso país e das questões políticas nacionais. Ele chega em 23 de setembro, cercado de grande especulação sobre suas intenções em relação ao Brasil. Temia-se, e isso era noticiado amplamente pela imprensa, que De Martino viesse com um “ultimatum”. O fato de chegar ao Rio de Janeiro num encouraçado de guerra, o “Piemonte”, era tomado como indicador dessa intenção.³² Contudo, as negociações foram encerradas de forma pacífica entre os dois países.³³

O acordo final foi assinado em 19 de novembro de 1896 entre De Martino e o novo ministro das Relações Exteriores do Brasil, Dionísio de Castro Cerqueira. O documento estipulava ao Brasil pagar a soma de quatro mil contos de réis (4.000.000\$000) como indenização às pessoas físicas e jurídicas com reclamações analisadas e deferidas pelas comissões encarregadas.³⁴

Porém, um ponto nos Protocolos causou polêmica e descontentamento entre autoridades italianas. Tratava-se do artigo 5º, que versava sobre a competência para o julgamento de futuros casos envolvendo estrangeiros. As autoridades consulares não poderiam mais atuar oficialmente em defesa dos seus compatriotas. Contudo, é importante lembrar o decreto de número 58, de

³¹ Cf. **O Estado de S. Paulo**, 1/9/1896, p. 1.

³² A estadia do diplomata, bem como as visitas e conferências foram noticiadas com grande destaque pela imprensa da época. Cf. **O Commercio de São Paulo**, 23/9, 24/9, 25/9, 26/9, 27/9, 29/9, 30/9, 1/10, 7/11, 10/11, 14/11, 17/11, 18/11, 19/11, 20/11.

³³ Segundo o jornal monarquista **Autoridade**, reproduzindo artigo publicado em Buenos Aires, era intenção da Itália era declarar guerra ao Brasil caso a questão dos protocolos não fosse atendida a contento. O artigo frisava ser essa uma questão moral, mais do que material, na medida em que era a “honra” da Itália que estava sendo ofendida pela recusa em aceitar as reclamações, bem como, reconhecer os direitos dos italianos no Brasil. Cf. **Autoridade**, 27/09/1896, 04/10/1896. Nesse sentido, cabe frisar a necessidade de consultar os arquivos italianos para verificar essa colocação. Bem como, entender os Protocolos Italianos também na perspectiva da Itália.

³⁴ Cf. **O Commercio de São Paulo**, 22/11/1896, p. 1.

1890, que previa a grande naturalização dos estrangeiros no Brasil. Desse modo, uma vez naturalizados, os italianos perdiam a proteção consular da qual tinham direito.³⁵

Assim, além de uma questão, a princípio apenas diplomática, vinculada às relações entre o Brasil e a Itália, os Protocolos Italianos, em última instância, se caracterizaram por um processo político-social extremado, pois envolveram vários segmentos da sociedade brasileira.

Portanto, o presente trabalho procurará situá-los no quadro político extremamente tenso provocado pelas oposições ao governo de Prudente de Moraes, assumindo, em alguns momentos, ameaça concreta ao seu poder.

As referências aos Protocolos Italianos na historiografia consultada são esparsas. Analisar-se-á, a seguir, alguns autores que se debruçaram sobre a questão, reunindo-os em dois grupos, de acordo com o enfoque das obras. No primeiro grupo, os Protocolos aparecem de forma ilustrativa para enaltecer, ou difamar por sua atuação no episódio este ou aquele político, sem apresentar uma interpretação sobre os acontecimentos. Como testemunhos contemporâneos daqueles eventos, caracterizam-se por destacar o papel de personalidades na condução do novo regime. No segundo grupo, os trabalhos mais recentes tratam os Protocolos relacionando-os aos conflitos políticos do período, oferecendo versões e opiniões diversas.³⁶

³⁵ Sobre a questão da naturalização de imigrantes lembramos que ela entra como uma das categorias de reclamações que fazem parte dos Protocolos, cf. citação 27.

³⁶ Pertencem ao primeiro grupo os trabalhos de: SOARES JUNIOR, R. **Jorge Tibiriça e sua época**. 2.vol. São Paulo: Companhia Editorial, 1958, p. 398-403; ARAÚJO, E. **Através de Meio Século**. São Paulo: s.e., 1932, p. 97-100; EGAS, E. **Galeria dos Presidentes de São Paulo**, vol. 2. São Paulo: Secção de obras do Estado de S. Paulo, 1927, p. 102-104; MONTEIRO, Tobias. **O presidente Campos Salles na Europa**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1983; VIANA FILHO, L. **À margem d'Os Sertões**. Salvador/BA: Progresso, 1960, p. 21. No segundo grupo, encontram-se: ALVIM, op. cit.; BUENO, Clodoaldo. **A República e sua política externa**. (1889-1902). São Paulo: Editora da Unesp; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 1995; CERVO, A. **As relações históricas entre o Brasil e a Itália: o papel da diplomacia**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Instituto Italiano di Cultura, 1992; CONSOLGMANO, op. cit.; CARONE, op. cit.; FAUSTO, B. **Trabalho urbano e conflito social: (1890-1920)**. 4.ed. São Paulo: DIFEL, 1896; HAHNER, June E. **Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil – 1870-1920**. Brasília: Ed. UnB, 1993; JUNQUEIRA, Marili Peres. Questões italianas: uma esquecida relação diplomática no final do século XIX. **Revista Outros Tempos**, São Luis, vol 06, n. 07, p. 33-52, jul. 2009; SOBRINHO, B. L. **Presença de Alberto Torres: sua vida e sua obra**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968, 139-140; JANOTTI, op. cit.; QUEIROZ, op. cit.; WISSENBAACH, Maria Cristina Cortez. Da

Em *Jorge Tibiriça e sua época*, Soares Junior tende a apresentar a questão como problema conjuntural, “atenuada em tempo e antes que viesse a produzir resultados suscetíveis de comprometer as relações entre dois países amigos”.³⁷ Além disso, expõe a questão dos protocolos como uma herança maldita, que Prudente de Moraes tivera que expurgar. Insiste no papel preponderante que teve o então presidente do Estado de São Paulo, Campos Sales, na resolução do conflito.³⁸

O jornalista e historiador Tobias Monteiro, admirador de Prudente de Moraes e secretário particular de Campos Sales, mencionou o fato de os Protocolos italianos terem sido utilizados, pela oposição, como instrumento desestabilizador do Governo: “levantou-se grande clamor contra esse ajuste [o acordo assinado em fevereiro de 1896], assaz explorado pela oposição ao Governo, e o Congresso negou-se a aprová-lo.” Lembrou-se dos muitos incidentes diplomáticos produzidos pela Revolta da Armada, cita, por exemplo, a indenização de 1.000 contos de réis que o Governo de Floriano Peixoto teve que pagar pelo fuzilamento de dois franceses, Buette e Müller.³⁹

Lima Sobrinho expõe o problema explicando as articulações internas da negociação diplomática, bem como a tramitação no Legislativo brasileiro sobre a procedência do pedido de indenização. Menciona três discussões dos Protocolos na Câmara Federal, sem, no entanto, aprofundar as explicações que motivaram ora sua aprovação, ora sua recusa. Comenta também a repercussão das discussões parlamentares nas ruas e o “incidente” que levou à morte “figura popular em São Paulo, o negro Leôncio, ex-escravo do Conselheiro Leôncio de Carvalho”.⁴⁰ Ainda segundo Lima Sobrinho, tal episódio motiva a esposa do Coronel José Piedade a compor uma valsa intitulada *Abaixo o Protocolo!* Lima Sobrinho também dá notícias dos desentendimentos entre os Ministros das Relações Exteriores, Carlos de Carvalho, e o da Justiça

escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. In.: SEVCENKO, Nicolau. (org.) **História da vida privada no Brasil**. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 49-130.

³⁷ SOARES JUNIOR, op. cit., p. 403.

³⁸ Idem, p. 401.

³⁹ MONTEIRO, op. cit., p. 42.

⁴⁰ LIMA SOBRINHO, op. cit., p. 140.

e Negócios Interiores, Antonio Gonçalves Ferreira, que culminaram no pedido de demissão de ambos, apanhados pelo refluxo da questão.⁴¹

Edgar Carone, por sua vez, tratou a questão dos protocolos como uma pendência resolvida. Ressalta a atitude “intrigante” do Conde Brichanteau, destacando a questão dos Protocolos no cenário conflituoso do governo de Prudente de Moraes.⁴²

Na perspectiva dos jornais que se posicionaram pró ou contra a aprovação dos protocolos, de acordo com sua orientação ideológica, há o estudo de Marina Consolmagno sobre o *Fanfulla*, jornal de orientação liberal-republicana, que apoiava Floriano Peixoto e os jacobinos, mudando de posição durante os conflitos gerados pelos Protocolos.⁴³ A autora discute os Protocolos do ponto de vista do jornal, e demonstra a preocupação de seus editores com a defesa dos direitos dos imigrantes italianos, desde que asseguradas as instituições republicanas, de quem eram ferrenhos defensores. Além disso, demonstrou a adequação o jornal aos interesses da elite econômica italiana. Pois que “o grupo de intelectuais responsável pelo jornal mais lido pelos italianos, em São Paulo, compartilhava dos interesses de setores da burguesia italiana e pretendia colocar a população italiana residente no Brasil a seu serviço”.

A socióloga Marili Peres Junqueira destaca o fato de os Protocolos Italianos terem recebido pouco espaço na bibliografia especializada sobre a imigração italiana no Brasil, sendo mesmo uma questão esquecida.⁴⁴

O historiador Boris Fausto nos informa, indiretamente sobre os Protocolos, na medida em que esse episódio pouco ajuda a explicar as relações de trabalho na cidade de São Paulo. Para o autor não era identidade nacional ou nacionalismo exacerbado, que incitava os ânimos dos grupos

⁴¹ Idem, p. 139.

⁴² Cf. CARONE, op. cit., p. 169.

⁴³ Cf. CONSOLMAGNO, op. cit., p. 334.

⁴⁴ Cf. JUNQUEIRA, op. cit. p. 33, passim.

pobres nacionais e estrangeiros, que entraram em conflito nesse momento, mas sim a falta de trabalho.⁴⁵

Os confrontos físicos se deram nos bairros de Santa Cecília, Brás, Bexiga⁴⁶, considerados eminentemente operários. A presença de trabalhadores negros no bairro do Bexiga ajuda na explicação do conflito do ponto de vista do trabalho, ou da concorrência por trabalho, na perspectiva adotada por Boris Fausto.

É necessário evidenciar o fato de que os Protocolos foram apresentados sempre na perspectiva de um problema conjuntural, que fora em tempo resolvido.⁴⁷ Ou ainda, um problema que não afetou substancialmente o fluxo imigratório⁴⁸, ou que abalou apenas momentaneamente as relações diplomáticas entre duas nações irmãs.⁴⁹ No entanto, ao analisar-se a documentação produzida acerca desses eventos, evidenciam-se a indignação, os vários protestos, os confrontos de rua, ou seja, a amplitude dos Protocolos naquele contexto histórico.

Zuleika Alvim em *Brava Gente* localiza a origem dos Protocolos em 1892, quando ocorreu a prisão arbitrária do capitão do navio italiano *Pietro I*, Mário Anatra, acusado de contravenção das leis marítimas e por isso detido pela guarda aduaneira do Porto de Santos. Semanas depois, ele veio a falecer de febre amarela, agravada pela idade avançada e pelos maus tratos sofridos no cárcere. Outro caso relacionado ao episódio anterior se deu com a invasão e, conseqüente, maus tratos da tripulação da embarcação italiana, *Mentana*, pela guarda aduaneira. Relaciona, portanto, os Protocolos aos conflitos entre nacionais e estrangeiros que marcaram o período, uma “onda de xenofobia”, segundo a autora.⁵⁰

⁴⁵ Cf. FAUSTO, op. cit., p. 33-34.

⁴⁶ **O Estado de São Paulo**, 24/8/1896, p. 1.

⁴⁷ CARONE, op. cit.; LIMA SOBRINHO, op. cit.; EGAS, op. cit.; SOARES JUNIOR, op. cit.

⁴⁸ Cf. ALVIM, op. cit.

⁴⁹ Cf. CERVO, op. cit.

⁵⁰ Cf. ALVIM, op. cit., p. 50.

Enquanto isso, June E. Hahner localiza a questão dos Protocolos italianos como expressão da dificuldade de Prudente de Moraes em reprimir os levantes nativistas em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo. Somente um governo estável atrairia banqueiros e os investimentos estrangeiros, de acordo com o entendimento do presidente da República. Como observa a autora, “a veemência e a fúria dos ataques dos jacobinos aos portugueses como a causa da reação reverteriam a raiva contra Prudente de Moraes assim como quando os jacobinos frustrados o atacavam não somente por obstruir reformas mas, também, por anular atos do regime de Floriano Peixoto”.⁵¹

Em *Os Subversivos da República*, Maria de Lourdes Monaco Janotti analisa a atuação e ideologia do movimento monarquista. Para a autora os Protocolos italianos desencadearam nova crise política no governo Prudente de Moraes. Na perspectiva dos monarquistas, a questão ressalta a humilhação que a República trouxe ao país perante a prepotência estrangeira. Para os jacobinos, sobretudo aqueles ligados a Manuel Vitorino, vice-presidente da República, a agitação em torno dos Protocolos ofereceu oportunidade para tramar a queda de Prudente de Moraes.⁵²

O movimento jacobino é analisado em *Os Radicais da República*, de autoria de Suely Robles Reis de Queiroz. Na parte que se intitula “Tessitura do quadro histórico” a autora cita a questão dos Protocolos, mencionando o incidente de queima de bandeiras com as cores da Itália por estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo e o revide do Conde Brichanteau, dando “vivas à Itália e morras ao Brasil”. Não obstante as críticas em torno dos Protocolos, os interesses cafeeiros falaram mais alto, segundo a autora, e conseguiu-se o acordo. “Aos olhos do jacobinismo, entretanto, tais sucessos representavam atentados à soberania nacional.”⁵³

Em obra que analisa a política externa dos anos iniciais da República brasileira, Clodoaldo Bueno comenta os Protocolos Italianos, a partir das atas do Senado Federal. O autor, partindo do discurso do senador maranhense

⁵¹ HANHER, op. cit., p. 156.

⁵² Cf. JANOTTI, op. cit., p. 120-122.

⁵³ QUEIROZ, op. cit., pp. 38-42.

Gomes de Castro, percebeu que para o senador os Protocolos expressavam a fraqueza do país no concerto internacional. Segundo o parlamentar, a Itália exige reparação não pela medida da ofensa, mas pela fraqueza do real ou suposto ofensor.⁵⁴

Os Protocolos italianos, portanto, não foram estudados em sua globalidade, sendo absorvidos em temáticas gerais que lhe conferem importância restrita. Neste caso, pelo contrário, há intenção de alargar os horizontes interpretativos ao relacioná-los com a histórica diplomática, o culto jacobino, ao nacionalismo e os movimentos da classe trabalhadora.

Assim, o primeiro capítulo, a República no Itamaraty, ao se debruçar sobre as relações entre os dois países, se relaciona, portanto, à área de história das relações internacionais do Brasil⁵⁵, no período republicano, e utiliza necessariamente para sua escrita a documentação produzida pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), alocada no Arquivo Histórico do Itamaraty. Dividido em duas unidades, uma no Rio de Janeiro e outra em Brasília, o Arquivo guarda documentos que remontam ao início do século XIX, sendo possível encontrar, no entanto, documentos do Brasil Colônia.⁵⁶ O objetivo do capítulo foi mostrar como os protocolos italianos, na ótica do MRE e, conseqüentemente, do Governo Federal, expressaram o esforço de inserir o Brasil no “concerto das nações civilizadas” por meio do atendimento às doutrinas do Direito Internacional. Ainda que não descurasse, obviamente, a preocupação com o comércio e dos negócios brasileiros no exterior.

⁵⁴ BUENO, op. cit., p. 49.

⁵⁵ A produção historiográfica sobre relações internacionais do Brasil foi discutida em artigo publicado em 1993, pelo diplomata e sociólogo Paulo Roberto de Almeida. Nesse artigo, o autor analisa cinco autores que trataram, em síntese, dos assuntos internacionais no país, discutindo mais detidamente quatro obras, apontando diferenças e semelhanças na abordagem da história do Brasil sob o prisma das suas relações com o exterior, são elas: *A Política Exterior do Império*, de Pandiá Calógeras (1927/1933); *História Diplomática do Brasil*, de Helio Vianna (1958); *História Diplomática do Brasil*, de Carlos Delgado de Carvalho (1959); e finalmente, *História da Política Exterior do Brasil*, de Amado Cervo e Clodoaldo Bueno (1992). Cf. ALMEIDA, Paulo Roberto. Estudos de relações internacionais do Brasil: etapas da produção historiográfica brasileira, 1927-1992. In **Revista Brasileira de Política Internacional**. n. 36 (1): 11-37, janeiro-junho de 1993.

⁵⁶ As duas unidades dividem o acervo em períodos históricos distintos: no Rio de Janeiro estão os documentos mais antigos (início do século XIX, mas contendo documentação desde o período colonial, até 1960), em Brasília aqueles produzidos de 1960 em diante. Cf. PENNA FILHO, Pio. A pesquisa histórica no Itamaraty. In **Revista Brasileira de Política Internacional**. n. 42 (2): 117-144 [1999].

O segundo capítulo, a República no Congresso Nacional, considerando a política externa “a face externa de uma única política, isto é, de uma única realidade”⁵⁷, ocupar-se-á das repercussões internas vislumbradas no jogo político partidário que envolveu a discussão dos Protocolos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Para tanto, recorreu-se aos Anais da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, no período de 1892 a 1898.

A República na Rua pretende analisar as manifestações ocorridas em São Paulo, principalmente, desde 1892 culminando nos confrontos físicos havidos agosto de 1896, elementos do terceiro capítulo. A intenção é considerar esses eventos como expressão de uma participação política exercida à margem, porquanto os canais institucionais encontrarem-se fechados às camadas populares. Além de artigos jornalísticos, crônicas e textos memorialísticos que forneceram informações pertinentes ao objeto da pesquisa, foram utilizados igualmente textos literários que permitiram entrever aspectos simbólicos presentes no imaginário da população paulistana envolvida, direta ou indiretamente, nos acontecimentos em torno dos Protocolos Italianos.

⁵⁷ BUENO, op. cit., p. 22.

CAPÍTULO 1 – A República no Itamaraty

1.1 Os Protocolos Italianos no Ministério das Relações Exteriores

Em Itamaraty:
O *ministro*. – Mas dizem que V. Ex. ultimamente tem-se manifestado a favor da rejeição dos protocolos?
Ele. – Não é exato. Em primeiro lugar, eu só me manifesto constitucionalmente. Em segundo lugar, ainda não tenho opinião formada, porque ainda não sei bem o que quer a tropa!
O *ministro*. – Agradeço a V. Ex. essa manifestação de confiança!
Ele. – Não há de que!⁵⁸

As negociações com vistas a dar solução às reclamações de imigrantes italianos envolveram por seu vulto, seja no número expressivo delas, no valor solicitado, ou na atuação do Consulado italiano para liquidá-las, os poderes Executivo e Legislativo brasileiro, além de diferentes segmentos da sociedade. A anedota tomada como epígrafe faz referência, ainda que caricaturalmente, ao tipo de relação estabelecida entre os poderes, entre um deputado que apesar de se manifestar “só constitucionalmente” aguarda saber o que sua bancada política “quer”, e um Ministro cuja habilidade diplomática foi expressa por ouvidos moucos; além de realçar a popularidade adquirida pelos Protocolos Italianos naquele momento. Para entender esta relação faz-se necessário esmiuçar os caminhos que os Protocolos italianos trilharam dentro do Ministério

⁵⁸ *Gazeta de Notícias*, 16/08/1896, p. 2.

das Relações Exteriores Brasileiros ao responder às demandas do Consulado italiano.

As relações entre Brasil e Itália remontam ao início do Império no Brasil, antes mesmo da unificação italiana de 1861. Contudo, foi com o fluxo imigratório para o Brasil, sobretudo no final do século XIX, que essas relações se tornaram mais intensas e, por isso, mais complexas, porque os elementos que a compõem diversificaram-se.⁵⁹

Além disso, foi momento decisivo para a constituição de relações capitalistas de produção, por meio da abolição da escravidão e das levas de imigrantes.⁶⁰ Acontecimentos que somados a mudança do regime político definiram o atual quadro em que se assenta o Brasil e os brasileiros. A mudança de regime político trouxe necessariamente a mudança na estrutura do Poder Executivo. A Chancelaria brasileira passa por modificações internas e reorientações em suas políticas, consonantes com o novo regime.⁶¹

Outro aspecto importante para o entendimento da emigração italiana para o Brasil, e das dificuldades inerentes à experiência, consiste nas tentativas de fugas de colonos, de sequestros de mulheres e crianças pelos fazendeiros, dos muitos pedidos de ajuda aos escritórios consulares.⁶²

Em longa Mensagem Presidencial endereçada ao Congresso Nacional e reproduzida pela *Gazeta de Notícias*,⁶³ Prudente de Moraes detalhou os problemas que, em sua opinião, assolavam o país; além de apresentar os caminhos para superá-los. Seriam eles: fim dos conflitos no Rio Grande do Sul; anistia a todos os envolvidos direta ou indiretamente; Ilha da Trindade; questão

⁵⁹ CERVO, op. cit., p. XV.

⁶⁰ Cf. FAUSTO, op. cit. p. 13-passim.

⁶¹ BUENO, Clodoaldo; CERVO, Amado. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Editora da UnB, 2008, p. 162. Deve-se frisar, de acordo com os autores, que por “americanização” não se deve entender apenas aproximação com os Estados Unidos, mas também a inauguração de uma política de fraternidade no contexto sul-americano; o Tratado das Missões firmado com a Argentina é exemplo dessa política.

⁶² TRENTO, Do outro lado..., op. cit., p. 38.

⁶³ **Gazeta de Notícias**, 15^o05/1896, p. 1. Segundo o jornal, “documento importantíssimo, em que, ao lado dos males de que sofremos, e que o chefe do Estado não procura ocultar, vem indicados os remédios que ao seu esclarecido espírito e provado patriotismo parecem mais próprios para saná-los.”

do Amapá; epidemia de febre amarela na capital federal; situação financeira e fiscal; acordos bilaterais com países da América do Sul (Chile, Uruguai, Bolívia, Argentina); tratado de comércio com Portugal, Holanda, Japão; a instrução pública; ensino superior; projeto de lei para regulamentar o Artigo 6º da Constituição sobre intervenção federal nos estados.

Apresentou ainda “outras reformas reclamadas por diversos serviços”, como: uniformização das regras e preceitos relativos à naturalização; estabelecimento do processo para a perda e reaquisição dos direitos políticos; revisão da lei eleitoral, principalmente na parte concernente ao processo de alistamento de eleitores; regulamentação do estado de sítio; casos e formas por que devem ser prestados aos Estados os auxílios de que trata o art. 5º da Constituição; e reorganização da guarda nacional, que naquele momento eram regidas por disposições diferentes e sem a necessária homogeneidade.

Insistiu na urgência na criação de lei que regulamentasse o sorteio e o alistamento para o serviço militar. Na medida em que a Constituição aboliu o recrutamento forçado, determinando que o Exército e a Armada se constituam pelo voluntariado sem prêmio, e segundo a necessidade, por sorteio previamente organizado. Alegou, no entanto, que a experiência mostrou que o voluntariado sem prêmio não fornecia o número de homens necessários, sendo premente tomar providências que “habilitem o governo a elevar, com a necessária rapidez, o efetivo dos corpos do exército e da armada, nos casos extraordinários em que para isso estiver autorizado.” Enfatizou a necessidade de reorganização do Exército como um todo, detendo-se demoradamente nesse assunto.

Sobre os Protocolos italianos afirmou:

Com espírito de justiça e equidade, procurou o governo liquidar uma grande massa de reclamações de estrangeiros, em favor dos quais, por vezes, a ação oficiosa da diplomacia quase se confundira com a oficial. É de crer, porém, que as normas e as tradições do direito internacional terão inteira aplicação também na América do Sul. No protocolo firmado em 12 de fevereiro ultimo, para a solução das reclamações italianas, abriu-se caminho para uma outra fase das relações entre o Brasil e a Europa.

Sobre o serviço de introdução de imigrantes:

O serviço de introdução de imigrantes continua a ser feito pela companhia Metropolitana, em virtude do contrato de 2 de agosto de 1892.

O governo se esforça por tornar efetiva a autorização que lhe foi concedida na lei do orçamento vigente para transferir aos Estados por ajuste ou rescindir, mediante acordo, o contrato celebrado com aquela companhia.

Durante o ano findo entraram nos diversos portos da República 164,371 imigrantes.

Transferidas, como foram, para os Estados as terras devolutas, não ficaram à União terrenos a colonizar; teve por isso de passar também o serviço de localização dos imigrantes aos Estados, alguns dos quais não se achavam para isso suficientemente preparados.

A União ficou unicamente reservada a incumbência de transportar imigrantes, alojá-los na chegada e dar-lhes o destino escolhido por eles.

Desse sistema, criado pela legislação em vigor, já vão aparecendo sérios inconvenientes e maiores ainda poderão surgir.

Levas de imigrantes chegam às vezes com destino a Estado que não os pode receber; e o governo federal, que não possui colônias para onde os possa encaminhar, vê-se forçado a conservá-los nas hospedarias, excedendo por vezes a lotação destas, até que mudem os imigrantes de resolução, ou sejam atropeladamente medidos lotes, no Estado preferido, para neles serem localizados. Outros Estados que não tem corrente imigratória, ou que não a tem suficiente para as necessidades de sua lavoura, começam a mandar agentes seus aos centros de emigração na Europa, sem que sobre esse serviço possa o governo federal ter ação, quando a ele cabe velar pelos interesses internacionais que serviços dessa ordem naturalmente criam.

É mister, pois, reorganizar todos esses serviços, de modo que desapareçam tais inconvenientes.

Há, nesse sentido, o embate na Mensagem do Presidente entre a prática de introdução de imigrantes, feita sob a tutela dos Estados, e que segundo Prudente de Moraes tem trazidos certos inconvenientes, como o de enviar agentes aos centros de Emigração na Europa, neutralizando deste modo a ação do Governo Federal e gerando conflito de funções na medida em que é ao Executivo que cabia zelar pelos “interesses internacionais que serviços dessa ordem criam”.

Segundo Trento, os anos de 1896 e 1897 são de crise e de aguçamento das denúncias contra a emigração subsidiada. Uma saída para garantir a vinda

de emigrantes foi percorrer a Sardenha, confiando no isolamento da região, cujos ecos das polêmicas e dos protestos da imprensa pouco ressoaram.⁶⁴

Ate mesmo sob o aspecto meramente econômico, todavia, as coisas pioraram notavelmente a partir da metade dos anos 90, com a crise de superprodução: o número de reclamações apresentado ao consulado italiano de São Paulo, que já era superior a 5.000 entre 1892 e 1896, aumentou consideravelmente nos anos seguintes.⁶⁵

No Brasil, a Proclamação da República⁶⁶, por seu caráter pacífico, teve boa acolhida no exterior. No entanto, após os desentendimentos entre Deodoro e o Congresso, culminando com o fechamento deste, a posse de Floriano Peixoto, que não conseguiu evitar e, talvez, provocou novos momentos de instabilidade política e econômica – com a reforma de Rui Barbosa, por exemplo – tornou a opinião internacional reticente quanto ao futuro do novo regime, que na ocasião da proclamação foi tido como a inauguração da “idade de ouro” na história do país.⁶⁷

Neste sentido, José Maria Bello, intérprete da história da República, percebeu que apesar de um Brasil despovoado e pobre, com seus portos assolados pela febre amarela, o Império sob D. Pedro II conseguiu impor certo respeito às grandes Potências que, por conhecer apenas sua superfície, supunham o Brasil apartado dos conflitos políticos habituais na América Latina. A República instalada, com suas agitações partidárias, dissolução do Congresso, Revolução Federalista, Revolta da Armada desfez essa imagem, atrelando o novo regime às “nações semibárbaras, de aventuras financeiras, de

⁶⁴ Idem, p. 40.

⁶⁵ Idem, p. 51.

⁶⁶ Nelson Werneck Sodré, chama a atenção para o contraste entre os seus acontecimentos quase irrelevantes da Proclamação da República contrastados com a profundidade de suas raízes. Cf. SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1971, p. 292.

⁶⁷ A ideia de que a República inauguraria uma idade de ouro no país está presente no artigo do *The Times* de Londres, de 21 de maio de 189 e citado in CERVO; BUENO, op. cit., p. 157. A ruína dessa visão se inicia com a Revolta da Armada e a Revolução Federalista, no que elas tiveram de violência, repressão e açodamento às insatisfações de toda ordem.

pronunciamentos, de tiranos e de caudilhos”⁶⁸, referindo-se às repúblicas latino-americanas.

A despeito da comparação que indica uma postura preconceituosa em relação às repúblicas latino-americanas, a análise ajuda a perceber o contraste entre um Império pacífico, de povo ordeiro, e de outro, uma República que se assemelha às suas vizinhas, caracterizada pela violência, desmandos e arbitrariedades. Nesse sentido, a opinião pública internacional parece corroborar para desacreditar o novo regime. E com o caso dos Protocolos, essa tendência se acentua e torna o país ainda mais enfraquecido no cenário internacional.

De um ponto de vista mais geral, a política externa na Primeira República⁶⁹ se caracterizaria pela “época dos “grandes alinhamentos”, na qual a aliança com os EUA, a defesa dos interesses do café e o pan-americanismo imprimem sua marca à política externa”.⁷⁰ A primeira Conferência Pan-Americana, ocorrida em Washington no ano de 1889, é exemplo claro dessa mudança de postura. Se o Império no Brasil representava uma reminiscência da Europa, entravando a presença dos Estados Unidos, a República, por outro lado, governada por homens dispostos a romper com o passado, que consideravam sinônimo de atraso, possibilitava àquele país a execução dos interesses comerciais que, há pelo menos meio século, alimentava em relação ao mercado consumidor brasileiro.⁷¹

⁶⁸ BELLO, José Maria. **História da República**-1889-1954: Sessenta e cinco anos de vida brasileira. 6.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972, p. 122.

⁶⁹ O debate, bastante conhecido, em torno da nomeação do período imediatamente posterior à Proclamação até a Revolução de 30 como “República Velha” ou “Primeira República”, exemplifica com clareza a maneira pela qual a historiografia constrói a imagem de um passado em disputa. Ver GOMES, Ângela de Castro; ABREU, Martha. Apresentação ao Dossiê: A nova República “Velha”: um pouco de história e historiografia. In. **Revista Tempo**. Niterói/RJ: UFF, v. 13, n. 26, jan. 2009, p. 01-14.

⁷⁰ ALMEIDA, op. cit., p. 29.

⁷¹ Cf. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A presença dos Estados Unidos no Brasil**: dois séculos de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973, p. 125. O autor também discorre sobre o apoio real ou moral dado pelos Estados Unidos na consolidação da República no país. A intervenção durante a Revolta da Armada, a pedido de Floriano Peixoto, exemplifica esse apoio. Eduardo Prado em *Ilusão Americana* denuncia os interesses, nefastos para o Brasil, que alimentavam as ações dos Estados Unidos. Os tratados de comércio eram, segundo Prado, meio de refrear a recessão que assola um país devido a sua grande produção industrial, na medida em que garante o monopólio dos mercados americanos. Cf. PRADO, Eduardo. **A ilusão americana**. 5.ed. São Paulo: IBRASA, 1980, p. 127. Vale comentar também

As duas presidências de Prudente de Moraes e Campos Salles muito haviam feito nesse sentido, quanto à organização interna e vida financeira. Cumpria obter resultados análogos no domínio internacional. Para isto, voltar à tradição do Império.⁷²

No que tange as liberdades constitucionais, o governo de Prudente, segundo o monarquista Carlos de Laet

surge como esperançosa aurora [...]. Acreditando nas promessas de tolerância do primeiro governador civil da República, arriscaram-se monarquistas a estampar um manifesto e a publicar um, dois jornais... Mas em má hora o fazem. Sobrevém o desastre de Canudos, e com ele a perseguição dos oposicionistas. Merencório e inerte, o presidente deixa sacrificar a liberdade de imprensa e a segurança individual nas aras do jacobinismo enfurecido. É o incêndio, é o saque das tipografias, é o espantoso assassinato de Gentil de Castro.⁷³

Na verdade, a atuação cautelosa de Prudente orientou-se determinadamente para o encerramento da fase revolucionária e a consolidação do domínio civil. Para isso desmontou a estrutura criada pelo governo de Floriano, cujos altos cargos nos estados estavam todos nas mãos de florianistas. Os militares estavam presentes em todas as circunstâncias.

Outro foco de tensão foi ocasionado com a anistia aos revoltosos federalistas e da Armada, pois a instabilidade política dificultava o crédito no Exterior, a situação financeira era difícil, tendo no Rio Grande do Sul um “sorvedouro” das rendas federais no combate aos recalcitrantes.⁷⁴

No que diz respeito à história da política externa brasileira, as Regências e o reinado de D. Pedro II, adotou, de acordo com Pandiá Calógeras, como base de atuação internacional brasileira, a norma do *uti possidetis*, para os

que a *Ilusão Americana*, ao denunciar como deletéria e perniciosa à influência dos Estados Unidos no Brasil, criticava as práticas do governo republicano brasileiro, o que gerou a apreensão do livro e mandato de prisão ao autor. E, como demonstra Maria de Lourdes Monaco Janotti, *A Ilusão Americana* “é uma obra que explora três ordens de ideias: o nacionalismo, a crítica da república brasileira e a defesa dos interesses britânicos”, JANOTTI, op. cit., p. 80. Eduardo Prado considerava ainda, segundo a historiadora, a Monarquia a solução natural para o Brasil após a independência, pois que, comparado aos organismos vivos, surgiu de sua própria substância. Portanto, “visão moralizante, pseudocientífica e, na aparência, nacionalista, encontra-se incondicional defesa do capitalismo britânico e da supremacia cultural europeia”. JANOTTI, op. cit., p. 81.

⁷² CALÓGERAS, Pandiá. **Estudos históricos e políticos (*res nostra*)**. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936, p. 225.

⁷³ LAET, Carlos de. A imprensa. In. **Década Republicana**. Vol II. 2.ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1986, p. 201.

⁷⁴ Cf. QUEIROZ, op. cit., p. 31 passim.

limites territoriais em disputa, o sentimento fraternal para com as Repúblicas sul-americanas, não obstante a Guerra do Paraguai, e o arbitramento como instrumento para solver todas as questões litigiosas.⁷⁵

Com a República, as relações internacionais do Brasil tenderam privilegiar o contexto americano. A principal atitude nesse sentido, a aproximação com os Estados Unidos, rompe definitivamente com a tradição da política externa durante o Império, que era a de não ligar-se ao país norte-americano por alianças ou acordos comerciais. Além disso, a política externa na primeira fase da República foi marcada pelo preconceito dos deputados eivados de jacobinismo contra formas de governo não-republicanas e contra países europeus em geral.⁷⁶

[...] o caso específico da política exterior da Primeira República, por exemplo, uma abordagem sistêmica a enquadraria, sem lhe tirar as especificidades, no conflito de interesses internacionais identificados na “paz armada” que antecedeu à Grande Guerra de 1914 a 1918 e nos seus pontos de confluência com o peculiar subsistema interamericano, este cada vez mais monroísta, cada vez menos bolivariano.⁷⁷

Por sua vez, na composição do Ministério de Prudente de Moraes, o critério adotado foi a escolha de nomes de militares de prestígio nas fileiras, isto é, florianistas, e de civis. No Ministério das Relações Exteriores nomeou o jurista Carlos Augusto de Carvalho, a quem Oliveira Lima considerou dos mais competentes ministros da pasta de relações exteriores:

Superior a Rio Branco senão nos serviços efetivamente prestados no tocante à delimitação do país, pelo menos na assiduidade, na diligência aturada e ininterrupta prestada aos assuntos do seu departamento, no método de trabalho que soube imprimir no pessoal dependente da sua ação, na aptidão jurídica para abordar os problemas internacionais sem lhes perder de vista a feição política.⁷⁸

⁷⁵ Cf. CALÓGERAS, João Pandiá. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966, p. 316.

⁷⁶ CERVO-BUENO, op. cit., p. 162-164.

⁷⁷ SILVA, José Luiz Werneck; GONÇALVES, Williams. **Relações exteriores do Brasil I (1808-1930): a política externa do sistema agroexportador**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009, p. 114.

⁷⁸ LIMA, Manuel de Oliveira apud KÄMPF, Martin Normann. **Ilha da Trindade: a ocupação britânica e o reconhecimento da soberania brasileira (1895-1896)**. Brasília: FUNAG, 2016, p. 50.

Quando assumiu o ministério, teve que enfrentar várias reclamações e “impertinências” estrangeiras, questões de fronteira⁷⁹, e processos judiciais de imigrantes que se avolumavam no MRE, chegando a 5 mil processos, correspondentes ao período de 1892 a 1896.⁸⁰

A atuação de Carlos Augusto de Carvalho no MRE é destacada por José Honório Rodrigues e Ricardo Seitenfus como um momento em que a diplomacia brasileira “restaurou a tradição de dignidade da época imperial.”⁸¹ Os autores fazem referência, entre outras ações do ministro, à sua negociação com o governo da Grã-Bretanha pelo reconhecimento do direito de posse da pequena ilha vulcânica de Trindade, na costa do estado do Espírito Santo, o ponto mais a leste do território brasileiro. A Grã-Bretanha tinha interesses na Ilha da Trindade por conta das comunicações telegráficas com a América do Sul e desejava, por isso, a posse daquele território pertencente ao Brasil, que dele não abria mão.

Em 23 de julho de 1895, Carlos de Carvalho envia nota à Legação britânica, por meio da qual mostrava, com base em documentos fornecidos pelo Arquivo Nacional,

que o melhor título do direito do Brasil sobre a ilha de Trindade é o reconhecimento solene, positivo e prático desse direito pelo Almirantado inglês, que em 22 de agosto de 1782 expediu terminantes ordens ao oficial inglês que comandava a ilha para que a evacuasse sem demora e a entregasse ao Governo português, como pertencente aos domínios do Reino de Portugal na América do Sul e sujeito ao Vice-Reinado do Brasil.⁸²

Assim, por meio diplomático, conseguiu o Brasil vencer os interesses britânicos pela Ilha da Trindade, “uma vez que sua ocupação estava associada ao interesse de grandes empresas britânicas em manter o monopólio do

⁷⁹ CARONE, op. cit., p. 137.

⁸⁰ LIMA SOBRINHO, op. cit., p. 140.

⁸¹ RODRIGUES, José Honório; SEITENFUS, Ricardo A. S. **Uma História diplomática do Brasil (1531-1945)**. Organização de Lêda Boechat Rodrigues. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p. 227.

⁸² Apud RODRIGUES, op. cit., p. 224.

lucrativo mercado telegráfico da região platina, na América do Sul.”⁸³ Além disso,

como os navios de guerra, em geral, não utilizavam motores de combustão interna, o raio de ação das embarcações estava limitado às suas capacidades de armazenamento de carvão. Dessa forma, o controle efetivo de diversas ilhas em pontos estratégicos, ao redor do mundo, era vital para a manutenção do Império britânico, uma vez que, além de sua utilização como bases navais, as ilhas serviam como postos para reabastecimento de carvão, garantindo, assim, a mobilidade da frota britânica.⁸⁴

No entanto, segundo o jornal monarquista *Auctoridade*, a garantia da posse da Ilha da Trindade deveu-se mais a intervenção diplomática de Portugal, favorável ao Brasil, do que estritamente à atuação da diplomacia brasileira no caso.⁸⁵ Sendo que os bons ofícios, prestados pelo monarca português nesta contenda, serviram não só para encontrar uma solução definitiva para o conflito, mas, também, devido ao desfecho favorável ao Brasil, para reaproximar o Brasil de Portugal.⁸⁶

De todo modo, a questão da Ilha da Trindade mostrou à diplomacia brasileira que já “não havia mais lugar para as expansões de idealismo, como as observadas no Congresso Nacional logo após a inauguração do novo regime, no período de euforia republicana.”⁸⁷

A prolongada disputa pela Ilha da Trindade serviu, e foi consequência, da intensa campanha promovida no Congresso e na imprensa contra uma solução que não fosse o reconhecimento explícito da Inglaterra ao direito de posse brasileira daquele território. Diante da dificuldade de resolver a questão, verdadeiro malabarismo diplomático foi necessário para se chegar a solução da contenda.

⁸³ KÄMPF, op. cit., p. 22.

⁸⁴ Idem, p. 23.

⁸⁵ **AUCTORIDADE**: orgam do Centro dos Estudantes Monarchistas de S. Paulo. São Paulo, 27 de set. 1896, Ano I, num. 36, p. 2.

⁸⁶ Cf. KÄMPF, op. cit. p. 25.

⁸⁷ CERVO-BUENO, op. cit., p. 164.

No Senado, Quintino Bocaiúva explicitou que “a questão da Trindade já foi posta desde o princípio na sua base natural, é uma questão comercial, é uma questão industrial para os ingleses, mas para nós é uma questão altamente política.” Procedimento diferente foi adotado com relação às reclamações pecuniárias italianas que, na opinião do senador, deveriam ter sido tratadas pela justiça dos estados em originaram-se.⁸⁸

Os artigos do *Auctoridade* sobre as reclamações italianas apresentam-nas, menos em função das reclamações em si, e mais como campanha pelo fim da República e pela restauração da Monarquia. Mesmo assim, oferecem elementos para a compreensão do cenário político que, segundo tais artigos, era de fraqueza tanto na política interna quanto na externa pois,

não há governo europeu ou americano que não nos queira tirar algum pedaço. Ao norte, sob o pretexto de retificação de divisas com as suas Guianas, são a França e a Inglaterra. Ao oeste, ainda sob o pretexto de retificação de divisas, são a Bolívia e o Paraguai. A Alemanha cogita de conquistar a ilha de Santa Catarina e parte do Paraná e do Rio Grande do Sul, sob o pretexto de que a população é, em geral, em sua maioria, de raça alemã. Agora, a Itália, na solução de suas reclamações, arrebatar-nos alguma ilha, de que necessita para depósito de carvão destinado aos seus vapores de guerra. Até o nosso amigo Estados Unidos da América do Norte há de cobiçar alguma compensação na região amazônica.”⁸⁹

De qualquer forma, na alegação de inépcia, incompetência, traição cometidas pelo regime republicano, e denunciadas pelo jornal, vislumbra-se o objeto de desejo das nações europeias, qual seja, o território brasileiro. Momento de corrida imperialista, territórios ocupados por povos com pouco poder bélico para se defender eram cobiçados como meio a contrabalançar o equilíbrio do sistema de poder internacional, pois que alicerçado também na posse de extensos territórios. E isso o jornal capta de forma clara, chegando mesmo a pressagiar o pagamento das reclamações italianas com “alguma ilha” a fim de garantir combustível aos vapores de guerra da Itália. Ainda com

⁸⁸ BRASIL. *Anais do Senado Federal*. Sessão de 20 de novembro de 1895, p. 107.

⁸⁹ *Auctoridade*, 06/09/1896, p. 2.

assertiva sibilina, embora já existissem indicativos nesse sentido, de que os Estados Unidos cobiçariam em algum momento um pedaço da Amazônia.⁹⁰

Com efeito, a propósito do Congo, a Conferência de Berlim definira, em 1885, princípios reafirmados, em 1888, pelo Instituto de Direito Internacional. Segundo tais princípios, que pretendiam ter valor universal, o único meio reconhecido de adquirir e conservar a soberania territorial seria a exigência de posse atual e de ocupação efetiva. Em carta a Tobias Monteiro de 18 de junho de 1904, aludia às consequências nefastas que esses princípios, embutidos na sentença do Rei da Itália, poderiam assumir se fossem aplicados a boa parte do território brasileiro: “Se lhe sujeitássemos a nossa soberania sobre dois terços do Brasil, ele diria que não temos direito algum”. [...] Dizia em outro escrito: “Com os princípios modernos quanto à soberania de territórios não ocupados, haveria somente no vale do Amazonas campo vastíssimo para o estrangeiro, sem tocar a orla efetivamente apropriada por nós e outras nações”.⁹¹

Nesse sentido, um artigo saído na *Revue Du Brésil* reforça os argumentos que viam a soberania territorial do país ameaçado. Escreveu F. Tarrida Del Marmol:

La Discussionne, diario napolitano, publica refiriéndose á Minas Gerais, un articulo importante que nos conviene comentar. Despues de muchas muestras de amistad hacia la nación brasileña, advirtiéndola de los manejos de Alemania, á cuya potencia el *Memorial diplomatico* presta la intencion de apoderarse de la provincia de Santa Catarina, el periódico pretende que hay gente muy interesada en que Italia pierda todo su prestigio en el Brasil y añade que esta gente hace todo lo que puede para que sean cada dia mas tirantes las relaciones entre ambas naciones.⁹²

⁹⁰ “A versão para a América Latina da política imperial britânica consistia, basicamente, em influenciar os governos locais, por meio de empresas e interesses privados, apoiados por esporádicas intervenções de diplomatas ou de canhoneiras. Com relação ao Brasil, se, na percepção britânica, a dinastia Bragança conferia certo ar de “civilidade” ao País, após o advento da República e o subsequente período de instabilidade interna, seria lógico que a Inglaterra interpretasse que, com a derrubada da Monarquia, o Brasil se somaria às diversas repúblicas americanas, que, em sua visão, eram aparentemente incapazes de manter governos estáveis. Ademais, com a mudança da forma de governo, houve uma inflexão da política externa do País, que buscava ajustar-se à sua circunstância americana, com uma maior identificação com os Estados Unidos, cuja influência no Brasil republicano crescia em detrimento dos países europeus, associados, no imaginário vigente, ao antigo regime monárquico.” KÄMPF, op. cit., p. 55.

⁹¹ RICUPERO, Rubens. Joaquim Nabuco e a nova diplomacia. In. **Revista Ciência & Trópico**, Recife, vol. 31, n. 2, 2007, p. 26.

⁹² MARMOL, F. Tarrida Del. Los trabajadores en el Estado de Minas Geraes. In. **Revue Du Brésil**, Paris, v. 1., n. 1, nov. de 1896, p. 12.

Nesse sentido também escreveu O diplomata Salvador de Mendonça, em *A Situação Internacional do Brasil*:

Se assim não se sucedeu, se não se deu ainda a ocupação alemã em Santa Catarina, bem se podia ter dado e ninguém poderá afirmar que se não venha dar, se as coisas continuarem no pé em que se acham. Não nos declarou o Sr. James Bryce demasiado pequenos para a gerência de tamanha patrimônio? Não disse o correspondente do *Spectator* de Londres, de 16 de novembro próximo passado, que 'a paz na Europa ficaria absolutamente garantida, se se permitisse à Alemanha proceder a uma grande expansão colonial, apoderando-se, pelas armas, do Brasil, um dos países mais ricos e mais mal governados do mundo'?⁹³

Apesar do tom exagerado de Mendonça, depreende-se que a ameaça imperialista ao país estava bastante evidente aos olhos dos contemporâneos.

Trata-se de um lado na resolução das questões de limites, cuja dimensão foi obra do Império, e por outro na consolidação de um novo paradigma de política externa decorrentes das mudanças nas relações de poder, tanto no eixo das grandes potências quanto no sistema subamericano. No que tange o plano exterior, a segurança nacional estava comprometida em duas frentes: no âmbito regional, o rápido crescimento da Argentina, com exército forte e armada reestruturada; no âmbito global o Estado brasileiro se via vulnerável pela escalada imperialista das potências europeias – França, Inglaterra e Alemanha, principalmente – mas com presença também da Itália e Bélgica.⁹⁴

Em nossa própria Pátria, expedições como as do Amapá e a de Trindade eram indício visível do conceito alienígena de que éramos terra partilhável. A campanha europeia, em favor ou contra a constituição de uma província alemã no Brasil meridional, não era de molde que atenuasse a impressão de ameaça que pairava no ar.⁹⁵

Se por um lado, as pressões exercidas por Inglaterra, Alemanha e Itália contribuíram para açular os grupos nacionalistas⁹⁶ e tornar mais difícil o

⁹³ MENDONÇA, Salvador. *A situação internacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Garnier, 1913, p. 75.

⁹⁴ LYNCH, Christian Edward C. Um saquarema no Itamaraty: por uma abordagem do pensamento político do Barão do Rio Branco. *Revista Brasileira de Ciência Política*, São Paulo, vol. 15, 2014, p. 288.

⁹⁵ CALÓGERAS, op. cit., p. 228.

⁹⁶ Cf. QUEIROZ, op. cit.

governo de Prudente de Moraes, por outro, expressavam um movimento de expansão próprio do final do século XIX, o imperialismo. Nessa chave incluímos as reclamações italianas.

Conferência de Berlim, que sob a presidência do Chanceler Otto Von Bismarck, promoveu o desmembramento do Congo e da África, da imposição à China dos tratados desiguais e dos portos exclusivos, à abertura forçada do comércio e da navegação do Japão, à amputação, fatia a fatia, do Império Otomano, à conquista da Indochina, ao bombardeio de Valparaíso. Como todos os contemporâneos, indignaram-se com o esmagamento da resistência dos Boers da África do Sul. Vinte anos antes haviam sido testemunhas da tentativa de Napoleão III de conquistar o México para Maximiliano, no momento em que a Guerra de Secessão distraía a atenção dos EUA.⁹⁷

Muitas e graves eram, portanto, as questões que, somadas aos Protocolos Italianos, agitavam a política nacional durante o governo do presidente Prudente de Moraes. Além disso, no âmbito interno o Governo Federal tentava por fim ao povoado de Canudos, considerado perigoso para a segurança nacional. O movimento de Canudos surge, segundo José Maria Bello, como “outra perigosa provação para a República.”⁹⁸ Diz o autor que na Rua do Ouvidor, resumo do Rio de Janeiro e palco de todo tipo de manifestação, pôde o jacobinismo vociferar suas cóleras e ameaças patrióticas. Todavia, o movimento no que oferecia de real ameaça ao regime republicano ficava muita aquém da expectativa que dele faziam, fossem eles jacobinos ou prudentistas.⁹⁹ Mesmo assim, o “clima” de agitação que o movimento gerou pode ser tomado como elemento de desestabilização real do regime.

⁹⁷ RICUPERO, op. cit, p. 23.

⁹⁸ BELLO, op. Cit., p. 146. Contudo, ao assinalar esse aspecto de “perigosa provação” não se quer restringir o significado de Canudos na história do Brasil. Na perspectiva de Duglas Teixeira Monteiro, os movimentos rurais brasileiros – no qual Canudos é exemplo, junto com os movimentos do Contestado e de Juazeiro – inserem-se no quadro da *tradição rústica* que tem em comum o forte caráter religioso. A manifestação dessa religiosidade na forma de um *catolicismo rústico*, considerado para além de um empobrecimento com relação às fontes originais ou como resultado de sincretismo, confere legitimidade ao movimento e a seus líderes perante a população que os acompanha, na medida em que eles congregaram atribuições religiosas, mas também políticas e militares. Cf. MONTEIRO, Duglas Teixeira. Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado. In.: FAUSTO, Boris.(org.) **História da Civilização Brasileira**. Tomo III: O Brasil Republicano. Volume 09: Sociedade e Instituições (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

⁹⁹ BELLO, op. cit, p. 147.

O movimento jacobino, integrado por aqueles que eram radicalmente contrários a Prudente de Moraes e sua política, teve papel importante na vida política do período, como agente de contestação. Movimento oriundo da agitação com a Revolta da Armada atuou em defesa do marechal Floriano Peixoto e de seu governo, ameaçado, por exemplo, de um lado pelos interesses de Custódio de Melo em granjear para si a presidência, e de outro, a atuação dos monarquistas.¹⁰⁰ Ao caráter antimonarquista do jacobinismo soma-se um nacionalismo com fortes doses de xenofobia.

“O Brasil para os brasileiros!” Era uma das epígrafes do jornal de Deocleciano Martyr. O nacionalismo foi, certamente, a mais conhecida característica dos jacobinos e o poderoso imã de que se serviram para fazer proselitismo. Ser brasileiro era pregar “as boas doutrinas que enfeixam a bandeira do nativismo”; nativista seria quem combatesse “os estrangeiros ruins que por aí emporcalham o ambiente diáfano e puríssimo de nossa adorada Pátria”. (A República, Bananal, de 31.5.1896, p.1)¹⁰¹

A situação interna era, portanto, de extrema fragilidade. Considerando ainda que o Brasil estava longe de dispor de forças armadas numerosas, disciplinadas, treinadas e bem equipadas, condição indispensável para se garantir naquele contexto de perigos internacionais, com ameaças no âmbito regional e global. Os conflitos internos ocorridos durante a primeira década do regime haviam-nas desmantelado. A repressão à Revolta da Armada, em 1893-1894, liquidara a frota e o oficialato da Marinha; ao passo que, arrastado por sucessivas dissensões partidárias, o Exército havia afinal se desmoralizado no episódio de Canudos.¹⁰²

Relacionando os aspectos internos e externos, as dissensões de toda ordem, os movimentos de contestação do regime recém-inaugurado considera-se os Protocolos elemento adicional de instabilidade, cuja solução exigiu intensa articulação entre os poderes Executivo e Judiciário. Articulação difícil num modelo de poder federativo, cuja autonomia dos Estados, principal

¹⁰⁰ Segundo Suely de Queiroz, autores como José Maria Bello e June Hahner defendem que a baliza cronológica do movimento foi a Revolta da Armada. Edgard Carone, por sua vez, defende a existência de um “jacobinismo deodorista”. Cf. QUEIROZ, op. cit., p. 19.

¹⁰¹ QUEIROZ, op. cit., p. 99.

¹⁰² LYNCH, op. cit., p. 288.

objetivo atingido com a Constituição de 1891, chocava-se com os interesses diversos dos estados dessa federação.¹⁰³

1.2. A Itália diante das reclamações italianas

A Itália, envolta em transformações sociais e políticas com o nascimento dos partidos operários, experimentava necessidade de expandir seu território e, ao mesmo tempo, sucumbia às ambições de potência expansionista, sendo a tentativa de conquista de Ádua um dos resultados dessa experiência, que marcou indelevelmente este país. Para Gianfausto Rosoli a questão dos Protocolos italianos expunha uma crise nas relações entre Brasil e Itália, que levou os dois países quase a ruptura de relações diplomáticas. O autor limita-se a historiar a questão, não oferecendo uma interpretação sobre o episódio. No entanto, comenta que questão similar se deu no Peru quando da guerra entre este e o Chile, nos anos de 1879 a 1883.¹⁰⁴ Ainda chama atenção para a questão da cidadania do emigrante, e que no Brasil ainda não estava institucionalizada. Acredita-se que a questão dos Protocolos italianos tenha ajudado a levantar o problema.

Em *L'a Dov'È la raccolta del caffè*, Angelo Trento situou os conflitos de 1896, em torno da questão dos Protocolos, entre outros momentos de confronto entre brasileiros e italianos. Esses momentos foram, segundo o autor, “incidenti di scarso rilievo”. Iniciando com os conflitos no porto de Santos entre agentes alfandegários e marinheiros italianos, prisão do Capitão Mario Anatra, e sua morte decorrência de febre amarela. Tais incidentes provocaram o protesto da autoridade consular. Mais grave, contudo, foi a repercussão desses acontecimentos que dividiu a imprensa de língua italiana publicada em São Paulo. Parte desta imprensa assumiu posição intransigente e combativa,

¹⁰³ Este ponto sobre a articulação entre os poderes Executivo e Legislativo no período em tela será retomado no segundo capítulo.

¹⁰⁴ Cf. ROSOLI, G. Le relazioni tra Italia e Brasile e le questioni dell'emigrazione (1889-1896). In: ROSOLI, G (a cura di). **Emigrazioni europee e popolo brasiliano**. Roma: Centro Studi Emigrazione, 1987, PP. 180-205.

outra se inclinou para uma “política di prudenza”, o Fanfulla faz parte desta segunda tendência.

Em outra obra sobre a emigração italiana ao Brasil, *Do outro lado do Atlântico*, Trento também comenta o contencioso de 1895-1896. Entende que os conflitos não tiveram origem direta na imigração, considerando o caráter tolerante e aberto da população brasileira, segundo o autor, mas naquilo que chamou de os mecanismos do ciclo da violência: fato isolado, exaltação dos descontentamentos e repercussão política.¹⁰⁵

Prossegue a análise focando na vinda do Conde Roberto Magliano, ministro plenipotenciário, a fim de “esercitare una discreta pressione sulle autorità brasiliane”. Na viagem a tripulação do navio pereceu diante de surto de febre amarela, morrendo 117 tripulantes, incluindo o seu comandante. Por esse motivo, foi substituído por Renato De Martino, cuja missão era agilizar o término do “protocollo Magliano-Carvalho”, “bocciato al Parlamento brasiliano in un periodo di acutizzazione dei conflitti e di rigurgiti nazionalisti.”

Comentando a organização de uma expedição naval contra o Brasil pelo ministro da marinha italiana, Benedetto Brin. Pondera o autor que seria muito difícil o sucesso da expedição naval considerando a distância entre Itália e Brasil e a consistência da força naval italiana. Além disso, algo fundamental não foi considerado nos planos do ministro: o alto custo da expedição.

Não obstante a falta de interesse no assunto, o autor apresenta algumas informações a cerca dos Protocolos: os termos do acordo firmado descontentaram tanto brasileiros quanto italianos. Enquanto aqueles consideravam ter cedido demais nos termos deste acordo e que cidadãos italianos transformaram as reclamações em indústria de indenizações, os italianos do Brasil Meridional receberam apenas décima parte da indenização devida; e os residentes em São Paulo ressentiam-se dos próprios compatriotas que apresentaram reclamações “esagerati ed ingiusti”, o que contribuiu “per dare anche a quelli ragionevoli e giusti un carattere odioso, come d'imposizione

¹⁰⁵ TRENTO, op. cit., p. 191-passim.

del forte contro il debole, quase direi un'estorsione organizzata a danno del paese"¹⁰⁶

Na Itália, na medida em que a emigração adensou-se, surgiu a hipótese de que deveria ficar a cargo do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Posteriormente, percebida como instrumento de política externa ativa, passou para a alçada do Ministério do Exterior.¹⁰⁷

Deste modo, a experiência institucional italiana com a imigração pode servir de exemplo para a concepção deste processo como, também, uma questão de relações internacionais, de acordo com o sociólogo argelino Abdelmalek Sayad.

Um imigrante não é apenas o indivíduo que é; ele é também, através de sua pessoa e pelo modo como foi produzido como imigrante, o seu país. Assim o quer a lógica das relações internacionais, a própria razão de ser dessas relações. A dimensão internacional da imigração perpassa assim todo o fenômeno.¹⁰⁸

Segundo Sayad, a imigração como transação bilateral de direito, não obstante ser, de forma geral, resolvida de forma unilateral pelo parceiro dominante, obriga o país de origem a não desinteressar-se pelas decisões tomadas no país receptor. Mesmo porque se trata de seus cidadãos e, no limite, de sua própria soberania, mais do que exclusivamente de seus interesses econômicos.¹⁰⁹

¹⁰⁶ RANGONI, Domenico. Apud TRENTO, A. **Là dov'è la raccolta del caffè: l'emigrazione italiana in Brasile 1875-1940**. Padova, Itália: Editrice Antenore, 1984, p. 298. Segundo o autor a posição de R. MARSIGLI está em **Quindici mesi al Brasile**. In. "IC", II, 9, 1901, pp. 19-38.

¹⁰⁷ GONÇALVES, op. cit., p. 296.

¹⁰⁸ ABDELMALEK, Sayad. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998, p. 241.

¹⁰⁹ Idem, p. 235. Embora mais preocupado com o processo migratório do século XX, percebeu a imigração como um "fato social completo", na medida em que o imigrante e o emigrante se encerram na mesma pessoa. Sayad ajuda a perceber, ainda, a emigração/imigração como uma relação de dominação: "Lembrar isto, lembrar as definições sociais do imigrante do estrangeiro, é lembrar a relação de dominação que foi estabelecida entre sistemas socioeconômicos diferentes, entre países e continentes desigualmente desenvolvidos e que se retraduz de forma idêntica no fenômeno da emigração/imigração. Não se entenderia nada sobre a natureza desse fenômeno, ou seja, sobre o modo de geração da população que se tornou 'disponível' para emigrar, sobre o significado profundo dos acordos concluídos entre os países de emigração e os países de imigração, sobre o modo como são recrutados os emigrantes e como serão tratados mais tarde enquanto imigrantes, se não lembrássemos

Mas, deve-se ressaltar, de acordo com Paulo César Gonçalves, o aspecto econômico da emigração, ou seja, como um “bom negócio”:

Ao final do Oitocentos, a emigração assumiu relevo econômico de primeiro plano dentro de um dos maiores monopólios industriais do período, cujos interesses financeiros ainda envolviam a siderurgia e a construção naval. Devido ao escasso incremento no comércio marítimo italiano de exportação, a emigração transformou-se, juntamente com as demandas militares, no principal ponto de incentivo ao desenvolvimento de um importante setor da indústria italiana. Foi esse novo aspecto econômico da emigração, mais do que o agrário ou o meramente comercial, que contribuiu de forma direta para dar ao êxodo o caráter de problema nacional, no sentido de requerer a intervenção estatal para regular de maneira orgânica os complexos problemas delineados ao seu redor.¹¹⁰

Como exemplo do incremento econômico trazido pela emigração, o autor aponta que mais de 2/3 da exportação de tecidos de algodão italiano destinava-se à América Central e Meridional, nas áreas com grande número de italianos no exterior.¹¹¹

A respeito do Decreto Prinetti, observa ainda:

[...] Quando Brasil e Itália iniciaram tratativas de comércio na virada do século, o emigrante italiano entrou na mesa de negociação. O governo brasileiro, preocupado em expandir o mercado europeu para o café, propôs aos países do Velho Mundo, entre eles a Itália, a redução da tarifa alfandegária do produto em troca de tarifas mínimas para as exportações. O tratamento seria equitativo, ou seja, o estabelecimento de tarifas máximas para os produtos daqueles que agissem da mesma forma em relação ao café. Em resposta, o ministro do Exterior da Itália argumentou que seria uma injustiça fechar os portos do Brasil aos produtos do reino, enquanto a imigração era recebida de braços abertos. Todavia, com a promessa de redução da tarifa alfandegária de 150 para 130 libras por cem quilos do café, celebrou-se um acordo provisório em 5 de julho de 1900. As conversas continuaram, mas após assumir a chancelaria em 1901, Giulio Prinetti empenhou-se em obter uma convenção sobre as condições de trabalho aos imigrantes e quis negociá-las juntamente com o acordo de comércio definitivo. O governo brasileiro se opôs e, meses depois, renunciou ao tratado. Em 26 de março de 1902, aproveitando-se dos relatos de Adolfo Rossi, enviado especial do *Commissariato dell'Emigrazione*, sobre as condições de vida dos

que a imigração consagra a relação de dominação que a produziu e que a mantém”. SAYAD, op. cit., p. 245.

¹¹⁰ GONÇALVES, op. cit., p. 305.

¹¹¹ Idem, p. 307.

italianos nas fazendas paulistas, e do malogro das negociações comerciais, Prinetti proibiu a imigração subsidiada para o Brasil.¹¹²

Segundo Trento, o governo da recém-unificada Itália mostrou-se pouco interessado na sorte dos italianos emigrados para o Brasil, apesar das contínuas denúncias que circulavam no país desde a metade dos anos 80. Lembra ainda que “vários países europeus haviam proibido a emigração subvencionada para a ex-colônia portuguesa, justamente para defender seus cidadãos”.¹¹³

Tirando algumas personalidades, como Crispi, que pertence à geração do *Risorgimento*, é uma nova equipe, cujos elementos nasceram na década de 1840, que chega ao poder em 1876-1880. É também um novo soberano, *Humberto I*, que sucede em 1878 a Vitor Emanuel, e adota um novo estilo; autoritário, receia as manifestações democráticas de origem popular; muito interessado pela diplomacia, desempenha um papel pessoal na reaproximação, que então se opera na Itália, no sentido da Alemanha e da Áustria-Hungria.¹¹⁴

Não obstante, a política de expansão colonial na África encorajada pelo rei Umberto I e executada por seu primeiro-ministro Francesco Crispi, resultou demasiado ambiciosa às possibilidades financeiras e militares da península.

Crispi passou pelo mazzinismo aderindo, posteriormente, à monarquia, que, tendo participado da expedição dos Mil, quando sob o comando de Giuseppe Garibaldi desembarcou na Sicília junto dos combatentes voluntários “Camisas Vermelhas” e conquistou o Reino das Duas Sicílias. Portanto, trazia consigo a experiência dos primeiros anos de unidade. Assumiu o governo convidado pelo Rei Humberto I, devido sua intolerância à desordem e sua ambição de prestígio exterior, capaz de trazer novo brilho à Itália.¹¹⁵

Ao mesmo tempo em que se elevava o número de italianos impelidos a buscar no estrangeiro uma vida menos precária, se desenvolvia no país um movimento ideológico, para reivindicar, cada vez com mais vigor, uma política

¹¹² Idem, p. 303.

¹¹³ TRENTO, op. cit., p. 33.

¹¹⁴ Idem, p. 216

¹¹⁵ VAUSSARD, M. **Historia de Italia contemporanea: 1870-1946**. Barcelona: Editorial Surco, 1952, p. 60.

de expansão territorial ligada a sua expansão demográfica: tal foi o movimento nacionalista.¹¹⁶

No processo de expansão territorial do século XIX, impulsionado pelo nacionalismo, a Itália que saíra a pouco de sua unificação, desenvolveu-se no país as teses de Corradini, que desejavam terras onde pudessem povoar, seus “filhos” pudessem trabalhar sem serem desnacionalizados, terras vacantes ou, posto que estas fossem poucas, terras mal exploradas em mãos de povos decadentes.¹¹⁷ Antonio Labriola, defendeu em inícios do século XX, que os italianos não podiam assistir passivamente o desenvolvimento das potências inglesa e francesa no Mediterrâneo, e que deviam preocupar-se em utilizar a emigração para fins nacionais.¹¹⁸ Sendo que o domínio do Mediterrâneo é um problema importante nas relações internacionais, no século XIX. A Tunísia seria palco de disputa de três potências europeias: França, Inglaterra e Itália. Em 1880, a Itália conseguiu, por intermédio do cônsul Maccio, a concessão da estrada de ferro tunisiano, *La Goulette*, até então confiada a uma companhia inglesa. Assim, a Itália parece estar em vantagem, acresceu ainda o peso de dez mil colonos italianos estabelecidos na Tunísia.¹¹⁹ A França, principal interessada na manutenção de seu status na região, com a Argélia sob sua órbita, conseguiu, por meio de estratagemas, enviar à fronteira argelina trinta mil soldados, que invadiram Tunis e obrigaram o *Beî* Mohammed Saddok a reconhecer o protetorado da França, fechando assim a “porta aberta” da Itália para sua expansão.

Ao lançar-se à penetração da Abissínia, a Itália firmou acordo com Inglaterra e França a fim de evitar rivalidade nas suas pretensões. O combate travado foi sangrento e bárbaro. Cerca de mil combatentes africanos, aprisionados, tiveram seus pés e mãos cortados.

¹¹⁶ Idem, p. 104.

¹¹⁷ Idem, p. 105.

¹¹⁸ Idem, p. 107.

¹¹⁹ Se bem que os pouco menos de mil franceses estabelecidos na Tunísia possuíam o domínio econômico e, por isso, maior influência que os colonos italianos. Cf. MILZA, P. **As relações internacionais de 1871 a 1914**. Lisboa: Edições 70, 2007, p. 58-passim.

¹¹⁹ Idem, p. 64

Uma onda de indignação havia varrido literalmente o terceiro Gabinete Crispi, ao que, de novo, sucedeu Rudini. Mas a dor e a humilhação compreensíveis dos patriotas italianos, se unia pela primeira vez nos meios de extrema esquerda, e ao grito de “Viva Menelik!” a manifestação de um sentimento antimilitarista que não temia ser tomado como antinacional. Aqui e lá, furiosas multidões arrancavam as vias dos trens, para impedir a partida de novas tropas para a África. O sintoma era importante. Pressagiava já o que havia de suceder em 1917 e em 1919.¹²⁰

Em março de 1896, Francesco Crispi deixa o poder, no refluxo da derrota sofrida pelo exército italiano em Ádua, que pôs termo às ambições italianas na região.

Este antigo seguidor de Garibaldi, siciliano e patriota fervoroso, não era – contrariamente às acusações que os jornais lhe faziam desde há muito – o instigador da Tríplice. Esta tinha sido obra do governo Depretis, cinco anos antes. Mas uma vez criada, Crispi decidiu tirar dela o máximo proveito, não por ódio à França, “esse sorriso da civilização moderna”, como ele dizia, mas porque a Tripla Aliança, ao quebrar a solidão diplomática da Itália e ao garantir as principais conquistas da *Unidade*, garantia ao seu país, que tinha problemas financeiros e não dispunha de um exército sólido, os meios para uma “grande” política externa.¹²¹

Sendo que a derrota de suas pretensões imperialistas na Eritréia foi utilizada pela imprensa e por políticos brasileiros como argumento para desqualificar os Protocolos italianos. Tal fato também serviu para abalar o governo Crispi, precipitando sua queda, ocorrida em março de 1896,¹²². O deputado Enéas Martins utiliza essa derrota para atacar os Protocolos dizendo que *é a Itália, que os abissínios estão a desmoralizar na Eritréia, que vêm nos fazer pressão a nós?*¹²³ À derrota expansionista italiana gera um discurso nacionalista brasileiro.

Havia na política externa italiana, do final do século XIX, manifestação de certa “vontade de potência”, que se consubstanciou mal com a realidade

¹²⁰ Idem, p. 69.

¹²¹ Idem, p. 92

¹²² Cf. GUT, Ph. A Itália de 1815 a 1914. In.: NÉRÉ, Jacques. **História contemporânea**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988, p. 316.

¹²³ BRASIL. **Anais da Câmara dos Deputados**. 04/08/1896, p. 60.

econômica e militar da península. E que rivalizou com os interesses ingleses e franceses.¹²⁴ Após a derrota em Ádua, a saída para os defensores do mito expansionista da *più grande Italia* (Itália maior) seria a América. Entre argentinófilos, como Scalabrini, e brasileirófilos, De Zettiry, existia um grupo que não fazia distinção entre os dois países e de quem os jornais *L'Italia Coloniale* e *Giornale delle Colonie* foram os porta-vozes. Pretendia-se, não a criação de novas “Itálias”, mas de fortes unidades étnicas em terras americanas:

[...] povos densos e galhardos de civilização latina, com maneiras nossas, assimilados ao nosso gênio, vivificados continuamente por um incessante movimento emigratório proveniente da Itália e com ela em relação perene, intelectual e material.¹²⁵

E com relação, especificamente, às demandas de estrangeiros que deram origem aos Protocolos Italianos pode-se dizer que são de natureza diversa, tanto física quanto jurídica. Há reclamações com relação à quebra de contrato por parte do Governo Imperial e do Republicano, por danos em propriedades de colonos no sul do país durante a Revolução Federalista, por naturalização indesejada no ato da Proclamação da República, etc. Assim as resume o ministro Carlos de Carvalho, da pasta de Relações Exteriores:

Ao assumir a gestão dos negócios que correm pelo Ministério das Relações Exteriores, encontrei considerável número de reclamações de estrangeiros apoiadas pelas Legações. Mais avultavam as provenientes de requisições militares por motivo da guerra civil no Rio Grande do Sul [Revolução Federalista], e da invasão dos Estados de Santa Catarina e Paraná. Também muitas versavam sobre prejuízos causados por forças revolucionárias e por operações de guerra, sobre violências praticadas por agentes da autoridade ou da força pública, invocando algumas por título e fundamento contratos celebrados com a administração pública e violação de leis e regulamentos por parte de certos funcionários.¹²⁶

Esses acontecimentos suscitaram a indignação da colônia italiana, que por meio da imprensa, protestou contra as injustiças e sevícias sofridas,

¹²⁴ MILZA, op. cit., p. 92, passim.

¹²⁵ D. SANMIATELLI, *Disegni di colonizzazione italiano nell'America Meridionale*, 1904 apud TRENTO, 1988, p. 57.

¹²⁶ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **RELATÓRIO**. Rio de Janeiro, 1895, p. 93-94.

exigindo das autoridades brasileiras a apuração e penalização dos responsáveis.¹²⁷ As discussões diplomáticas acerca do ocorrido estavam se dando, até que, em 1893, eclode a Revolta da Armada, suspendendo as negociações momentaneamente. Elas só foram retomadas em 1895, motivadas por reivindicações e reclamações, após novos casos de violência sofridos por imigrantes italianos durante os anos da Revolução Federalista, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina.

Para abordar as reclamações italianas, sua discussão e a elaboração dos termos que formaram os protocolos assinados entre os governos do Brasil e da Itália, para solucionar reclamações de imigrantes italianos, no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, utilizamos os Relatórios produzidos pelos ministros da pasta de Relações Exteriores encaminhados ao Presidente da República, no período de 1894 a 1899.

Cabe inicialmente comentar alguns aspectos formais desses documentos oficiais. Trata-se de relatórios produzidos sobre os assuntos internacionais pelos quatro ministros – Alexandre Cassiano do Nascimento, Carlos Augusto de Carvalho, Dionísio E. de Castro Cerqueira e Olyntho de Magalhães - que estiveram à frente da pasta no período em tela endereçados ao Presidente da República, Prudente de Moraes, com exceção do Relatório de 1894 quando foi encaminhado ao Vice-Presidente, Manuel Vitorino, pela ausência temporária do primeiro mandatário da República. Os relatórios apresentam as questões que ensejaram os protocolos, além de anexos com as notas trocadas entre os agentes diplomáticos do Brasil e da Itália.

As reclamações italianas se consubstanciam no Relatório de 1895, no qual o ministro Carlos de Carvalho discorre sobre sua natureza, indicando sua procedência, encaminhando os deferimentos e indeferimentos, enfim, sobre o

¹²⁷ É importante frisar o caráter de coletividade da colônia italiana no Brasil. Esse aspecto é relevante para explicar a atuação de diversos italianos à frente de organizações em defesa do direito dos imigrantes. Nesse caso específico, formou-se a Associação Pró-Pátria, para a defesa e a exigência de reparos aos danos sofridos. Com ampla participação dos responsáveis pelo jornal *Il Messaggero* e a atuação de vários jornalistas e figuras conhecidas na colônia: Felice Faraut (presidente da Società Militi Italiani); B. Belli e Domenico Rangoni, Carlo Fabbricatore, Mario Cattaruzza, A. Bertolotti, A. Sfrappini entre outros. Cf. CONSOLMAGNO, op. cit., p. 178.

assunto de forma sistemática, procurando assim uma solução daquelas que o Governo Brasileiro, depois de estudadas, reconheceu legítimas.

Nos relatórios ministeriais a defesa da posição brasileira em relação às reclamações baseia-se sempre em princípios estabelecidos pelo direito internacional. Nesse sentido, coaduna-se com a perspectiva do internacionalismo utópico, da política internacional fundamentada em princípios, bem como a igualdade entre pequenos e grandes Estados nacionais, como destaca Carvalho.¹²⁸

Na referida circular de 31 de dezembro último referi-me ao texto constitucional que reconhece às Nações estrangeiras o direito de estar em juízo como autoras sempre, ou como réis, quando o direito internacional o permite e foi proclamado pelo Instituto de Direito Internacional na sessão de Hamburgo.

Sei perfeitamente que as decisões desse Instituto, sem caráter oficial ou diplomático, não constituem princípios obrigatórios, mas, reflete Holtzendorff, fundado em 1873, esse Instituto tem exercido “uma grande importância para o desenvolvimento científico do direito das gentes, reunindo juristas dos diversos países para um trabalho comum, e permitindo-lhes trocarem ideias mais facilmente.”

À ação dos juristas, mais do que a outras forças se devem as leis que mais e mais acentuam o princípio cosmopolita da comunidade dos povos; é ela quem tem fixado a ideia da íntima união que deve ligar a humanidade inteira. Os governos instintivamente aceitam a autoridade dos que estudam e tem o ideal científico.¹²⁹

O ministro declara ter procedido com rigoroso estudo e, reconhecendo a procedência de muitas reclamações, liquidou ou apresentou projeto para liquidação de algumas delas, através de crédito aberto pelo decreto n. 1990 de 14 de março de 1895.¹³⁰

Outras foram acrescidas aos Protocolos Italianos, e pelo Protocolo assinado em 12 de fevereiro de 1896 acordou-se a constituição de duas comissões mistas para julgar reclamações “originadas de requisições de animais, víveres ou outros objetos ou valores para as forças do Governo em operações contra os federalistas” seriam julgadas por comissões mistas estabelecidas em Porto Alegre e Florianópolis. Foram comissários por parte do

¹²⁸ RODRIGUES; SEITENFUS, op. cit., p. 57.

¹²⁹ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **RELATÓRIO**, 1895, p. 93.

¹³⁰ Cf. BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **RELATÓRIO**, 1895, p. 94.

Brasil, com faculdade de delegarem os seus poderes, como de fato o fizeram, os governadores dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.¹³¹

A ideia de formar duas comissões mistas para julgar as reclamações partiu do Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, Julio de Castilhos, que em ofício de 15 de janeiro de 1894, ao então ministro das Relações Exteriores, Cassiano do Nascimento, alegando não poder atender adequadamente todas as reclamações, “na quadra anormal que atravessa o Estado,” deliberou nomear comissões locais para apurar a legitimidade destas.¹³²

No Relatório de 1895, o Ministro Carlos de Carvalho organizou as reclamações nas seguintes categorias, a partir de relação das reclamações elencadas pelo Encarregado de Negócios da Itália, Aldo Nobili:

1. Danos causados às pessoas e à propriedade por forças revolucionárias, por salteadores, malfeitores e delinquentes comuns.
2. Danos causados por motivos de operações de guerra.
3. Apropriação da propriedade particular por forças legais (requisições militares).
4. Danos praticados por forças legais.
5. Violências diversas, quer atribuídas a agentes da força ou autoridade publica, quer cometidas por particulares.
6. Prejuízos e danos com fundamento direto ou indireto em contratos com a administração pública.
7. Reclamações pecuniárias por outros fundamentos.
8. Sucessões; conflitos com a autoridade local, entrega de espólios aos Agentes Consulares.
9. Naturalização por omissão.¹³³

A seguir, o ministro passou ao exame de cada das categorias chamando-as de “Classe”. Sendo que as de 1ª Classe, referentes aos danos causados às pessoas e autoridades por revolucionários, malfeitores e delinquentes comuns, não encontrou o Governo da República responsabilidade. Com exceção da reclamação N. 6 de Frizon, Cademartori & Cia que, por “expresso e excepcional compromisso do Agente Diplomático do Brasil em Montevideu”, garantiu para a ela a aceitação do Governo Federal. No

¹³¹ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **RELATÓRIO**. Rio de Janeiro, 1898, p. 28.

¹³² BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **RELATÓRIO**. Rio de Janeiro, 1895,

¹³³ Idem, p. 94-95.

entanto, o mesmo alegou que a referida reclamação não é “precedente a invocar”¹³⁴.

Com relação às de segunda Classe alega que por “força maior que caracteriza operações de guerra, a atualidade ou a iminência do perigo excluem a responsabilidade.”¹³⁵ Incluem-se nessa categoria as reclamações da firma Camuyrano & C. relativa às lanchas de vapor *Tijuca e Corcovado*.

As de terceira e quarta classe se relacionam na medida em que são oriundas das operações de guerra durante a Revolução Federalista, no Rio Grande do Sul. Segundo o Ministro, as reclamações de terceira classe “estão quase todas não regularmente instruídas reduzindo-se algumas simples alegações. O exagero das indenizações pedidas não parece duvidoso.”¹³⁶ Com vistas a liquidar a questão o Governo brasileiro indicou dois meios:

ou nomear aqui uma comissão que julgue todas essas reclamações em primeira e última instância, segundo as regras da equidade ou, como fez o Estado de S. Paulo em fevereiro de 1894, entregar à Real Legação Italiana uma certa quantia, para que, examinando e julgando as reclamações, a distribua aos reclamantes, sem mais responsabilidades para a República e para os estados.¹³⁷

O Governo Federal escolheu o segundo meio, sem, no entanto, estabelecer a quantia paga para a solução das reclamações de Terceira Classe. Há duas reclamações que foram excluídas dessa resolução por sua “excepcional importância”. Tratam-se das reclamações de número 47 e 78 em nome de Cironi Fratelli e Botino Fratelli, respectivamente, e que versavam sobre danos causados pelas tropas combatentes no Rio Grande do Sul durante a Revolução Federalista e, a segunda, por requisição de animais para apoio da luta, feita pelo General Francisco Rodrigues Lima e pelo Senador Salvador Pinheiro Machado.

¹³⁴ Idem, p. 95.

¹³⁵ Ibidem.

¹³⁶ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **RELATÓRIO**. Rio de Janeiro, 1895, p. 96.

¹³⁷ Ibidem.

Quanto às de Quarta Classe, o relator alegou que a quebra de neutralidade de alguns cidadãos italianos justificaria os danos e violências praticados pelas forças legais. Sendo assim continua o Ministro, “legitimamente não podiam merecer apoio, segundo as boas normas. Como, porém, é difícil agora provar aquela circunstância, o Governo Federal, reconhecendo a autoria dos atos, por equidade as admite para os efeitos da distribuição da quantia que for fixada em globo.”¹³⁸

Sobre as reclamações de Quinta Classe justifica a não aceitação da responsabilidade do Governo Federal no fato de derivarem elas, segundo o ministro, não de “obrigação *jurídica*, mas simplesmente *política*”¹³⁹ [grifos no original]. No entendimento do Governo Federal, estas reclamações, que se referem às violências sofridas por italianos e praticadas por agentes da autoridade pública ou particulares, excluem a satisfação de dano, cabendo somente promover a punição dos culpados, sendo aos últimos que incumbe o pagamento de indenizações. Contudo,

a equidade, [...], os sentimentos de benevolência e as conveniências da política interna e externa, aconselham às vezes outra conduta. Tendo examinado os casos submetidos à sua consideração, o Governo Federal achou alguns dignos de favor.¹⁴⁰

As reclamações de Sexta Classe foram analisadas e apresentas no relatório de forma individualizada, são oriundas de danos em contratos firmados com a Administração Pública. Exemplos dessa categoria são as de Pedro Caminada, “submetida a juízo arbitral”¹⁴¹, e as de Michele Maria Franzini, “continuará sob o poder judicial; o Governo não reconhece a obrigação de submeter-se a juízo arbitral”, Bonini, “pede indenização por serviços contratados em 18 de setembro de 1848 com a Província do Rio de Janeiro [...]. Salvo a [alegação de] prescrição, os interessados poderão recorrer ao meio judicial.”, entre outras.

¹³⁸ Idem, p. 96.

¹³⁹ Idem, p. 97.

¹⁴⁰ Ibidem.

¹⁴¹ Esta reclamação, pelo grande espaço que ocupou no Relatório do Ministro, junto com as reclamações da firma Camuyrano e do General Franzini, será comentada separadamente mais à frente.

Na sétima classe agrupam-se reclamações de diferentes motivações, entre elas: cerceamento da liberdade de cidadãos italianos (números 26, 41, 59, 63); a questão das lanchas *Tijuca* e *Corcovado* (número 41); apreensão de mercadorias na alfândega em Santos (número 46); apreensão de vinte barris de álcool e oitocentas sacas de açúcar (número 48); reclamação por rifle apreendido na alfândega de Santos (número 79); sobre menor, Alessandrini Ettore, baleado no estado do Paraná, e que segundo o relatório, depende de maiores informações para ser decidido (número 80). Ao final da relação das reclamações desta seção, o ministro informa que o “Governo Federal não se reconhece obrigado a qualquer indenização, salvo sentença do Supremo Tribunal Federal, que faça caso julgado.”¹⁴² Além disso, algumas reclamações já tinha sido atendidas, como a de número 48.

As reclamações que compõem a Oitava classe totalizam dezesseis reclamações. Duas reclamações, a de número 2 faz pedido de indenização contra o decreto de “naturalização por omissão” dos estrangeiros residentes no Brasil, que não estivessem a serviço dos seus países de origem. O Governo brasileiro nega por ser o “de *cujos* cidadão brasileiro”, no entanto, não fica claro porque está reclamação foi indeferida enquanto reclamações de mesmo teor foram aceitas. Quanto a reclamação número 36, refere-se a questão produzida no Rio Grande do Sul, faltam, no entanto, maiores detalhes.

O restante das reclamações elencadas como “Relação especial organizada no Ministério” não esclarece o teor das reivindicações, apenas informa a posição do Governo Federal em relação a cada uma delas. O Governo brasileiro reconheceu a procedência de algumas, e de outras pede maiores informações.¹⁴³

Na categoria de número nove estão reclamações por força do decreto 58-A, assinado em 14 de dezembro de 1889, que estabeleceu a naturalização de estrangeiros residentes no Brasil no momento da proclamação da República e que, em prazo de seis meses, não expressaram o desejo de manterem a antiga nacionalidade. Essa medida que modificou o estatuto jurídico-político do

¹⁴² BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **RELATÓRIO**. Rio de Janeiro, 1895, p. 98-99.

¹⁴³ Cf. Idem, p. 100.

imigrante, como demonstra Paula Beiguelman, teve por objetivo fomentar a vinda de novos imigrantes ao país. Segundo seus idealizadores, a grande naturalização traria confiança aos emigrados, aumentando assim seu fluxo ao país. A iniciativa foi duplamente mal sucedida, uma porque o fluxo de emigrantes não aumentou, conforme pretendiam, e outra porque ainda gerou ônus político, ao menos, com a inclusão dessa questão aos protocolos italianos.¹⁴⁴ Além disso, a Lei da Grande Naturalização produziu constantes queixas de os cidadãos estrangeiros naturalizados estarem “invadindo” os empregos públicos, levando as contínuas exigências dos jacobinos pela revogação da Lei.¹⁴⁵

Segundo José Arthur Rios, a lei da Grande Naturalização: “o legislador contava aqui com a inércia dos estrangeiros para uma naturalização em massa. Foi o que se deu, mas a sanção jurídica nada significou do ponto de vista da assimilação e da aculturação”.¹⁴⁶ Mesmo porque a integração dos italianos à sociedade brasileira foi maior e mais rápida em comparação, por exemplo, com os Estados Unidos, embora também tenham encontrado dificuldades de todo gênero no Brasil. E, paradoxalmente, qualquer grau de assimilação era visto com enorme preocupação por parte das autoridades italianas, que não viam com bons olhos a desnacionalização, não obstante terem sempre deixado o emigrante entregue a si mesmo.¹⁴⁷

O problema da naturalização, argumento José Arthur Rios, gira em torno do conflito entre as concepções opostas do *ius sanguinis* e do *ius soli* que exprimem duas realidades sociais diversas. A maioria dos países europeus, no

¹⁴⁴ Com efeito, ao ultrapassar os 32.110 imigrantes encontrados em São Paulo em 1887 chegando a 92.086 no ano de 1888, a cifra decaía para 27.694 em 1889 e 38.291, em 1890. Mas já em 1891 esse número subia a 108.688. E nos anos seguintes: 1892, 42.061; 1893, 81.745; 1894, 48.497; 1895, 139.998; 1896, 99.010; 1897, 98.134; 1898, 30.007; 1899, 31.172; 1900, 22.802. A estas cifras deve-se considerar também o número de saídas de estrangeiros do país, que tendeu a crescer nos anos subsequentes, devido, em parte, às más condições de vida no Brasil, associado à superprodução cafeeira: saídas em 1894, 23.706; 1895, 27.918; 1896, 32.608; 1897, 35.650; 1898, 30.007; 1899, 31.319 (déficit); 1900, 27.917 (déficit). Cf. BEIGUELMAN, Paula. **A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos**. 3.ed. São Paulo: Edusp, 2005, p. 119-120.

¹⁴⁵ HAHNER, op. cit., p. 151.

¹⁴⁶ RIOS, José Arthur. Aspectos políticos da assimilação do italiano no Brasil. In: **Sociologia**, São Paulo, vol. 20, n. 1, 1958, p. 311.

¹⁴⁷ Cf. TRENTO, op. cit., 195.

esforço de consolidar uma tradição e imunizá-la , vê no sangue, na filiação, na comunidade étnica o princípio da nacionalidade. Enquanto que nos países sul-americanos formados de camadas étnicas heterogêneas, recebendo a todo momento correntes imigratórias, assentaram no solo a base *societária* de suas nacionalidades.¹⁴⁸

Mesmo assim, o ministro Carlos de Carvalho, defendeu que “a naturalização por omissão é preceito constitucional, que será aplicado enquanto o Congresso não modifica-lo” e, portanto, não cabia apresentar reclamação contra a ação do Governo federal.

De acordo com os Relatórios do MRE de 1895, 1896, 1898 e 1899, é possível estabelecer a distribuição geográfica das reclamações recebidas, como segue:

Estado	Número de reclamações
Rio Grande do Sul	378
Santa Catarina	63
Paraná	05
Rio de Janeiro	38
São Paulo	12
Bahia	02
Amazonas	01
Sergipe (Ilha das Flores) ¹⁴⁹	01
Espírito Santo	02
Minas Gerais	02

¹⁴⁸ Cf. RIOS, op. cit., p. 310.

¹⁴⁹ Acredita-se que seja Ilha das Flores, em Sergipe, embora a referência, no documento, seja inconcludente.

TOTAL	504
-------	-----

Do universo das reclamações apresentadas ao Governo brasileiro pela Legação italiana três ocuparam lugar destacado no Relatório do Ministro Carlos de Carvalho, no ano de 1895, são elas: a alegação de quebra de contrato para por parte do governo com o italiano “General de Franzini”, para a introdução e estabelecimentos de imigrantes italianos no estado do Espírito Santo; a inutilização de duas embarcações pertencentes a súdito italiano por tropas do governo federal durante a Revolta da Armada; e ainda, rompimento de contrato com Pedro Caminada para construção de via férrea circular no Rio de Janeiro.

Na história da imigração, a atuação de empresas italianas criadas para o transporte, introdução e estabelecimento de imigrantes têm lugar destacado. Durante o Império, o controle do processo emigratório esteve sob a égide do governo imperial. Indicativo de mudança desta política foi a fundação, em 1886, da Sociedade Promotora da Imigração, responsável em firmar contratos com Companhias de Navegação e Empresas de Colonização para promover a vinda de imigrantes para o estado, a *Sociedade* foi importante órgão da emigração subsidiada para lavouras cafeeiras.¹⁵⁰

Deste modo, em 12 de julho de 1872 celebrou-se contrato entre o Governo Imperial, por meio do seu Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, e Michele Mario Franzini, referido na documentação do MRE como “General Franzini”, que se obrigou a organizar companhia de imigração no prazo de um ano, para “introduzir e estabelecer cinquenta mil imigrantes, no prazo de dez anos, em terras da então província

¹⁵⁰ TRENTO, op. cit. p. 23. Segundo Trento, a *Sociedade*, nos anos de sua atuação, promoveu a introdução de 17.856 famílias, num total de 101.396 pessoas. Os custos da operação eram socializados, com base no axioma de que os interesses da cafeicultura se identificavam com os da nação, ou, pelo menos, com os da província de São Paulo. Não obstante, o financiamento da imigração, bem como, o papel de cada estado da federação nesse processo foi tema de intenso debate no Congresso Nacional, como veremos no segundo capítulo.

do Espírito Santo.”¹⁵¹ Cabia ainda, pela cláusula VI do contrato assinado, o direito à companhia organizada de estabelecer agências de propaganda na Europa e de, por sua conta, aliciar e transportar os imigrantes destinados aos Brasil.¹⁵² havia igualmente companhias que levavam pessoas para Estados Unidos e Argentina, além de exportação de excedentes agrícolas.

No Brasil, este tipo de contrato foi comum entre os anos de 1885 e 1894. Sendo o mais conhecido aquele firmado entre o Governo Federal e a Companhia Metropolitana, que se comprometeu em trazer um milhão de europeus no espaço de dez anos. Embora o contrato, em particular, não tenha sido cumprido, não foram raros os contratos para introdução de 50 ou 60 mil pessoas, como este do General Franzini. A partir de 1894, com a transferência dos serviços de imigração para os estados, cessou na prática este tipo de política de colonização.¹⁵³

No Senado Federal, em 1892, discutia-se emenda que antigo contrato com a Companhia Metropolitana, substituindo-o por outro. Acresceu o número de 150 mil imigrantes, ao um milhão de emigrantes que seriam trazidos ao país, justificando a substituição em razão de que o novo contrato

evitou a aglomeração de famílias de uma só nacionalidade em um ponto dado, que obrigou a que viessem somente trabalhadores agrícolas, e que estabeleceu que a fiscalização ficava modernamente a cargo da empresa, quando até então esta a cargo do governo.¹⁵⁴

De qualquer maneira, o Governo Federal atuava com cautela em relação à reclamação do General Franzini. Ainda no ano de 1895 o Ministério das Relações Exteriores, juntamente com a Legação brasileira em Roma, não

¹⁵¹ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **RELATÓRIO**. Rio de Janeiro, 1895, p. 27. Em 14 páginas do seu Relatório o ministro apresenta a questão do General Franzini, suas reivindicações, e a posição do Governo brasileiro.

¹⁵² Cf. Pró-Memória do Governo Brasileiro à Legação Italiana, datada de 13 de junho de 1892 e anexada In BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **RELATÓRIO**. Rio de Janeiro, 1995, p. 120.

¹⁵³ TRENTON, op. cit., p. 27. Sendo que, “de 1896-97 até 1907, ano em que o governo central tornará a ocupar-se do problema, só o Estado de São Paulo conseguirá importar mão de obra. Como quer que seja, tanto a cargo do governo federal como dos governos estaduais, a imigração com viagem paga, que muitos definiram como ‘estimada’ ou ‘artificial’, encontrou amplo sucesso na Itália, precisamente pelas vantagens imediatas que proporcionava”, entre elas, a viagem gratuita. Cf. TRENTON, op. cit., p. 28.

¹⁵⁴ Cf. BRASIL. **Anais do Senado Federal**, 26 de outubro de 1896, p. 127. Protestou veementemente o senador Américo Lobo, que pleiteava a diminuição do número de imigrantes e a fixação em 05 anos do prazo para a introdução destes.

media esforços no sentido de atrair operários para o trabalho em obras públicas no estado do Espírito Santo.

O fluxo de imigrantes para o Espírito Santo até o ano de 1891 não ultrapassou duzentas pessoas. Somente a partir do ano seguinte, firmado contrato entre o governo estadual e o engenheiro italiano Filinto Santoro, se verificou aumento substantivo: 476, em 1892; 2.406, em 1893, destinadas às obras públicas. Terminadas as obras, os italianos conseguiram empregos em fazendas. Pouco tempo depois, Domenico Giffoni se comprometeu, por contrato, introduzir 20.000 imigrantes, de preferência italianos, em três anos. A companhia *La Veloce*, por sua vez, estabeleceu uma linha direta Vitória-Gênova, com periodicidade mensal. Assim, chegaram ao Espírito Santo 3.215 italianos, em 1894, e 4.575, em 1895, com os quais se tentou a colonização no Rio Doce, de Linhares. Os resultados foram desastrosos, a ponto de o governo italiano, preocupado também com um surto de cólera que havia se manifestado no sul do estado, suspender temporariamente as operações de embarque de passageiros para Vitória, através do decreto de 20 de julho de 1895.¹⁵⁵

Em ofício encaminhado ao Ministro das Relações Exteriores da Itália, Barão Blanc, o representante diplomático brasileiro, Francisco Regis de Oliveira, manifestou surpresa e pesar pela suspensão da imigração para o Espírito Santo. Mencionou os danos que a medida poderia acarretar para o referido estado brasileiro, bem como às companhias italianas de navegação e aos colonos italianos já instalados no estado. Pedia a revogação da medida, garantindo a demarcação de terras cultiváveis, equipamentos agrícolas, e os esforços do governo do Estado do Espírito Santo no sentido de amenizar o mal-estar produzido por “incidente fortuito”, como ocorrido às margens do Rio Doce.¹⁵⁶ Assim,

le Gouvernement d'Esprito-Santo cherche par tous les moyens, à faire disparaître les consequences d'un incident fortuit, comme celui de Rio Doce, en prayant même les voyages de rapatriement aux colons peu contents et quand le Gouvernement Federal cherche de son côté à Donner satisfaction aux reclamations italiennes au Brésil,

¹⁵⁵ TRENTO, op. cit., p. 100.

¹⁵⁶ BRASIL. **Arquivo do Itamaraty – AHI**. Ofício de Francisco Regis de Oliveira ao Barão Blanc, 12/08/1895.

pourrait paraître un acte peu bienveillant du Gouvernement italien envers la République¹⁵⁷

Segundo recortes de jornais italianos, anexados pelo diplomata brasileiro, o chamado “incidente fortuito” tinha sido um violento embate entre trabalhadores brasileiros e italianos durante as obras de construção de estrada de ferro que ligaria Vitória a Vianna¹⁵⁸, margeando o Rio Doce. Os trabalhadores brasileiros iniciaram uma greve por aumento de salário, da qual os italianos não quiseram fazer parte. O conflito produziu mortos e feridos de ambos os lados.¹⁵⁹

Os esforços do diplomata brasileiro para relativizar os eventos ocorridos na capital capixaba garantiu a partida de um vapor com operários e agricultores do porto de Gênova. Depois disso o governo italiano tornou efetiva a suspensão da emigração para aquele estado. As negociações para a retomada da emigração para o Espírito Santo giraram em torno da seguinte condição, imposta pelo governo italiano: os operários destacados para trabalharem na estrada de ferro, terminada a obra, ou mesmo que esta fosse interrompida, num prazo de seis meses, deveriam ser encaminhados para outros locais onde pudessem encontrar trabalho. Medida de precaução que, segundo o diplomata, seria facilmente atendida.¹⁶⁰

Em telegrama, o Ministro Carlos de Carvalho se compromete com as condições impostas pelo governo italiano, informando que os trabalhos na estrada de ferro não seriam suspensos. Mas que, mesmo assim, no prazo de seis meses, os colonos teriam passagens para Rio de Janeiro ou Santos, como quisessem.¹⁶¹ De qualquer modo, os italianos, que eram cerca de 20.000 em

¹⁵⁷ Ibidem.

¹⁵⁸ Trata-se, provavelmente, de Melo Viana, distrito pertencente ao município de Esmeralda-MG.

¹⁵⁹ BRASIL. **Arquivo do Itamaraty – AHI**. Ofício de Regis de Oliveira a Carlos de Carvalho, 14/08/1895. Em 14 de set, o Ministro Carlos de Carvalho envia telegrama ao seu funcionário em Roma nos seguintes termos: “Desminta categoricamente notícia conflito trabalhadores italianos Vitória”.

¹⁶⁰ BRASIL. **Arquivo do Itamaraty – AHI**. Ofício de Regis de Oliveira ao Barão Blanc, 12/08/1895.

¹⁶¹ BRASIL. **Arquivo do Itamaraty – AHI**. Telegrama enviado por Carlos de Carvalho a Regis de Oliveira, 13/08/1896.

1895, até a primeira década do novo século permaneceram praticamente em torno desse número, para depois diminuir progressivamente.

O general Franzini pediu, em 23 de abril de 1873, que o prazo fosse prorrogado, o que foi negado em 10 de agosto. Uma vez não cumprido o contrato, o mesmo caducou. Entretanto, em 08 de fevereiro de 1879 alegou que formara a companhia em 23 de fevereiro de 1873, e então procedeu com a reclamação.¹⁶²

Em nota “Pró-memória” da Legação Italiana ao Governo Brasileiro, por meio do MRE, de 24 de janeiro de 1892, foi encaminhado requerimento do General Franzini, em que este solicita do Ministério da Fazenda a nomeação de um árbitro para a questão ainda sem resolução. Novas notas são trocadas entre os dois órgãos, para a adequação do pedido, haja vista que o contrato havia sido firmado pela pasta da Agricultura, e a ela deveria ser encaminhado tal requerimento. Resolvidas as incongruências do processo, o MRE respondeu à Legação Italiana, segundo informações do Ministério da Agricultura, que não podia atender ao pedido do General Franzini, e elenca dois motivos:

1.º Porque estava obrigado a organizar a companhia dentro do prazo de um ano, a contar da data da assinatura do contrato (12 de julho de 1872), obrigação que não cumpriu, como demonstram, além de outros, o fato de haver requerido prorrogação de prazo, pedido que foi indeferido, pelo que ficou a concessão ou contrato incurso em pena de caducidade;

2.º Porque se, como afirma, organizou companhia, devia ter dado cumprimento ao mencionado contrato, apesar da publicação, que diz ter sido feita no *Times* de 12 de abril de 1873, pois que nessa publicação, apenas o Encarregado dos Negócios do Brasil declarava que o Governo Brasileiro recomendava ou havia recomendado aos seus agentes que não *promovessem* a imigração para o Brasil: mas de modo algum se declarou autorizado a *proibir* que particulares ou companhias se encaregassem de um tal serviço, *maxime* tratando-se do problema do povoamento do nosso solo, problema do qual, se então nem sempre os poderes públicos podiam cuidar, também não tentaram embaraçar.¹⁶³

O primeiro motivo será recorrentemente utilizado para contrapor os pedidos de indenização de Franzini. O segundo, pouco explicitado no relatório,

¹⁶² Cf. Pró-Memória do Governo Brasileiro à Legação Italiana, datada de 13 de junho de 1892 e anexada In BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **RELATÓRIO**. Rio de Janeiro, 1895, p. 120.

¹⁶³ Pró-memória do Governo Brasileiro à Legação Italiana de 13 de junho de 1893, in BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **RELATÓRIO**. Rio de Janeiro, 1895, p. 119.

parece ser um debate entre Franzini e os agentes diplomáticos do Brasil, cuja orientação oficial era de que não promovessem a imigração, mas ao mesmo tal recomendação não era impeditiva de ação nesse sentido. A atuação dos agentes consulares no processo de imigração é tema discutido na historiografia.¹⁶⁴

Por ordem do Governo da Itália, a Legação Italiana, em nota de 31 de maio de 1894, solicitou que a reclamação do General Franzini fosse julgada novamente, e submetida a juízo arbitral. O pedido fundava-se na cláusula XIX do contrato de 12 de julho de 1872, que versava sobre a instalação de tribunal arbitral para julgar pendências entre a o Governo brasileiro e a *companhia*.¹⁶⁵

No entanto, o Governo brasileiro recusou-se, naquele momento, a atender ao pedido da Legação, argumentando que:

o súdito italiano Franzini e a companhia que organizasse para dar execução ao contrato são entidades jurídicas inteiramente distintas e o que se refere a uma não pode de modo coercitivo aplicar-se ao outro.¹⁶⁶

Ou seja, uma vez que a companhia não foi constituída a cláusula XIX perdia força jurídica. Ainda, segundo o ministro Carlos de Carvalho, em 21 de outubro de 188, Franzini entrou com ação ordinária contra a Fazenda Pública do Brasil, exigindo 8.800:000\$ a título de indenização de perdas e danos causados pela nulificação do contrato de 12 de julho. Perdeu em primeira instância, e não deu prosseguimento à ação, o que lhe era de direito.¹⁶⁷

Nesse ínterim, o responsável pela Legação da Áustria-Hungria, Ernesto Schmitt De Tavera, remeteu ao MRE, em 10 de fevereiro de 1895, cópia de

¹⁶⁴ Para uma discussão a respeito da legislação a que foram submetidos os imigrantes que ingressavam no Brasil desde o início do Século XIX, consulte-se, por exemplo: IOTTI, Luiza Horn. **Imigração e poder: a palavra oficial sobre os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (1875-1914)**. Caxias do Sul, RS: Educ, 2010.

¹⁶⁵ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **RELATÓRIO**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895, p. 29.

¹⁶⁶ Idem, p. 28.

¹⁶⁷ Esse argumento, o de que Franzini teria recorrido às instâncias ordinárias da justiça brasileira para encaminhar suas reclamações, será o ponto nodal do discurso contra os protocolos italianos, na medida em que, segundo os ministros, senadores e deputados os imigrantes italianos deveriam procurar a Justiça Brasileira para encaminhar suas reivindicações e não o Consulado Italiano; criando assim, segundos os parlamentares brasileiros, um foro privilegiado.

documento no qual o General Franzini autorizava o súdito húngaro Julio de Balásy a receber a quantia de quatro mil libras esterlinas do governo Brasileiro, quando este fizesse o primeiro pagamento referente à sua indenização. O ministro, no entanto, respondeu à Legação austro-húngara declarando que o “Governo Brasileiro não se reconhece obrigado à indenização reclamada pelo General Franzini e, portanto, não lhe é possível aceitar a posição jurídica proposta pelo Sr. De Tavera”.¹⁶⁸ Deste modo termina a referência à questão no Relatório do MRE de 1895.

Porém, conforme o relatório de 1896, o MRE aceitou levar o caso Franzini a julgamento por um tribunal arbitral.¹⁶⁹ Nas palavras do ministro enviado pelo governo italiano, Renato De Martino, transcritas no relatório, tem-se que:

Franzini constitui la compagnia “The General Agricultural of Brazil limited”, mas questa non riuscì ad ottenere, con la sottoscrizione delle azioni, i capitali necessari a causa di difficoltà che il concessionario ritiene siano imputabili al Governo del Brasile. Dà ciò l'origine della vertenza, che trascina da tanto tempo, per rifacimento di danni.¹⁷⁰

A segunda reclamação relaciona-se à Revolta da Armada, última contestação significativa ao governo de Floriano Peixoto, ocasião em que o movimento jacobino emergiu na arena política de forma mais nítida. A revolta, liderada pelo almirante José Custódio de Melo, entre setembro de 1893 a março de 1894, provocou a reação dos republicanos radicais, os jacobinos, motivados por forte sentimento nacionalista, antimonarquista e antilusitano, cujo apoio a Floriano era incondicional. Custódio alegava a inconstitucionalidade do mandato de Floriano, mas, como demonstrou Suely Robles Reis de Queiroz, era o processo sucessório que o impulsionava: *ambicioso, almejava a presidência, desavindo-se mais uma vez as classes*

¹⁶⁸ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **RELATÓRIO**. Rio de Janeiro, 1895, p. 29.

¹⁶⁹ No Relatório não há referência às causas que alteraram a posição do Governo diante da reclamação do General Franzini.

¹⁷⁰ DE MARTINO, Renato. Nota da Legação Italiana ao Governo Brasileiro. 15 de outubro de 1895. In.: BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **RELATÓRIO**. Rio de Janeiro, 1896, p. 131.

*armadas, numa luta pelo poder que os próprios contemporâneos percebiam claramente.*¹⁷¹

A reclamação da firma Camuyrano & Cia versou sobre a sabotagem, por forças federais, durante a Revolta da Armada de 1893, de duas lanchas, “Tijuca” e “Corcovado”, que estavam atracadas no cais do Moinho Fluminense. Foram suprimidas peças da maquinaria para evitar que as mesmas, segundo versão do Comandante das forças federais estacionadas na Gamboa, caíssem nas mãos dos revoltosos. Além das peças suprimidas, a firma Camuyrano & Cia alegou que as referidas lanchas ficaram em poder do governo federal após os incidentes de setembro de 1893. Pediu por isso indenização tanto pela supressão das peças quanto pelo sequestro das lanchas:

qualificando de arbitrário semelhante ato, pediu indenização pelos estragos causados às máquinas (dano emergente) e pelas perdas e danos resultantes da impossibilidade de servir-se das lanchas o seu proprietário (lucro cessante).¹⁷²

A Legação italiana iniciou a reclamação por nota emitida pelo Comendador Tugini, então Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de Sua Majestade o Rei da Itália, em 31 de janeiro de 1894, e por outra datada de 21 de fevereiro do mesmo ano, e comunicou que a firma Camuyrano & Cia calculou em 180:000\$ o total que lhe eram devidas até o dia 20 de fevereiro, ressaltando-se o direito à indenização dos prejuízos que sofresse até a data do pagamento.¹⁷³

Por sua vez, o Governo brasileiro respondeu às notas alegando que “algumas peças das máquinas foram retiradas para evitar que as lanchas, sendo ocupadas pelos revoltosos, fossem utilizadas contra o Governo legal.”¹⁷⁴

¹⁷¹ QUEIROZ, op. cit., p. 19.

¹⁷² Cf. BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **RELATÓRIO**. Rio de Janeiro, 1895, p. 65.

¹⁷³ Idem, p. 63.

¹⁷⁴ Ibidem.

Sendo assim, continua, “foi ato lícito de defesa, que não criou obrigação alguma de indenização. O exercício de direito exclui tal responsabilidade.”¹⁷⁵

Seguia afirmando estar

persuadido o Governo Federal de ter praticado um ato lícito e não tem dúvida que na opinião do Governo Italiano assim será qualificado. É princípio aceito na Chancelaria Italiana que o dano causado por atos que com violação do direito das gentes são praticados pela autoridade pública ou por agentes dependentes do Governo é bem diverso do caso ‘di danni che abbiano altra origine come sarebbero quelli cagionati operazione de guerra o da atti addebitati ai rivoluzionari od a malfattori comuni’, e que nesta segunda classe de danos – “mancherebbe assolutamente ogni base razionale di responsabilità governativa a meno che per parte Del Governo o deu suoi agenti si fosse evidentemente omesso di adempiere i propri doveri nella possibili prevenzione del danno lamentato”.¹⁷⁶

Citando normas da Chancelaria italiana, o ministro Carlos de Carvalho intentava dissuadi-los da legitimidade da ação do comandante das forças federais em combate. Referiu-se também a preceito de Ihering, em *De la faute en droit prive*, segundo o qual “não é o dano que obriga a indenização; é a falta; sem falta não há responsabilidade, isto é, não há obrigação de reparar o dano”.

Além disso, alegava que uma firma social, constituída no Brasil, não poderia ser considerada estrangeira, ainda que seus membros o sejam.¹⁷⁷ Seguindo o argumento do Governo brasileiro, deveria, portanto, a firma Camuyrano & Cia ter procurado a Justiça brasileira para ter seu direito assistido.

Acrescentou também que o montante solicitado pelos reclamantes excedia em muito ao valor total das embarcações:

verifiquei que por escritura pública de 13 de fevereiro de 1893 em notas do tabelião Castro essas lanchas com mais cinco chatas foram compradas pelos reclamantes pela quantia de 56:000\$. Pedem, entretanto, só pelas duas lanchas 120:000\$ e por lucro cessante 60:000\$000.”

¹⁷⁵ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **RELATÓRIO**. Rio de Janeiro, 1895, p. 63.

¹⁷⁶ Idem, p. 65.

¹⁷⁷ Idem, p. 64.

Contudo, a questão foi encerrada no relatório de 1895, sendo discutida novamente no relatório de 1896, quando foi decidido submetê-la à decisão de árbitros.

A terceira reclamação tem início em 06 de junho de 1891 quando, pelo decreto n. 372, o governo federal concedeu ao Banco da República dos Estados Unidos do Brasil e a Pedro Caminada, ou à empresa que ambos deveriam organizar, concessão para a construção, uso e gozo de uma estrada de ferro circular que, designada Metropolitana, deveria percorrer os morros circunvizinhos à capital e localidades suburbanas, dentro do então Distrito Federal, incluindo a Ilha do Governador, tendo por ponto de partida e chegada o Largo da Carioca.

Imediatamente, no Largo da Carioca os demandantes apropriaram-se, sem autorização prévia, do chafariz e, no entorno, construíram um tapume. A Intendência Municipal concedeu seis meses para desobstrução do Largo e, esgotado o prazo, a companhia concessionária não pediu prorrogação. Assim, a Intendência determinou que a companhia demolisse o tapume, mas esta não o fez. Nasce daí a reclamação denominada nos documentos do MRE: Pedro Caminada.

A reclamação Caminhada explicita uma característica fundamental do empreendimento ferroviário brasileiro que foi a articulação entre o Estado brasileiro, as companhias de estrada de ferro e o capital internacional. Esta articulação, segundo Ana Lucia Duarte Lana, é recorrentemente apontada como geradora de desmandos administrativos, corrupção dos agentes envolvidos, contratos irrealizáveis, benefícios e custos ilícitos, má qualidade dos traçados e das linhas implantadas.¹⁷⁸

A Legação Italiana, em nota de 28 de outubro de 1892, apoiou o pedido apresentado por Salvador Nicosia, procurador de Pedro Caminada, empenhado em submeter o procedimento da Intendência Municipal à decisão de árbitros segundo o artigo X do decreto da concessão.¹⁷⁹ Esta foi, segundo

¹⁷⁸ LANA, Ana Lúcia Duarte. Ferrovias no Brasil: 1870-1920. **Revista História Econômica e História de Empresas**. Vol. 8. N.1, 2005, p. 11.

¹⁷⁹ Cf. BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **RELATÓRIO**. Rio de Janeiro, 1895, p. 76.

Ausonio Latini, a mais complexa e mais importante das reclamações apresentadas.¹⁸⁰

Ausonio Latini, escreveu um opúsculo, *La Questione italiana al Brasile*, em 1896, cujo objetivo foi apresentar as “circostanze peculiari nelle quali si é maturata e si é svolta la discussione parlamentare”, ao ministro da Itália e aos demais leitores interessados no assunto. Assunto este difícil e fácil ao mesmo tempo, escreve Latini:

arduo, perché ci anima un alto intento di pacificazione e vogliamo astrarre da tutto ciò che costituisce l'emento passionale della disputa; facile, perche unico fundamento del nostro Studio ló collochiamo nella verità e nella ricerca di essa.¹⁸¹

Em 29 de novembro, foi publicado no Diário Oficial o seguinte requerimento:

Companhia Estrada de Ferro Metropolitana, representada por Pedro Caminada, pedindo:
Que, de acordo com a cláusula 10ª do seu contrato, sejam nomeados árbitros de parte a parte para avaliarem os prejuízos morais e materiais sofridos pela Companhia, em consequência do ato da Intendência Municipal mandando demolir o tapume para a execução das obras da estação central da mesma estrada;
Providências no sentido da Intendência não obstar jamais a execução daquelas obras e do traçado aprovado, ou, de comum acordo, ser fixado outro ponto para a estação central;
Que, em remuneração ao tempo perdido, sejam aumentados os prazos para prosseguimento e conclusão das obras.¹⁸²

O ministro rejeitou o requerimento, baseado no argumento de que quando o Governo

concede privilégio para a construção, uso e gozo de uma estrada de ferro não dá ao concessionário o direito de posse dos terrenos, prédios e benfeitorias que se tornarem necessárias a essa construção, concede apenas o direito de desapropriação, que para ser utilizado, precisa ser sujeito ao processo indicado no decreto n. 816 de 10 de julho de 1855 e respectivo regulamento do qual não se acham isentos os próprios nacionais.¹⁸³

¹⁸⁰ LATINI, Ausonio. **La questione italiana al Brasile**. Rio de Janeiro: s/e, 1896, p. 29.

¹⁸¹ Idem, p.5.

¹⁸² BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **RELATÓRIO**. Rio de Janeiro, 1895, p. 76.

¹⁸³ Idem, ibidem.

Acrescentou ainda que o órgão competente na desapropriação e licença para construção de andaimes, entaipamentos, etc, nos logradouros públicos, é a Intendência Municipal. Contudo, o próprio ministro declara que a referida Intendência forneceu tal licença, mas para um período de seis meses, findo o qual competia os concessionários demolirem o entaipamento, caso não obtivessem sua prorrogação.

Por seu turno, o ministro italiano Aldo Nobili, em nota de 31 de janeiro de 1893 referindo-se a uma promessa feita pelo Contra Almirante Custódio José de Mello, então Ministro das Relações Exteriores, informou que tinha ordens de seu Governo para manter a ideia do arbitramento.

A promessa feita pelo Almirante Custódio José de Mello, confirmada em nota por Antonio Francisco de Paula Souza, ministro de Indústria, Viação e Obras Públicas, era que se “que nessa data [23 de março, data da nota] notificava à Companhia para que se louvasse em um árbitro e acordasse no que, como terceiro tivesse de proferir decisão final entre os pareceres dos árbitros dela e do Governo, se estes discordassem”.¹⁸⁴

Adiante no relatório, o ministro Carlos de Carvalho expõe novamente e mais detalhadamente o que ocorreu, transcrevendo longa nota feita pelo Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, que trata do arbitramento da questão.

Após os tramites entre os árbitros do caso, em 16 de agosto de 1894, Pedro Caminada lavrou um termo de compromisso fundando-se no decreto n. 3.900 de 26 de junho de 1867, indicando quatro quesitos, a saber:

1. O Concessionário da Estrada de Ferro Metropolitana, que tem cem contos no Tesouro Nacional para garantir a execução do contrato synallagmatico que em 21 de junho de 1891 firmou com o Governo Federal, cumpriu esse contrato?
2. O Governo Federal cumpriu esse contrato sinalagmatico [sic] que assinou com o concessionário em 21 de junho de 1891?
3. No caso de ter sido rompido esse contrato bilateral pelo Governo Federal, assiste ou não ao concessionário direito a receber uma indenização?

¹⁸⁴ Cf. BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **RELATÓRIO**. Rio de Janeiro, 1895, p. 77.

4. Neste caso qual deve ser o quantum dessa indenização?¹⁸⁵

O termo foi indeferido em 24 de agosto; e confirmado o indeferimento pelo Ministro Souza de Paula, em 10 de fevereiro de 1895. Duas razões determinaram o indeferimento: 1) O decreto de 1867 regulando o juízo arbitral se tornou voluntário por força da lei n. 1750 de 14 de setembro de 1868, não tendo regido em diante casos de contestação entre a Administração e concessionários; 2) A alteração trazida pelos quesitos do suplicante ao objeto da controvérsia transformaria de uma demolição de tapume em quebra do contrato por parte do Governo, que acarretaria indenização ao suplicante pela concessão malograda da estrada de ferro e orçamento da respectiva soma.¹⁸⁶

sem dúvida não faria concessão ao Sr. Pedro Caminada, mal chegado do Rio da Prata e sem precedentes na República, se não estivesse apoiado em uma instituição de crédito notavelmente recomendada ao Governo Brasileiro.¹⁸⁷

Rejeitada a proposta do MRE, Aldo Nobili apresentou um contraprojeto em que “Pedro Caminada como *concessionário e único construtor e executor do contrato* da Estrada de Ferro circular denominada Metropolitana, a que se refere o Decreto n. 372 de 6 de junho de 1891”. “*Não tendo sido aceita pela Sr. Pedro Caminada, estipula o cônsul, uma transação tratada amigavelmente entre a R. Legação e o Ministério das Relações Exteriores*, os mesmos Senhores estabelecem que se recorra ao Juízo Arbitral regulado pelo Decreto n. 3.900 de 26 de junho de 1867”.

Os itens em desacordo foram referenciar Pedro Caminada como “um dos concessionários” além do Banco da República do Brasil, a Legação Italiana recusou a participação do Banco do Brasil, alegando que apenas Pedro Caminada “tem sustentado as obrigações contratuais na execução da concessão.” Além disso, incluiu no texto do projeto o fato de não ter sido aceita

¹⁸⁵ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **RELATÓRIO**. Rio de Janeiro, 1895, p. 78.

¹⁸⁶ Cf. Idem, p. 79.

¹⁸⁷ Idem, p. 80.

pelo Sr. Pedro Caminada uma transação tratada amigavelmente entre a R. Legação e o Ministério das Relações Exteriores.¹⁸⁸

Além disso, o item B o projeto de Carlos de Carvalho incluiu para arbitragem a imputabilidade das causas e fatos, incluindo aí o concessionário, a Municipalidade ou autoridade Municipal ou o Governo. Atribuindo o pagamento da indenização a quem foi responsabilizado. O Cônsul Aldo Nobili, por sua vez, no Item B apenas levantou o valor da concessão e quais os prejuízos, lucros cessantes, danos emergentes causados pelo Governo. Ou seja, o próprio protocolo pareceu encaminhar para uma decisão favorável ao reclamante.

O projeto de Aldo Nobili não foi aceito, entre as justificativas estavam:

1.º Perante o Governo são concessionários da Estrada de Ferro o Sr. Pedro Caminada e o Banco da República do Brasil, sucessor do Banco dos Estados Unidos do Brasil, e no contra-projeto se declara: *Pedro Caminada como concessionário e único construtor e executor do contrato*. As relações entre os concessionários ficariam testemunhadas pelo Governo, para o que não tem elementos de convicção.

2.º O Governo nunca reconheceu no Sr. Pedro Caminada direito à indenização e a transação a que se refere o contraprojeto tinha por fim tornar o Banco da República do Brasil único concessionário, fazendo-se assim um favor ao Sr. Pedro Caminada, transação essa iniciada em janeiro último e que, não surtindo efeito, demorou a redação do projeto de protocolo, como o Sr. Cavalheiro Aldo Nobili perfeitamente sabe.

3.º É preciso dar a razão pela qual a cláusula X do decreto n. 372 de 6 de Junho de 1891 é inaplicável e que o Juízo Arbitral é ato de cortesia para com o Governo Italiano, visto que os tribunais ordinários federais oferecem todas as garantias às partes litigantes e melhor facilitam o desenvolvimento das provas e debates.¹⁸⁹

Diante da negativa do Governo brasileiro, Aldo Nobili alegou não ter autorização do Governo italiano para aceitar a proposta, remetendo o projeto, o contra-projeto e as notas trocas a respeito ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Roma, Barão Blanc. Despede-se em nota fazendo

as mais amplas reservas em favor do titular desta Real Legação, Comendador Renato De Martino, que deve aqui chegar amanhã, não só sobre o modo de resolver a – Metropolitana – por meio de uma

¹⁸⁸ Cf. BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **RELATÓRIO**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895, p. 84.

¹⁸⁹ Idem, p. 87.

transação, mas ainda relativamente à questão dos quesitos, porquanto não quero por forma alguma perturbar a sua ação, deixando também por isso de rebater os artigos do projeto, que são, a meu ver, discutíveis e suscetíveis ainda de modificações.¹⁹⁰

A questão Caminada foi encerrada, no Relatório de 1895, com a intenção de Carlos de Carvalho em aguardar a posição do Governo italiano, juntamente à proposta de sistematização geral das reclamações. Assim, O Governo Federal com vistas a solucionar o rol de reclamações acima apresentadas, propôs no Relatório de 1895: 1. Entregar à Real Legação Italiana a quantia de 200:000\$ para liquidar e por em “perpétuo silêncio” todas as reclamações constantes do Anexo n. 1, com exceção das reclamações de Cirone Fratelli e Botino Fratelli; 2. Manter sob “sentença passada em julgado contra a Fazenda Federal as das classes 6ª e 7ª; 3. Continuar a discussão por via diplomática das sucessões números 5, 8, 10, 11, 13 e 14, da relação especial organizada pelo Ministério.

Ressaltou que se tratava de

uma transação ou composição que aliviará o Ministério das Relações Exteriores e a Real Legação Italiana de trabalho que não pode produzir senão atritos e irritações, visto como dificilmente se mudará de terreno – ou porque são questões de princípios, ou porque a obscuridade dos fatos exige prova ampla, que só se poderá obter em pleito judicial.¹⁹¹

No dia 27 de novembro de 1895, a bordo do cruzador *Lombardia*, chegava no Rio de Janeiro, a fim de retomar as conversações, o conde Roberto Magliano di Villar San Marco, cuja presença, assevera Ângelo Trento, deveria servir para exercer uma discreta pressão sobre as autoridades brasileiras. No *Lombardia*, porém, eclodiu um surto de febre amarela que ceifou a tripulação (117 mortos, entre os quais o comandante), e o cruzador foi substituído pelo *Piemonte*, que transportava o novo plenipotenciário, Renato De Martino, substituto de Magliano. Ele tinha, sobretudo, a tarefa de colher informações de caráter militar sobre a Marinha e o Exército brasileiros. Sua

¹⁹⁰ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **RELATÓRIO**. Rio de Janeiro, 1895, p. 88-89.

¹⁹¹ Idem, p. 147.

presença se devia ao fato de que o protocolo Magliano-Carvalho, arduamente alcançado em 1896, havia sido recusado pelo parlamento brasileiro numa fase de exacerbação dos conflitos e dos pruridos nacionalistas.¹⁹² A chegada de Renato De Martino foi amplamente noticiada pela imprensa da época.¹⁹³

Junto com a nova missão de De Martino, o governo italiano chegou a ponto de programar expedição naval contra o Brasil, e o ministro da Marinha, Benedito Brin, encarregou o vice-almirante Accini de estudar o problema, o que ele fez no fim de outubro, dando uma série de sugestões operacionais e prevendo dois níveis de intervenção bélica, um mínimo e outro máximo. O fato mais desconcertante é que, além de ser presumivelmente muito difícil de ser colocado na prática em virtude da distância e da consistência das forças navais italianas, faltava ao projeto um elemento fundamental, ou seja, as previsões de gastos.¹⁹⁴

De todo modo, as três reclamações (Franzini, Caminada e Camuyrano) ocuparam grande espaço no Relatório produzido pelo Ministro das Relações Exteriores, Carlos de Carvalho, no ano de 1895, sendo incluída entre as nove categorias definidas no decorrer do mesmo relatório. A importância delas parece residir no fato de que sua repercussão fomentou e abriu precedentes a outras reclamações, dando origem assim a tumultuada questão dos Protocolos Italianos.

A vinda da esquadra pode ser entendida como meio de persuadir o governo brasileiro a atender as exigências da Itália, utilizando-se daquilo que Morgenthau denominou de “diplomacia de prestígio”¹⁹⁵. George F. Kennan lembra, por sua vez, o “histórico entusiasmo das massas” na Europa que

¹⁹² TRENTO, op. cit., p. 193.

¹⁹³ A chegada do ministro plenipotenciário da Itália, Renato de Martino, em encouraçado de guerra foi amplamente noticiada como um *ultimatum* ao Brasil com vistas a resolver a questão dos Protocolos Italianos. Cf., por exemplo, **O Commercio de São Paulo**: 23/9/1896, 24/9/1896, 25/9/1896, 26/9/1896, 27/9/1896, 29/9/1896, 30/9/1896, 1/10/1896, 7/11/1896, 10/11/1896, 14/11/1896, 17/11/1896, 18/11/1896, 19/11/1896, 20/11/1896. **Autoridade**: 13/09/1896, 20/09/1896, 27/09/1896, 04/10/1896.

Além disso, Segundo o jornal monarquista *Autoridade*, reproduzindo artigo publicado em Buenos Aires, era intenção da Itália era declarar guerra ao Brasil caso a questão dos protocolos não fosse atendida a contento. O artigo frisava ser essa uma questão moral, mais do que material, na medida em que era a “honra” da Itália que estava sendo ofendida pela recusa em aceitar as reclamações, bem como, reconhecer os direitos dos italianos no Brasil. Cf, **Autoridade**, 27/09/1896, 04/10/1896.

¹⁹⁴ TRENTO, op. cit., p. 193-194.

¹⁹⁵ Cf. MORGENTHAU, Hans. **A política entre as nações**: a luta pelo poder e pela paz. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Brasília: Ed. UnB, 2003, p. 147, passim.

assistiram às visitas das esquadras no início dos anos de 1890, reforçando, assim, o argumento da diplomacia de prestígio.¹⁹⁶

O ministro reproduziu nota recebida da Legação Italiana, dando conhecimento da proposta para a liquidação geral das reclamações pendentes, que incluíam as reclamações Franzini, Caminada e Camuyrano analisadas acima, e “as quais há tempo estavam sendo discutidas e aguardando solução.”¹⁹⁷ Informa não ter poderes para aceitar a proposta, encaminhando-a ao ministro italiano, Barão Blanc. No relatório de 1896, Carlos de Carvalho informou que o ministro Italiano não aprovou a proposta.

Em reprodução de nota expedida em 15 de outubro de 1895 pela Legação Italiana, o ministro plenipotenciário, Renato de Martino, expôs as razões de recusa: declara que a Legação Italiana ficou surpresa com a exclusão de diversas reclamações que o Governo italiano ponderava legítimas. Além disso, a sistematização e a quantia oferecida foram consideradas inaceitáveis.¹⁹⁸

Sendo assim, a Legação italiana apresentou uma proposta de sistematização geral às reclamações. E que,

animati da uno spirito di conciliazione, escludiamo addirittura i Reclami per danni causati da ordinare operazione di guerra, da rivoluzione o ribelli e da malfattori, ed altri ancora che il citare sarebbe superfluo; e quantunque, per alcuni di essi considerazioni speciali, importanti e gravi si potrebbero invocare.¹⁹⁹

Não obstante a declaração do ministro italiano, as reclamações por requisição de guerra, danos causados pela Força Legal, Autoridade e Agentes do Governo foram mantidas.

¹⁹⁶ Cf. KENNAN, George F. **O declínio da ordem europeia de Bismark**. Brasília: Editora da Unb, 1985, p. 16.

¹⁹⁷ Nota de 04 de agosto de 1895 da Legação Italiana in BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **RELATÓRIO**. Rio de Janeiro, 1895, p. 148.

¹⁹⁸ Cf. Nota da Legação Italiana ao Governo Brasileiro in BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **RELATÓRIO**. Rio de Janeiro, 1896, p. 106.

¹⁹⁹ Ibidem.

A lista encaminhada por Renato De Martino foi organizada em quatro partes, nomeadas Allegato A, B, C e D. Sob a rubrica Allegato A foram reunidas as reclamações referentes a danos causados pela Força Legal, da Autoridade ou Agentes do Governo.

O ministro Renato de Martino chamou atenção, na nota, para três reclamações consideradas excepcionais e matéria para futuras negociações. A primeira trata do ocorrido na colônia italiana Luiz Alves, Santa Catarina. No Relatório 1896 não há referências detalhadas sobre o teor da questão, traz apenas a expressão “*fatti raccapriccianti*”. Além disso, alega que omitiram a questão porque aguardavam os resultados das investigações iniciadas pelas autoridades catarinenses, mas que se encontravam parciais e incompletas. Contudo, no Relatório de 1895 a demanda constava na Lista enviada ao Governo Federal pelo ministro italiano Aldo Nobili, sob o número 60, e trazia a seguinte informação: “Colônia “Luiz Alves” – *Reclamo – Avuto già sodisfazione. Finito.*”²⁰⁰ Ao que tudo indica, o Governo italiano mudou sua posição em relação a questão.

A segunda refere-se a danos causados ao italiano de sobrenome Giorgis pelas tropas federais na operação de guerra no Rio Grande do Sul. Justificou a omissão da reclamação pela ausência de documentos que não puderam, em momento oportuno, serem recolhidos e apresentados.²⁰¹

A terceira reclamação, em nome de Arcangelo Arleo, teve sua omissão justificada, segundo a nota do ministro, pela *severità con la quale abbiamo proceduto nel nostro esame*²⁰², apesar da apresentação de documentos considerados irrefutáveis. No entanto, no Relatório de 1895 a reclamação já aparece listada, sob o número 35i da lista geral²⁰³, e organizada na 1ª

²⁰⁰ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **RELATÓRIO**. Rio de Janeiro, 1895, p. 158.

²⁰¹ Cf. Nota da Legação da Itália no Brasil. In. BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **RELATÓRIO**. Rio de Janeiro, 1896, p. 107.

²⁰² Idem, *ibidem*.

²⁰³ Conforme comentamos acima, a 1ª Classe refere-se a “danos causados às pessoas e à propriedade por forças revolucionárias, por salteadores, malfeitores e delinquentes comuns.” In. BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **RELATÓRIO**. Rio de Janeiro, 1895, p. 153.

Classe.²⁰⁴ O italiano Arcangelo Arleo foi *vitima delle truppe dette patriotas* em Jaguari, no Rio Grande do Sul.

O Allegato B reuniu reclamações sobre quebra de contratos firmados entre cidadãos italianos com a Administração Pública, solicitando que fosse instituído tribunal arbitragem para julgar essas reclamações. Os contratos são Franzini, Pietro Caminada (Metropolitana), Carlo Antonini e Cristoforo Bonini.²⁰⁵

Solicitava também que duas reclamações deveriam ser julgadas pelo referido tribunal de arbitragem: sobre violências sofridas durante a expulsão de oito italianos, em 1893, de São Paulo, por suspeita de serem anarquistas; e a expulsão de Michele Miscione, também em 1893, do Rio de Janeiro. Segundo o ministro italiano, a expulsão dos oito italianos se deu apesar da Legação Italiana oferecer provas de que a acusação era insustentável. Além disso, os italianos expulsos foram vítimas de maus-tratos com *gravi ed irremediabili danni constatati da certificati medici*.²⁰⁶

De todo modo, a Lei Adolpho Gordo serviu para dar uma aparência jurídica a uma prática que já vigorava junto às autoridades brasileira. Antes que fosse aprovada, haviam ocorrido, além de casos de deportação de imigrantes para o Acre, também expulsões de italianos, pelo menos numa ocasião. A 15 de abril de 1894, um grupo de anarquistas e socialistas reuniu-se na sede do Centro Socialista Internacional em São Paulo para organizar a comemoração do 1º de maio, até então jamais celebrado no Brasil. A polícia prendeu 16 pessoas, libertou 06 após quatro meses e mandou os outros 10 para prisões do Rio de Janeiro. Dos réus restantes, 9 eram italianos: Leonida Amici. Sante Leonardi; Paolo De Rossi; Ettore Gorchini; Secondo Secondari; Ettore Gallini; Domenico Semprini; Giuseppe Morelli.²⁰⁷

Em agosto de 1894, 04 deles foram expulsos e forçados a embarcar para a Argentina. É provável que a expulsão de estrangeiros antes da Lei

²⁰⁴ Idem, p. 94.

²⁰⁵ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **RELATÓRIO**. Rio de Janeiro, 1896, p. 108.

²⁰⁶ Idem, ibidem.

²⁰⁷ Cf. Idem, p. 134.

Adolpho Gordo se tenha verificado também em outra circunstância²⁰⁸; porém, para nos atermos a notícias certas, no único caso documentado – o de abril de 1894 –, um papel determinante teve a delação do cônsul italiano, que comunicou às autoridades policiais a data e o lugar da reunião, obrigando-as dessa forma a intervirem. Não há dúvida de que se tratou de uma delação, e isso é confirmado pelos numerosos testemunhos, entre os quais o do próprio chefe de polícia de São Paulo, Cavalcante de Albuquerque, o qual, diante dos pedidos de esclarecimento do Supremo Tribunal Federal sobre os motivos que haviam levado à prisão dos réus, respondia que eles “haviam sido apontados pelo próprio cônsul de sua nacionalidade ao dr. Chefe de Polícia do Estado de São Paulo como anarquistas dinamiteiros”.²⁰⁹

A expulsão de Michele Miscione foi motivada pela acusação de participação como intermediário entre a frota revoltosa e os seus partidários na Capital Federal, durante a Revolta da Armada. Foi preso em 28 de Dezembro de 1893 e mantido em cárcere por nove meses, não obstante a concessão de *habeas corpus* pelo Supremo Tribunal Federal. Em 15 de setembro de 1894, com a sentença do Supremo que ordenou a liberação definitiva “visto a ilegalidade de sua prisão, a incompetência da jurisdição para o caso e a falta de formação da culpa em relação ao dito paciente”²¹⁰ foi embarcado à força para Lisboa, Portugal.

Miscione reclamava sobre os danos da prisão e a expulsão arbitrária, o sequestro de mercadorias do navio “Sargo” contratado por ele, a anulação de contrato de concessão de publicidade com a Prefeitura da cidade do Rio de

²⁰⁸ Quando ainda se discutia sobre a possibilidade de aprovar um decreto desse gênero, o *La Nuova Gente* escrevia que o governo “não precisou de nenhuma lei para expulsar – e por duas vezes – vários anarquistas estrangeiros do território brasileiro”. Vide “E La Costituzione?”, in *La Nuova Gente*, 20 set. 1903 apud TRENTO, op. cit, p. 220.

²⁰⁹ Ibidem.

²¹⁰ Citação na Nota da Legação italiana ao Governo brasileiro de 15 de outubro de 1895 in BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **RELATÓRIO**. Rio de Janeiro, 1896, p. 135. O documento não permite saber, no entanto, a origem da referida citação.

Janeiro.²¹¹ Sendo que o Governo brasileiro, como informa o Relatório de 1895, não reconheceu obrigação no pagamento de indenização.²¹²

Ainda sob o Allegato B foram reapresentadas a questão das lanchas *Tijuca* e *Corcovado* e do pontão *Indústria Argentina*²¹³ da firma Camuyrano para serem encaminhadas ao tribunal arbitral. O ministro italiano comentou que por tem merecido apreciação extensa no Relatório do MRE de 1895, e pela diversidade na apreciação e julgamento dos fatos envolvidos seria inútil a tentativa de conciliação entre o Ministério e o Consulado, na medida em que este mantém as reclamações.²¹⁴

As ações que compõem o Allegato C referem-se à herança de súditos italianos falecidos, recolhidas pela Autoridade brasileira, e reivindicadas pelo Consulado Italiano que, segundo o mesmo, era o responsável pelos dependentes das vítimas, caso houvesse. Essas heranças encontravam-se em forma de pecúlio, título de crédito do Banco Rural Hipotecário, objetos pessoais.²¹⁵

Algumas reclamações não puderam ser atendidas, segundo o ministro italiano, por contestação da nacionalidade dos reclamantes. Não obstante a questão de princípio, considerada controversa, exigiu²¹⁶ que o Governo Federal

²¹¹ Idem, ibidem.

²¹² O MRE incluiu a reclamação de Miscione à 7ª Classe: “Reclamações pecuniárias por outros fundamentos”. A novidade, neste caso, reside na inclusão desta reclamação pelo ministro Renato de Martino no grupo de reclamações referentes à quebra de contrato com a Administração Pública, além da prisão e da expulsão.

²¹³ O pontão Indústria Argentina, embarcação sem mastro que serve como depósito, foi destruído pelos tiros da Fortaleza de Santa Cruz. Conforme o Relatório 1895, o Governo Federal não reconheceu obrigação no pagamento de indenização, alegou que “a obrigação de indenizar não resulta do prejuízo e sim da culpa ou falta; esta constitui o quase-efeito, uma das quatro fontes das obrigações” in BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **RELATÓRIO**. Rio de Janeiro, 1895, p. 192.

²¹⁴ Cf. BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **RELATÓRIO**. Rio de Janeiro, 1896, p. 108-109.

²¹⁵ Entre as ocorrências citadas encontra-se a de Domenico Salandra, morto por afogamento em 02 de dezembro de 1886 no Rio Fruteira, em Cachoeiro do Itapemirim, Espírito Santo. Segundo nota do Consulado italiano de 09 de setembro de 1883, o Delegado de polícia tomou posse de 203 mil réis da vítima, sendo as solicitações para o reembolso infrutíferas. Cf. Nota da Legação. In. BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **RELATÓRIO**. Rio de Janeiro, 1896, pp. 110/142.

²¹⁶ O termo “exigir” pode soar demasiado forte para pertencer ao vocabulário de negociações diplomáticas. No entanto, a nota do ministro italiano apresenta tom impositivo, e considerando que Renato De Martino veio ao Brasil especialmente para liquidar as reclamações italianas, que há anos ocupavam as duas chancelarias, justifica-se o uso do termo.

empenhasse-se em garantir o atendimento das reclamações, “senza altri indugi”²¹⁷. Diferentemente das indenizações previstas pelas reclamações do Allegato C, as indenizações seriam encaminhadas aos herdeiros dos falecidos, todos residentes na Itália, por meio de procuradores, nomeados pelo Governo real.²¹⁸

Em 03 de dezembro de 1896, o ministro Carlos de Carvalho respondeu a nota com a proposta do ministro italiano. E justificou a demora na resposta pela necessidade de “examinar com particular cuidado os noventa casos a que ela se refere, representando quase trezentas e cinquenta reclamações”.²¹⁹

Chamou a atenção para o fato de que possivelmente muitas das reclamações sobre contestação de herança e algumas sob a rubrica *Danni causati da requisizione di guerra e Credite diverse*, pertencentes ao Allegato A, poderiam já estar liquidadas se,

quanto às primeiras, aos agentes consulares fossem mais conhecidas as leis brasileiras do processo; quanto às segundas se, em geral não constituíssem simples alegações e, quanto às terceiras, se os interessados não tivessem pretendido esquivar-se à liquidação segundo as regras da contabilidade pública.²²⁰

Outras reclamações, segundo o ministro, poderiam ser liquidadas perante tribunais judiciais brasileiros, não confundindo assim atribuições do Judiciário com o Executivo, criando “foro privilegiado” para o julgamento dos processos. Este foi um argumento recorrentemente usado contra os Protocolos Italianos por parte dos parlamentares brasileiros.

Para o ministro, o Governo não poderia defender-se perante o Congresso caso aceitasse todas as reclamações do Allegato A. Pois além de faltarem documentos para sua apreciação, “a regra de direito a aplicar não está recebida e seria temerário que o Governo a proclamasse. Variando as causas

²¹⁷ Nota Legação italiana. In. BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **RELATÓRIO**. Rio de Janeiro, 1896, p. 109.

²¹⁸ Idem, ibidem.

²¹⁹ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **RELATÓRIO**. Rio de Janeiro, 1896, p. 146.

²²⁰ Idem, ibidem.

de pedir, o Governo não pode arvorar-se nem em tribunal de stricta justiça nem de equidade”.²²¹

Quanto às reclamações do Allegato B, pediu o ministro italiano o julgamento arbitral. Carlos de Carvalho o aceitou, apesar de apontar as inconveniências do procedimento: “as despesas com os pleitos e os embaraços que encontraria a instrução dos processos não compensariam os resultados”. Além disso, sugeriu que as reclamações do Allegato A também fossem julgadas em um Tribunal arbitral coletivo com sede no Rio de Janeiro e compostos dos representantes diplomáticos da República dos Estados Unidos da América, do Império da Alemanha ou do Império da Rússia e das Repúblicas da Bolívia e do Chile.²²²

Com relação às sucessões, Allegato C e D, o Governo Federal não pode invadir a esfera de ação do Poder Judiciário, mas está pronto a promover por intermédio de um funcionário do Ministério Público Federal a respectiva liquidação de acordo com as autoridades consulares do Reino da Itália, auxiliando-se com o subsídio de seu conhecimento da legislação brasileira, uma que os Consulados italianos não tem Consultor profissional.²²³

Propôs ainda que, como o ministro italiano assim se manifestou, poderiam ao invés de organizar um tribunal coletivo, organizar um singular, sendo o Presidente dos Estados Unidos da América escolhido como árbitro. Em nota do mesmo dia, o ministro italiano concorda que todas as reclamações pendentes sejam julgadas pelo Presidente dos Estados Unidos, como árbitro.

O montante final, segundo estimativas realizadas a partir da Nota da Legação Italiana de 15 de outubro de 1895, anexada ao final deste trabalho, seria de cerca de 1.396.403\$000. No entanto, após muitos reveses na Câmara dos Deputados e nas ruas em algumas cidades brasileiras, o pagamento acertado sobe, surpreendentemente, para 04 mil contos réis (4.000.000\$000), que seriam distribuídos aos reclamantes exclusivamente pelo Consulado

²²¹ Idem, p. 147

²²² Cf. Brasil. Ministério das Relações Exteriores. **RELATÓRIO**. Rio de Janeiro, 1896, p. 147.

²²³ Idem, p. 148.

Italiano.²²⁴ A discrepância nos valores leva a crer que faltam elementos na documentação compulsada. Além disso, o ônus político que a demora na solução das reclamações italianas trouxe ao governo de Prudente de Moraes poderia justificar o pagamento de cifra maior, considerado o valor solicitado.

Além desse valor, foram ainda avaliadas as demandas relativas a prejuízos causados por forças do Governo da União em operações de guerra nos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, analisadas e julgadas por comissão mista. O Relatório não informa, no entanto, a maneira como seria distribuído a indenização entre os reclamantes.²²⁵ O total em indenizações às reclamações deferidas pelas Comissões mistas de Porto Alegre e Florianópolis foi de 815:067\$120.²²⁶ No Relatório do Ministério das Relações Exteriores de 1898 consta ofício do Presidente Prudente de Moraes solicitando abertura de crédito para o atendimento destas reclamações.²²⁷

O árbitro escolhido para julgar essas reclamações foi o Cônsul alemão em Porto Alegre, Heinrich Koser. No entanto, o Cônsul alemão não chegou a desempenhar a tarefa tendo sido chamado a serviço no Ministério dos Negócios Estrangeiros em Berlim. Assumiu o Consulado o Barão de Wangenheim, que não teve autorização de seu governo para atuar como árbitro das reclamações italianas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Por esse motivo e, como alegou o ministro brasileiro, não prolongar as negociações, acordou-se que as reclamações cuja solução não fosse encontrada pelas Comissões seriam resolvidas pelo ministro das relações exteriores, Dionísio E. de Castro Cerqueira, e pelo Cônsul da Itália no Brasil, Conde P. Antonelli.

²²⁴ Cf. BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. **RELATÓRIO**. Rio de Janeiro, 1898, p. 226.

²²⁵ Cf. Idem, p. 227.

²²⁶ Às cinco reclamações, encaminhadas ao árbitro, foram concedidas indenizações menores do que o valor solicitado. Por exemplo, as vindas de Porto Alegre: Luigi Blois pediu 7:518\$, concedido 4:000\$; Angelo Vacca 56:450\$, foi concedido 27:550\$; Achille Saporiti, 2:920\$, foi concedido 1:100\$. As oriundas de Florianópolis: Domenico Bottino: 83:250\$, foi concedido 15:000\$; para Salvatore Domenico que pediu 33:500\$, foi concedido 12:322\$. Essas reclamações uma vez deferidas ao árbitro apresentam alguma inconsistência, o que explica, em parte, a concessão bem abaixo do solicitado.

²²⁷ Cf. BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **RELATÓRIO**. Rio de Janeiro, 1898, p. 30.

A comissão de Porto Alegre examinou 378 reclamações: julgou 22 improcedentes, desprezou 37 por serem os reclamantes brasileiros naturalizados e deferiu 03 reclamações ao árbitro. Concedeu um total de Rs. 750:398\$120. Esta comissão ainda julgou as reclamações de Angelo Vacca e Achille Saporiti, residentes no estado do Paraná, e que alegaram prejuízos sofridos em consequência de requisição de animais.²²⁸

Foram julgadas 63 reclamações pela Comissão com sede em Florianópolis, Santa Catarina. Destas 26 foram consideradas improcedentes, e 02 foram submetidas ao árbitro. Às demais foi concedido indenização total de 4:780\$.

Com relação às suspensões da emigração para o Brasil três datas se impõem. A primeira, em 13 de março de 1889, devido a uma epidemia de febre amarela, revogada por Nicotera a 17 de julho de 1891; a segunda, entre setembro de 1893 e maio de 1894, por ocasião da Revolução Federalista no Rio Grande do Sul. A terceira refere-se ao Decreto Prinetti. Apesar das restrições colocadas pelo Decreto, a emigração subsidiada continuou, ainda que entre mil dificuldades.²²⁹

Contudo, mesmo quando oficialmente suspensa a corrente emigratória para o Brasil não cessou. De acordo com Trento,

o principal meio empregado para incrementar a emigração clandestina será a lei 10.450, de 1906, cujo artigo 101 previa o reembolso da passagem para o emigrante que fosse trabalhar nas plantações de café, contanto que fizesse parte de uma família com, pelo menos, 3 pessoas aptas para o trabalho ("três enxadas úteis"), ou fosse um solteiro de menos de 21 anos que viesse unir-se aos pais.²³⁰

Importante salientar que as ameaças de suspensão do fluxo de emigrantes foram constantes do processo que decidiu o desfecho das reclamações. Deste modo, compreende-se o esforço do Ministério em propor

²²⁸ Cf. Ibidem.

²²⁹ TRENTO, op. Cit, 34-60.

²³⁰ Idem, p. 61.

solução “*toda excepcional*” para “manter nas relações entre a República dos Estados Unidos do Brasil e o Reino da Itália as simpatias que não devem ser arrefecidas por qualquer natureza.”²³¹

Os Protocolos foram finalizados pelo ministro das relações internacionais, o paulista Dionísio Cerqueira. O ministro anterior, Carlos de Carvalho, que esteve à frente de toda a negociação, além de ter-se desgastado com a dificuldade em negociar as reclamações italianas, ou seja, ter sido apanhado no refluxo dos protocolos, como disse Edgar Carone, foi envolvido em desavença ocorrida entre seu irmão, o deputado José Carlos de Carvalho e o deputado Medeiros e Albuquerque.

Em sessão da Câmara dos Deputados, de 27 de agosto de 1896, o deputado Medeiros e Albuquerque, relatou *O Commercio de São Paulo*, insinuou que o ministro Carlos de Carvalho havia sido “pouco escrupuloso” na questão Caminada. Ou seja, que teria recebido propina para aceitar a referida questão. Na tentativa de amenizar a questão, o deputado Belisário de Souza deu o seguinte aparte: “O ministro demonstrou que tinha andado com dignidade”. Medeiros e Albuquerque redarguiu: “Com um pouco de dignidade”. Então, José Carlos acrescentou: “Com mais dignidade de que V. Ex. é capaz.” Medeiros e Albuquerque retorquiu e, em seguida, José Carlos levantou-se do seu lugar, deu-lhe uma bofetada e agarrou-lhe o pescoço, sendo, porém, logo separados.²³²

Enquanto isso, crise ministerial se instalou no Governo de Prudente de Moraes. O ministro Carlos de Carvalho acusou Gonçalves Ferreira, ministro do Interior, de atacá-lo na Câmara dos Deputados, por meio de Rosa e Silva, na questão dos protocolos, “deslealmente acoroçada”, e por este motivo, ele, Carlos de Carvalho, era obrigado a pedir demissão do Governo. Gonçalves Ferreira replicou asperamente, travando-se entre os dois secretários uma alteração violeta que “por pouco não passou a vias de fato, apesar da

²³¹ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **RELATÓRIO**. Rio de Janeiro, 1896, p. 148.

²³² O deputado agressor, José Carlos de Carvalho renunciou ao cargo de deputado, diante disso, em sessão secreta a Câmara decidiu por não tomar outras providências no sentido de penalizá-lo. Cf. **O Commercio de São Paulo**, 28/08/1896, p. 1.

intervenção do Sr. Prudente de Moraes que não foi atendido”, deixando atônitos colegas de Ministério e o Presidente da República.²³³

1.3. Os Protocolos italianos: o conteúdo dos acordos

Em 03 de dezembro de 1895, assinou-se um Protocolo, entre os Ministros Carlos de Carvalho e Renato De Martino, estipulando que todas as reclamações seriam deferidas ao Juízo arbitral do Presidente dos Estados Unidos da América, sem a menor limitação do seu encargo. Se ele não aceitasse, os Governos se poriam de acordo na escolha de um novo árbitro.²³⁴

Outro protocolo, firmado em 12 de fevereiro de 1896, teve por proponentes o Ministro Carlos de Carvalho e o Enviado Extraordinário e ministro Plenipotenciário Roberto Magliano, estabeleceu a criação de duas comissões mistas para julgar as reclamações italianas provenientes das requisições militares arbitrárias, praticadas pelas tropas federais em campanha contra os federalistas, nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Com sede em Florianópolis e Porto Alegre, as comissões mistas²³⁵, reunir-se-iam para dar “solução das reclamações italianas originadas de requisições de animais, víveres e outros objetos ou valores para as forças do Governo em operações contra os federalistas”.²³⁶ Para tanto, se estipulou que, 1.º O Presidente do Estado do Rio Grande do Sul e o Cônsul do Reino da Itália em Porto Alegre, examinariam e resolveriam *ex Bono et æquo* as reclamações originados de atos praticados nesse Estado, recorrendo ao Cônsul alemão em

²³³ Ibidem.

²³⁴ Cf. BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **RELATÓRIO**. Rio de Janeiro, 1896, p. 150.

²³⁵ A proposta para a solução das reclamações por meio do julgamento destas por comissão mista foi Idea de Julio de Castilhos, então Presidente do Estado do Rio Grande do Sul. Em nota de 15 de janeiro de 1894, o Presidente do estado informou ter “na maior consideração os interesses de todos os estrangeiros aqui residentes. Tendo, porém, de atender muitas outras reclamações da mesma espécie, não devo fazê-lo sem estar habilitado com informações seguras que, como bem compreendeis, não é possível, na quadra anormal que atravessa o Estado, obter de pronto para se poder resolver com a presteza que quer o Cônsul”. Sendo que na nota de 19 de fevereiro do mesmo ano, declarou ter “resolvido nomear, logo que termine a luta armada no Estado, Comissões locais idôneas para apurar as reclamações”. In. Idem, p. 154-155.

²³⁶ Idem, p. 151-152.

Porto Alegre em caso de desacordo. 2.º Nos casos em que a comissão não chegasse a acordo sobre a suficiência de provas da origem e qualidade das requisições ou apropriações de valores, as reclamações seriam encaminhadas ao Representante Diplomático do Reino da Itália junto ao Governo do Brasil, para seguir-se o processo adotado na solução das demais reclamações. 3.º A liquidação das reclamações deveria ocorrer no prazo de seis meses, e o pagamento das indenizações até o final do ano de 1896. 4.º Às reclamações de igual natureza ocorridas no Estado de São Catarina deveriam ser julgadas pelo Presidente do Estado do mesmo estado e pelo Cônsul italiano na cidade de Florianópolis, capital do estado. Em casos de desacordo o cônsul alemão em Porto Alegre atuaria também como árbitro.²³⁷

Um terceiro Protocolo, firmado na mesma data de 12 de fevereiro de 1896, pelas mesmas autoridades, tendo sido produzido com o objetivo de “promover amigavelmente a pronta e definitiva solução de todas as dificuldades concernentes às reclamações italianas ora pendentes, e tendo em consideração o Protocolo assinado no dia 3 de dezembro de 1895”, foram definidos em cinco artigos.²³⁸

O primeiro artigo estabeleceu que as reclamações previamente examinadas e consideradas suficientemente fundadas para uma transação amigável seriam prontamente atendidas, mediante o pagamento estabelecido.²³⁹

As reclamações que não encontrassem, no prazo de dois meses, decorridos da assinatura, solução entre os dois Governos seriam encaminhadas à avaliação do Presidente dos Estados Unidos do Brasil, definiu o segundo artigo. Acrescentou ainda que cada um dos dois Governos caberia a faculdade de dar, em caráter oficioso, comunicação do estabelecido à Secretaria de Estado em Washington.²⁴⁰

²³⁷ Cf. BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **RELATÓRIO**. Rio de Janeiro, 1896, p. 152-153.

²³⁸ Cf. Idem, p. 157.

²³⁹ Cf. Idem, ibidem.

²⁴⁰ Idem, p. 159.

No 3º artigo lê-se que o Governo italiano, dentro de seis meses contados a partir do momento o Presidente dos Estados Unidos da América declarar aceitar o cargo de juiz arbitral, deveria comunicar a relação das reclamações pendentes, bem como, os documentos e as observações feitas em apoio a sua posição. Deste modo, o Governo Brasileiro teria o mesmo prazo para apresentar suas contestações documentadas. Definiu ainda que ao Governo da Itália cabia apresentar ao árbitro todas as reclamações que entendesse, contanto que fossem anteriores à data do referido Protocolo.

À decisão do juiz arbitral seria reconhecida como “solução satisfatória, perfeita e irrevogável de todas as reclamações contempladas na estipulação precedente, de modo que estas jamais poderão dar motivos a novas discussões”, estipulou o artigo quarto.

Ao artigo 5º coube o lugar de maior contestação por parte do Governo italiano. Estabeleceu que,

às reclamações que forem ulteriormente apresentadas, por fatos posteriores à presente data, será observada a seguinte norma: tratando-se de reclamações ou de queixas de particulares que se relacionem com a ordem penal, civil ou administrativa, os Agentes diplomáticos ou consulares deverão abster-se de intervir, salvo nos casos em que esgotados os meios legais por parte dos interessados, ficar demonstrado que há denegação de justiça, demora extraordinária ou ilegal na aplicação da justiça, ou qualquer outra violação dos princípios de direito internacional geralmente reconhecidos pelas Nações civilizadas.²⁴¹

A intervenção, a partir da data do Protocolo, seria apenas oficiosa e amigável.

O sexto e último artigo determinou que o Protocolo devesse ser aprovado pelo Congresso Nacional do Brasil e pelo Governo da Itália, comprometendo-se os autores a solicitar essa aprovação o mais breve possível.²⁴²

Em nota de 24 de abril de 1896, o enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de Sua Majestade, o Rei da Itália, declarou aprovado pelo seu Governo o regulamento geral para liquidação das reclamações italianas, pedindo, no entanto, a eliminação do artigo quinto ou que, pelo menos, seja

²⁴¹ Idem, p. 159-160.

²⁴² Idem, p. 160.

limitada a duração de sua validade. Na sua resposta o ministro brasileiro declarou, no entanto, não poder atender a solicitação do Governo italiano. Segundo o ministro, o

art 5º do referido Protocolo contém o reconhecimento expresso de princípios, que o Governo brasileiro tem sempre sustentado e de cuja aplicação prescindiu, por considerações de alta política, concordando em que as ditas reclamações sejam submetidas a arbitramento. Mas eu declarei desde o começo das negociações com o Sr. Conde de Magliano, para dar efetividade prática ao princípio de arbitramento aceito em minha nota de 3 de dezembro de 1895 e confirmado em Protocolo da mesma data, que era condição imprescindível que o acordo do Brasil fosse acompanhado por parte da Itália de uma declaração nos termos que foi redigido o artigo.²⁴³

No entanto, longo percurso encontrariam os Protocolos italianos na Câmara e Senado federais. Os deputados jacobinos do PRF, embora em minoria, pressionavam o Executivo, recorrendo às forças nacionalistas do Exército e das organizações populares, convocando *meetings*. Choques violentos entre membros da colônia italiana e nacionais incendiaram ainda mais a situação. Assim, arrastou-se a aprovação dos protocolos, estremeceram-se as relações entre Brasil e Itália e agravou-se o cenário interno.

²⁴³ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **RELATÓRIO**. Rio de Janeiro, 1896, p. 162.

CAPÍTULO 2 – A República no Congresso Nacional

O Nilo na Câmara

Cresce nos vales do sagrado Egito,
Em julho, o Nilo... Que clamor! Parece
Que, quando o Nilo desse modo cresce,
Veem abaixo as esfinges de granito...

Tal, na Câmara, o Nilo... A sua prece
Muda-se, a pouco e pouco, em alto grito!
Passa ao Carvalho um formidável pito:
E o Glicério, escutando-o, empalidece...

Cresce o Nilo, transborda, rebramando,
E, de roldão, nas águas vai levando
Pretensões, pretensões e pretensões:

Lá vão Franzinis desarticulados,
Restos de protocolos lacerados,
E Caminadas, e indenizações!
Fantasio²⁴⁴

Os versos de Olavo Bilac, publicados na *Gazeta de Notícias*, a exemplo de outros do gênero, expressavam os debates e reações na Casa legislativa com relação aos acordos para solução das reclamações italianas, e, ao mesmo tempo, a posição crítica, porque irônica, do seu autor diante deste processo.

Em 1895, encerram-se as revoltas armadas contra a nova ordem republicana, ou mais propriamente, contra o vice-presidente Floriano Peixoto, passando a ser debatida na Câmara, gerando ônus político à Prudente de Moraes, a anistia aos principais revoltosos.

²⁴⁴ **Gazeta de notícias**, 02-08-1896, p. 2. Fantasio é o pseudônimo de Olavo Braz Martins dos Guimarães Bilac. Poeta, membro-fundador da Academia Brasileira de Letras, na cadeira n. 15. Registrem-se, ainda, os seguintes pseudônimos usados por Olavo Bilac: Arlequim, Astaroth, Belial, Bob, O Diabo Coxo, O Diabo Vesgo, Jayme de Athayde, Lilith, L. Flaminio, Olavo Oliveira, Pe-Ho, Phebo-Apollo, Piff-Paff, Puck, Victor Leal, Puff e Pucl (com Guimarães Passos), Olivio Bivar. Cf. REIS. Antonio Simões dos Reis. **Pseudônimos brasileiros**. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1941, p. 21-22.

O Governo Federal, em 25 de maio de 1896, enviou à Câmara dos Deputados o projeto n. 63 que visava resolver as reclamações italianas, solicitando a aprovação do mesmo e a respectiva liberação dos créditos necessários para o cumprimento dos acordos diplomáticos. Atendendo as regras da Casa, o projeto foi encaminhado à Comissão de Diplomacia e Tratados, e, em seguida, debatido pelos parlamentares.

O estudo da atuação do Legislativo na construção da República no Brasil permite discutir e/ou redimensionar o problema da fragilidade deste perante o Poder Executivo.²⁴⁵ Ou, melhor, permite entender a distribuição do poder político entre as três esferas do Estado, quais sejam, o Executivo, Legislativo e Judiciário. Sendo que

os aspectos críticos mais sensíveis do sistema oligárquico da Primeira República residiam nas dificuldades de ajuste entre as diversas oligarquias regionais, nas pressões exercidas pela classe média urbana por maior participação política e na presença das forças armadas como fator desestabilizador dentro da máquina do Estado.²⁴⁶

Procurar-se-á analisar os discursos parlamentares para além das informações referentes ao andamento dos acordos diplomáticos, para perceber também os arranjos necessários à definição e execução dos projetos de poder dos agentes políticos no período estudado.

O relacionamento entre o Executivo e Legislativo, na primeira década republicana, foi um dos pontos críticos do funcionamento das instituições políticas. Segundo José Maria Bello, esse problema explicar-se-ia na falta de prática política dos deputados, senadores e homens públicos, em geral de “horizontes limitados”, pois, com exceção de Rui Barbosa e Quintino Bocaiuva que possuíam conhecimento teórico acerca da administração pública republicana, “ignoravam todos eles a prática do regime na América do Norte e

²⁴⁵ IOKOI, Zilda Márcia G. **O Legislativo na construção da República**. São Paulo: Contexto; Brasília: CNPq, 1990.

²⁴⁶ FAUSTO, Boris. Brasil: estrutura social e política da Primeira República, 1889-1930. In.: BETHELL, Leslie. **História da América Latina**: De 1870 a 1930. Volume V, São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008, p. 794.

na América Latina”.²⁴⁷ Nesse sentido, um contemporâneo, Raul Pompéia, pôde falar na “inexperiência administrativa dos homens da República”, como um dos elementos que tornavam os sebastianistas, ou seja, os partidários da restauração monárquica, potencialmente perigosos ao novo regime.²⁴⁸

Por outro lado, Rosa Maria Godoy Silveira defende que a questão envolve considerações mais profundas.²⁴⁹ Para a historiadora, o intervencionismo da União, nos primeiros governos do novo regime, que no interior das unidades federadas teve o sentido de assegurar o situacionismo federal, criou graves conflitos com o Legislativo, em duplo sentido: porque essa interferência desgostava a determinados grupos estaduais, que controlavam as bancadas federais respectivas ao seu estado, e também pela própria invasão de certas competências legislativas pelo poder Executivo. Esta última perspectiva, passados os primeiros anos, continua a aparecer recorrentemente nos discursos parlamentares por ocasião das votações do projeto enviado pelo Governo federal para solucionar as reclamações italianas.

Incapaz de lidar com o conflito, a Primeira República levava suas elites políticas regionais a buscar o consenso interno através dos partidos únicos estaduais, única forma de obter estabilidade interna e sucesso na ampliação de seu espaço na federação.²⁵⁰

No começo da República, não havia partidos políticos nacionais, apenas agremiações estaduais ciosas por manter sua autonomia nos negócios internos de seus estados. Ainda com Prudente, embora de forma mais cautelosa, a interferência nos estados se manteve. Somente Campos Sales, com sua “política dos governadores”, equacionou o problema da relação entre a União e os estados federados.

Um governo forte e centralizado era temido e combatido, sobretudo por São Paulo, berço dos políticos liberais...

²⁴⁷ BELLO, José Maria. **História da República**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972, p. 55.

²⁴⁸ POMPEIA, Raul. O Estado de São Paulo apud JANOTTI, op. cit., p. 67.

²⁴⁹ SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **Republicanism e federalismo: 1889-1902**. Brasília: Senado Federal, 1978, p. 115 passim.

²⁵⁰ FERREIRA, Marieta de Moraes. **Em busca da Idade de Ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1992, p. 17.

Os partidos republicanos estaduais haviam sido os canais de ascensão política, no início do novo regime, com o caráter de agremiações regionais e destituídas de programas doutrinários, a não ser a meta, comum a todos, de adesão à ordem vigente.

A aglutinação de forças políticas como base de sustentação do regime era difícil. Mesmo os paulistas, cujos contatos, embora personalistas, eram mediados por uma organização partidária, não evitavam as cisões no interior do congresso. É possível registrar a persistência de duas facções mais estáveis, por exemplo: Américo Brasiliense ao lado de Deodoro e outros militares vs. Campos Sales – Prudente de Moraes – Floriano, essa rivalidade repercutindo também dentro de São Paulo. A Revolução Federalista e a Revolta da Armada reavivaram o antagonismo entre essas duas facções, alimentado pela associação que se fazia entre aqueles movimentos e a restauração monárquica. Floriano relutava em aceitar uma sucessão constitucional.

Nessa situação, em decorrência dela e com intenção de resolvê-la, surgiu o Partido Republicano Federal.²⁵¹

Assim, o meio utilizado para superar as divergências regionais para alcançar o poder foi a criação de um partido político de âmbito nacional. Em abril de 1893, sob o comando do “General” Francisco Glicério²⁵², em nome da bancada de São Paulo, fundou-se o Partido Republicano Federal (PRF),

com um programa sem afirmações, próprio a congregar sem unir, relegadas as divergências para outra ocasião, embora com este tópico: firmar a autoridade dos Estados, mantendo escrupulosamente os seus direitos, tão sagrados como os da União.²⁵³

O Partido Republicano Federal pretendia ser “agremiação que deveria respeitar, defender e fundamentar-se na Constituição da República”²⁵⁴. Sua composição, de acordo com Renato Lessa, era a mais eclética possível, pois incluía republicanos históricos, ex-monarquistas, liberais moderados, conservadores, federalistas, centralizadores, florianistas exaltados, jacobinos, positivistas, presidencialistas, católicos ultramontanos, livres pensadores,

²⁵¹ SILVEIRA, op. cit., p. 120-passim.

²⁵² O título de “General das 21 brigadas” atribuído a Francisco Glicério, advogado de ofício, deve-se a “honraria” concedida por Deodoro da Fonseca, logo após a Proclamação da República, sendo na mesma ocasião condecorado Rui Barbosa, “em reconhecimento dos serviços extraordinários” que os ministros civis “havam prestado à organização da República”. Cf. FREIRE, Gilberto. **Ordem e Progresso**. 6.ed. São Paulo: Global, 2004.

²⁵³ FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 3. Ed. São Paulo: Globo, 2001, p. 631.

²⁵⁴ WITTER, op. cit., p. 24.

parlamentaristas e, mesmo, simpatizantes da revolta da Armada.²⁵⁵ Desse corpo heterogêneo, as dificuldades se apresentaram logo nas primeiras reuniões, inclusive para definir o nome do partido, e que, a despeito do intuito de ser corpo político “coeso e disciplinado”, não logrou evitar os conflitos internos que contribuíram, sobremaneira, para sua vida curta.

Em 25 de setembro de 1893, foram indicados pelo PRF os candidatos à presidência e vice-presidência: Prudente Barros de Moraes e Manuel Vitorino Pereira, respectivamente. Como se sabe, foram vitoriosos no pleito eleitoral de 1894. No entanto,

a posse na presidência não assegurou o comando político nas mãos de Prudente de Moraes, nem entregou a São Paulo a hegemonia. O presidente estava condicionado ao partido que pretensamente o elegera, em nome de interesses e de expectativas em conflito.²⁵⁶

Portanto, era mais complexo o jogo político do que simplesmente supor que o presidente da República controlaria automaticamente a dinâmica do poder.

Na Câmara dos deputados, em 1894, o PRF obteve a totalidade das cadeiras. No entanto, a casa estava dividida entre três facções: os radicais, “fanáticos de Floriano” e vencedores das revoltas ocorridas durante o governo deste; os “reacionários”, inimigos dos jacobinos florianistas; e os “moderados”. Não obstante esta configuração, “a identidade partidária comum era, pois, incapaz de conferir ao Legislativo maior previsibilidade.” Desta arquitetura política, “o Governo Prudente ora aparece como continuador de Floriano, atraindo a ira dos ‘reacionários’, ora como ‘civilista’, traindo, segundo os radicais jacobinos, os ideais da República”.²⁵⁷ No entanto, durante as discussões dos protocolos italianos é possível dividi-lo, com o deputado Galdino Loreto, em “dois partidos”²⁵⁸

Na medida em que foi a primeira legislatura da Câmara dos Deputados sob o regime republicano, os debates revestiam-se também de um sentido de

²⁵⁵ LESSA, Renato. **A invenção republicana**: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988, p. 75.

²⁵⁶ Idem, p. 632.

²⁵⁷ LESSA, Renato. A invenção da República no Brasil: da aventura à rotina. In. CARVALHO, Maria Alice Rezende. **República no Catete**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.

²⁵⁸ BRASIL. **Anais da Câmara dos Deputados**. Sessão 76ª de 19 de agosto de 1896, p. 431.

construção do novo regime.²⁵⁹ Nesse sentido, por exemplo, era a discussão sobre o modelo de navegação de cabotagem que deveria ser implementado no Brasil. A discussão girou em torno da necessidade de regulamentar o artigo 13 da Constituição de 1891 que havia determinado que se voltasse ao sistema de exclusividade da navegação de cabotagem para os brasileiros.²⁶⁰

Na Constituinte, a posição de Prudente de Moraes, que não obstante na qualidade de Presidente do Congresso fosse impedido de votar, manifestou-se claramente contra a nacionalização da navegação de cabotagem, posto ser uma “supressão dessa conquista liberal”. Os debates ocorridos nos anos seguintes demarcaram dois campos: um nacionalista e protecionista, que se opunha frontalmente ao outro, cuja concepção do Estado era liberal.²⁶¹

A primeira década republicana foi das mais difíceis pelas transformações estruturais, no âmbito econômico, mas não só, vivenciadas no país, quais sejam: a disseminação do trabalho assalariado no campo e o reordenamento da inserção do país na economia internacional. A primeira estava relacionada, como se sabe, ao fim da escravidão e à entrada maciça de imigrantes ao longo da década de 1890. A segunda ao “extraordinário” florescimento das relações financeiras do Brasil com o exterior. No entanto, o autor lembra que tais transformações não geram inevitabilidades, mas modificam o espectro de escolhas a serem exercidas no contexto da política econômica. Esta, por sua vez, é afetada por múltiplos fatores, dentre eles: política, doutrina e personalidade.²⁶²

Assim, a navegação de cabotagem, o arrendamento das estradas de ferro brasileiras às empresas estrangeiras e as discussões dos protocolos italianos, além da questão de limites territoriais e da Trindade, formam, no período, um conjunto de problemas que a Câmara dos Deputados teve de dar

²⁵⁹ A primeira legislatura teve início em 1894, com duração de três anos.

²⁶⁰ Em 1865, a navegação de cabotagem fora liberalizada pelo projeto de Tavares Bastos.

²⁶¹ Cf. BACKES, Ana Luiza. **Fundamentos da ordem republicana**: repensando o Pacto Campos Sales. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Ciência Política, 2004.

²⁶² Cf. BAROSSO, Gustavo H. B. A primeira década republicana. In.: ABREU, Marcelo de Paiva. (org.) **A ordem do progresso**: cem anos de política econômica republicana. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.

resposta. Para tanto, definiu-se posições de acordo com as convicções políticas e doutrinárias dos envolvidos, embora nem sempre coerentes. Por exemplo, no caso do deputado pela Bahia, Eduardo Ramos, que foi crítico da posição nacionalista com relação à navegação de cabotagem, votando junto com a ala dos “reacionários”²⁶³, na questão dos Protocolos, como se verá, votou contra a sua aprovação, ou seja, ao lado do grupo dos “radicais”. Deste modo, a divisão entre reacionários, radicais e moderados ajuda a entender a sistemática da Câmara, não sendo apropriado, no entanto, tomá-las como categorias de fronteiras rígidas, estanques. As relações na Câmara são complexas, e devem ser observadas na atitude diante de cada uma das questões tratadas.

Diante de tal complexidade, Prudente de Moraes dependeu da mediação de Francisco Glicério, que, em contrapartida, exerceu grande influência sobre o governo. Assim, pôde escrever Campos Sales que nos anos iniciais do governo, o Partido Republicano Federal conseguiu impor-se, e, “o certo é que no atual regime nenhum homem, fora do poder, igualou o prestígio pessoal que atingiu o Senhor Glicério [...]”²⁶⁴. Prudente de Moraes, por sua vez, procurou neutralizar a atuação do PRF durante seu mandato, conseguindo-o apenas em 1897.

Ainda sobre Glicério, diria Raymundo Faoro:

O líder, infiltrado na fortaleza de Floriano, astuto, sagaz, flexível, será Francisco Glicério, general por decreto e ex-ministro de Deodoro, republicano histórico, homem sem dogmas doutrinários, velho partidário da intervenção militar para destruir o trono.²⁶⁵

Em 1897, com afastamento de Prudente de Moraes por motivos de saúde, reacende no movimento jacobino, por meio da figura do Vice-Presidente Manuel Vitorino, inimigo político do presidente afastado, a oportunidade de alçar-se ao poder. Vitorino não se conformou em continuar o governo do

²⁶³ Cf. BACKES, op. cit. p. 81.

²⁶⁴ CAMPOS SALLES, Manuel. **Da propaganda à presidência**. São Paulo: Tipografia Editora, 1908, p. 129.

²⁶⁵ FAORO, op. cit., p. 631.

presidente licenciado, organizou novo ministério e procurou aproximar-se dos florianistas.

A guerra em Canudos, que irrompe no interregno de ausência do presidente, exasperou ainda mais o cenário político da época, e acabou precipitando o retorno de Prudente, ainda convalescendo, num revide ao golpe sucessório em curso.

E certo de que civis participaram na revolta da Escola Militar, Prudente afirmou sua autoridade inclusive na Câmara dos Deputados, junto ao PRF, obrigando-a a clara e definitiva posição.

O presidente quer o confronto direto e último entre o Partido Republicano Federal e a sua autoridade. Telegrafa a Campos Sales: “Representação S. Paulo precisa escolher entre o governo com a ordem e Glicério com a anarquia militar.” Dirige-se, no mesmo sentido, aos governadores de Minas Gerais, Pernambuco e Bahia – nesse apelo direto estava quebrado o sistema partidário de intermediação: o presidente só reconhece os chefes estaduais.²⁶⁶

Deste modo, a cisão do PRF encaminhou a vitória do grupo de Prudente de Moraes. Os *Republicanos*, ala que continuava a apoiá-lo, era majoritária no Congresso e detinha a confiança de grande parte do Partido Republicano Paulista, da ala legalista do Exército e grupos estaduais (Bahia, Pará, etc.). A *Concentração*, favorável a Glicério, contava com a adesão de republicanos históricos (Quintino Bocaiúva), dos positivistas gaúchos (Castilhos, Pinheiro Machado), dos militares como Lauro Müller e Barbosa Lima.²⁶⁷

O ultimo lance, nesse jogo pela conquista do poder, se deu com a tentativa de assassinato de Prudente de Moraes, em 05 de novembro de 1897, durante inspeção de dois batalhões que haviam participado da expedição a Canudos e que chegaram ao Rio de Janeiro sob o comando do general Silva Barbosa. No atentado, o anseçada do Exército, Marcelino Bispo, acabou ferindo de morte o ministro da Guerra, Carlos Machado de Bittencourt.

²⁶⁶ Idem, p. 635, passim.

²⁶⁷ SILVEIRA, op. cit., p. 124.

O atentado forneceu a Prudente de Moraes oportunidade para, instituído o estado de sítio, desmontar do grupo que lhe ameaçava o poder. A frustração do golpe reverteu também a opinião pública a favor do presidente, vaiado na véspera; além disso, do PRF debandam os atraídos pelo Catete; entra em cena Campos Sales que se preservara habilmente dos ódios e compromissos, se lançando como candidato de sucessão presidencial; Glicério e Manuel Vitorino, acusados de premeditar o atentado, se eclipsam de vez.²⁶⁸

Ao assumir o governo da República, Campos Sales, em manifesto de 15 de novembro de 1898, apresentou as preocupações centrais de seu governo, a principal delas a crise financeira, cuja solução foi consubstanciada na “Política dos Estados”. A principal meta de ta política era proscrever “um mal social e um grave embaraço às soluções do presente”, que a seu ver era “o espírito partidário com as suas paixões e violências, ora perturbando a evolução benéfica das ideias, ora contrapondo-se ao desdobramento tranquilo da atividade governamental”²⁶⁹. Não obstante reconhecer que o regime democrático se caracteriza pelo “contraste de opiniões, como precioso fruto de livre manifestação do pensamento”, tratava-se justamente de aliviar as tensões do meio da neutralização da divergência de pensamento e ação.²⁷⁰

Entre as causas preponderantes da crise financeira, Campos Salles elencou: o protecionismo inoportuno em favor de indústrias artificiais, déficits orçamentários criados pelo funcionalismo exagerado, despesas determinadas por comoções intestinas, efeito moral da má política financeira, o consequente retraimento da confiança dos capitais no país e no estrangeiro; e, para o que nos interessa diretamente, as indenizações por sentenças judiciais, “que sobem todos os anos a somas avultadas”.²⁷¹

No que se refere às relações internacionais do país, adotou uma política, segundo ele, cujo empenho consistia em manter e fortificar os laços de

²⁶⁸ Idem, p. 79.

²⁶⁹ SALLES, M. F. CAMPOS. **Manifestos e mensagens** (1898-1902). Rio de Janeiro, 1902, p. 40.

²⁷⁰ Para uma discussão recente a respeito da Política dos Governadores, ver: VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. **O teatro das oligarquias**: uma revisão da “política do café com leite”. 2. ed.. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

²⁷¹ Cf. SALLES, op. cit.

amizade, com o fim de assegurar a paz. Além disso, reconheceu que num país de imigração como o Brasil, que “solicita do estrangeiro o trabalho e o capital cumpre antes de tudo guardar absoluta e rigorosa justiça na execução das leis, pois é aí que reside a suprema garantia às pessoas e aos interesses estrangeiros.” Com relação à causa dos Protocolos declarou:

grande soma de atritos e reclamações diplomáticas recentes tiraram a sua origem dos desvios da ordem legal, infelizmente motivados por paixões que se desencadearam no meio das agitações intestinas. Cabe à nossa lealdade reconhecer o fato para corrigi-lo com a inflexibilidade da nossa justiça.²⁷²

No intuito de resolver a questão, o Governo Federal enviara, em 25 de maio de 1896, para análise da Comissão de Diplomacia e Tratados, da Câmara dos Deputados, o projeto de n. 63/1896, acompanhado da seguinte Mensagem Presidencial:

Submeto à vossa deliberação os protocolos de 3 de dezembro de 1895 e 12 de fevereiro último, assinados pelo Ministro das Relações Exteriores e respectivamente pelos Sr. R. de Martino e Conde Magliano, Enviados Extraordinários e Ministros Plenipotenciários de S. M. o Rei da Itália, instituindo o juízo arbitral para o julgamento e liquidação das reclamações italianas.

Nos Relatórios que em 31 de maio do ano passado e em 30 de abril último apresentou-me aquele ministro de Estado, encontrarei todos os esclarecimentos a respeito desse assunto, que ocupou, sempre perturbado por variadas causas, a atenção do governo mais do que era lícito supor. Compenetrado da necessidade de por termo a um estado de cousas que poderia complicar-se, admitiu o governo, como medida excepcional e extraordinária, o juízo arbitral, restabelecidas, porém, para o futuro, em toda a sua plenitude, as normas direito internacional.

Não preciso por em relevo a importância deste incidente, que merece pronta solução. Vosso patriotismo vos ditará, porém, o melhor.²⁷³

Solicitando a aprovação do projeto que previa a solução das reclamações italianas, afirmava que os direitos do Brasil seriam “restabelecidas, porém, para o futuro, em toda a sua plenitude, as normas do direito internacional”. Deste modo, o Presidente da República reconheceu que

²⁷² SALLES, op. cit.

²⁷³ Mensagem Presidencial in BRASIL. **Anais da Câmara dos Deputados**. Sessão de 26 de maio de 1896, p. 55.

elas não haviam sido observadas até então. Isso foi levado em conta pelos deputados, nas três discussões por que, por força do Regimento, passou o projeto.²⁷⁴ As duas primeiras suscitando intensos e inflamados discursos, com grande repercussão na imprensa, formuladora, como se sabe, da opinião pública da época. A última votação encaminhou a reprovação dos termos dos protocolos devido, em parte, aos conflitos de rua em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Entretanto, em 19 de novembro de 1896, novo acordo foi firmado entre o Brasil e a Itália, e novo projeto encaminhado à Câmara, que aceitou definitivamente os seus termos. Mas longo caminho percorreu o projeto para sua execução. Assim, em 1898 o governo federal ainda solicitava abertura de créditos para o pagamento das indenizações previstas pelas comissões mistas de Porto Alegre e Florianópolis.

A atuação de Francisco Glicério, em consonância com o Presidente da Câmara, Arthur Rios (Bahia), fora fundamental para a aprovação nas duas discussões do projeto de n. 63. Este zelava para manter as boas relações com Prudente de Moraes, sendo retribuído pela dura hostilidade com que o presidente tratava um seu inimigo político na Bahia, Severino Vieira.²⁷⁵

Durante as discussões do projeto, Francisco Glicério definira-se por uma preocupação pragmática com relação aos protocolos, entendendo-os como uma questão de razão de Estado, portanto, acima das considerações de ordem moral e política. Defendera, ainda, que “não se trata de um caso de partido, ainda que o assunto seja profundamente político”.

Não vê razões de sentimento na questão dos protocolos – começou. Vê apenas razões de Estado. Vota por eles, porque não acredita que sacrifiquem a dignidade nacional, nem a julga posta em jogo na questão. Inconveniente sim, anti-político, é rejeitar os protocolos deixando sem solução o problema internacional a que eles atendem;

²⁷⁴ Segundo o Art. 117 do Regimento Interno da Câmara: “Nenhum projeto de lei ou resolução será aprovado sem ter sido discutido três vezes, salvo os que versarem sobre pensões, aposentadorias, reformas, jubilações, licenças a funcionários públicos e todos os que disserem respeito a interesses individuais, os quais só terão uma discussão, que corresponderá à segunda. Terão também uma só discussão os projetos iniciados na Câmara aos quais houver negado sanção o Presidente da República”. In: PACHECO, Luciana Botelho; RICCI, Paolo. **Normas regimentais da Câmara dos Deputados**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017, p. 899.

²⁷⁵ SILVEIRA, op. cit., p. 168.

inconveniente, é rejeita-los atirando o governo ao caminho de trevas das aventuras possíveis.

Acrescentaria que não faz da aprovação dos protocolos uma questão partidária, embora ela seja altamente política... “Então, não é uma questão fechada?” perguntaram-lhe neste ponto. S. Ex. concluiu, respondendo ao aparte. Não é uma “questão fechada”. Contudo, pensa que a maioria deve aprovar o ato do governo. Ele restabelece, para o futuro, as boas normas do direito internacional.²⁷⁶

2.1 Um labirinto de reclamações: A Comissão de Diplomacia e Tratados e o voto de Lamenha Lins

A Comissão de Diplomacia e Tratados da Câmara, após a apreciação do projeto, propôs a aprovação dos protocolos

regulando a solução das reclamações italianas, e autoriza o governo a abrir os créditos necessários para a solução das reclamações atendidas, assim como para a defesa dos direitos do Brasil e execução da sentença arbitral, com voto em separado do Sr. Lamenha Lins.²⁷⁷

Subscreveram o documento os seguintes deputados: Cincinato Braga, relator do projeto; Vitorino Monteiro, presidente da Comissão; Luiz de Andrade; Urbano Marcondes. O deputado Lamenha Lins, representante pelo Paraná e membro da Comissão, teve voto em separado, tendo sido reproduzido, também, pelo jornal *A Gazeta de Notícias*.

Assim, o parecer dado pela comissão pedia a aprovação dos Protocolos:

[...] o ato do poder executivo, inspirado em alentados sentimentos de equidade, consulta também, e plenamente, os interesses nacionais. De um lado, se provê à vantagem incontestável de pôr-se abreviado termo a reclamações que poderiam porventura constituir motivos de arrefecimento de simpatias entre as duas nações amigas. De outro lado, se satisfaz a indeclinável necessidade de normalizar-se o curso de possíveis reclamações vindouras, elucidando-se e definindo-se assim, de modo permanente, as relações jurídicas entre os dois países por meio de convenção formal e precisa, sempre preferível ao

²⁷⁶ BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Sessão de 03 de agosto de 1896, p. 24.

²⁷⁷ BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Sessão de 23 de julho de 1896, p. 430.

domínio exclusivo de princípios e usos muitas vezes discutidos e geralmente vagos.²⁷⁸

Reforçou o fato de que a medida do arbitramento, consagrada nos protocolos, é excepcional e extraordinária como teria manifestado o Ministério das Relações Exteriores à Real Legação da Itália; aliás, o Governo Federal, ainda segundo o parecer, aceitou o arbitramento em “atenção a elevadas conveniências de ordem política, no recíproco interesse de ambas as altas partes contratantes”.²⁷⁹

Por sua vez, o deputado pelo Paraná, Bento José Lamenha Lins, preparou extenso e detalhado voto em separado sobre o projeto que previa a solução das reclamações italianas. Iniciou elencando as nove categorias em que tais reclamações foram classificadas por meio da nota de 11 de maio de 1895 da Chancelaria Brasileira, analisou o andamento das negociações para a celebração dos protocolos, discutiu em seguida a legitimidade das reclamações à luz dos princípios do direito internacional para proteção dos nacionais residentes em terra estrangeira, e reportou-se às declarações do Ministério de Estrangeiros da Itália em nota à sua legação no Brasil.

A respeito das notas trocadas entre as Chancelarias, o deputado se manifestou da seguinte maneira:

as notas trocadas sobre as reclamações Franzini, Camuyrano e a correspondência relativa à Companhia Metropolitana bem definem a conduta do Governo Brasileiro na observância da verdadeira doutrina, e, ao mesmo tempo, a sua extrema complacência em condescender quanto possível com as exigências do Governo Italiano.²⁸⁰

Portanto, por ser a doutrina sustentada pela Chancelaria brasileira na nota de 11 de maio, segundo o parlamentar, segura e verdadeira, nunca deveria ter sido abandonada pelo Governo brasileiro em qualquer das

²⁷⁸ BRASIL. **Anais da Câmara dos Deputados**. Sessão de 23 de julho de 1896, p. 431. Trechos do voto em separado de Lamenha Lins foi reproduzido pela Gazeta de Notícias, em 24/07/1896, p. 2.

²⁷⁹ Cf. BRASIL. **Anais da Câmara dos Deputados**. Sessão de 23 de julho de 1896, p. 432.

²⁸⁰ BRASIL. **Anais da Câmara dos Deputados**. Sessão de 23 de julho de 1896, p. 434.

hipóteses a que foi aplicada. Uma vez abandonada demonstrou uma tendência à observação irrestrita das exigências italianas.

Para defender seu ponto de vista evocou a opinião de autores do direito internacional relativamente à intervenção diplomática para proteção de cidadãos no estrangeiro, e sobre a responsabilidade do Estado para os estrangeiros e com as demais nações.²⁸¹

Entre os autores citados – Vattel, Phillimore, Martens, Bry, Foignet, De Holtzendorf, Bonfils, Pradier Foderé – Lamenha Lins deu maior espaço à doutrina do Chanceler argentino, Carlos Calvo. Compreende-se a opção do deputado na medida em que as doutrinas defendidas por Calvo vão no sentido de defender os direitos das nações latino-americanas no sistema internacional.

O jurista argentino ficou conhecido entre os autores do direito internacional latino-americanos por ter desenvolvido a “Cláusula Calvo”. Formulada em 1868, entendia que as cortes nacionais eram as únicas vias de recurso contra atos do Estado praticados em detrimento dos interesses de cidadãos súditos de países estrangeiros. Portanto, a Cláusula voltava-se contra o mecanismo de proteção diplomática.²⁸²

Sem dúvida, a Cláusula encontrou a reação dos autores e dos Governos do hemisfério Norte, declarando-a nula, com base no fundamento jurídico de que a proteção diplomática, segundo o Direito das Gentes, não é direito próprio do particular, mas de seu Estado pátrio.

A Cláusula Calvo exprimiria renúncia a uma faculdade alheia, sendo por isso nula de pleno direito. Essas proposições, um tanto cínicas, pretendem ignorar a óbvia distinção que se faz em toda parte – mas notadamente nos países ocidentais investidores – entre o patrimônio estatal e o patrimônio privado. Escamoteiam ao mesmo tempo outra distinção elementar, aquela que separa os direitos individuais indisponíveis – a vida, a integridade física, a liberdade, a personalidade jurídica – e aqueles outros disponíveis, e portanto renunciáveis a qualquer tempo, dos quais a propriedade industrial ou comercial é o modelo por excelência. Como quer que seja, a Doutrina

²⁸¹ Cf. BRASIL. **Anais da Câmara dos Deputados**. Sessão de 23 de julho de 1896, p. 435.

²⁸² Cf. MENEZES, Wagner. **A contribuição da América Latina para o Direito Internacional: o Princípio da Solidariedade**. 2007. 342fls. Tese de Doutorado – Programa de Integração da América Latina da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007, p. 118.

Calvo colher maior número de êxitos que de percalços na prática dos Estados e na jurisprudência internacional.²⁸³

Lamenha Lins ainda citou as seguintes passagens tiradas do jurista argentino, para quem

dentro dos limites jurisdicionais, os agentes da autoridade, de qualquer classe, são pessoalmente os únicos responsáveis na medida estabelecida pelo direito público interno de cada Estado. Quando lhes faltam aos seus deveres, excedem suas atribuições, ou violam a lei, criam, segundo as circunstâncias, para aqueles cujo direito lesaram, um recurso legal pelas vias administrativas ou judiciais; mas, relativamente a terceiros, nacionais ou estrangeiros, a responsabilidade do governo que os instituiu é puramente moral e não poderia tornar-se efetiva senão em caso de cumplicidade ou manifesta denegação de justiça.²⁸⁴

Sobre a responsabilidade dos governos em razão dos prejuízos sofridos por estrangeiros, Calvo asseverou que, e, segundo Lamenha Lins, em inteira e cabal aplicação no caso dos protocolos:

a esta questão ligam-se os graves e numerosos conflitos que a proteção dos estrangeiros tem suscitado entre as grandes potências europeias e os governos do Novo Mundo. Todas essas reclamações baseiam-se sobre ofensas pessoais, ora reais e sérias, ora imaginárias ou exageradas pelos agentes diplomáticos ou consulares, e invariavelmente descritas sob as mais vivas cores. A regra que, em mais de uma circunstância se tem procurado impor aos Estados americanos, é a de que os estrangeiros merecem maiores considerações, atenções e privilégios mais acentuados e mais extremos, que os concedidos aos próprios nacionais do país onde eles residem.²⁸⁵

Cabe aqui uma referência, no que tange às doutrinas das relações internacionais produzidas na América Latina, à Doutrina Drago. Em 1902, o ministro das Relações Exteriores argentino, Luis Maria Drago, protestou energicamente contra o bloqueio e bombardeamento de portos da Venezuela (La Guayra, Puerto Cabello e Maracaibo) por navios da Grã-Bretanha,

²⁸³ Cf. REZEK, op. cit., p. 277.

²⁸⁴ CALVO, Carlos. Droit International theorique e pratique. In. BRASIL. **Anais da Câmara dos Deputados**. Sessão de 23 de julho de 1896, p. 438.

²⁸⁵ Idem, p. 438.

Alemanha e Itália, por razão do inadimplemento do pagamento daquele país a credores súditos dos três países. Deste protesto, resultou a Doutrina Drago, que teve a rigor inspiração em pronunciamento anterior de Carlos Calvo, defendia que as dívidas públicas jamais poderiam ser resolvidas por meio da intervenção armada.²⁸⁶

Na Itália, os deputados italianos questionavam o ministro das Relações Exteriores pedindo informações sobre a situação dos italianos residentes na Venezuela devido à revolta ocorrida naquela região, relacionada à intervenção inglesa e alemã acima referida.²⁸⁷

A doutrina, expressa na Convenção Drago-Porter, foi a primeira tentativa de resolução de conflitos sem o uso da força como meio legítimo, aprovada na Segunda Conferência de Haia (1907).²⁸⁸ Por meio dela, buscou-se evitar que o não pagamento de dívidas externas de Estados autorizasse a intervenção armada ao Estado devedor, como acontecera com a Venezuela. Tal posição foi seguida por outros países latino-americanos, inclusive o Brasil, contra aquele tipo de violência.

Com os argumentos teóricos, ou seja, as normas que regem as responsabilidades dos Estados e consequentemente a intervenção diplomática, o deputado paranaense somou “pareceres de homens públicos eminentes e a prática das nações” com relação a danos sofridos por estrangeiros em tempo de guerra civil, ou de “perturbações internas” nos países de residência.

Citou os casos que envolveram

o Barão Gros, ministro plenipotenciário de França em missão especial na Grécia, no ano de 1849; Lord Stanley, na sessão de 17 de junho de 1850, do parlamento inglês; o *Morning-Post* e o *London News*, em 1862, por ocasião da intervenção anglo-hispano-francesa no México; alguns secretários de Estado da União Norte Americana em 1871,

²⁸⁶ MENEZES, op. cit. 120-121. Segundo o Secretário de Estado dos EUA, Root, a Doutrina Drago serviria para que “os devedores se reunissem em massa para declararem aos credores que suas dívidas não poderiam ser cobradas a força” apud DULCI, Tereza Maria Spyer. **As Conferências Pan-Americanas (1889-1928): identidades, união aduaneira e arbitragem**. São Paulo: Alameda, 2013, p. 182.

²⁸⁷ ITÁLIA. **Atti Parlamentari**, Legislatura XXI, 15/02/1902, p. 4669.

²⁸⁸ RODRIGUES, Gilberto. Regimes jurídicos internacionais com ênfase na resolução de conflitos. In.: BRIGAGÃO, Clóvis (org.). **Estratégias de negociações internacionais**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001, p. 302.

sobre a questão dos navios desta nacionalidade em Venezuela e ultimamente Blaine, em 1891.²⁸⁹

Além desses “alvitre”, como se referiu aos casos citados acima, discutiu mais detidamente outros episódios que esclareceriam a linha de seu argumento. Por exemplo, a demanda do governo inglês que exigia indenização para súditos seus que foram prejudicados durante as lutas civis em Nápoles e Toscana, no ano de 1849. O governo austríaco, que naquele momento detinha o domínio desta região da península itálica, declarou-se do seguinte modo:

[...] O primeiro direito de todo Estado independente é o de assegurar a sua própria conservação, por todos os meios ao seu alcance. Desde que um soberano, usando deste direito, vê-se na contingência de recorrer às armas para sufocar uma revolta e, se na guerra civil que daí resulta, a propriedade dos estrangeiros estabelecidos no país é ofendida, há uma calamidade pública que os estrangeiros devem suportar assim como os nacionais, e que não lhes dá mais direito a uma indenização proporcional do que se as suas reclamações se fundassem sobre qualquer outra calamidade independente da vontade humana.²⁹⁰

A Inglaterra ainda conseguiu levar o caso para arbitramento de outra nação. Neste caso, o governo russo, através de seu ministro, Conde de Nesselrode, entendeu que as

razões de direito sobre as quais repousava a pendência entre Inglaterra e a Toscana e Nápoles eram tão evidentemente favoráveis a estas últimas que não podia ter lugar a arbitragem, porquanto, nestas condições, o simples fato de aceitar a função de árbitro importaria em admitir dúvidas que, na espécie, não existiam, ou em reconhecer certo fundamento nas reclamações pendentes, quando elas não o tinham.²⁹¹

Diante destas notas, o governo inglês retirou suas pretensões.

O governo norte-americano constituiu, em 1868, comissão para analisar as reclamações de nacionais e estrangeiros de prejuízos sofridos durante a

²⁸⁹ BRASIL. **Anais da Câmara dos Deputados**. Voto em separado de Lamenha Lins em Sessão de 23 de julho de 1896, p. 440.

²⁹⁰ Príncipe Schwartzemberg em nota de 14 de abril de 1850 apud BRASIL. **Anais da Câmara dos Deputados**. Sessão de 23 de julho de 1896, p. 440.

²⁹¹ Conde de Nesselrode, em nota de 2 de maio de 1850 apud BRASIL. **Anais da Câmara dos Deputados**. Sessão de 23 de julho de 1896, p. 440.

guerra de secessão, e ordenou a mesma comissão que recusasse toda intervenção diplomática em favor de reclamantes estrangeiros.²⁹²

A França, em 1871, distribuiu somas aos prejudicados nos acontecimentos em torno da Comuna de Paris. Mas esta distribuição, segundo Lamenha Lins, foi a “*título gracioso*, como socorro, e igualmente aproveitou a nacionais e estrangeiros”.²⁹³ Prosseguiu lembrando que idêntico procedimento teve a Espanha, 1876, após as guerras carlistas, e a Inglaterra em 1882, por ocasião do bombardeamento de Alexandria.²⁹⁴

Em benefício de seu argumento, Lamenha Lins citou a posição do próprio governo italiano, citado no Relatório de 1895, do ministro Carlos de Carvalho:

É, todavia, necessário evitar que tal tutela, no seu desenvolvimento prático, saia dos limites que lhe são assinalados pelos direitos das gentes [...] Reconhecida, pois, como legal e moralmente fundada uma reclamação, resta ainda verificar se, em seu apoio, há ou não lugar para a intervenção diplomática. E a regra geral é que o particular prejudicado, estrangeiro ou cidadão do país, quando reclama reparação, deve dirigir-se à competentes autoridades judiciais ou administrativas, segundo as normas determinadas pela lei local. Somente a prova da denegação de justiça ou uma violação do direito internacional, torna oportuna uma formal intervenção diplomática.²⁹⁵

Deste modo, procurou demonstrar que, na observação da doutrina internacional dos autores citados e com base na prática dos países com relação a reclamações de estrangeiros e intervenção diplomática, aceitar o arbitramento para os protocolos era o mesmo que o governo brasileiro abrir mão de seus direitos como nação e de sua soberania.

Ao tratar dos oito italianos presos em São Paulo e de Miscione, preso no Rio de Janeiro, defendeu que recusar ao Brasil direito de expulsar do seu

²⁹² BRASIL. **Anais da Câmara dos Deputados**. Sessão de 23 de julho de 1896, p. 440.

²⁹³ Idem, p. 440.

²⁹⁴ Idem, p. 440.

²⁹⁵ Livro Verde (Venezuela – Reclami italiani – Seconda serie – Seduta del 6 dicembre de 1894) apud LINS, Lamenha. Voto separado. BRASIL. **Anais da Câmara dos Deputados**. Sessão de 23 de julho de 1896, p. 440.

território, em nome da segurança pública, quem “parecesse indigno de coparticipar dos direitos garantidos à associação política, cujos destinos lhe são confiados, é negar a autonomia nacional dos povos”, citou para corroborar sua posição Bés de Berc.²⁹⁶

Por fim, sustentou que

considerando tudo quanto expusemos e atendendo que as reclamações pendentes não estão nas condições de ser diplomaticamente resolvidas e, portanto, incidem sob a jurisdição dos nossos tribunais, e que o exercício desta jurisdição é função privativa dos juízes ou tribunais federais (Const. Art. 60 letras F e H), pensamos que o Congresso Nacional não pode aprovar o protocolo de 12 de fevereiro porque, sendo os três poderes – Legislativo, Executivo e Judiciário, harmônicos, mas, independentes entre si, como órgãos da soberania nacional (Const. Art. 15), a nenhum deles é lícito invadir, cercear ou anular, por qualquer forma, as atribuições que aos outros traçou a lei fundamental da nação.²⁹⁷

Desta feita, em 28 de julho de 1896, teve início a primeira discussão do projeto da Câmara dos deputados. Segundo definição de articulista do jornal *O Estado de São Paulo*, a discussão caminhou “aos saltos, ora fazendo crer na rejeição do protocolo, ora fazendo parecer que ele será aprovado.”²⁹⁸ O debate girou em torno da legitimidade da arbitragem para solucionar as reclamações pendentes.

Assim sendo, data de 28 de julho de 1896, a primeira discussão do projeto n. 63, que regulava a solução para as reclamações italianas e autorizava o governo federal a abrir os créditos necessários para “atendimento

²⁹⁶ Idem, p. 440.

²⁹⁷ BRASIL. **Anais da Câmara dos Deputados**. 58ª Sessão de 24 de julho de 1896, p. 442. Essa doutrina será mantida pela diplomacia brasileira, como pode se ver na declaração dada pela delegação brasileira durante sessão da Comissão de Peritos Americanos para a Codificação do Direito Internacional, em 191938, em que concluiu sua exposição dizendo: “1) Condenamos francamente a cobrança coercitiva de dívidas públicas ou contratuais; 2) *concordamos em que os prejuízos sofridos por estrangeiros em consequência de negócios pecuniários de interesse privado ou de contratos com o Estado só possam ser objeto de reclamação diplomática em caso de denegação de justiça*; 3) admitimos que as obrigações derivadas das dívidas externas de um Estado não possam ser objeto de reclamação diplomática antes do completo malogro das negociações diretas entre os credores e o governo ou agentes do governo do Estado devedor; 4) mas, entendemos que, se, em qualquer destes casos, surgir um conflito entre o Estado devedor e o Estado a que pertençam os credores, e tal conflito não for resolvido pelo emprego das vias diplomáticas usuais, o Estado devedor não terá o direito de se subtrair ao recurso à solução arbitral ou judicial” apud. ACCIOLY, Hildebrando; NASCIMENTO E SILVA, G. E.; CASELLA, Paulo Borba. **Manual de direito internacional público**. 20.ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 372.

²⁹⁸ **O Estado de São Paulo**, 07/08/1896, p. 1.

das reclamações deferidas, bem como, defender os direitos do Brasil e execução da sentença arbitral”.²⁹⁹

A questão nacional, como aparece nos Protocolos Italianos discutidos na Câmara dos Deputados, pode ser verificada na recusa da arbitragem nas reclamações italianas e no pretendido direito brasileiro à expulsão de estrangeiros do território, ambos, por sua vez, identificados com a soberania nacional.

2.2 A recusa da arbitragem

Em *Fundamentos políticos do direito internacional*, Morton Kaplan e Nicholas Katzenbach sustentam que não há termo mais “embaraçoso” em direito internacional do que o de “soberania”; tendo sido empregado indiscriminadamente, tanto por governantes quanto estudiosos. Provavelmente porque o termo, assim como “liberdade” e “democracia”, seja um “símbolo altamente emocional que, numa época de nacionalismo, induz uma reação favorável à maioria das audiências”.³⁰⁰ Este apelo emocional que subsume o termo soberania é importante na medida em que os protocolos na Câmara dos Deputados foram objeto de intensa mobilização popular, e os deputados, por estarem mais próximos e, talvez, suscetíveis, em comparação ao Senado, à opinião pública tomaram o termo como bandeira de sua recusa aos protocolos.

Os internacionalistas ensinam que pode ser evitada, na análise que se faz sobre o uso do termo soberania,

grande parte da confusão e indisciplina no emprego deste termo se mantivermos dois pontos sempre em mente: primeiro, consideramos a soberania em termos de relação. Qual é a reivindicação, e contra quem está sendo feita? Segundo, a soberania exige a autoridade instituída, mas nem sempre o efetivo controle.

²⁹⁹ BRASIL. **Anais da Câmara dos Deputados**. Sessão de 28 de julho de 1896, p. 529.

³⁰⁰ KAPLAN, Morton A.; KATZENBACH, Nicholas B. **Fundamentos políticos do direito internacional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1964, p. 149.

Seguindo tal sugestão metodológica, pode-se relacionar a noção de “soberania” à procedência, ou não, da arbitragem para resolver as reclamações italianas pendentes. Nesse contexto, o termo soberania revestiu-se de caráter objetivo. Ou seja, defender a soberania brasileira era, para alguns dos deputados, sobretudo jacobinos, opor-se frontalmente ao mecanismo do arbitramento.

É clara a razão pela qual no período de equilíbrio de poder usava-se o termo soberania no sentido de liberdade do controle de qualquer entidade política externa. Pensava-se que residia nesse conceito a própria essência da soberania. [...] Permitia-se que um Estado limitasse sua própria autoridade por meio de acordos formais e que aceitasse normas costumeiras que restringissem o seu exercício. Pensava-se, porém, que se um Estado permitisse a outro, no seu nome, amplo exercício das funções de governo dentro do seu território ou nos assuntos internacionais, estaria perdendo sua soberania ou com ela seria incompatível. Era uma questão aberta para o Estado saber até onde poderia chegar.³⁰¹

Atualmente, a consolidação das organizações intergovernamentais, como a ONU, e a emergência de novos atores internacionais, bem como a flexibilização do conceito de soberania está agregando novos mecanismos de prevenção e resolução pacíficos de conflitos. Entretanto, no final do século XIX a resolução de controvérsias estava limitada às relações entre os Estados nacionais. Por não existirem instâncias reguladoras reconhecidas pelos envolvidos, a resolução dos conflitos tendia a ser mais complexa, sendo, portanto, uma “questão aberta”.³⁰²

Deste modo, e mesmo que correndo o perigo de adentrar numa “especiosa e estéril discussão parlamentar” sobre doutrinas e teorias internacionalistas, faz-se necessário apresentar os autores citados, as posições defendidas, os argumentos apresentados na apreciação de alguns dos pontos produzidos pelas discussões do projeto enviado à Câmara para deliberação. Porque, além destas discussões dizerem respeito aos Protocolos, sinalizavam às dificuldades institucionais dos primeiros anos da República. Ainda estavam indefinidos, segundo alguns deputados, como Martins Junior, os papéis que cada um dos Poderes deveria desempenhar no funcionamento do sistema

³⁰¹ Idem, p. 152.

³⁰² RODRIGUES, op. cit., p. 301.

político recém-implantado, como se verá.³⁰³ O entendimento do limite aceitável, naquele momento, para a arbitragem exemplifica a noção de soberania defendida pelos parlamentares.

Na Idade Moderna, a arbitragem ganhou relevância pela “total ausência de subordinação política ou jurídica dos Estados a qualquer instituição ou Tribunal”. Por essa razão “mostrou-se útil e confiável na medida em que os Estados necessitavam resolver pacífica e definitivamente seus litígios, na base do compromisso e da cooperação”.³⁰⁴

No século XIX, o Caso *Alabama*, entre o Reino Unido e os Estados Unidos, é considerado o precursor das arbitragens internacionais. Em 1872, o laudo proferido pelo tribunal arbitral, composto pelos representantes dos dois países, o Presidente da Confederação Suíça, o Rei da Itália e o Imperador do Brasil, determinou o pagamento de uma indenização de US\$ 15.000,00 aos EUA, a título de compensações pelas atividades ilícitas da embarcação *Alabama*, durante a Guerra de Secessão.³⁰⁵

³⁰³ Tal situação remete ao período das Regências, quando a indefinição das atribuições entre os poderes impedia qualquer avanço, seja na aprovação dos orçamentos, seja na relação do governo com o parlamento. Neste sentido, pôde escrever José Maria dos Santos: “Essa estéril e especiosa discussão de atribuições constitucionais, chegou a assumir aspectos de um cômico irresistível. Nas sessões de 1 e 2 de julho [1837], o almirante Tristão Pio dos Santos, Ministro da Marinha do novo gabinete [cujo presidente era Manoel Alves Branco, na Regência de Pe. Diogo Feijó], convidado por Bernardo de Vasconcelos a explicar à câmara a necessidade de certos recursos militares que reclamava no seu projeto de orçamento, entende de responder apenas o seguinte: ‘Penso que o poder executivo é poder separado, delegado pela nação, e não tem, pois, obrigações de apresentar ao corpo legislativo senão o resultado das suas medidas.’ Era sem dúvida levar muito longe o princípio da independência dos poderes.” SANTOS, José Maria dos. **A política geral do Brasil**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989, p. 26. Aliás, o esforço interpretativo de José Maria dos Santos envida demonstrar que a República de 15 de novembro retomará o caráter personalista e autoritário do Primeiro Reinado e das Regências, em tudo diferente ao Segundo Reinado, considerado pelo autor, o período da experiência democrática no Brasil, da democracia coroada.

³⁰⁴ RODRIGUES, op. cit., p. 311. O autor diferencia meios pacíficos de solução de controvérsias entre “não-jurisdicionais” (negociação, bons ofícios, inquérito, conciliação e mediação) e “jurisdicionais” (arbitragens e tribunais). Há, ainda, outra classificação que os divide em diplomáticos (negociação e bons ofícios), políticos (inquérito, mediação, conciliação e arbitragem) e judiciais (tribunais). Cf. Idem, p. 305.

³⁰⁵ Idem, p. 312. Além disso, a Primeira Conferência de Paz de Haia, em 1889, constituiu um marco para a arbitragem internacional ao instituir a Corte Permanente de Arbitragem. Sua atuação se deu no período entre 1900 e 1932, mas desde então não tem sido acionada. No Brasil, as questões de fronteira foram resolvidas por meio da arbitragem: Questão de Palmas/Missões, com a Argentina: arbitragem do Presidente Groover Cleveland, dos EUA, em 1893/1895, com laudo totalmente favorável ao Brasil; Questão do Amapá/Guiana Francesa, com a França: arbitragem do governo suíço, em 1899/1900, com

A arbitragem foi um recurso amplamente utilizado nas relações internacionais, com o fim de evitar, em teoria, possíveis conflitos internacionais armados. Longamente discutidos nas duas Conferências de Haia e nas seis Conferências Pan-Americanas; não obteve, no entanto, consenso como mecanismo eficaz na prevenção de conflitos. A eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914, expressou cabalmente a sobreposição do meio bélico sobre o mecanismo da arbitragem.³⁰⁶

Em consonância com o período, na discussão do projeto 63, a arbitragem foi tema central. O primeiro deputado a usar da palavra foi Lamenha Lins que, na qualidade de relator do voto em separado, com o direito de falar, como consentia o regimento, em duas sessões subsequentes sobre o mesmo projeto.³⁰⁷ Subiu à tribuna para, segundo ele, “impugnar o parecer formulado pela maioria da digna Comissão de Diplomacia e Tratados”³⁰⁸.

Valendo-se de boa retórica, e ainda que não trouxesse nada de novo em relação ao seu voto em separado, em termos de conteúdo e estrutura, Lamenha Lins justificou sua presença na Tribuna por não desejar perder a “mínima circunstância que possa ser favorável à causa que me propus a defender”, dado ser “tão vasta, tão variada e tão delicada a matéria”. Seu discurso e voto em separado foram estruturados a partir da nota de 11 de maio de 1895 do ministro Carlos de Carvalho à Legação da Itália, em que o ministro arrolou todas as reclamações, verdadeiro “labirinto formado por cerca de quatrocentas reclamações”, asseverou Lins. Segundo o parlamentar, justificase a

laudo totalmente favorável ao Brasil; Questão Pirara/Guiana Inglesa, com o Reino Unido: arbitragem do Rei Vítor Manuel II, da Itália, com laudo parcialmente favorável ao Brasil. Cf. *ibidem*.

³⁰⁶ DULCI, op. cit., 213.

³⁰⁷ Cabe ressaltar os vários atritos entre a Mesa diretora e os demais deputados pelo direito de usar da palavra, protestando constantemente contra aquilo que consideravam violência, polêmica, novidade, arbitrariedade em relação à interpretação dada ao Regimento por parte do Presidente da Câmara, deputado Arthur Rios. E isto dos dois lados da contenda. Entre os deputados, Nilo Peçanha era o que mais frequentemente, e exaltadamente, se pronunciava contra as decisões de Arthur Rios. Cf., por exemplo, as Sessões da Câmara dos Deputados de 28/07/1896, 29/07/1896, 30/07/1896, 03 a 07/08/1896, 18/08/1896 a 21/08/1896 e 24/08/1896.

³⁰⁸ BRASIL. **Anais da Câmara dos Deputados**. Sessão de 28 de julho de 1896, p. 529.

repetição das opiniões já citadas no meu parecer porque, embora seja enfadonha a redundância, tantos são os tentáculos deste polvo que não me parecem demasiados todos os golpes mesmo ameados e repetidos que lhe possa desferir.³⁰⁹

Considerações sobre o *jus imperii* – princípio pelo qual todo habitante de um território acha-se submetido à jurisprudência da nação onde reside –, e o *jus protectionis* – limitações àquele princípio, pois que se refere ao estatuto pessoal, pertinente ao direito privado –, foram feitas no sentido de basear os direitos do Brasil em expulsar de seu território cidadãos estrangeiros e, assim, refutar as reclamações referentes aos nove italianos expulsos, ligando-os ao direito de soberania.³¹⁰

O direito de soberania consiste em agir livremente tanto no interior como no exterior; o direito de independência é um corolário do mesmo, é o direito que tem o Estado de impedir a intervenção de outra potência nos seus negócios internos ou externos; o de igualdade é resultante do direito de recíproca independência e deriva-se mesmo da natureza das cousas porque assim como todos os cidadãos são iguais perante a lei, segundo as normas do moderno direito, pela mesma razão as coletividades, as personalidades jurídicas formadas pela totalidade dos cidadãos de um país também devem ser iguais perante o direito internacional.³¹¹

O deputado menciona que por ocasião da fundação da Faculdade de Ciências Políticas e Sociais da Universidade de Lima, em 1875, Pradier Fodéré explicou o interesse das nações europeias em utilizarem-se do recurso da intervenção nos países sul-americanos, nos seguintes termos:

Quando em Londres, Paris ou Viena se fala da América, é exclusivamente para enumerar suas riquezas naturais, descrever o

³⁰⁹ BRASIL. **Anais da Câmara dos Deputados**. Sessão de 28 de julho de 1896, p. 540.

³¹⁰ Entrementes, outro projeto de lei tomava a atenção dos parlamentares. Era a proposta de supressão da Legação em Londres, tendo na economia de recursos públicos a justificativa do projeto. São Paulo, cujo programa político nesse período consistia em dominar, em nível federal, as áreas em que no plano estadual sua ação era limitada, pôs-se logo contra o projeto. De acordo com Joseph Love, o controle da política monetária e de câmbio, a obtenção de garantias para os empréstimos no exterior e a existência de representação diplomática eram pontos de interesse de São Paulo, e que outros estados da federação poderiam obstar. Assim é que “os assuntos econômicos e fiscais estaduais e nacionais eram a tal ponto interdependentes que São Paulo não poderia ter optado pela estratégia do isolamento em termos de política federal, tão como ocorrera com o Rio Grande do Sul entre 1894 e 1906” LOVE, op. cit., p. 133-134.

³¹¹ Idem, *ibidem*.

curso de seus grandes rios, marcar os pontos favoráveis ao estabelecimento de empórios comerciais, computar as riquezas florestais, medir o valor da produção das minas; mas não se diz uma única palavra sobre a organização política, civil ou judiciária daqueles países.³¹²

De um lado, o parlamentar expressou, por meio de Foderé, as vantagens imperialistas percebidas nas relações entre as potências europeias e os países sul-americanos. De outro, referiu-se aos emigrantes que se lançando para além-mar, por desconhecer o que encontrariam, não esperavam “encontrar leis de polícia, segurança, instituições similares senão superiores aquelas que abandonaram, são novos argonautas em busca do velocino de ouro”. E, perguntou Lamenha Lins, o que sucedia quando então se deparavam com a realidade? “Muitas vezes os vencidos na luta e que julgavam encontrar o ouro as mãos cheias, veem-se reduzidos à miséria, e as queixas, as irritações, e as reclamações começam então.”³¹³

No entanto, o deputado não considerou em sua análise o papel da propaganda, por exemplo, no aliciamento dos emigrantes nos países de origem. Tampouco, sopesou que a “luta” iniciava-se sempre em desvantagem para o emigrante, despreocupando-se, assim, com as condições da “luta”.

Assentado nos tratadistas de que fez uso, Lamenha Lins, defendeu professar a “verdadeira doutrina”, qual seja:

que à nenhuma Nação cabe o direito de proteger os nacionais fora de seu território, salvo quando o governo do Estado, onde eles residem, falta aos deveres que lhe impõem a sua função social.

Na continuação da primeira discussão do projeto, sessão 59ª da Câmara, o parlamentar voltou a reproduzir trechos de obras de tratadistas sobre intervenção de nação estrangeira, entre eles do internacionalista alemão, Franz Von Holtzendorff, tratou de mostrar também como atuaram os governos “em tempos de perturbações intestinas, de lutas ou guerras civis, porquanto

³¹² BRASIL. **Anais da Câmara dos Deputados**. Sessão de 28 de Julho de 1896, p. 541.

³¹³ Idem, p. 541.

grande número destas reclamações foram apresentadas[sic] na época e por fatos ocorridos durante as desgraçadas revoltas do Rio Grande do Sul e 6 de setembro em nossa baía;”³¹⁴ examinou ainda alvitres e parece de homens de Estado.

Cabe ressaltar que o discurso de Lamenha Lins, com seus argumentos contrários ao projeto, se estendeu por dezoito páginas dos Anais da Câmara dos Deputados, apenas na continuação da discussão. Além do mais, a repetição dos argumentos, de autores, de fatos ligados aos Protocolos pode indicar estratégia de prolongar as discussões na Câmara e, assim, delongar uma solução para a contenda.

Deste modo, Lamenha Lins forneceu os elementos jurídicos, históricos e políticos que embasaram a posição dos deputados contrários aos Protocolos italianos. Os discursos dos deputados foram acompanhados pela população do Distrito Federal, que acorria às galerias da Câmara, causando tumultos que interrompiam constantemente as discussões.

Tarefa árdua coube aos deputados que defenderam o projeto do Governo Federal que visava solucionar as reclamações italianas. O primeiro deputado a subir à Tribuna para defender o projeto do Governo federal foi o presidente da Comissão de Diplomacia e Tratados, Cincinato Braga, deputado por São Paulo. Ao responder a longa argumentação do deputado Lamenha Lins, iniciou sua reflexão nos seguintes termos:

Parece-me que o orador que precedeu-me na tribuna encarou o problema, para cuja solução a Câmara é chamada, por uma de suas duas faces. [...] Para bem ponderá-la, é preciso ter em vista que esse problema tem duas faces distintas: uma, a abstrata, outra, a concreta; uma, a filosófica, ou se quiserem, a jurídica, outra, a prática ou política.³¹⁵

Insistiu na necessidade de se tomar o problema sob seu viés prático, conferindo solução pragmática aos protocolos, o que se justificava pelo atendimento do “interesse prático da nacionalidade brasileira”. Ademais,

³¹⁴ BRASIL. **Anais da Câmara dos Deputados**. Sessão de 29 de julho de 1896, p. 561.

³¹⁵ Idem, p. 573.

defendeu que a questão da dignidade nacional não deve ser desassociada do interesse nacional.³¹⁶

Procurou demonstrar a legitimidade da arbitragem no caso dos Protocolos Italianos, ao indagar:

qual é, em síntese, o problema que se discute? É este: os direitos individuais, as questões de direito privado (porque a tais se reduzem as reclamações italianas), as questões de direito privado podem ser objeto de decisão proferida em Tribunal arbitral internacional? Podem sê-lo, quando mesmo não tenham sido previamente submetidas ao estudo e ao julgamento dos Tribunais locais?³¹⁷

Embora a posição de Cincinato Braga tenha sido de pragmatismo com relação aos Protocolos Italianos, tomado pelo “prisma concreto”, também fez uso de “teorias”, pois que “teorias foram invocadas e invocá-las-ei também: - doutrina contra doutrina”.

Nesse sentido, apoiou-se, com fins de embasamento jurídico para a aceitação da arbitragem internacional na questão das reclamações italianas, em tratadistas como Kamarowsky, De Card, Dreyffus, Revon e Meyrinhaç, e citou casos concretos em que a arbitragem foi utilizada em diferentes países.³¹⁸

Cincinato Braga tratou como legítima a inclusão dos oito italianos expulsos de São Paulo:

entende que as reclamações italianas a que se referem os protocolos, são precisamente aquelas para cuja solução se recomenda e cabe a arbitragem internacional. Não se diga que à arbitragem escapa o fato da expulsão de estrangeiros, desde que o direito de expulsão é inerente à soberania territorial. A expulsão não pode ser arbitrária, e a reivindicação dos direitos por ela prejudicados é legítima, o que justifica o protocolo, tão energeticamente atacado pelo Sr. Lamenha Lins.³¹⁹

No decorrer de sua explanação, o deputado por São Paulo também fez uso de juristas renomados para defender seu posicionamento. Ao mesmo tempo, desqualificou os autores citados pelo deputado Lamenha Lins, pois

³¹⁶ Ibidem.

³¹⁷ Idem, p. 574.

³¹⁸ Ibidem.

³¹⁹ **Gazeta de Notícias**, 31/07/1896, p. 2.

“nem são ao menos representantes dos ministérios públicos, de ministérios do exterior, de governos de nações interessadas nisto; vivem no interior de seus gabinetes, preocupados em lucubrações constantes de seus espíritos, em ordem a tornar cada vez mais notável o aperfeiçoamento humano”.³²⁰ Portanto, seu argumento caminha no sentido de uma postura pragmática.

E justificou a arbitragem através da apreciação do sistema internacional até então vigente:

Um campo quase inculto, o estado quase de natureza de que falava Hobbes: a idade primitiva. Os pastores dos rebanhos – os soberanos das nações... respeitando-se à custa da força bruta; latrocínios de ovelhas, incursões de lobos ferozes no redil habitado.

Sobre esse campo, assim selvaticamente[sic] ensaiam ainda os primeiros voos – os primeiros voos, porque os trabalhos de Grotius e de Puffendorf datam de ontem – duas aves alviçareiras: uma, é a opinião dos juriconsultos, manifestada nas obras do direito internacional; outra representa os arestos, os precedentes, os casos julgados internacionais.

Ambas trazem nos bicos o ramo de oliveira da paz – a arbitragem internacional.³²¹

Citando De Meyrinhaç, afastou a ideia de que na solução das reclamações italianas havia desonra e indignidade para o Brasil, por meio dos seguintes termos:

Dos casos em que a honra e a dignidade de uma nação estão empenhadas.

Um dos representantes da Inglaterra no tratado de Washington de 1871, Sir. Stafford Northcote, cuja opinião é aprovada pelos Srs. Bulmerine e Kamarowski, diz que a maior parte das guerras tem por causa o sentimento da dignidade nacional mal entendido. Ele acrescenta que a honra de uma nação consiste no fato de nunca ela considerar-se como não tendo razão, mas no fato dela procurar, com toda a equidade, reconhecer o direito do seu próximo com relação a ela mesma e de fazer, mesmo quando haja dúvida, mais de que lhes prescreve a estrita justiça, decidindo antes contra si que a seu favor.³²²

³²⁰ Discurso reproduzido pelo jornal **Gazeta de Notícias**, 02/08/1896, p. 2.

³²¹ BRASIL. **Anais da Câmara dos Deputados**. Sessão de 29 de julho de 1896, p. 547. Reproduzido em **Gazeta de Notícias**, 02/08/1896, p. 2.

³²² Ibidem.

Segundo o deputado, não estava em razão o direito do Brasil de expulsar estrangeiros, ainda que esse direito não “assista ilimitadamente aos Estados”, mas

reclama-se contra arbitrariedade, maus tratos sofridos, ou não, na ocasião de serem expulsos. Torno-me claro: decretada a expulsão de um estrangeiro, o direito do Estado consiste em retirá-lo do território; se, porém, partem-lhe um braço na prisão, por exemplo, há motivo de reclamação diplomática, porque até aos maus tratos não vai o direito do Estado. É isso que foi reclamado do governo do Brasil.³²³

Para o deputado Nilo Peçanha, a situação da política internacional da República era “grave”, “premente” e “dolorosa”. E que “todas as manifestações parlamentares em honra de sua bandeira, sua integridade devem valer nos olhos da opinião e da crítica por um vivo apostolado cívico!”³²⁴

Acusou as negociações para os protocolos de atentado à soberania política, ainda mais quando aceitou o arbitramento para as reclamações que as comissões mistas não chegaram a acordo. Apelou ainda à “elevação moral dos Estados, cuja solidariedade patriótica a federação não comprometeu; porque ela é a unidade, a glória, a força e a grandeza do país! (Apoiados)”³²⁵

Sobre o arbitramento:

[...] S. Ex. [Cincinato Braga] quer o arbitramento para as reclamações italianas; não é S. Ex., é o governo, é o honrado e ilustre Sr. Presidente da República, cuja responsabilidade está tão tristemente envolvido neste monstruoso protocolo (numerosos apoiados), que quer pelo laudo de terceira potência anular de um golpe as nossas tradições jurídicas de povo policiado, e a independência e soberania dos Tribunais do Brasil. (Apoiados) Um tal protocolo é uma miséria, é um vilipêndio para o país! (Muito bem) O arbitramento! Mas o arbitramento não nasceu para isto!³²⁶ “Que povo do globo permitiria que uma terceira potência dissesse sobre o seu direito de expulsão? Não, Senhores, uma intervenção assim vimo-la um dia matando a palavra de Pitt; uma intervenção assim vimo-la outrora no Prata e no Pacífico, quando a independência não era ainda um fato e não era uma conquista, e a democracia não tinha ainda consagrada a legenda de San Martin e de Bolívar; uma intervenção assim vimo-la às Assembleias de Verone

³²³ Idem, p. 593.

³²⁴ BRASIL. **Anais da Câmara dos Deputados**. Sessão de 31 de julho de 1896, p. 607.

³²⁵ Ibidem.

³²⁶ Idem, p. 612.

e de Leiback; mas uma intervenção assim se faz hoje com o sangue, mas não se faz com a desonra! (Bravos)
Senhores! Pelo protocolo italiano o governo deu à Itália aquilo que não é seu, deu à Itália a soberania política do Brasil. (Apoiados)”³²⁷

A posição de Nilo Peçanha, carregada de sentimentos nacionalistas, e expressa de maneira enfática e exaltada, refletia bem a ideologia jacobina que teve atuação importante nos primeiros anos da República. De fato, Nilo Peçanha figurou entre os mais combativos jacobinos. Considerado o “elemento rubro desse partido [PRF], o chamado jacobino, ou florianista, cuja oposição à *outrance* feita ao atual presidente é bem conhecida.”³²⁸

Em termos nacionalistas, Nilo Peçanha critica o Congresso pela cumplicidade nos “desfalecimentos e humilhações que abatem o Brasil, à revelia e à indiferença do Poder Executivo”.³²⁹ Cita Portugal e França como exemplo de países que não permitem que o estrangeiro intervenha nos assuntos internos, enquanto denuncia a presença de estrangeiros aqui que “deprimem” o país, como Lamoureaux³³⁰. Acusa o governo de não “sentir” como o resto do país, pois que “subvenciona mensalmente dois jornais estrangeiros que combatem o direito brasileiro nas questões internacionais.”³³¹

A liderança de Nilo Peçanha começou a despontar, observa Marieta de Moraes Ferreira, no quadro problemático, tanto econômico quanto político, do estado do Rio de Janeiro no início da República.³³² Não obstante a perspectiva de recuperar a “idade de ouro”, que identificavam no papel que o Rio de Janeiro desempenhou no Império, as lideranças políticas fluminenses não

³²⁷ Ibidem.

³²⁸ **Gazeta de Notícias**, 05/09/1896, p. 2.

³²⁹ BRASIL. **Anais da Câmara dos Deputados**. Sessão de 15 de outubro de 1896, p. 361.

³³⁰ O deputado Nilo Peçanha refere-se, provavelmente, a Andrew Jackson Lamoureaux, norte-americano editor do jornal abolicionista *The Rio News*, publicado na capital federal desde 1879. Segundo Antonio Penalves Rocha, o jornal foi das poucas vozes que se levantaram contra a política de imigração europeia por acreditar que os ex-escravos deveriam ser incorporados ao trabalho nas lavouras. E, somente depois de inseridos no mercado de trabalho, o governo poderia “adequadamente usar os recursos para encorajar a imigração, desde que as indústrias agrícolas do país efetivamente a requeiram.” *The Rio News*, 24/07/1886, pp. 2-3 apud ROCHA, Antonio Penalves. *The Rio News de A. J. Lamoureaux. Projeto História*, São Paulo, n. 35, dez. 2007, p. 152.

³³¹ Idem, p. 362.

³³² Cf. FERREIRA, op. cit. p. 21.

lograram formar um bloco homogêneo que pudesse fazer frente à crescente preponderância de São Paulo e Minas no contexto federativo. Dois grupos disputavam o poder, enfraquecendo-se mutuamente no âmbito nacional: um ligado ao Conselheiro Paulino Soares de Souza, ex-monarquista, e João Tomás da Porciúncula, líder dos republicanos históricos no Rio de Janeiro; o outro, o grupo campista, reunido em torno da figura do Barão de Miracema, do qual fazia parte Nilo Peçanha.

Contudo,

aproveitando-se da fragmentação das forças políticas do estado e de suas boas relações com o presidente da República Campos Sales, que então implantava no país a chamada ‘política dos governadores’, Nilo Peçanha iria reunir condições para iniciar uma escalada em direção ao poder, num processo que se desenrolou em diversas etapas e deu origem à formação de um novo e poderoso grupo na política fluminense.³³³

E, no intuito de demonstrar a inépcia no que tange à política internacional de Prudente de Moraes, o deputado fluminense atribuiu à diplomacia portuguesa a vitória brasileira na questão da Ilha da Trindade. Ponto de vista que questiona a interpretação de parte da historiografia das relações internacionais do Brasil, como sendo o grande momento da diplomacia brasileira no início da República.³³⁴

Para Belisário de Souza, o arbitramento era mesmo um “expediente feliz destinado a desanuviar o horizonte carregado da República”. Defendeu que a República devia se impor à nação, não por uma política internacional agressiva, mas por uma política internacional firme e prudente. E das críticas daqueles que “se julgam agredidos em toda a parte”, arrematou que “questões diplomáticas são sempre assim: travam-se e até mesmo de um modo tal, que a impopularidade de momento pode ser o prêmio do serviço de amanhã.”³³⁵

³³³ FERREIRA, op. cit., p. 21.

³³⁴ Cf. RODRIGUES, José Honório. **Uma história diplomática do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

³³⁵ BRASIL. **Anais da Câmara dos Deputados**. Sessão de 06 de agosto de 1896, p. 102-103.

Entretanto, postura bastante diversa teve Belisário de Souza no episódio da Trindade:

O nosso ministro, na nota com que replicou à nota do ministro inglês, prova com os fatos da história, da geografia e em razões irrefutáveis de direito internacional, a nossa posse incontestada [sic] e incontestável. [...] Nunca sobre a terra brasileira tremulará o pendão de nenhuma nação estrangeira. [...] Protestamos, agora e sempre, Congresso, governo e povo, e quando esgotados os meios diplomáticos, levantemo-nos, ao chamamento irresistível do patriotismo, para arrebatar das garras do leopardo britânico esse pedaço do território sagrado do Brasil.³³⁶

O deputado Martins Junior, professor da Faculdade de Direito do Recife³³⁷, ao rebater a aprovação dos Protocolos, se referiu a Cincinato Braga como “representante do governo perante a Câmara”, ao que este respondeu contrariamente. Por fim, no entanto, concordou com a “classificação”.

Para Martins Junior,

o reconhecimento de nosso direito à questão da Trindade, há de fazer, tem de fazer, se o governo quiser ser coerente, com que ele reconheça que agora mais do que nunca o Congresso não pode absolutamente aprovar o protocolo italiano.³³⁸

A referência ao episódio da Trindade se justificava, sobretudo, pela não aceitação da arbitragem, reforçando, assim, a posição dos deputados contrários aos protocolos. Inicialmente, Prudente de Moraes se inclinou a aceitar a arbitragem proposta pela Grã-Bretanha, mas diante da negativa de Carlos de Carvalho, resolveu consultar seu gabinete ministerial, que se posicionou ao lado de seu ministro, recusando a arbitragem.³³⁹

³³⁶ Apud KÄMPF, op. cit., p. 85.

³³⁷ Martins Junior assume a cadeira de História do Direito Nacional, em Recife. A cadeira foi criada pela reforma no ensino jurídico introduzido por Benjamin Constant, que criou também a cadeira de Legislação Comparada, atribuída a Clóvis Beviláqua. Em São Paulo, quem assumiu a cadeira de História do Direito Nacional foi Pedro Lessa. Cf. VENÂNCIO FILHO, Alberto. **Das arcadas ao bacharelismo: 150 anos de ensino jurídico no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2004, p. 227.

³³⁸ BRASIL. **Anais da Câmara dos Deputados**. Sessão de 05 de agosto de 1896, p. 77.

³³⁹ ARRAES, Virgílio. A opinião pública brasileira e a questão da Ilha da Trindade (1895-1896). **Revista Múltipla**, n. 5, vol. 8, julho de 2000, p. 148.

A ocupação da ilha da Trindade vinha somar-se a outro litígio territorial do Brasil com a Grã-Bretanha, que era a Questão de Pirara, resultante do expansionismo britânico na região amazônica, a partir da Guiana.³⁴⁰

Repetiu o argumento de Lamenha Lins, segundo o qual, “o país [não pode] se reconhecer responsável por questões que não tinham sido levadas previamente ao conhecimento dos Tribunais, segundo as nossas leis e os princípios de Direito Internacional”, e defendeu que algumas demandas eram insustentáveis porque não havia provas, como a que dizia respeito ao episódio envolvendo o engenheiro e dinamitista Nilo Diodati.³⁴¹

Em 1893, o governo federal concedeu patente de invenção ao engenheiro italiano Nilo Diodati para novos carros de baldeação para estradas de ferro de diferentes bitolas. Através de sua invenção, seria possível um mesmo trem trafegar em estradas de ferro de diferente bitola, serviço essencial para atender as demandas da Estrada de Ferro Central, que atendia, como se sabe, à agricultura de exportação.³⁴²

Uma polêmica foi levantada pelo engenheiro Eugenio Elmo, que também havia submetido projeto similar ao escrutínio do governo federal. Elmo acusou Diodati de ter-lhe roubado a ideia dos novos carros, cujos experimentos provaram ser impraticáveis.³⁴³

Contudo, no mesmo ano, Diodati foi preso por envolvimento na Revolta da Armada; confessou ter sido enviado por José Augusto Vinhais³⁴⁴ e Custódio José de Melo para dinamitar um túnel e, assim, dificultar, ou mesmo impedir, a

³⁴⁰ DORATIOTO, Francisco. Apresentação. In.: KÄMPF, Martin Normann. **Ilha da Trindade: a ocupação britânica e o reconhecimento da soberania brasileira (1895-1896)**. Brasília: FUNAG, 2016, p. 9.

³⁴¹ No entanto, não foi possível localizar na documentação a referência completa desta reclamação, sendo arriscado determinar se ela fez parte dos protocolos. Mesmo assim, o fato de o caso envolver italiano já foi suficiente para o deputado usar seu exemplo, em demérito às outras reclamações.

³⁴² Cf. **O Paiz**, 08/04/1893, p. 2.

³⁴³ Cf. **Diário de Notícias**, 25/01/1893, p. 1.

³⁴⁴ José Augusto Vinhais participou da Revolta da Armada, junto com Custódio José de Melo. Com a revolta debelada, foi exilado na Argentina, com outros marinheiros revoltosos, regressando ao Brasil em 1895, após ser anistiado. Cf. SILVA, Isabel Pimentel. José Augusto de Vinhais. In. ABREU, Alzira Alves. (org.) **Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República (1889-1930)**.

comunicação da Capital Federal com os estados de São Paulo e Minas Gerais.³⁴⁵

Martins Junior, por fim, asseverou que “do protocolo atual se veio fazer o valhacouto de todas as misérias gananciosas de indivíduos que trocaram a sua pátria, que são capazes de trocar a consciência por dinheiro.”

Deste modo, expressou que, além de mercenários, os imigrantes que encaminharam reclamações são ainda traidores da sua pátria, no caso a Itália, por terem-na deixado. A crítica do deputado foi que o Governo federal prescindiu de sua posição inicial, expressa na nota do ministro Carlos de Carvalho, de 11 de maio de 1895:

Mas, além da opinião dos tratadistas, da própria Itália, parte no negócio, há a opinião expressa, oficialmente pela outra parte na questão, o Sr. Carlos de Carvalho.

Foi S. Ex. quem se incumbiu na nota de 11 de maio, de estabelecer a doutrina que ele não podia ver adulterada em nome da qual repelia a maior parte das reclamações italianas, declarando apenas que 200 contos de réis chegariam para indenizar as reclamações da tabela n. 1 e que se deviam por em perpétuo silêncio as questões italianas.³⁴⁶

Em seguida, o deputado Martins Junior analisou os argumentos de defesa do deputado pelo Pará, Belizário de Souza. Apresentaremos a seguir, alguns destes argumentos, o primeiro deles sendo a celeridade emprestada à questão, implicando por isso no pronto atendimento das reivindicações italianas, pois que a Itália

tinha urgência em liquidar todas as questões internacionais e que as questões italianas, urgentes há mais de 20 anos, reclamam imediata solução, que a necessidade de dar esta solução bastava em parte para explicar a solução que dera, a única que o ministro podia dar em condições de ressaltar o direito do Brasil, acatando ao mesmo tempo as potências apoiantes.

Segundo os defensores dos protocolos houve denegação de justiça:

houve denegação de justiça por parte do Brasil em muitas destas questões sujeitas ao conhecimento do Ministro e que fazem parte do protocolo; e houve denegação de justiça notadamente para aquelas questões relativas às sucessões. Houve protelação longa, houve

³⁴⁵ Cf. **Diário de Notícias**, 25/09/1893, p. 1.

³⁴⁶ BRASIL. **Anais da Câmara dos Deputados**. Sessão de 05 de agosto de 1896, p. 79.

demora extraordinária e injustificável até agora em casos que podiam e deviam ser resolvidos.

[...] porque protelação, porque demora, se houve, proveem na maior parte dos casos que os próprios interessados que, confiados sempre na força da sua nacionalidade, e na nossa fraqueza, na tendência que temos para aceder a todas as intimações, confiados nisso, quiseram mesmo levar para o terreno diplomático questões que eles sabiam bem que só por esse modo podiam ser encarreiradas, de modo a receberem boa maquia, que não receberiam se as questões fossem levadas aos Tribunais.³⁴⁷

Além disso, o deputado rebateu a ideia segundo a qual

as doutrinas correntes em direito internacional sofrem exceções gerais em toda América do Sul; que nós americanos do sul não podemos contar entre nós com a prática regular, constantes dos princípios de direito internacional, que são sufragados, que são estabelecidos por todos os autores.³⁴⁸

Para Belisário de Souza, a América não possuía cabedal necessário para desenvolver um pensamento jurídico internacional autônomo. Mas, segundo o deputado Martins Junior, a América tinha sido o berço de adiantadas posições em matéria de direito internacional; partindo dela, por exemplo, a ideia do Congresso internacional sobre a arbitragem.

Curiosamente, foi sustentada a existência de “documentos vergonhosos” sobre as reclamações italianas, que caso não fossem atendidas, tornar-se-iam públicos. O que gerou o protesto do deputado, diante de tal chantagem:

nós vamos votar o protocolo e precisamos saber porque é que devemos aceitá-lo, se nos convém comprar o nosso decoro à custa do nosso dinheiro, queremos saber se devemos cobrir nossa vergonha escancarando as portas do Tesouro e para isso devemos procurar recursos; ou existem esse documentos vergonhosos, repete, e é preciso, que eles apareçam visto como não compreende que eles possam ser sonegados ao conhecimento do Congresso. (Apoiados.) Ou não existem esses documentos vergonhosos, e, nesse caso, é realmente lastimável que por parte dos defensores do protocolo, por parte, sobretudo daqueles que acham que andou muito bem, na questão, o Sr. Ministro do Exterior, se venha alegar essa vergonha, essa moléstia indecente, que não pode ser exibida aos olhos dos países estrangeiros, que nos há de infamar perante a América, perante a Europa. [...]

³⁴⁷ Idem, p. 80-81.

³⁴⁸ Idem, p. 81-82.

O Sr. Nilo Peçanha – É uma história. Não existem tais documentos. (Há outros apertes.)³⁴⁹

Martins Junior tratou ainda da questão da expulsão de estrangeiros do território nacional, insistindo que o que se queria era limitar o direito do Brasil de expulsar, o que era uma violação de sua soberania:

Vê-se, portanto, em face da nota italiana, que o que se pretende com a reclamação é fazer notar que o Brasil não pode tomar as medidas que entender e como entender com relação à expulsão de estrangeiros de seu território.

Em seguida, relativizou o modo como a expulsão foi realizada, ou seja, com violência.

Não é com relação ao modo de expulsão, não é porque tenham sido maltratados os estrangeiros; não é porque se tenha luxado o braço a um ou metido em enxovia lôbrega outro, ou faltado com comodidades ainda a outro: não, é porque é preciso que se saiba até onde o Brasil entende que deve chegar seu poder para expulsar, é porque é preciso estabelecer o direito da soberania territorial do Brasil para a expulsão dos estrangeiros! (Apoiados.)

Contudo, o deputado duvidou que surgissem ressentimentos que poderiam surgir no Executivo pela não aceitação dos protocolos por parte da Câmara, pois o Legislativo também não podia ressentir-se toda vez que um veto presidencial obstasse a execução de uma lei emanada do Congresso nacional.

³⁴⁹ BRASIL. **Anais da Câmara dos Deputados**. Sessão de 05 de agosto de 1896, p. 84. A alegada existência de “documentos vergonhosos” no caso dos Protocolos italianos guarda certa familiaridade com outro caso cuja existência de documento, este “secreto”, que o justificasse tornou-se notória: o caso da condenação por alta traição do oficial de artilharia do exército francês, Alfred Dreyfus. Amplamente conhecido, o caso Dreyfus expressou a xenofobia, o antissemitismo e o nacionalismo que vicejavam na sociedade francesa de final do século XIX. Emile Zola, em artigo célebre, recusou veementemente “a existência de um documento secreto, arrasador, um documento que não pode ser mostrado, que legitima tudo, diante do qual devemos nos curvar, como se fora um deus invisível e desconhecido”, como justificativa à condenação do réu. Cf. ZOLA, Émile. *Eu acuso*. In.: SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. Rio de Janeiro: Record, 2014, p. 508. Segundo Sennett, a importância do “Eu acuso”, publicado em *L’Aurore* de 13 de janeiro de 1898, estava em que ele “infundia vida nesse movimento abortado [refere-se a investigação do crime de espionagem], definindo os termos do discurso de tal modo que a comunidade dos dreyfusards pudesse tomar forma. Zola conseguira encontrar imagens de como somos ‘nós’, enquanto dreyfusards, iguais e opostos aos antidreyfusards, utilizando técnicas de melodrama para caracterizar quem era um dreyfusard como pessoa. Assim sendo, completava-se um confronto estático, composto por dois inimigos que doravante não poderiam existir um sem o outro”. Cf. SENNETT, op. cit, p. 355.

Discordou da opinião do deputado Belisário de Souza para quem as questões internacionais possuíam valor muito maior do que as questões internas, e, portanto, o Legislativo deveria ficar adstrito àquilo que o governo decidisse nos assuntos relacionados às demais nacionalidades.

Advogou uma teoria do poder na qual o mecanismo político repousava no revezamento de duas forças, tirada, aliás, da mecânica. Trata-se da força estática e da força dinâmica, ou seja, a força de conservação e de progresso.

Essas duas forças são inquestionavelmente representadas nas altas cumiadas de um país pelos dois governos, que agem, que deliberam e que executam.

No Poder Executivo, o chefe deste poder, nos órgãos pelos quais eles se exercem, está a força estática, a força da conservação dos elementos fixados nas leis; no Poder Legislativo, na Câmara, no Senado, está a força dinâmica, a força do progresso, a contínuo remodelamento das leis, pelo aventar de ideias políticas e de ideias de toda ordem, que sobretudo são mais fáceis de se expandir em momentos agitados, quando a alma nacional estremece e onde os representantes do país vão se retemperar na onda popular, pedindo-lhe o sufrágio em nome do qual representam o povo neste recinto! [...] É preciso, porém, que um e outro poder se completem, se encontram e não se contraiem, prejudicando todo o mecanismo social!³⁵⁰

Portanto, tal mecanismo social é responsável tanto pela manutenção da ordem interna, quanto pelo relacionamento do país com as demais unidades políticas. Não podendo o Legislativo se abster das questões internacionais.

A honra brasileira, segundo o deputado Martins Junior, foi conspurcada quando os termos do acordo foram definidos em vistas da possibilidade, real ou presumida, de uma intervenção bélica por parte da Itália.

Em primeiro lugar, a verdade é – e isto já foi declarado pelo próprio relator da Comissão de Diplomacia – que não há nas reclamações um só *casus belli*. Demais, a verdade é também que a Itália absolutamente não acarretaria com a responsabilidade de inventar o *casus belli* por qualquer circunstância que surgisse, dada a não aprovação do protocolo, por muitíssimas razões, entre as quais está uma de direito internacional e é que – a justiça da guerra se confunde com justiça da intervenção!

São palavras de um internacionalista notável – Flacher [sic] – e que o orador leu na *Revue Internationale Publique* do mês passado³⁵¹.

³⁵⁰ BRASIL. **Anais da Câmara dos Deputados**. Sessão de 05 de agosto de 1896, p. 87.

³⁵¹ FLÛCKHER, de A. Les conséquences de l'intervention. In **Revue Générale de Droit Internationale Publique**, 1896. A referência ao texto em francês, recém-lançado, serve para demonstrar a preocupação em discutir as questões internacionais de forma contextualizada e atualizada.

Esse internacionalista estudando belamente a intervenção fez notar, apoiando a sua argumentação em fatos os mais notáveis, que a Itália não teria de fazer uma guerra injusta, porque injusta seria ela, se não tivesse sido justa a intervenção!
Mas, o que não se admite é justamente a justiça e o direito da intervenção na maioria dos casos das reclamações italianas; ou melhor, na totalidade delas, onde o medo e o pavor da guerra? Por que?³⁵²

O discurso do deputado encaminhou-se no sentido de fazer dos Protocolos uma questão “viva, uma questão de carne [...] porque a ela estão ligadas placentariamente as questões mais complexas e que mais fizeram palpitar a alma brasileira, as da revolta de setembro”. E sustentou a recusa dos protocolos em nome da defesa da República, contra o regime decaído e sua propaganda: “para que não se diga que a República pode mais facilmente que a monarquia conceder a estrangeiros o que aquela só em casos extraordinários e perante a coação manifesta lhes cedeu”.

Por fim, encerrou seu discurso contrapõe-se a própria imigração, como veículo do desenvolvimento do país, em tom de irrefreável nacionalismo ressentido:

[...] digamos à Itália que o Brasil fará *da se* como ela pôde fazer por si, afirmando aos olhos do estrangeiro que absolutamente não precisava do seu elemento para vencer. Tem concluído. (Muito bem, muito bem. Palmas e aplausos gerais nas galerias. O orador é muito cumprimentado por seus colegas.)³⁵³

Em defesa do uso da arbitragem, o deputado Galdino Loreto alegou, na segunda discussão do projeto, que não existia humilhação ao país, uma vez que as nações americanas, reunidas no Congresso de Washington, haviam ajustado que as questões referentes à indenização deveriam ser resolvidas, na falta de acordo entre as partes, pelo arbitramento.

Washington, em um dos artigos do seu tratado, enumera expressamente a indenização como um dos casos em que o arbitramento deve ter lugar.

³⁵² BRASIL. **Anais da Câmara dos Deputados**. Sessão de 05 de agosto de 1896, p. 88.

³⁵³ Ibidem.

Trata-se de indenizações, e o mesmo congresso de Washington já assentou que estas questões podem e devem ser resolvidas pelo arbitramento.³⁵⁴

Contudo, a própria instituição do arbitramento como forma de dirimir conflitos gerou polêmica, não se chegando a acordo se esta deveria ser convencionada na forma voluntária ou obrigatória.

No Congresso de Washington, a arbitragem era discutida em termos de disputa de influências, seja das potências europeias que não queriam perder poder no continente, seja dos EUA que desejavam aumentar seu prestígio e autoridade na América Latina, em consonância com a doutrina Monroe. Aos Estados Unidos interessava ser definido como árbitro perpétuo para os conflitos entre os países latino-americanos, afastando assim a incidência europeia no continente. A Argentina opôs-se, em nome dos interesses britânicos, a tal proposta. A questão ficou aberta, pois embora tenha sido firmado um tratado com o fim de estabelecer princípios do Direito Internacional Americano para a solução de divergências, o mesmo não foi ratificado pelos países membros. O problema da arbitragem ocupou outras conferências pan-americanas.³⁵⁵

Por fim, após as sessões que perfizeram a primeira discussão do projeto enviado pelo Governo Federal ao Legislativo, que teve início em 28 de julho e término em 07 de agosto de 1896, o projeto n. 63 obteve 97 votos a favor e 61 contrários à sua aprovação.³⁵⁶ Eram necessárias, porém, por força do regimento, mais duas discussões.

³⁵⁴ BRASIL. **Anais da Câmara dos Deputados**. Sessão de 19 de agosto de 1896, p. 437. Embora o pronunciamento do deputado Galdino Loreto tenha ocorrido na segunda discussão do projeto, por fazer menção à questão da arbitragem utilizou-se também neste item do sobre o tema.

³⁵⁵ Cf. DULCI, op. cit. p. 171-172. Na Segunda Conferência de Paz de Haia, Rio Branco afirmava que o Brasil não aceitaria um árbitro previamente designado para resolver todas as questões que surgissem, porque além de ser abdicação da soberania “é evidente que um árbitro que convenha hoje pode não convir poucos anos depois, queremos deixar aos governos futuros inteira liberdade de ação e escolha”. Apud. DULCI, op. cit., p. 183.

³⁵⁶ Discursaram em favor dos Protocolos os seguintes deputados: Francisco Glicério (São Paulo), Cincinato Braga (São Paulo), Galdino Lins de Barros Loreto (Espírito Santo), Belisário Augusto Soares de Sousa (Rio de Janeiro). Contrários ao projeto falaram os deputados: Nilo Peçanha (Rio de Janeiro), Lamenha Lins (Paraná), Eduardo Pires Ramos (Bahia), José Carlos Ferreira Pires (Minas Gerais), José Joaquim Medeiros e Albuquerque (Pernambuco), José Isidoro Martins Junior (Pernambuco).

A primeira discussão do projeto expressou, de um lado, a defesa da honra nacional, da soberania, dos direitos internacionais do Brasil, e de outro, da necessidade do restabelecimento das boas relações do Brasil com a Itália, de questão de razão de Estado, de cumprimento dos deveres para com aqueles que o Brasil recebeu em seu território. Em torno dessas posições cerraram fileiras os deputados federais, seus pronunciamentos fornecem elementos para perceber a noção de soberania estava relacionada à arbitragem naqueles debates.

Além disso, represálias aos deputados que não votaram de acordo com a indicação do partido também ocorreram, como no caso do deputado Oscar Godoy, que foi pressionado a pedir demissão do diretório do Partido Republicano Federal, em consequência do voto contrário que deu ao projeto do Governo Federal.³⁵⁷

2.3 O “direito” à expulsão de estrangeiros

Embora a Constituição Federal de 1891 resguardasse os direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade de nacionais e estrangeiros, ficando por isso “abolida a pena [...] de banimento judicial” para os estrangeiros, a prática existiu no início da República.³⁵⁸ O texto constitucional e a prática da expulsão de estrangeiros colocaram o Executivo e o Judiciário em constante confronto.³⁵⁹

Assim, ao som das cornetas, em 18 de agosto, teve início na Câmara dos Deputados o segundo “combate” do projeto para aprovação dos protocolos das reclamações italianas, que teve por tema central a discussão da legitimidade da expulsão de estrangeiros. O debate, que deveria ter ocorrido

³⁵⁷ Cf. **Gazeta de Notícias**, 09/08/1896, p.1.

³⁵⁸ Cf. BRASIL. **Constituição Federal**. Artigo 72, 1891.

³⁵⁹ BONFÁ, Rogério Luis Giampietro. **Com lei ou sem lei: as expulsões de estrangeiros e o conflito entre o Executivo e o Judiciário na Primeira República**. Campinas, 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Campinas.

antes dessa data, foi adiado porque, como disse o deputado Francisco Glicério na Tribuna, e reproduzido pelo *Commercio de São Paulo*: “a matéria havia dado a certa excitação pública no povo desta capital e, portanto, a Câmara, precisando deliberar em condições normais, convinha essa medida de moderação e prudência”.³⁶⁰

Segundo o correspondente do jornal no Rio de Janeiro, a Comissão Executiva do Partido Federal, “impressionada com a gravidade da questão dos protocolos, com as manifestações da opinião, com as ameaças das classes militares e, sobretudo, com a atitude enigmática do cruzador italiano *Colombo*” resolveu, alegando a pressão desses fatos, encerrar, sem demora, a 2ª discussão dos protocolos no dia 19, e solicitando, imediatamente, dispensa do interstício para, dia 20, ser também encerrada a 3ª discussão e votados os mesmos protocolos.³⁶¹

A *Revista Ilustrada* representou graficamente o “combate” entre os dois generais envolvidos, Francisco Glicério e Nilo Peçanha, içados em comandantes de batalhões em campanha. Em disputa, o enorme rolo das reclamações italianas, e entre elas, a que dizia respeito às reclamações dos nove italianos expulsos do território nacional sob a acusação de atividades anarquistas.

³⁶⁰ O *Commercio de São Paulo*. Ano. IV, n. 1040, São Paulo, 19/08/1896, p. 1.

³⁶¹ Cf. O *Commercio de São Paulo*, 19/08/1896, p. 2.

Fonte: *Revista Ilustrada*, agosto de 1896, p. 4.

Nessa “batalha”, os Protocolos foram aprovados por 93 votos, contra 67. A mobilização popular continua intensa, e o *Commercio de São Paulo* noticia “grave conflito a bordo de um navio italiano, o *Attività*, entre marinheiros [italianos] e trabalhadores [brasileiros].”³⁶² As tensões culminariam no conflito de rua do dia 22 de agosto, depois que a Câmara Federal, no Rio de Janeiro, aprovou, em segunda discussão, os termos do acordo.

Falando favoravelmente ao projeto, o deputado Galdino Loreto constatou o clima mais tranquilo que paira entre os “dois partidos em que se dividiu esta Câmara”³⁶³ Para ele, a cláusula de número cinco dos protocolos de 12 de fevereiro representavam uma conquista brasileira, na medida em que previa que as reclamações posteriores seriam *todas* julgadas pela justiça brasileira, ou seja, esta cláusula garantia um direito que segundo os deputados contrários aos protocolos o governo brasileira abrisse mão. Mesmo assim, para reforçar

³⁶² *O Commercio de São Paulo*, n. 1043, 22/8/96, p. 1.

³⁶³ BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Sessão de 19 de agosto de 1896, p. 431.

seu argumento, o deputado Loreto equiparou a cláusula em questão a tratado firmado entre a França e o México, em 27 de novembro de 1886, no qual “a França obriga-se com o México por sua parte a não intervir nas questões em que forem interessados os seus nacionais, senão nos casos de denegação de justiça ou retardamento, etc.”³⁶⁴

É a mesma cláusula 5ª que consta dos protocolos italianos. Não vê nenhuma diferença. [...]

Este artigo dos protocolos não contém em si uma humilhação; mas já que lhe contestam a interpretação que deu, e que é a única que pode ser dada, apela do juízo de quem lhe contesta para o caso mais geral – a cláusula do tratado do México com a França, que há de transcrever textualmente no seu discurso.³⁶⁵

O seu voto favorável e a defesa do projeto na Tribuna não se deram, no entanto, porque acreditasse que de fato houvesse a “tal razão de Estado”; mas por reconhecer na cláusula 5ª uma doutrina aceitável. Questionou, ainda, o direito do Brasil de expulsar estrangeiros, pois que, segundo ele, a Constituição brasileira, “no art. 72, os direitos, a liberdade e a propriedade dos estrangeiros estão garantidos”³⁶⁶, salvo em estado de sítio.

Portanto, se quando se votou a Constituição de 24 de fevereiro, o legislador estava compenetrado que para o Brasil não devia haver estrangeiros [por força da grande naturalização], se nós tínhamos o exemplo da Inglaterra que não expulsa os estrangeiros do seu país, compreende a Câmara que, quando se diz – em tempo de paz a qualquer é livre em território brasileiro sair dele quando e como lhe convier – há razão de duvidar que a Constituição dê ao governo brasileiro o direito de expulsar estrangeiros.

Ainda em 1894, o nobre deputado por Pernambuco, o Sr. Medeiros e Albuquerque, apresentou um projeto regulando a expulsão de estrangeiros, e sabe a Câmara que destino teve este projeto. Foi à Comissão de Diplomacia e Tratados, e tendo parecer favorável S. Ex. viu que, depois de entrar em 3ª discussão, foi remetido à Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, que ainda hoje não se pronunciou sobre o assunto. [...]³⁶⁷

Para Eduardo Ramos, deputado pela Bahia, “o protocolo das negociações italianas é um erro jurídico; é um perigo político; é um desastre

³⁶⁴ Idem, p. 434.

³⁶⁵ Ibidem.

³⁶⁶ Ibidem.

³⁶⁷ Ibidem.

diplomático. (Muito bem).³⁶⁸ O erro jurídico, segundo o deputado, está no fato de o governo brasileiro ter assentido no arbitramento para as reclamações em que não se chegou a acordo. Segundo ele não era necessário escavar os princípios do direito internacional para demonstrar que aquele documento, o Protocolo em si, encerrava juridicamente um erro funesto.

Não é tempo de desfilarmos agora a opinião dos autores no debate dos casos em que o arbitramento é lícito; seja, se o quiserem, permitido sem restrições nas divagações da utopia da paz perpétua; mas quem afirma que essa estipulação não é conforme com os princípios aceitos no direito da gentes, entre as nações cultas, é o próprio, o honrado Sr. Ministro das Relações Exteriores, talento peregrino de jurista, em cujo relatório se encontram essas palavras vibrantes: 'O art. 5º do referido Protocolo diz que ele à pag. 162 do seu relatório contém o reconhecimento expresso de princípios que o governo brasileiro tem sempre sustentado, e *de cuja aplicação prescindiu*, por considerações de alta política, *considerando em que as ditas reclamações sejam submetidas a arbitramento*.' Ora, quando é o próprio negociador do acordo quem faz essa confissão franca da sua improcedência em face dos princípios de direito dos precedentes do governo brasileiro, o orador sente-se dispensado de insistir; deixa a sua asserção ao abrigo da mais insuspeita, da mais valiosa das autoridades.³⁶⁹

Encerrava ainda um perigo político, na medida em que os protocolos se “arrasta na sua longa cauda *todas* as reclamações italianas, a partir dos tempos mais remotos, a partir de 1848 até hoje” deixaria explícita uma situação de privilégio para uma colônia inteira:

uma regalia que poder-se-ia afigurar em analogia com uma carta enobrecida, em detrimento do direito comum, confiado na ordem interna a vigilância, a salvaguarda dos nossos Tribunais. E, quando se insinua, em uma medida de caráter geral, esse privilégio retroativo através de um período de meio século, o benefício de uma colônia, ninguém se poderá queixar os estragos que vier a produzir o monstro que assim alentamos em nossas próprias entranhas. (Muito bem, no recinto. Palmas e bravos nas galerias.).³⁷⁰

Erro diplomático, mesmo um desastre diplomático, segundo o deputado, em razão de os protocolos atenderem a imposições, a ameaças.

³⁶⁸ BRASIL. **Anais da Câmara dos Deputados**. Sessão de 19 de agosto de 1896, p. 437.

³⁶⁹ Idem, p. 438.

³⁷⁰ Ibidem.

[...] Há em fartum [fedor] do vírus da ganância, há uma sofreguidão irritadiça, uma exigência de exação intransferível, irremissível que torna os documentos desse protocolo pouco idôneos para figurarem nos Arquivos das relações internacionais, fora daqui, onde sobre eles o indagador pode, estudando-o, sentir a nossa fisionomia moral, profundamente aviltada.
Vozes – Muito bem.³⁷¹

Eduardo Ramos continuou seu discurso referindo-se à nota italiana de 15 de outubro de 1895³⁷², para “buscar os elementos da demonstração no próprio representante da Itália; nos seus atos e papéis em que, graças a deficiente idoneidade do emissário daquele belo país, foi criada esta situação com que no-lo querem fazer odioso”. Julgou os termos da nota italiana como expressão de condição de país sem independência política, pois “só se fala assim [...] em país conquistado. Ou dar-me-eis o que me não deves! Eis a jurisprudência do diplomata italiano.”³⁷³

No tocante às expulsões de estrangeiros, não transigiu em defender que este era um direito do Brasil.

E note a Câmara que entre as reclamações propostas a arbitramento, *senza indugio*, estavam os expulsos de S. Paulo, os anarquistas. Para Michael Meiscione (sic), um deles, a questão foi posta com uma tal intensidade que envolvia toda a nossa capacidade política no exercício, incontestado por toda a parte, de deportar estrangeiros, cuja presença se torna perigosa.³⁷⁴

Havia, segundo o deputado Eduardo Ramos, um temor exagerado por parte do Ministro do Exterior e do Presidente da República no rumo imprimido nas negociações. Posto que em face dos interesses recíprocos, ou seja, na comunhão de interesses entre os dois países, a situação do país não tinha sido devidamente ponderada.

³⁷¹ Ibidem.

³⁷² Na referida nota, o ministro plenipotenciário, Renato de Martino, arrolou todas as reclamações italianas. A nota foi anexada ao Relatório apresentado pelo Ministro Carlos de Carvalho ao Presidente da República, em 1895. Ver Anexo I desta Tese.

³⁷³ BRASIL. **Anais da Câmara dos Deputados**. Sessão de 19 de agosto de 1896, p. 438.

³⁷⁴ Ibidem.

Neste problema da emigração não se pode dizer quem mais lucra, se aquele país que encontra ao seu proletário, aos sedimentos de seu povo, aos desamparados de seus campos, um escoadouro cheio de riquezas que se extraem e devolvem para a opulenta [sic] mãe Pátria, onde se encontra a mesma raça, a mesma religião, o mesmo clima, e quase a mesma língua, do que o país que o recebe, abre-lhe o horizonte do trabalho, a perspectiva do conforto, arrancando-lhe do espírito a obsessão da anarquia que é a filosofia da fome. (Muito bem.)

O orador poderia (mostrando um livro) ler o que diz um notável escritor italiano, em uma obra premiada pelo seu governo; aí se vê que a corrente imigratória apura o seu pecúlio e regressa com ele para a Pátria.³⁷⁵

Concomitantemente às discussões dos Protocolos italianos, o deputado Inocêncio Serzedello Corrêa, militar de carreira, apresentou um projeto para expulsão de estrangeiros do território nacional.³⁷⁶ O projeto era composto de três artigos:

Artigo 1.º. Todo estrangeiro pode ser expulso do território brasileiro, quer esteja ou não sob a proteção de um tratado, quer esteja de passagem ou estabelecido há longos anos no país e aí possua bens, desde que por motivos de ordem pública, assim o entenda conveniente o Governo Federal.

Artigo 2.º As leis da República afetam, obrigam e regem de pleno direito, todas as propriedades, imóveis e móveis que se acham em seu território, como também todas as pessoas que habitam esse território, quer nele tenham nascido ou não.

Parágrafo único. Estas leis afetam e regem todos os contratos e todos os fatos consentidos entre estrangeiros entre si e estrangeiros e nacionais nos limites deste mesmo território, como se fossem passados exclusivamente entre nacionais e o Estado.

Artigo 3.º Revogam-se as disposições em contrário.³⁷⁷

O deputado justificou o projeto de expulsão pela necessidade de regular a situação dos estrangeiros em território nacional. Assim, quando recorressem ao Poder Público para encaminhar reclamação, como de fato estava

³⁷⁵ Idem, p. 440.

³⁷⁶ Serzedello Correa fez parte do movimento em prol da proteção industrial brasileira do final do século XIX e início do XX. Neste momento, duas correntes de pensamento protecionista desenvolveram no país: uma, essencialmente industrialista, refletia os primeiros entusiasmos republicanos; a segunda, fruto das crises da década de noventa, frisava não apenas o desenvolvimento industrial, mas o de toda a produção do país. O nacionalismo econômico de Serzedello Correa justificava-se na identificação da dependência econômica do país, ex-colônia, com uma frágil econômica, comprometendo assim sua soberania nacional. Cf. LUZ, Nícia Vilela. **A luta pela industrialização no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

³⁷⁷ BRASIL. **Anais da Câmara dos Deputados**. Sessão de 08 de agosto de 1896, p. 148.

ocorrendo, fosse inquestionável o direito do Brasil de se desvencilhar de obrigações jurídicas com potenciais reclamações, oriundas de indefinições jurídicas.

O art. 1º é, *mutatis mutandis*, o art. da Constituição Suíça, país que não é absolutamente suspeito à Câmara pelo seu espírito democrático, a respeito de expulsão de estrangeiros do território suíço.

O art. 2º do projeto obedece à preocupação de *regular em nosso país, a situação em que porventura se achem estrangeiros que, solicitando do Poder Público concessões de qualquer natureza, sejam essas concessões mais tarde declaradas caducas por infração de cláusulas do contrato, devendo ficar em virtude disso, sujeitas à legislação brasileira em todas e quaisquer reclamações que por acaso estes estrangeiros pretendam formular a respeito do assunto.*³⁷⁸

Deste modo, pretendia com o projeto evitar futuras reclamações estrangeiras, tendo em vista o governo de Prudente de Moraes, que ele considerava “pressuroso em facilitar semelhantes protocolos”. A fala do deputado gerou intensos “apartes”.

Vê a Câmara que este segundo artigo não tem o intuito de evitar, o que seria absolutamente impossível diante do pronunciamento da Câmara, a passagem do protocolo italiano, mas sim de evitar que tenhamos de futuro novos protocolos e que tenhamos amanhã, diante da conquista do governo italiano, diante do art. 5º do protocolo, outros protocolos italianos, ingleses, alemães, portugueses, etc...

Um Sr. Deputado – E até africanos.³⁷⁹

A crítica à Prudente de Moraes era tão mais forte quanto reconheciam em Floriano Peixoto, seu antecessor, o representante legítimo dos interesses nacionais. O marechal de ferro...

recebeu elogios dos companheiros nortistas, como Alexandre José Barbosa Lima, de Pernambuco, descrente dos imigrantes e orgulhoso dos índios – para ele os verdadeiros brasileiros. Este oficial do Exército, político e positivista, afirmava que Floriano Peixoto desempenhou seu ‘maior serviço’ para a nação, resistindo aos estrangeiros e ‘provando que o Brasil é um país independente e

³⁷⁸ Idem, p. 147. (grifos nossos). Segundo o deputado, tramitava na Comissão de Legislação um projeto similar ao que ele apresentara, no entanto, justificava seu projeto pelos acréscimos trazidos pela experiência suíça, no que tange às expulsões de estrangeiros, e porque a Suíça era insuspeita quanto ao seu espírito democrático. A Bélgica foi outro país citado pelo deputado para justificar a expulsão de estrangeiros.

³⁷⁹ Ibidem.

soberano que não se submete continuamente a outras nações materialmente mais fortes’.³⁸⁰

A resolução da questão das reclamações italianas era, no entendimento dos deputados jacobinos, exatamente o oposto daquela que teria tomado Floriano Peixoto.

Voltando ao projeto de Serzedello Correa. Este dava plenos poderes ao Governo Federal de expulsar estrangeiros, acusados de anarquismo, o chamado delito de opinião, em vistas de salvaguardar a ordem pública. Chegou a alegar, inclusive, que este direito é “princípio de soberania territorial”.

Para Serzedello Correa, era imprescindível fazer parte do “Clube dos civilizados”, tornando-se imperativo vencer as doenças que arruinavam a reputação do país. Mas não apenas isso, do ponto de vista das relações internacionais, era no atendimento às normas do direito internacional que seríamos recebidos e respeitados, pelos menos na perspectiva aberta na questão dos Protocolos italianos.

Além disso, a preocupação de Serzedello Corrêa em normatizar a prática da expulsão de estrangeiros coaduna-se à premissa exposta no Código de Processo Criminal, no molde dos sistemas penais modernos, de que ninguém poderia ser punido sem que a ação efetuada estivesse definida em lei como crime ou contravenção. E o oposto também se verifica, pois em tese, ninguém poderia ser legalmente expulso se o ato da expulsão não estivesse devidamente estabelecido em lei.

Nesse sentido, a historiadora Lená Medeiros de Menezes chama a atenção para o fato de o Código Penal ter sido aprovado tão logo proclamada a República, antes mesmo da promulgação da Carta Magna.

Parte integrante do conjunto de mudanças postas em marcha sob a égide do progresso, a nova lei extinguiu a pena de morte e interditou a exposição da culpa e dos castigos. Consagrou, assim, a prisão celular como forma privilegiada de punição: um aspecto representativo do processo de privatização da vida, que tornou

³⁸⁰ HAHNER, op. cit., p. 142-143.

inadmissível a galé³⁸¹ e outras penas cumpridas no espaço público em processo de higienização.³⁸²

No projeto modernizador imposto ao país pela República recém-instituída, a emigração ocupou lugar de destaque. Na onda da chamada Grande Imigração, vieram pessoas e ideias, entre essas ideias, haviam aquelas consideradas perigosas, sendo logo alvo da repressão policial: as ideias anarquistas. No cerne das preocupações de Serzedello Correa, além do anunciado problema de “futuros protocolos”, havia também a já latente questão do anarquismo no país. Assim, as leis de expulsão, como se sabe, tiveram nos anarquistas seu alvo preferencial. Anarquistas e marxistas, no mundo do trabalho, mas, também, caftens, vadios, ladrões, no mundo do crime, foram expulsos, com lei ou sem lei³⁸³, do território em nome da ordem e do progresso, as palavras chaves do novo regime.³⁸⁴

Lima Barreto, por sua vez, identificou, com a aridez que lhe era característica, o movimento de reorganização espacial da capital federal, no final do século XIX, onde negros e imigrantes pobres foram expulsos do centro da cidade, em direção à Cidade Nova, morada do astuto Lucrécio Barba-de-Bode:

A Cidade Nova não teve tempo de acabar de levantar-se do charco que era; não lhe deram tempo para que as águas trouxessem das alturas a quantidade necessária do sedimento, mas ficou sendo o depósito dos detritos da cidade nascente, das raças que nos vão povoando e foram trazidas para estas plagas pelos negreiros, pelos navios de imigrantes, à força e à vontade.³⁸⁵

³⁸¹ A galé consistia em punição pública onde os presos eram submetidos a trabalhos forçados.

³⁸² Cf. MENEZES, Lená de Medeiros. **Os indesejáveis**: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930). Rio de Janeiro: Eduerj, 1996, p. 54.

³⁸³ Sobre a problemática entre o Executivo e Judiciário no que tange a prática da expulsão de estrangeiros ao arrepio da lei, ver: BONFA, op. cit.

³⁸⁴ Cf. MENEZES, op. cit.

³⁸⁵ BARRETO, Lima. **Numa e a Ninfa**. São Paulo: Brasiliense, 1956, p. 83. Além das descrições impressionantes da mudança da cidade do Rio de Janeiro no período, Lima Barreto oferece uma espécie de antídoto contra a sedutora retórica dos nossos parlamentares, ao criar um “tipo” de agente político em Numa. Deputado sem grandes aspirações, indiferente ao estudo e à leitura, de inteligência medíocre, querendo apenas levar sua vida sossegadamente, mas que, açulado pela esposa, vai às alturas da fama depois de um discurso, escrito por ela, considerado pelos colegas memorável.

Ainda com relação aos anarquistas, as teorias de Lombroso, que os destacava por sua virulência já que as suas práticas atingiam todo o tecido social, tiveram ampla aceitação entre as elites dirigentes do país. Para o teórico italiano, “todo o progresso para ser adotado deve ser muito lento, de outra forma, ele vem a ser um esforço inútil e prejudicial”.³⁸⁶ Neste enfoque, o único resultado que o método anarquista poderia alcançar era a desaceleração da marcha para o progresso, deste modo, somente os povos menos adiantados ou as classes menos cultas poderiam aplicá-lo.

Esta versão do anarquismo, extremamente reacionária e simplificadora, foi esposada inclusive por socialistas, que acusavam o movimento de encaminhar a sociedade ao estado de barbárie. De qualquer forma, a expansão do ideário anarquista entre os excluídos e a expulsão dos estrangeiros por crime de anarquismo foram elementos históricos do final do século XIX.

No Brasil, em fins do século XIX até início dos anos vinte três correntes influíram no movimento operário: anarquismo, socialismo reformista e “trabalhismo”. Sendo que as duas últimas às vezes se confundiam. Para fins de análise, trataremos no anarquismo mais detidamente.

Entre os anos de 1890 e 1912, o anarquismo, como pensamento social que visa modificar a sociedade, substituindo a autoridade do Estado pela cooperação entre os homens livres, iniciou sua intervenção no mundo do trabalho. Ao participar ativamente nos movimentos de revolta popular, com a organização da luta operária, favoreceu, nesse processo, o surgimento do operariado como força social.³⁸⁷

Nesta dimensão, os anarquistas tiveram papel fundamental na organização de congressos; na elaboração de projetos de educação alternativa; no impulso à imprensa operária, voltada para o incentivo ao movimento associativo; no desencadeamento das

³⁸⁶ LOMBROSO E LASCHI. Crime politique et les révolutions. Apud. MENEZES, op. cit., p. 98.

³⁸⁷ MENEZES, op. cit. p. 100. O anarquismo, sabidamente, pressupõe a supressão do capitalismo, a ação direta, com recusa à luta política. São quatro as tendências que a englobam: mutualismo proudhoniano, anarco-coletivismo (Bakunin), anarco-comunismo (Kropotkin), anarco-sindicalismo. Cf. FAUSTO, op. cit., 63-64.

primeiras greves de porte significativo, por seu alcance e duração e, principalmente, na transformação das uniões operárias em instrumentos de intervenção social.³⁸⁸

Na primeira década do século XX, a agitação nos meios operários já era um fato, e a classe operária, para escândalo da elite dirigente, ascendia à força política. Em 1904, a organização operária teve participação destacada na Revolta da Vacina. Em 1906, o Primeiro de Maio, antes data recreativa, expressou, por meio de protestos, o descontentamento da classe trabalhadora.³⁸⁹

As primeiras greves de grande porte, ocorridas no ano de 1907, provocaram a reação o governo federal, por meio de dois decretos. O primeiro exigia que os sindicatos registrassem seus estatutos em cartório, acompanhados da lista com os nomes dos membros da diretoria, ficando proibida, ainda, a participação sindical de estrangeiros que não tivessem ao menos cinco anos de residência no país. O segundo regulamentava a expulsão de estrangeiros, e ficou conhecida como Lei Adolfo Gordo. A justificativa usada para legitimar a lei foi de que aos estrangeiros o país devia a explosão do anarquismo.³⁹⁰

Cabe destacar, ainda, que a discussão sobre a origem estrangeira do operariado, como elemento fundamental de organização, já foi questionada, entre outros, pelo sociólogo Paulo Sérgio Pinheiro. Segundo ele, historiadores usam esse argumento para relacionar o nível de consciência e organização dos trabalhadores, mas esse fato não é em si um elemento explicativo: operários imigrantes em situações semelhantes na América Latina reagiram de maneira diferente e com resultados históricos distintos como, por exemplo, na Argentina.³⁹¹

³⁸⁸ Ibidem.

³⁸⁹ Idem, p. 101.

³⁹⁰ MENEZES, op. cit., p. 102.

³⁹¹ PINHEIRO, Paulo Sérgio. O proletariado industrial na Primeira República. In.: FAUSTO, Boris (org.). **O Brasil Republicano**. Vol. 2: Sociedade e instituições (1889-1930). São Paulo: Difel, 1977.

Retornando à segunda discussão do projeto que viabilizava os protocolos italianos, conforme previsto por Serzedello Corrêa, este foi aprovado com 93 votos a favor, 67 contra. Restava, no entanto, uma última discussão, que foi interrompida pelos graves conflitos de rua ocorridos em São Paulo, em agosto daquele ano.

CAPÍTULO 3 – A República na rua

Figura 1 Detalhe: Revista Ilustrada, setembro de 1896, p. 4.

A charge, em detalhe, publicada pela *Revista Ilustrada*, que serve de epígrafe deste capítulo, reproduziu graficamente a “grossa pancadaria” que culminou os “*meetings*” de rua em agosto de 1896, em São Paulo. Salta à vista a maneira estereotipada que o cartunista ítalo-brasileiro Angelo Agostini representou os homens em confronto. Pernas finas e desengonçadas, rostos arredondados e idênticos, braços que balançam convulsionadamente no ar reforçam o aspecto de ridículo, esvaziando assim completamente o sentido reivindicatório do protesto, ressaltando apenas a falta de racionalidade dos seus manifestantes.

A historiografia do período republicano menciona, com frequência, célebre frase do deputado Aristides Lobo sobre a proclamação da República, enfatizando o papel secundário da população do Rio de Janeiro: “o povo assistiu àquilo bestializado”.³⁹² A referida frase faz parte de carta que sob o

³⁹² Geralmente, os autores utilizam citações indiretas da carta de Aristides Lobo. Neste caso, pode-se mencionar: COSTA, João Cruz. **Pequena história da República**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização

título “Acontecimento único”, foi publicada como despedida em sua coluna *Cartas do Rio*, do *Diário Popular*³⁹³ de São Paulo. O propagandista expressou sua decepção pelo modo como se deu a instauração do novo regime. Em razão da importância deste documento na construção historiográfica da República, segue o texto integral:

Acontecimento único

Rio de Janeiro, 15 de Novembro de 1889.

Eu quisera poder dar a esta data a denominação seguinte: - 15 de Novembro do primeiro ano de república; mas não posso infelizmente fazê-lo.

O que se fez é um degrau, talvez nem tanto, para o advento da grande era.

Em todo caso, o que está feito, pode ser muito, se os homens que vão tomar a responsabilidade do poder, tiverem juízo, patriotismo e sincero amor à Liberdade.

Como trabalho de saneamento a obra é edificante.

Por ora, a cor do governo é puramente militar, e devera ser assim.

O fato foi deles, deles só, porque a colaboração do elemento civil foi quase nula.

O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava.

Muitos acreditaram seriamente estar vendo uma parada.

Era um fenômeno digno de ver-se.

Brasileira, 1972, p. 45; BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República** (1889-1930). 4.ed. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1975-1976, p. 18; CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 9. Curiosamente, um médico de formação, mas historiador de ofício, Hélio Silva, foi quem reproduziu na íntegra a carta de Aristides Lobo. Embora com algumas imprecisões, a considerar a carta reproduzida no *Diário Popular*, mas que não compromete o entendimento do sentido do documento. Cf. SILVA, Hélio. **1889: a República não esperou o amanhecer**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972, p. 87-88. Recentemente, a historiadora Maria Tereza Mello, recuperou o documento, citado por Hélio Silva, ressaltando que o sentido expresso no texto, com relação aos “bestializados”, era de surpresa, ou seja, a população da capital, do então Império, viu surpresa, atônita, aquele acontecimento. Relativizando, assim, a interpretação de raiz monarquista, segundo a qual a não-participação popular era “sinal de despreço do povo brasileiro pela República e, por derivação, sua vinculação à Monarquia”. Cf. MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República Consentida: cultura democrática e científica do final do Império**. Rio de Janeiro: Editora FGV/Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007, p. 9. Segundo a autora, a propaganda republicana logrou criar um solo fértil em que pudesse deitar raízes: “a vitória basilar da propaganda foi assimilar à República o termo democracia e, através dele, trazer para si as bandeiras progressistas do presente: as “ideias avançadas”. A palavra “república” vinha marcada com o sinal do futuro, da evolução necessária, da civilização, e foi ganhando as consciências.” Cf. MELLO, op. cit., p. 14. Retoma, neste sentido, a tese de George Boeher, que demonstrou a importância do debate de ideais para o advento da República, sendo as “questões” do ocaso do Império, nesta perspectiva, cocausas de um amplo e profundo movimento ideológico. Cf. BOEHRER, George. **Da Monarquia à República: história do Partido Republicano do Brasil (1870-1889)**. Rio de Janeiro: MEC, Serviço de Documentação, 1954. Este movimento ideológico contou, segundo Luís Washington Vita, com a capacidade intelectual de Alberto Sales, o ideólogo da República, que teria ajudado a lançar a “semente intelectual que frutificou na parada militar de 15 de novembro”. Cf. VITA, Luis Washington. **Alberto Sales: ideólogo da República**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

³⁹³ O *Diário Popular* era editado por Américo de Campos, irmãos de Bernardino de Campos, alinhava-se, assim, ao pensamento do grupo de dissidentes do PRP que passaram a disputar o poder no estado.

O entusiasmo veio depois, veio mesmo lentamente quebrando o enleio dos espíritos.

Pude ver a sangue frio tudo aquilo.

Mas, voltemos ao fato da ação ou do papel governamental.

Estamos em presença de um esboço, rude, incompleto, completamente amorfo.

Não é tudo, mas é muito.

Bom, não posso ir além, estou fastigidíssimo, e só lhe posso dizer estas quatro palavras que já são históricas.

Acaba de me dizer o Glicério que esta carta foi escrita, na palestra com ele e com outro nosso correligionário, o Benjamim de Vallonga.

E no meio desse verdadeiro turbilhão que me arrebatava, há uma dor que punge e exige o seu lugar – a necessidade de deixar temporariamente, eu o espero, o *Diário Popular*.

Mas o que fazer? O *Diário* que me perdoe, não fui eu, foram os acontecimentos violentos que nos separaram de momento.

Adeus.

Aristides Lobo.³⁹⁴

Em certo sentido, a carta de Aristides Lobo foi o reconhecimento de uma derrota política, pois “o fato foi deles, só deles”, conquanto a “grande era” estava abrindo-se no horizonte brasileiro. A saída de Aristides Lobo do *Diário Popular* deu-se, como aludido acima, por força daqueles “acontecimentos violentos”. A proclamação, mesmo que ocorrida da forma não desejada, era “acontecimento único”, na medida em que possibilitava a construção de um novo sistema político: “em todo caso, o que está feito, pode ser muito, se os homens que vão tomar a responsabilidade do poder”, ou seja, os membros do Governo Provisório como ele próprio, “tiverem juízo, patriotismo e sincero amor à Liberdade”. Comprometia-se, e parecia mesmo uma advertência a seus colegas de Governo, a bem desempenhar seu “papel governamental”.

Mesmo assim, tratou-se de uma derrota política, derrota da propaganda republicana, que em grande parte foi feita na rua. Por meio de manifestos, conferências públicas, viagens pelo Brasil e comícios. Em tais ocasiões, as manifestações contrárias também se faziam presente, produzindo, inclusive, atos de violência. Como ocorreu com o propagandista Silva Jardim, quando teve conferência na Sociedade Francesa de Ginástica interrompida, em 30 de dezembro de 1888, pela “Guarda Negra”³⁹⁵ com a conivência da polícia. Entre

³⁹⁴ *Diário Popular*, São Paulo, 18/11/1889, p. 1. Grifos nossos.

³⁹⁵ Sobre a Guarda Negra escreveu Gilberto Freire: “Descendentes de africanos como os que, formando a chamada Guarda Negra (que sagazes políticos dos últimos anos do Império organizaram para a defesa do Império contra os ‘agitadores’ ou os ‘demagogos’ republicanos), fizeram dessa guarda monárquica, de negros e mulatos, um reduto de homens bravos a serviço de uma causa à qual muitos deles, distinguindo-se dos mercenários, parecem ter, com efeito, dedicado o melhor daquele ‘sentimento

gritos de “Mata o Silva Jardim!”, o grupo prometia incendiar os locais onde republicanos fizessem conferências.³⁹⁶

No entanto, não se quer engrossar a fileira dos críticos a República, por não identificar a população como conviva daquele evento. Na Proclamação, o povo não foi convidado, tampouco aceito para participar, mesmo assim, sua participação, embora difusa e repreendida, fez-se nos vários *meetings*, comícios, manifestações públicas no desenrolar da história política do país.

Além disso, Silva Jardim, o mais popular líder republicano, utilizava o telégrafo, as vias férreas, a navegação de cabotagem, todos meios modernos de divulgação de suas ideias. Quando da primeira votação republicana foi o político mais votado. Contudo, graças aos métodos comissão de verificação dos poderes, que degolava os indesejados, teve sua nomeação impedida. Quando percebeu a impossibilidade de atuar politicamente na República recém instalada, achavam seus amigos que isso o levava ao suicídio.³⁹⁷

No Império, a “rua” era qualificativo pejorativo, como “patriota de rua” atribuído ao Major Frederico Sólton Sampaio Ribeiro³⁹⁸, por ocupar-se mais de

dinástico’ que Joaquim Nabuco pretendia em 1895 vir caracterizando, através do passado quer prénacional, quer nacional, do Brasil, a atitude da maioria da gente de cor para com os seus monarcas. Triunfante a República, passaria a Guarda Negra a ser tratada de resto ou com desprezo por historiadores oficiais, quando a verdade é que, no esforço anti-republicano, se exprimiu a capacidade de gratidão ao Império de muito negro liberto pelo governo monárquico; e o que esses libertos possuíam então para pôr ao serviço de sua causa, era principalmente a sua capoeiragem, a sua arte de caboeiras, a sua perícia de guerrilheiros urbanos.” FREIRE, Gilberto. **Ordem e progresso**. 6. Ed. São Paulo: Global, 2004, p. 540.

³⁹⁶ Cf. PESSOA, Reinaldo Carneiro. **A idéia republicana no Brasil, através dos documentos**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1973, p. 136.

³⁹⁷ Sobre a trajetória política de Silva Jardim, ver: FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. **A esperança e o desencanto**: Silva Jardim e a República. São Paulo: Humanitas, 2008. Ainda sobre a propaganda republicana, houve, deve-se frisar, algumas cisões entre as suas lideranças. Entre elas, pode-se citar a cisão do partido republicano entre evolucionistas e revolucionários. A cisão, acentuada durante o Congresso do Partido Republicano ocorrido em maio de 1889, que indicou Quintino Bocaiuva para presidência do partido, foi fruto da divergência do método a ser adotado para a implantação da República: Silva Jardim defendia uma perspectiva revolucionária, enquanto Quintino Bocaiuva esposava a via evolucionista. Bocaiuva lança, no mesmo mês, manifesto ao Partido, na tentativa de apaziguar os ânimos: “No partido republicano como no próprio país correm hoje paralelas duas correntes: a evolutiva e a revolucionária. Ambas, porém, correm para o mesmo oceano.” Cf. BOCAIUVA, Quintino. Manifesto ao Partido Republicano Brasileiro. In. PESSOA, op. cit., p 159.

³⁹⁸ O Major Sólton, como era conhecido, foi o destinatário da mensagem do Governo Provisório ao Imperador D. Pedro II, “que ordenava sua deposição e retirada do país dentro de 24 horas”. Cf. SILVEIRA, Urias Antonio. **Galeria histórica da Revolução Brasileira**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1890, p. 188.

política que dos negócios do seu quartel.³⁹⁹ Logo após a Proclamação, quando a doutrina do “soldado-cidadão” já não era conjurada, porque vista como insubordinação, pelos novos donos do poder. A rua também será vista como lugar da desordem, das arruaças e dos *meetings* indignados.

O Império estigmatizou a rua como o lugar da desordem. A ela se opunham o Estado e a Casa, os espaços do governo – quais sejam, os da ordem, pública e privada. Foi a vitoriosa solução “saquarema” que superou os espectros vivenciados na Regência, durante a qual a rua era sentida como o espaço da democracia e liberdade. No novo arranjo, a política ficou enfeixada no Estado e a Casa se civilizou, para o que foi de especial serventia a literatura romântica. O que permaneceu foi o medo da rua, local de escravos e de vadios, de doenças e de sujeira.⁴⁰⁰

Ao saber da notícia da decisão favorável aos protocolos, nas suas primeiras discussões, a população da Capital paulista toma às ruas para protestar, queimando bandeiras e lenços com as cores da Itália. Os choques seguiram intensos entre brasileiros e italianos.⁴⁰¹ De forma preconceituosa a multidão era vista como:

a “ralé” em questão, não tendo ideias nem impulsos honrosos próprios, pode ser apresentada como o instrumento “passivo” de agentes de fora – “demagogos” ou “estrangeiros” – e como sendo motivada pelo desejo de saque, lucro, bebida grátis, desejo de

³⁹⁹ Cf. SANTOS, José Maria dos. **A Política geral do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989, p. 209. Ainda de acordo com José Maria dos Santos, havia grande apreensão entre os republicanos de São Paulo com um possível levante contra a proclamação da República. Júlio de Mesquita e Bueno de Andrade, jovens e ativos elementos da ala radical do PRP, procuraram Bernardino de Campos, então nomeado chefe da Polícia do estado, e expuseram a situação: “Lá [no 10º Regimento de Cavalaria, segundo Bueno de Andrada] constava que era iminente um ataque das forças de polícia. O regimento, reforçado por mais de trezentos civis armados, conduzidos por Hipólito da Silva, estava em pé de guerra, havendo-se disposto em frente ao portão duas peças de artilharia, já carregadas e prontas a fazer fogo. Júlio de Mesquita corroborou as informações de Bueno de Andrada, dizendo que na redação da *Província de São Paulo* havia sido feita uma larga distribuição de clavinhas *Winchester* e revólveres a homens do povo, que todos tinham partido para o quartel do 10º. [...]” SANTOS, José Maria dos. **Bernardino de Campos e o Partido Republicano Paulista**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1960, p. 111.

⁴⁰⁰ MELLO, op. cit., p. 30. A autora utiliza a interpretação do sistema político imperial do historiador Ilmar de Matos, segundo o qual “*governo, trabalho e desordem* – [são] os mundos constitutivos do Império do Brasil, mundos que se tangenciavam, por vezes se interpenetravam, mas que não deveriam confundir-se, por meio da diluição das suas fronteiras, mesmo que os componentes da “boa sociedade” fossem obrigados a recorrer à repressão mais sangrenta a fim de evitar que tal acontecesse.” MATOS, Ilmar. **O tempo saquarema**. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL, 1987, p. 123.

⁴⁰¹ **O Commercio de São Paulo**, 24/8/1896, p. 1.

derramar sangue ou, simplesmente, pela necessidade de satisfazer um instinto criminoso latente.⁴⁰²

Entre os nacionalistas mais exacerbados já havia condenação pela manutenção das línguas de origem estrangeira no ensino primário. Assim se expressou o jornal jacobino, *Correio Nacional*:

A colônia italiana, que é numerosa, e outras colônias mais ou menos grandes [sic] que formam a compacta massa cosmopolita deste próspero Estado, dão aos filhos aqui nascidos o ensino primário em seus idiomas.

A propagação desse abuso dissolvente, que atenta contra a formação da nacionalidade brasileira, é filha unicamente da criminosa incúria dos nossos legisladores e da apatia sem nome dos governos republicanos.⁴⁰³

3.1 Um caso que “apaixona os espíritos”⁴⁰⁴

Na primeira década republicana, vários grupos civis e militares entraram em confronto pelo poder no Brasil, ao mesmo tempo em que o rápido aumento de preços dos produtos de primeira necessidade exacerbava a agitação urbana.⁴⁰⁵ Somados aos sentimentos nacionalistas exaltados que alimentavam a turbulência política e econômica têm-se os elementos da equação que resultaram nos embates em torno dos protocolos italianos.

Na medida em que a Câmara se viu obrigada a utilizar de outro expediente, ou seja, a elaboração de novo projeto para atender as demandas do Governo Federal, reforça o entendimento de que as ruas exerceram influência, mesmo que momentânea, no jogo político, e, além disso, na preocupação com os ânimos exaltados nas ruas, e a necessidade de neutralizá-lo.

E considerando que no âmbito da política interna, sobretudo nos países com regimes democráticos liberais,

⁴⁰² RUDÉ, George. **A multidão na História**: estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra – 1730-1848. Rio de Janeiro: Campus, 1991, p. 7.

⁴⁰³ **Correio Nacional**, São Paulo, 17/06/1896, p. 1.

⁴⁰⁴ **A Gazeta de notícias**, 10/08/1896, p. 1.

⁴⁰⁵ Cf. HAHNER, op. cit., p. 133.

o facto 'nacional', apoiado e amplificado por uma opinião pública cuja importância aumenta nos finais do século XIX, tem cada vez mais peso nas relações internacionais, acentuando as rivalidades políticas e econômicas.⁴⁰⁶

Justifica-se assim o empenho em perceber as repercussões sociais dos acordos diplomáticos, também como aspecto das relações internacionais do país no início da República.

Para tratar da repercussão nas ruas dos acordos diplomáticos, acompanhar-se-á o romance histórico de Afonso Schmidt, intitulado *O Passadiço*, que narra justamente os conflitos de rua ocorridos em São Paulo, cotejando-o com as pesquisas realizadas nos jornais, em depoimentos e opúsculos da época.

Em 1967, Afonso Schmidt publicou uma crônica intitulada *O Passadiço: no tempo do protocolo*. “Romancista-poeta”, conhecido por obras com temática social, utilizou com frequência personagens das camadas populares em seus enredos. Nascido em Cubatão, estado de São Paulo, iniciou sua carreira literária na poesia social, escreveu contos que frequentemente se voltavam para os excluídos e marginalizados. A partir de 1938, se volta para o gênero do romance, tendo aí percorrido uma gama variada de temas: história nacional, crimes e mistérios de São Paulo, viagens, biografias, aventuras, etc.⁴⁰⁷ Os diferentes temas, no entanto, estão interligados por um interesse comum: o entendimento do passado. Nesse sentido, publicou a *Colônia Cecília*, que versa sobre a tentativa de implantação de uma comunidade anarquista no estado do Paraná, cuja primeira edição data de 1942.⁴⁰⁸

⁴⁰⁶ MILZA, op. cit., p. 81.

⁴⁰⁷ PAULILLO, Maria Célia Rua de Almeida. **Tradição e modernidade: Afonso Schmidt e a literatura paulista (1906-1928)**. São Paulo: Annablume, 2002, p. 32.

⁴⁰⁸ Idem, p. 30. De acordo com Hernani Donato, Schmidt “embora visse a dizer que ‘só escreveu versos enquanto a vida despreocupada de moço lho permitia’, toda a sua obra é poemática [sic]. De modo especial, *Colônia Cecília*, o mais citado título da sua bibliografia que, além de romances compreende literatura infantil, memórias, crônicas, páginas doutrinárias, contos, poesia e teatro. O traço de união entre os mais de trinta títulos é um lirismo especial, schmidtiano. Especial por combinar o realismo dos protestos libertários, o esteticismo da forma requintada de escrever, a ternura de poeta parnasiano que em tudo via motivos para protesto e poesia, para poesia-protesto, poesia social.” DONATO, Hernani. Prefácio. In. SCHMIDT, Afonso. **Colônia Cecília: romance de uma experiência anarquista**. 3.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980, p. 5.

Do ponto de vista de sua posição ideológica, passou pelas varias correntes de pensamento de esquerda:

mais veemente e mais ostensivo em seus primeiros livros, sobretudo de prosa panfletária, em que realmente não era ausente o colorido popular reivindicatório, foi, com o tempo, alterando e depurando o sentido de sua posição socialista, até atingir, ideologicamente, a fase utópica do processo, com o anarquismo, contudo já entrevisto como solução satisfatória desde os albores de sua atividade de escritor; politicamente, assim, tomando posição eminentemente lírica, poética, sem maior consequência no plano das instituições, pela impossibilidade absoluta de existência de uma sociedade organizada nesses termos estruturais.⁴⁰⁹

A trama de *O Passadiço* acompanha as experiências de diferentes personagens, que servem de testemunhas dos eventos que o autor tenciona narrar. A primeira delas tinha, segundo Schmidt, nome “qualquer”, mas era conhecida por todos como Marinheiro. Sendo “homem de estatura meã, tismado pelo sol, de magreza angulosa e escura”. Andava pelo porto de Santos tendo sido deixado pelo cargueiro “Antonina”, vindo, provavelmente do Rio de Janeiro, sem ter onde dormir e o que comer, “de tamancos, calça de zuarte, camiseta branca sem mangas, aberta até à boca do estomago e um boné chato, equilibrado pela cabeleira intonsa.”⁴¹⁰

Neste período, em 1892, o capitão do navio Pietro T, Mario Anatra, foi acusado de contravenção às leis marítimas, sendo por este motivo preso pela guarda aduaneira, vindo a falecer de febre amarela. Este episódio foi acompanhado de confrontos entre marinheiros italianos do Pietro T e funcionários da Alfândega.⁴¹¹ Schmidt, em *O Passadiço*, transforma o episódio no mote inicial da trama. Antes, porém, de adentrar na motivação destes conflitos constrói o palco no qual o evento se desenvolveu, tornando suas personagens como que testemunhas oculares.

Sem sucesso, Marinheiro tentou arranjar trabalho no “Pietro Ten”, ou “Pietro T” que fazia a descarga. Logo depois, o vapor “Mentana” também atracava, descendo caixas e barris no porto.

⁴⁰⁹ PINHEIRO, Péricles da Silva. Nota Explicativa. In: SCHMIDT, Afonso. **O passadiço**: no tempo do Protocolo. São Paulo: Clube do Livro, 1967, p. 7.

⁴¹⁰ SCHMIDT, op. cit. p. 15.

⁴¹¹ ALVIM, op. cit. p. 51.

Porquanto, as embarcações ficarem dias e noites no trabalho de descarga, os marinheiros do “Pietro Ten” improvisaram um “passadiço” de tábuas, entre o barco e o porto, com fins de facilitar a comunicação com terra. Ao que narra Schmidt, um funcionário da Alfândega vendo o “passadiço”, ordenou que fosse desfeito, por ir contra o regulamento do porto, tendo sido ignorado pelos embarcadiços. Desfeitoado, o funcionário correu até seus colegas e deu parte do que havia acontecido. Eis o leitmotiv do conflito, justificado pelo cronista nos seguintes termos:

Naquele tempo, tais conflitos eram comuns. Certos navios traziam contrabando. Boa parte da importação não pagava direitos alfandegários. Entre a Boca da Barra e o trapiche, os capitães ou alguém por eles achavam jeito de desembarcar clandestinamente fardos de seda, veludo, linho e outros tecidos caros. As barricas de alcatrão, algumas vezes, ocultavam no interior, caixas de zinco, atulhadas de objetos preciosos. Até mesmo, algumas imagens de fisionomia angélica, mas ocas, vieram recheadas de valores. Para a exploração desse comércio, havia uma organização internacional. Seus agentes eram encontrados por toda a parte, dos botequins da “praia” aos salões das velhas cidades europeias. E, naqueles dias, o Brasil ainda não era bem um mercado – mas uma terra de aventura, onde homens ousados arriscavam a vida a troco de riqueza fácil.⁴¹²

No outro dia, funcionários da Alfândega foram até o navio *Pietro Ten* a procura do seu capitão, Mario Anatra, para prendê-lo sob a acusação de desobediência às autoridades do Porto. Não sendo encontrado em seu navio, buscaram pelo porto o dia todo. À noite, encontraram o capitão no salão de refeições do *Pietro Ten*, “em mangas de camisa, a perna esticada sobre a poltrona fronteira, [...] diante dele, a garrafa de Barbera, o naco de queijo Gorgonzola, a broa de milho”. Enquanto era levado à delegacia, no trapiche um grupo de marinheiros atirou-se sobre os guardas, no intuito de livrar o capitão: “Houve luta. Entraram em cena cacetes, facas, revólveres... Um guarda ficou ferido. O capitão atingido por cacetadas, no calor da luta, desapareceu. E os guardas, vencidos, se encaminharam para a cadeia, a fim de contar o ocorrido.” Testemunha ocular do incidente, Marinheiro é levado à delegacia para servir de atestador.

As mais diversas reclamações perfizeram os Protocolos. No entanto, deve-se salientar que esse episódio, narrado por Afonso Schmidt e que

⁴¹² SCHMIDT, op. cit., p. 16.

introduz a trama de *O Passadiço*, também por Ausonio Latini em *La Questione italiana al Brasile*, de 1896, não consta entre as reclamações que fizeram parte dos acordos entre o Consulado italiano ao Governo brasileiro, assinados em 1895 e 1896, e que consubstanciaram os Protocolos Italianos. Trata-se, entendemos, de uma representação literária que se justifica plenamente na sua narrativa. Além disso, Schmidt retoma a ideia de que existia uma prática recorrente entre os estrangeiros de exigir indenização por danos causados, criando mesmo uma “indústria das reclamações” Essa era a crítica mais ácida aos Protocolos.

Na versão dada por Schmidt, o capitão Mario Anatra teria morrido de febre amarela, tendo permanecido, no entanto, em seu navio. Foi examinado, a pedido dos marinheiros do Pietro Ten, pelo médico Oliveira Martins, que diagnosticou febre amarela, sendo que os ferimentos leves na cabeça não teriam contribuído para o seu estado de saúde. Além disso, Schmidt dá, a saber, que o Cônsul Conde Rozwadowski, acompanhado do médico do navio italiano Mentana, visitou o capitão Anatra. O médico do Mentana confirmou o diagnóstico.⁴¹³

Enquanto Marinheiro continuava em seu “posto”, ou seja, preso para prestar depoimento

um sujeito chegou correndo, lá dos fins da rua. Entrou. Foi à sala do delegado e informou:
- O capitão vai ser enterrado, mas os seus patrícios estão dizendo que ele não morreu de febre amarela, mas das pancadas que recebeu no dia 13...⁴¹⁴

Deste modo, a morte do capitão Mario Anatra foi considerada, pelos seus subordinados, resultado direto da ação da guarda aduaneira. Segundo Schmidt, não foi suficiente o corpo ter sido exumado para a comprovação de que a causa da morte tivesse sido febre amarela. Esse episódio permaneceu na memória da colônia italiana no Estado de São Paulo, e foi evocado não poucas vezes como exemplo das violências infligidas contra os italianos.

⁴¹³ De acordo com Latini, o capitão Mario Anatra morreu de febre amarela, mas na prisão.

⁴¹⁴ SCHMIDT, op. cit, p. 25.

O Editorial desta edição de *O Estado de São Paulo*, intitulado “As consequências do *meeting*”, fez duras críticas aos choques havidos após os *meetings* de protesto efetuado “por uma pequena parte da colônia italiana”. O jornal atribui àqueles eventos a “folhas sem critério, sem patriotismo, sem a consciência dos mais elementares deveres dos cidadãos” e a “propaganda de compatriotas suspeitos”. Assim, uma “mão oculta” surge como provocadora e insufladora dos ânimos. Acusou o jornal *O Paiz*, de Quintino Bocaiuva, não obstante ser esta uma “folha que ainda não perdeu o alto prestígio que lhe deram os seus fundadores”, mas que “pela maneira leviana, desastrada, inconvenientíssima, com que discutiu, sem base e sem documento, fatos que absolutamente não conhecia, e que tirava de uma folha italiana apaixonada e suspeita; foi”, assevera o editorial, “a principal causadora desta lamentável questão”.⁴¹⁵ A folha italiana “apaixonada e suspeita” era o *Roma*.⁴¹⁶

Por sua vez, o jornal *O Paiz*, em termos severos, escreveu sobre o episódio de Santos, criticando a atuação das autoridades brasileiras. Com o título “Mario Anatra: capitão do Brigue *Pietro Ten*”, o artigo defendeu que

fatos gravíssimos e altamente reprovados acabam de ser testemunhados pelo porto de Santos, onde, infelizmente perante muitas nações, ali representadas pelas bandeiras da marinha mercante, as autoridades brasileiras tornaram-se criminosas, colocando-nos em posição falsa para com a colônia italiana, povo a quem devemos respeitar pelo seu amor ao trabalho, pela sua pacífica atitude e subordinação às leis do país, concorrendo com a sua atividade para o nosso engrandecimento.⁴¹⁷

Questionou, ainda, a maneira pela qual o Brasil resolveria possíveis pendências diplomáticas originadas da atitude considerada “criminosa” das autoridades brasileiras. Ao longo do artigo, apresenta os fatos que teriam culminado na morte do capitão Mario Anatra. Este registro contradiz aquele levantado por Afonso Schmidt em *O Passadiço*, e que se tem utilizado aqui.

Segue a versão como apresentada pelo *O Paiz*: “capitão do italiano *Pietro Ten*, homem de 60 anos, forte e robusto “qual verdadeiro lobo do mar”,

⁴¹⁵ Cf. Editorial. *O Estado de São Paulo*, 05/7/1892, p. 1.

⁴¹⁶ Cf. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 27/06/1892, p. 1.

⁴¹⁷ Ibidem.

tinha a bordo do seu navio uma mulher espanhola encarregada de cozinhar para a tripulação e de arrumar a cabine do capitão.

No dia 15, no entanto, alguns homens da guarda aduaneira apresentaram-se a bordo do brigue para averiguar denúncia da existência de uma “mulher de má vida em seu camarote”, a esta “agressiva intervenção” respondeu Mario Anatra com “a indignação que se pode prever”.

Retiraram-se os guardas, tendo o navio sido confiado a apenas um velho marinheiro. Cerca de trinta minutos depois, o *Pietro Ten* “foi invadido por diversos guardas aduaneiros, e três deles, com sabres de encontro ao peito do vigia, perguntaram-lhe pelo capitão”.⁴¹⁸ O marinheiro, “atordado com a presença de doze homens armados e dispostos ao crime, temendo pela vida do seu capitão, começou a pedir por misericórdia, tendo como resposta uma valente sova de socos e pranchadas”.⁴¹⁹

Neste momento, interveio o capitão Mario Anatra que foi imediatamente cercado e “a golpes de sabre e pancadas de prancha recebeu horríveis ferimentos pela cabeça e face, ficando, ainda, com dois dedos da mão esquerda quebrados. [...] O capitão Mario Anatra, mais morto do que vivo, foi conduzido para a guarda-moria.”⁴²⁰ No dia seguinte, um oficial mandou libertá-lo, recomendado-lhe: “que para outra vez tomasse cuidado em não insultar os guardas!”

Segundo *O Paiz*, o cônsul italiano em Santos, Sr. Ferdinando Giorgi, exigiu corpo de delito, mas não foi atendido. O capitão Mario Anatra, tendo sido tratado por médicos de dois vapores da Companhia *Navigazione Italiana*, não resistiu aos espancamentos: “sua robusta constituição física cedeu à febre traumática, e a morte foi o epílogo do primeiro drama. Mas apesar de tudo, o corpo do infeliz Mario Anatra foi sepultado como vítima de febre amarela.”⁴²¹

Destarte, a versão dos fatos envolvendo a morte do Capitão Mario Anatra diverge entre as fontes escolhidas: Afonso Schmidt nega a morte deste

⁴¹⁸ *O Paiz*, Rio de Janeiro, 27/06/1892, p. 1.

⁴¹⁹ Ibidem.

⁴²⁰ Ibidem.

⁴²¹ Ibidem.

como resultado das agressões sofridas; o jornal *O Estado de São Paulo*, igualmente, relativiza a atitude das autoridades brasileiras, e acusa o jornal *O Paiz* de lançar à opinião pública brasileira e italiana contra as instituições republicanas.

Na Capital do estado, em pouco tempo, se fizeram sentir os efeitos dos acontecimentos de Santos. Em 01 de julho, foi distribuído um comunicado convidando a colônia italiana e demais estrangeiros para um *meeting* de protesto contra as arbitrariedades que vinham sofrendo os italianos, cujo perigo comum ameaçava também aos demais estrangeiros. A edição de 03 de julho do jornal *O Estado de São Paulo*, publicou o referido boletim, como segue:

ITALIANOS

Diante dos arbítrios e das violências que todos os dias se cometem com prejuízo da nossa liberdade individual e da nossa propriedade, hoje que os fatos de Santos vieram encher-nos as medidas, vos convidamos a vós e a todos os estrangeiros, que um perigo comum ameaça, a reunir-vos, domingo, 8 [sic] de julho, às duas horas da tarde, no largo do Paysandu para um grande *meeting* de protesto. – A Comissão.⁴²²

Comparecem, segundo o jornal, “apenas” quinhentas ou seiscentas pessoas, pois que alguns membros da colônia – sobretudo os dirigentes das sociedades de mútuo socorro⁴²³ - fizeram campanha para que os italianos não participassem daquele ato.

Iniciado o *meeting*, “oradores desconhecidos” começaram a incitar, com “linguagem insultuosa”, os seus compatriotas a tomar desforra pelos eventos ocorridos em Santos. *O Estado de São Paulo*, em certa altura do artigo, diz que a linguagem era tão violenta que o 1º Delegado, que assistia ao ato “interrompeu um dos oradores e intimou-o a que não prosseguisse seu discurso de modo a ofender o brio dos nacionais.”⁴²⁴ Respondendo a intimação

⁴²² *O Estado de São Paulo*, 03/07/1892, p. 1.

⁴²³ A respeito das sociedades de mútuo socorro, ver: LUCA, Tania Regina de. **O sonho do futuro assegurado**: o mutualismo em São Paulo. São Paulo: Contexto, 1990. Em que pese sua atuação beneficente, no sentido de atender as necessidades mais prementes da colônia italiana – na “batalha contra as adversidades da vida”, e sua importância na organização da vida coletiva dos seus associados, as sociedades de mútuo socorro também funcionavam como instâncias contemporizadoras dos conflitos surgidos entre italianos e brasileiros, nem sempre em benefício daqueles.

⁴²⁴ *O Estado de São Paulo*, 03/07/1892, p. 1.

com uma “assuada”, deram-se os primeiros conflitos, entre vários, envolvendo italianos e a polícia que já havia sido acionada, e em pouco tempo incluindo a população em geral.

Alguns se refugiaram em um armazém na esquina da Rua São João, os conflitos estenderam-se, portanto, do Largo do Paysandu até aquele ponto. Foram disparados tiros de parte a parte. Enquanto isso, na Rua São José um grupo de italianos ocupou o Hotel Rebequino, atirando sobre a polícia e a população.

Nesse ínterim, era numeroso o ajuntamento de pessoas também no Largo de São Bento, “onde se deu novo conflito, provocado por alguns italianos que arrancando das portas do Terraço Paulista, uma bandeira nacional, arrastaram-na pela rua, e rasgaram-na, pisando sobre ela”.⁴²⁵ O episódio, narrado com bastante carga emocional, justifica a ação dos nacionais como resposta à “agressão”. De fato, todo o artigo condena a atuação dos italianos, mas não da colônia italiana. Assim, foram os “desordeiros”, “arruaceiros”, “desconhecidos” que provocaram aqueles conflitos. Há mesmo uma forte preocupação de não jogar a opinião pública contra a colônia italiana.

O esforço do jornal em contemporizar o ocorrido é evidente. Apesar disso, o ato simbólico envolvendo a “bandeira desfraldada” – e, principalmente, os confrontos físicos – ajuda a relativizar o entendimento de que no Brasil, como assinalou Eric Hobsbawn, não obstante grande número de imigrantes que recebeu, apresentou “praticamente nenhuma” agitação contra estrangeiros entre os trabalhadores.⁴²⁶

⁴²⁵ Ibidem.

⁴²⁶ HOBBSAWN, op. cit. p. 240: “Examinando bem os fatos, a maior migração de povo da História produziu surpreendentemente poucas agitações contra estrangeiros entre os trabalhadores, mesmo nos EUA e, praticamente nenhuma, como na Argentina e Brasil.” Mesmo assim, continua o historiador: “os grupos de emigrantes em países estrangeiros provavelmente descobririam sentimentos nacionais, encontrassem ou não a xenofobia local.” No entanto, deve-se relativizar a assertiva do historiador britânico. Além dos conflitos em torno da questão dos Protocolos, que também possuem um caráter de reivindicação trabalhista. Cf. BORIS, Fausto. Op. cit. Deve-se mencionar o linchamento de onze italianos, ocorrido em 1890 New Orleans nos Estados Unidos, e motivado pelo assassinato do chefe de polícia David Hennessy. O assassinato foi atribuído à “Máfia”, foram presos alguns italianos e levados a julgamento. Sem provas que os condenassem, foram absolvidos. No entanto, a sentença gerou protestos inflamados e uma multidão, “liderada por alguns dos principais cidadãos da cidade”, invadiram a prisão, onde aguardavam a soltura, e lincharam onze italianos supostamente envolvidos. O caso foi resolvido em nível internacional, quando o governo da Itália exigiu indenização pelo ocorrido. O

Os desacatos continuaram. Os transeuntes eram ofendidos sem distinção de espécie alguma, [...] as agressões por parte dos desordeiros chegaram ao ponto de fazerem parar os *bonds*, para forçarem os passageiros a darem *vivas* à Itália e *morras* ao Brasil. Este fato deu-se até com algumas senhoras e crianças.⁴²⁷

Ainda com relação aos embates travados naquele dia, o jornal conta que no Piques, um grupo de italianos “entrincheiraram-se” em um sobrado onde funciona o Centro Operário. De lá teriam atirado contra a polícia e a população. O coronel Godolphim, comandante do 10º regimento, compareceu ao local acompanhado de uma força de cavalaria cercando o sobrado.

Enquanto isso, uma força de 60 policiais seguiu para o Largo Paysandu, origem dos confrontos, efetuando prisões de “cento e tantos italianos, que se achavam armados”. O jornal enalteceu ainda a atuação da polícia, pois “prestaram excelentes serviços na pacificação dos grupos amotinados.”⁴²⁸

Apesar dos “excelentes serviços” da polícia, “o povo, indignado com as cenas de selvageria” do dia prorrompeu em direção ao edifício em que funcionava o jornal *Roma*, destruindo completamente as máquinas e todas as dependências daquela folha. No episódio ninguém ficou ferido, os funcionários

governo dos Estados Unidos pagou o exigido, mas nenhum dos envolvidos no massacre foi punido. Segundo o sociólogo norte-americano Richard Alba, o linchamento de New Orleans foi produto de um clima de xenofobia, que aumentou consideravelmente quando as levas de emigrantes passaram a vir do sul e do leste da Europa. No caso dos italianos, a aparência física – considerados não-brancos –, o fato de serem em sua maioria católicos – o que supunham a interferência de um poder estrangeiro, Roma, – foram fatores que dificultaram sua “assimilação” nos Estados Unidos. Trinta anos depois, em 1920, houve ainda o famoso caso do julgamento e condenação à morte dos anarquistas italianos Nicola Sacco e Bartolomeo Vanzetti. Acusados de assassinato, surgiram logo no início do julgamento contradição de testemunhas, ocasionando dúvidas com relação à autoria do crime, mesmo assim foram condenados. O julgamento gerou grande comoção social, tornando-se um “*cause célèbre*”. Vários especialistas foram chamados, posteriormente, para analisar o caso, e posições divergentes foram se delimitando entre a consideração de inocência e culpabilidade dos acusados. Demonstração da repercussão do caso é a frase pelo qual ficou conhecido: “The case that will not die”. Além disso, mais importante, de acordo com o autor, do que discutir culpa/inocência, é perceber o caso como expressão de xenofobia e anti-comunismo do período. Embora bem entendido que comunismo e anarquismo não se confundem. Mesmo assim, o “Red Scare” de então, fortalecido com o advento da Revolução russa, não distinguiu culpados ou inocentes, mas procurou controlar e neutralizar os inimigos potenciais, nesse caso, especialmente, estrangeiros. Cf. ALBA, Richard D. **Italian americans: into the Twilight of Ethnicity**. New Jersey: Prentice-Hall, 1985, p. 64-passim.

⁴²⁷ O Estado de São Paulo, 05/07/1892, p. 1.

⁴²⁸ Ibidem.

foram avisados da ameaça e desocuparam o local. A atitude foi novamente justificada pelo *O Estado de São Paulo*.⁴²⁹

A destruição do edifício do jornal *Roma*, além de ter o evidente caráter de revide, pois representava a colônia italiana, pode ser entendido também a partir da explicação de Elias Canetti sobre a “ânsia de destruição” das massas. Em *Massa e poder*, Canetti observa que a massa destrói preferencialmente edifícios e objetos, geralmente coisas quebradiças; argumenta ainda que é esse caráter quebradiço dos objetos que estimula a massa à destruição.

Seguramente o ruído da destruição – o espatifar-se da louça, o tinir das vidraças – contribui de modo considerável para o prazer que se tem nela: são os vigorosos sons vitais de uma nova criatura, os gritos de um recém-nascido. O fato de ser tão fácil provocá-los intensifica-lhes a popularidade: todos gritam em uníssono, e o tinir é o aplauso dos objetos. [...] Seria, porém, equivocado acreditar que o decisivo aí é a facilidade com que as coisas se espatifam. Homens lançaram-se sobre esculturas de pedra dura, não descansando até vê-las despedaçadas e irreconhecíveis. Cristãos destruíram as cabeças e os braços de deuses gregos. Reformadores e revolucionários puseram abaixo as imagens dos santos, por vezes derrubando-as de alturas que punham em risco a sua vida, e, amiúde, tão dura era a pedra que buscavam destroçar que somente em parte lograram fazê-lo.⁴³⁰

⁴²⁹ Cf. *O Estado de São Paulo*, 05/07/1892, p. 1.

⁴³⁰ CANETTI, Elias. **Massa e poder**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 18. Além de Elias Canetti, o fenômeno do aparecimento das massas foi estudado por autores como Gustave Le Bon, Sigmund Freud, Oswald Spengler e José Ortega y Gasset, para citar apenas alguns, que forneceram diferentes perspectivas para seu surgimento, mantendo, no entanto, pontos em comum, como o entendimento do fenômeno como expressão do mundo contemporâneo e a tendência a menoscar sua presença, com exceção, talvez, de Canetti e Freud. Na análise de Gustave Le Bon, criador da moderna psicologia das massas, elas apresentariam duas características principais: uma inibição coletiva de sua capacidade intelectual e a elevação da afetividade na massa. Além disso, elas seriam formações tipicamente efêmeras, se formariam rapidamente entre indivíduos heterogêneos, por interesses passageiros. Cf. LE BON, Gustave. **Psicologia das multidões**. São Paulo: Martins Fontes, 2008. No conhecido texto *Psicologia das massas*, Freud retoma a segunda tese de Le Bon, da elevação da afetividade na massa. O fundador da psicanálise para do entendimento de que são as *ligações libidinais* que caracterizam a massa, investigando mais detidamente de que espécie são estas ligações. A caracterização das massas se opera na atrofia da personalidade individual consciente, na orientação de pensamentos e sentimentos nas mesmas direções, no predomínio da afetividade e do imediatismo. Cf. FREUD, Sigmund. **Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. De acordo com Oswald Spengler, em viés reacionário, entende que “la civilización se encuentra con esse concepto de pueblo y lo aniquila bajo el concepto de la curta classe, de la *masa*, que rechaza la cultura en sus formas desarrolladas. La masa es lo absolutamente informe; persigue con su odio toda especie de forma, toda distinción de rangos, la posesión ordenada, el saber ordenado. [...] De este modo la cuarta clase viene a ser la expresión de la historia cuando se transforma en lo ahistórico. La masa es el término, es la nada radical.” SPENGLER, Oswald. **La decadencia de Occidente**. Tomo II. Proêmio de José Ortega y Gasset. Madrid: Editorial Espasa-Calpe, 1958, p. 419. Por fim, Ortega Y Gasset, em *Rebelião das Massas*, parte da constatação de um fato, segundo ele, importante da vida pública europeia: “o advento das massas ao pleno poderio social”. Deste fato, resume a crise que atravessava a Europa, pois que as massas sem possibilidade de se auto-governarem, impunham a quem

Entre os profissionais da história, mencione-se George Rudé entre os que se lançaram no desafio de entender este fenômeno histórico complexo, “tão negligenciado pelos historiadores”. Em *A Multidão na História*, Rudé recorta seu objeto: não trata a multidão como um todo, mas considera multidão aquilo que os sociólogos chamam de grupo “frente-a-frente” ou de contato direto. Além disso, estabelece um marco cronológico: as décadas de 1730 a 1840, na França e na Inglaterra, nestes que foram os anos, e os países, de produziram a transição para a nova sociedade “industrial”.

Já era moda, certamente, nessa era “pré-industrial” [século XVII, para Rudé] na França e na Inglaterra, quando amotinados e outros perturbadores da paz eram geralmente desprezados pelos contemporâneos como “*banditti*”, “*desperadoes*”, “*ralé*”, “condenados” ou “*canaille*”.⁴³¹

Na sociedade de massas, o exercício do poder não vem, e não se mantém, apenas com o uso da força física, mas também com a força persuasão. Mesmo porque seria necessária cada vez maior força física para controlar a massa. Assim, no mesmo artigo que narra os episódios de revolta e destruição apresenta os pedidos de calma e moderação feitos pelas autoridades e/ou representantes de cada parte envolvida, no sentido de evitar novos confrontos mediante a promessa de punição aos envolvidos.

Nesse sentido, escreveu o secretário de Justiça do estado de São Paulo, M. Siqueira Campos, “ao povo”:

O governo recomenda aos nacionais e estrangeiros que, não obstante os desastrosos acontecimentos que ontem perturbaram a tranquilidade pública, se abstenham de toda e qualquer espécie de represálias.

“mandava” a difícil tarefa de fazê-lo; resultando, desta dificuldade, na “rebelião das massas”. ORTEGA Y GASSET, José. **A rebelião das massas**. São Paulo: Martins Fontes, 1987, p. 36.

⁴³¹ RUDÉ, op. cit, p. 6. Segundo Rudé, mesmo o historiador liberal francês, Taine, irritara-se com a “multidão” em sua experiência na Comuna de Paris: “Para ele, os revolucionários de 1789 e os que tomaram a Bastilha eram a escória social mais baixa: ‘rebotinho da sociedade’, ‘bandidos’, ‘selvagens’ e ‘maltrapilhos’; os insurgentes de outubro eram ‘vagabundos da rua’, ‘ladrões’, ‘mendigos’ e ‘prostitutas’; e os de agosto de 1792, que expulsaram Luís XVI das Tulherias, eram aventureiros sedentos de sangue, ‘estrangeiros’, ‘valentões’ e ‘agentes da perversão’.

As autoridades saberão cumprir o seu dever punindo delinquentes e prevenindo novas perturbações da ordem com toda a imparcialidade e energia.⁴³²

Em outra nota, sem assinatura, embora em consonância com a anterior, reforça-se o entendimento de que os acontecimentos foram provocados por “indivíduos maus”, e que os “laboriosos” não tomaram parte nas agitações de ruas na cidade de São Paulo.

Ao povo

Os lamentáveis acontecimentos ocorridos ontem nesta capital, não foram provocados pelos estrangeiros laboriosos que contribuem para o progresso de S. Paulo, e nem estes tomaram parte nas desordens que a autoridade está disposta a reprimir com toda a severidade.

Há em tudo isto a especulação de alguns indivíduos maus, que não se lembram de que uma luta entre brasileiros e italianos será uma calamidade para todos, interessados como são, em viver na paz e na ordem.

Fiquem os paulistas e os estrangeiros seguros de que os bons elementos da sociedade estão em torno do governo para a manutenção da tranquilidade pública e repressão dos crimes. — *Fraternidade! Ordem! Trabalho!*⁴³³

Enquanto aos italianos, “todas as sociedades italianas com sede na capital” fizeram circular um boletim, conclamando seus patrícios a que “terminem de vez com estas questões”, pois que somente produziam discórdia e inimizade:

ITALIANOS!

Grave é a situação das coisas e nas circunstâncias em que nos achamos, outro deve ser o nosso dever.

Devemos ter fé na ação enérgica iniciada pelo governo italiano; devemos conservar a dignidade e o decoro do nosso nome; devemos manter a calma de homens livres que tem a consciência do próprio direito e que tem a consciência de estar com a razão.

Em nome das associações italianas abaixo subscritas; em nome da Itália, que nos observa com olhar materno e seguro; em nome da civilização, da qual fomos e somos fecundos fatores, conservemo-nos à altura do nosso dever.

Não pratiquemos excessos:

Corações generosos, espíritos elevados, ânimos desapaixonados, vivem no seio da nação que nos hospeda e da qual somos agentes ativos do progresso e do bem-estar.

Outros estrangeiros aqui trabalham e vivem cercados do respeito e de estima.

ITALIANOS!

Nós vós exortamos a manter a ordem, a calma e a tranquilidade.

⁴³² CAMPOS, M. SIQUEIRA Apud **O Estado de São Paulo**, 05/07/1892, p. 1.

⁴³³ **O Estado de São Paulo**, 05/07/1892, p. 1.

Tão somente observando à risca este procedimento, nós poderemos obter a justiça que nos é devida, a reparação dos nossos direitos mais sagrados, a reivindicação do nome italiano.⁴³⁴

O boletim, publicado pelas sociedades italianas, como se vê, solicitou calma e tranquilidade aos italianos em consideração do nome da Itália, que os observava e de quem aguardavam, “com fé”, uma ação no sentido de defesa dos direitos italianos. No entanto, para reivindicar esse direito os italianos precisavam “manter a ordem, a calma e a tranquilidade”. Certamente, como entidades que atuavam em nome da colônia, representando-os junto às autoridades brasileiras, outra não poderia ser a atitude, ou seja, de contemporizar os conflitos. O que chama a atenção é a referência constante ao “ser italiano” como elemento forte o suficiente para produzir coesão ao grupo e, assim, amenizar os conflitos.

As sociedades italianas falam ainda em nome da civilização, da qual os italianos foram e continuavam sendo fatores importantes, utilizando-se assim dos argumentos em defesa da expansão imperialista, que entre eles estava o da missão civilizadora do homem branco, seu “fardo”.

Com razão, alguns autores defendem que o “ser italiano” definiu-se como uma construção fora da Itália, que se apresenta entre aqueles que emigraram, construção esta que se justificou como mecanismo de apoio e defesa no país adotado. Deste modo, Maria Catarina Zannini observou, com relação aos italianos que migraram para o território gaúcho próximo à Santa Maria, que

ser italiano, enquanto identificação nacional, foi algo que passou a fazer sentido no quadro do processo no qual se inseriam, em que eram estrangeiros genéricos numa terra nova. Dessa forma, a identificação de italianos, que possuía um significado compreensível

⁴³⁴ Assinam a nota as seguintes entidades: Società Superstiti delle Patrie Bataglie, o presidente, Tommaso Bezzi; Società Italiana di Beneficenza, o vice-presidente, Antonio Pastore; Società di Beneficenza Vittorio Emanuele II, o presidente, Antonio Citerio; Società Militi Italiani, o presidente, Felice Faraut; Commissione dell'Ospedale Umberto I, o presidente Luigi Pucci, Luigi Chiafarelli, Bernardino Abrate, Camillo Cresta, Frederico Levrero, Vincenzo Rizzo e Vincenzo Costabile; Società Leale [ilegível], o presidente, Telesforo Giral dini; Società Pro Patria, Carlo Fabbricatore, Luigi Belleza, Alcibiade Bertolotti Bortolo Belli, Francesco Clerici; Circolo Commerciale Italiano, Luigi Tonisi, Emidio Falchi, Carlo Graffi, Serafino Corso e M. Sammartino. Cf. **O Estado de São Paulo**, 05/07/1892, p. 1.

no jogo das alteridades dos finais do século XIX, passou a fazer sentido e ser acionada.⁴³⁵

Em sua análise do jornal da colônia italiana, *Fanfulla*, Marina Consolmagno, percebeu que

a *collettività* era estimulada a permanecer ligada ao país de origem através da manutenção da língua, gostos, costumes, valores. Desses vínculos culturais e emocionais – *italianità* – acreditava-se poder obter vantagens econômicas e políticas. Em troca, o governo italiano deveria estar sempre presente ao lado do emigrante para defendê-lo e tutelá-lo.⁴³⁶

Em 1890, o então presidente do Conselho de Ministro da Itália, Francesco Crispi, fundou a Colônia Eritréia, projeto idealizado pelo deputado Franchetti para colonizar parte daquele território com camponeses italianos. O projeto de colonização fracassou.⁴³⁷

Por este motivo,

o episódio de Ádua fortaleceu as variantes pacíficas das ambições expansionistas do capitalismo italiano no exterior que propunham a expansão comercial e a colonização agrícola e econômica nas regiões para onde se dirigia a emigração italiana. Nasceu, assim, o ideal da formação da *Più Grande Italia* na Argentina e no Brasil.⁴³⁸

Dos diversos conflitos de 1892, ficaram feridas mais de 20 pessoas, tendo sido examinadas pelo médico da polícia, sendo nomeadas pelo jornal as seguintes:

João Alves, de cor preta, ferido gravemente por bala de revólver, que atravessou-lhe o pulmão esquerdo; Domingos del Mugnaia, negociante, ferido na cabeça por instrumento contundente; Amílcar de Alvarenga ferido também na cabeça e em várias partes do rosto; Luiz José Gonzaga que apresenta diversos ferimentos feitos por arma de fogo e instrumento cortante.⁴³⁹

⁴³⁵ ZANINI, Catarina. Pertencimento étnico e territorialidade: italianos na região central do Rio Grande do Sul. In: **Redes**, Santa Cruz do Sul, vol. 13, n. 3, p. 147.

⁴³⁶ CONSOLMAGNO, op. cit., p. 333.

⁴³⁷ GONÇALVES, op. cit., p. 326.

⁴³⁸ CONSOLMAGNO, op. cit., p. 326-327.

⁴³⁹ **O Estado de São Paulo**, 05/07/1892, p. 1.

No dia seguinte, 04 de julho, foram ainda presos diversos italianos “turbulentos”. E para evitar novos conflitos, o chefe de Polícia, mandou guarnecer os “mercados e os pontos onde poderiam dar-se as mesmas cenas que acabamos de referir”.⁴⁴⁰

Entre os presos poder-se-ia, acompanhando a simbiose entre ficção e realidade de Schmidt, incluir Marinheiro. Este, tendo ficado detido alguns dias, embora declarasse que nada tinha visto que pudesse ajudar no caso, conseguiu escapar após um momento de distração dos guardas. Liberto daquela situação resolveu tomar um trem partindo de Santos, e desembarcou em São Paulo, na Estação Brás.

Aos olhos de Marinheiro, a cidade pareceu a “bíblica Torre de Babel”, pois de cada três pessoas que encontrava duas eram estrangeiras. Diante de tal plêiade étnica, não demorou muito para presenciar encontros, como se depreende da leitura da crônica.

Adiante, Schmidt narra um episódio de disputa, um “desafio” entre dois grupos de cantores, uma prática bastante comum na época, a diferença reside no fato de que os grupos se distinguem pela nacionalidade. O trecho longo justifica-se pela vívida imagem que oferece daquelas tensões e, mais a frente, dos entendimentos que indicam possibilidades de superação daqueles conflitos:

Diante de certa venda, quatro moços preparavam-se para a serenata. Um afinava o violão, outro tirava notas compridas da flauta, o terceiro arranhava com barbatana a barriga do cavaquinho e o quarto, apertando o peito com a mão espalmada, esforçava-se por empostar a voz que era péssima. O Marinheiro ficou de lado, a sorrir com simpatia.[...]

Os amigos cumprimentaram-no. Marinheiro achegou-se e estendeu-lhe a mão, com entusiasmo.

- Toque nestes ossos; eu entendo disso.

Aceitaram-no por comiseração. Mais ainda estavam nesses cumprimentos, quando, na esquina próxima, outra voz se ergueu. Era um napolitano, acompanhado por bandolim e cantava “Funiculi, funiculá...” Os seresteiros entreolharam-se. Aquilo era provocação e da legítima... Não fazia mal. Desse no que desse. E quando o homenzinho, no outro quarteirão, trinou no último gorgeio, o Maneco (era assim que os companheiros chamavam o cantor), abriu a boca e sapecou: “Laranja, banana, maçã, cambucá...” com os devidos requebros. Cantou e esperou. O bando contrário tinha-se aproximado e já a cem passos, o rouxinol de Sorrento garganteou com luxos de fermatas e florituras, o “Sole mio”. Maneco sentiu-se humilhado, mas

⁴⁴⁰ Cf. **O Estado de São Paulo**, 05/07/1892, p. 1.

para não dar o braço a torcer, levantou a voz “A cor morena é cor de ouro, a cor morena é cor de prata”. Não terminou, porém. Um grupo de rapazes, da Fábrica, apareceu na esquina fronteira e pôs-se a achincalhá-lo.[...]

Então, os grupos aproximaram-se e atracaram-se. Os violões viraram cacetes, as flautas viraram bengalas e deu-se aquilo que se sabe. Durante sete segundos, desencadeou-se de parte a parte pancadaria de criar bicho. Foi nessa altura que Marinheiro, posto de parte a princípio pelos seresteiros, separou-os com os braços abertos e declarou:

- Pois eu compro a briga! Estou espinafrado! Isso agora é comigo!

Sentou nos calcanhares e varreu o chão com a perna direta.

- Quem tiver coragem que venha pisar no meu terreiro!

O moço do bandolim ergueu no ar o que restava do instrumento e avançou. Marinheiro caçou-o com o pé e ele caiu de pernas para o ar. O cantor tirou uma faca da cinta e veio em socorro do amigo. Nova rasteira, novo tombo. Mas a cena foi interrompida de modo intempestivo.⁴⁴¹

Marinheiro, explica Schmidt, era capoeira conhecido, pertencia aos “guaiaumus” [sic], e, quando aparecia um “nagoa”, “saía lasca”. Enquanto, “os rapazes, da Fábrica”, dá a entender tratar-se de operários imigrantes, que tomaram partido na contenda ao lado do napolitano Minuccio.⁴⁴²

Assim, com golpes de capoeira pôs os adversários no chão. Schmidt dá bom espaço para a cena da luta, e a habilidade do seu personagem. Além disso, o autor mostra a argúcia de sua personagem expressa nesta passagem:

A patrulha de cavalaria, conhecedora do desfecho daquelas serenatas, havia minutos estacionava na esquina em lugar que os contendores não podiam ver. Assim, logo que o desafio se tornou conflito, os soldados sacaram os rifles e avançaram para os rapazes. O primeiro que viu aquilo foi Marinheiro. Esperou-os com ar festivo:

- Ora, pois! Não se pode “adivertir” nesta terra?

- Então, isso é divertimento?

- Pergunte a todos... Não é verdade, meus amigos?

De um lado e de outro, os rapazes compreenderam logo onde ele queria chegar e se puseram a falar ao mesmo tempo.

- A gente estava ensaiando capoeira...

- Somos até muito amigos, não é Maneco?

E riam alvarmente, do engano dos soldados.

Estes acabaram por acreditar e desistiram da prisão.⁴⁴³

⁴⁴¹ SCHMIDT, op. cit. p. 27.

⁴⁴² Durante o Império, os capoeiras tornaram-se “uma força real, habilmente explorada pelas influências políticas, as quais, dispensando-lhes proteção, tinham-nos à mão para as empreitadas eleitorais”. Cf. ARAÚJO, Elísio. **Estudo histórico sobre a Polícia no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: s/e, 1898, p. 113 apud FREIRE, op. cit., p. 540.

⁴⁴³ Idem, p. 28.

Diante de uma força policial que os vencia, pois que investida pelo próprio Estado, as diferenças étnicas são suprimidas, oferecendo um contraponto aos conflitos. Evidentemente, tratou-se de uma solução para situação momentânea, mesmo assim, permite entrever no microcosmo das relações pessoais manifestações que mais tarde, na narrativa, tomam maiores dimensões, e por isso, não facilmente resolvidas.

No intuito de amainar os ânimos exaltados com os eventos em Santos, uma comissão da colônia italiana daquela cidade, constituída por Domingos Levriero, José Marchesi, João Eboli reuniu-se com políticos e personalidades brasileiras, entre eles: o Contra-almirante José Custódio de Melo, Ministro da Marinha e interino do Exterior, o Secretário da Agricultura, o Juiz da Comarca, o Promotor Público, o jornalista Júlio de Mesquita, Alfredo Pujol, Álvoro de Carvalho, em demonstração das relações entre os dois países.⁴⁴⁴

Através dos olhos de Marinheiro, testemunha ocular deste encontro, termina-se o capítulo de *O Passadiço* com inquietação, como que pressentindo os acontecimentos vindouros. Com a imaginação literária própria de sua pena, Schmidt intui os desdobramentos daquele episódio:

muitos ficaram satisfeitos com o remate dos acontecimentos. Menos talvez, o Contra-Almirante Custódio José de Melo. O bravo marinheiro devia ter-se sentido desgostoso, atribuindo tudo aquilo a despautérios da jovem República. Foi ali, provavelmente que, no jardim de sua alma, nasceu aquela flor vermelha que viria a desabrochar no dia 6 de setembro do ano seguinte, e que ficou na História com o nome de – Revolta da Armada.⁴⁴⁵

No capítulo seguinte, “Uma lanterna no mar”, o autor ocupou-se da Revolta da Armada, historiando-a do ponto de vista do drama individual e coletivo que é a guerra. Na noite de 05 de setembro, o do Conde Prat, Vice-Cônsul da Itália no Rio de Janeiro, tomou um barco para visitar o navio italiano *Bausan*, atracado na Baía da Guanabara. Durante seu retorno da visita, vinha sendo trazido pelo barco e acompanhado de seis marinheiros italianos, um deles com uma lanterna vermelha.

⁴⁴⁴ Idem, p. 38.

⁴⁴⁵ Idem, p. 39.

No cais, soldados faziam a guarda da baía. Entre eles havia um soldado que avistando uma luz vermelha, sem saber do que se tratava, e pensando ser uma embarcação dos revoltos, decide atirar, matando um dos marinheiros. Após tumulto no cais, e esclarecido que se tratava de embarcação com permissão de atracar, um coronel apareceu pedindo desculpas, em nome do Governo, ao Vice-Cônsul, pois se tratava de engano. O autor do disparo foi levado ao Quartel-General, e recolhido à “sala privada”⁴⁴⁶. O incidente gera pedido de indenização ao marinheiro morto, o Vice-Cônsul foi até o presidente Floriano Peixoto e conseguiu o solicitado, informa Schmidt. Além de mostrar o incidente em si, o escritor paulista já insinua a irritação das autoridades brasileiras com os pedidos de indenização.

Na semana seguinte, a situação não havia melhorado. Mas o Teatro Recreio Dramático abriu as portas. Foi levada à cena uma revistinha alegre intitulada “O Aquidabã”. Num dos quadros, aparecia o Itamarati assediado por marinheiros estrangeiros, que desejavam vender a vida, com sensíveis reduções. O povo carioca, apesar da insegurança, encheu o teatro. Mas isso só aconteceu durante três noites, porque na quarta o Delegado Sampaio Ferraz mandou cortar aquela cena, com ameaças de proibir a representação da peça. Mais tarde, diante de novos acontecimentos, “A Notícia” deveria publicar, na íntegra, o cabuloso quadro da cabulosa revista.⁴⁴⁷

Os acontecimentos a que aludiu o autor foram justamente os conflitos de rua de 1896.

⁴⁴⁶ Schmidt explica que a “sala privada” era um compartimento a que se dava este nome, ficava na parte velha do edifício, e que, detalha, estava em obras quando da proclamação da República, quatro anos antes. Mas “estar ali não era estar preso. O indivíduo que para lá fosse era considerado livre, em princípio, podendo fazer tudo o que quisesse, menos sair dali. [...] E o soldado sentou num canto mais escuro e começou a chorar baixinho, baixinho, que nem criança.” Ironicamente, o soldado estava preso sem estar, necessariamente, “preso”. O mesmo aconteceu com Marinheiro, quando levado a prestar depoimento, tendo sido mantido “preso”. Pode-se conjecturar que esta seja uma maneira de Afonso Schmidt expressar a insegurança jurídica, ou melhor, a vagueza das regras que tornam os indivíduos reféns do poder instituído. Além disso, os pormenores apresentados pelo escritor, em torno, por exemplo, do edifício do Quartel-general, garante uma maior credibilidade ao texto apresentado. Sendo que a forma como é feita nada retira de seu refinamento literário.

A existência desta “sala privada” também é relatada, embora em outro contexto, pelo historiador e filólogo Basílio de Magalhães em nota escrita sobre o vocábulo “coronelismo”, para o livro clássico de Victor Nunes Leal, diz Magalhães: “Durante quase um século, em cada um dos nossos municípios existia um regimento da Guarda Nacional. O posto de “coronel” era geralmente concedido ao chefe político da comuna. Ele e os outros oficiais uma vez inteirados das respectivas nomeações, tratavam logo de obter as patentes, pagando-lhes os emulamentos e averbações, para que pudessem elas produzir os seus efeitos legais. Um destes era da mais alta importância, pois os oficiais da Guarda Nacional não podiam, quando presos e sujeitos a processo criminal, ou quando condenados ser recolhidos aos cárceres comuns, ficando apenas sob custódia na chamada “sala livre” da cadeia pública da localidade a que pertenciam. [...]” Cf. MAGALHÃES, Basílio. Notas. In. LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 7.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 242.

⁴⁴⁷ SCHMIDT, op. cit., p. 47.

Não obstante o detalhamento dos fatos em si, Schmidt demonstra grande afeição por suas personagens, compadecendo-se do seu sofrimento, e faz com que o leitor compartilhe esse sentimento. Nesse sentido, narrou o tormento que a população teria enfrentado durante a Revolta da Armada:

A cada estrondo [de canhões] próximo, redobrava a ansiedade. Uns levavam trouxas de roupa, outros, cestas de mantimentos. De quando em quando, uma carroça passava a toda pressa com uma família dentro.

Os fugitivos entravam a correr pela Estação, ganhavam o galpão e assaltavam o trem que estava para sair, fosse onde fosse. Não havia bancos, nem plataformas. Iam pendurados nos engates, ou trepados em cima dos vagões. Quando não viam trem à espera, os que chegavam deitavam a correr pela linha. Nas ruas paralelas à estrada de ferro, amontoavam-se carros e carroças, cheios de gente que chorava, que gritava, que arrancava os calos. Eram tantos os trens extraordinários que a estrada de ferro já não tinha horários; os comboios entravam e saíam, quase sem dar tempo para o embarque dos retirantes. Pelos subúrbios, havia gente acampada nas praças principais. Ali cozinhavam, ali comiam, ali dormiam. Nas casas, viam-se famílias dormindo na cozinha, no corredor, nos puxados de zinco, ou mesmo debaixo do telheiro do tanque de lavar roupa.⁴⁴⁸

2.2 Os *meetings* e a política exercida à margem

Os *meetings*, ou conferências públicas, se popularizaram no Brasil no bojo do movimento republicano de 1870, fruto das insatisfações por parte de membros do partido liberal, convencidos da impossibilidade de realizar as reformas que defendiam dentro do regime monárquico. As conferências foram popularizadas como arma de propaganda política. Além das conferências, jornais, panfletos e livros também fizeram parte da estratégia adotada pelo movimento.⁴⁴⁹

Um *meeting* de protesto contra os Protocolos, ocorrido na Capital Federal, teria reunido três mil pessoas, na ocasião foi assinada uma petição por Alfredo Madureira, Nicanor do Nascimento e Anibal Mascarenhas, sendo lida por Medeiros e Albuquerque na Câmara dos Deputados. O documento apresentou as razões, segundo os oradores, pelas quais os Protocolos deveriam ser rejeitados: a. “os atos [...] francamente violam a Constituição de

⁴⁴⁸ Idem, p. 46.

⁴⁴⁹ CARVALHO, José Murilo Carvalho. República, democracia e liberalismo: Brasil, 1870-1891. In. **Varia Historia**. Belo Horizonte, vol. 27, n. 45, jan/julho 2011, p. 142.

24 de fevereiro [...]”; b. “brutal atentado à soberania”; c. “os povos livres não podem tolerar impassíveis tais atentados”; d. “as justificativas indicadas pelo Ministro do Exterior exprimem a confissão de que este cidadão teve como determinante ao seu modo de agir o favor, consequente às ameaças insolentes da Itália”; e. “que tal ameaça, razão bastante para uma vontade débil, não é móvel de deliberar para um povo soberano e livre”; f. “que o Brasil não se pode submeter à condição de semi-soberano”.⁴⁵⁰

Em São Paulo, no Largo São Francisco, realizou-se *meeting* dia 09 de agosto, em que compareceram, a convite de uma “comissão popular”, em protesto pela aprovação em sua primeira discussão na Câmara dos Deputados dos protocolos, “mais de três mil pessoas”. Discursaram Agrício de Camargo, redator do *Correio Nacional*, “meio de propaganda das ideias fundamentais do Partido Republicano Nacional”⁴⁵¹, que convidou os presentes a assinarem moção que seria lida no Senado; Dario Ribeiro, que leu em seguida a moção, Francisco de Castro Junior, Samuel Porto, que leu artigo do *Correio Nacional*, dr. João Moretz Sohn, Luiz Carneiro e Leon Bishbesh. Segundo o jornal, o povo se dispersou pelas ruas da cidade levantando vivas e morras.⁴⁵²

A *Gazeta de Notícias* publicou, na edição de 16 de agosto, uma nota em que seus subscritos convidavam a população a participar do *meeting* no dia seguinte:

“Ao povo – Os abaixo assinados convidam o povo desta cidade a reunir-se em *meeting*, domingo, à 1 hora da tarde, no Teatro Santana, para fim de protestar contra os protocolos assinados pelo poder executivo com o reino da Itália em virtude dos quais são revogadas disposições taxativas da Constituição e colocando os estrangeiros em situação superior aos nacionais.

No uso de um direito constitucional, a comissão convida o povo a assinar a representação que se dirigirá ao Congresso Nacional, pedindo que esse alto poder do Estado não dê a sua aprovação a ato tão deprimente da dignidade e soberania da nação.”⁴⁵³

⁴⁵⁰ ANAIS DA CÂMARA, Medeiros e Albuquerque, 17/8/1896, p. 364.

⁴⁵¹ *Correio Nacional*, 07/06/1896, p. 1.

⁴⁵² Cf. *O Estado de São Paulo*, 10/08/1896, p. 1.

⁴⁵³ *A Gazeta de notícias*, 16/08/1896, p. 1.

No entanto, os protestos se deram em todo o Brasil. Nilo Peçanha deu, a saber, na Câmara, que em Belo Horizonte houve *meeting* contra os protocolos italianos.⁴⁵⁴ Em Sabará, no Paço Municipal houve meeting contra a aprovação dos mesmos.⁴⁵⁵

Nesse sentido, os meetings e os conflitos de rua, expressam bem a pressão dos segmentos urbanos por maior participação política, e a dificuldade, e resistência, da elite política em incorporar as massas como novo elemento a considerar no jogo político.

Novas interpretações para o ocaso do Império e o advento do regime republicano sugerem que ocorreu, na década de 1880, a ampliação do espaço público através de associações, conferências, imprensa, livrarias, confeitarias, clubes, mobilizações populares, favorecendo o surgimento de uma cultura democrática.

Com isso, a rua foi ressignificada. *Meetings*, imagens, efeitos de retórica, formações discursivas, ilustrações e até mesmo a repressão policial foram elementos ótimos para afetar os olhos, os ouvidos e a emoção, sendo, por isso, fatores eficazes na desintegração do regime, graças à instauração de um novo clima, que impregnou as mentes num simbolismo renovado.⁴⁵⁶

Se, por um lado, houve florescimento de uma cultura democrática, por outro, as aspirações por participação política, encetadas por essa nova cultura não cessaram com o fim de regime monárquico. Pelo contrário, tornaram-se demanda de um grupo cada vez mais expressivo. As manifestações populares, os *meetings*, as moções são expressões desse fenômeno. Os próceres da República, hábeis em utilizar-se do fervor das ruas, ocuparam-se nos anos precedentes em amainar os ânimos exaltados.

Deve-se salientar que as falas dos deputados alimentaram os meetings e inflamaram as massas. Assim, a manifestação de rua tem relação com as discussões da Câmara. Governo e rua se encontram na questão dos Protocolos.

⁴⁵⁴ Cf. ANAIS DA CÂMARA, Nilo Peçanha, 17/8/1896, p. 364.

⁴⁵⁵ Cf. **O Estado de S. Paulo**, 13/08/1896, p. 3.

⁴⁵⁶ MELLO, Maria C op. cit., p. 11.

O comportamento do Conde de Brichanteau foi condenado e pedido seu afastamento dos serviços consulares em São Paulo. Ao final do processo diplomático, ele foi substituído pelo cônsul italiano em Buenos Aires.⁴⁵⁷

Após realização de *meeting* na Capital Federal, em 07 de agosto de 1896, uma moção foi redigida e lida na Câmara dos Deputados pelo deputado, que subscreveu o documento, Serzedello Correa:

Ao cidadão Presidente da Câmara dos Deputados
O povo desta Capital Federal, reunido em meeting e representando a indignação nacional, considerando:
que os protocolos italianos firmados pelo cidadão Ministro das Relações Exteriores violam a Constituição Federal;
que eles são a afirmação de que a nossa soberania é limitada pela pressão audaciosa;
que o pavor só pode ser razão de Estado para os povos indignos;
que um povo livre não transige quanto à sua soberania que é a afirmação da sua existência;
Pede à Câmara dos Deputados a não aprovação de tais protocolos, salvando assim a honra do Brasil, gravemente comprometida.
Rio, 7 de agosto de 1896. A Comissão Popular: Alfredo Madureira. – Nicanor Nascimento. – Bento Borges da Fonseca Filho. – João Serzedello Correa. – J. C. de Mello Palhares. – Alfredo Henrique Costa.⁴⁵⁸

O jornal *O Commercio de São Paulo*, informou que um jornal italiano, intitulado *Don Chiscotti*, de Roma, teria publicado quatro entrevistas sobre os conflitos em São Paulo: Na primeira, com o conde Brichanteau, que atribuiu os conflitos “a simples razão de política interna”; a segunda, com o governador do estado, Campos Sales, este acusou o cônsul italiano de ser o responsável pelos conflitos havidos; o terceiro, com Luigi Schirone, redator do *Fanfulla*, socialista, emigrado da região de Trieste por razões políticas⁴⁵⁹, declarou que os conflitos obedeceram a razões políticas; e, por fim, um operário não identificado, que declarou

ignorar as causas dos mesmos sucessos, assegurando ter sido atacado pelos estudantes por causa da política, e que se defendeu

⁴⁵⁷ **O Commercio de São Paulo**, 20/11/1896, p. 1. O jornal ironiza, através de nota de jornal romano, o fato de que removido da frente do Consulado Italiano em São Paulo, o conde de Brichanteau foi, na realidade, promovido.

⁴⁵⁸ BRASIL. **Anais da Câmara dos Deputados**. 68ª Sessão, 08/08/1896, p.

⁴⁵⁹ Cf. CONSOLMAGNO, op. cit., p. 9.

com alguns companheiros, que fazem, porém, todos votos pelo restabelecimento da ordem.⁴⁶⁰

Assim, defende-se aqui a ideia de que os *meetings* eram formas de atuação política indireta, porque os canais institucionais, na República, estavam fechados à participação popular.

3.3 Bala, cortiça e piquete

Intitulado “1896”, o terceiro capítulo de *O Passadiço* constrói o contexto de agitação que culmina nos embates de rua de agosto daquele ano. Schmidt conta a história de uma nova personagem, Cleto, desempregado e sem conseguir pagar o aluguel do quartinho do cortiço em que morava na Mooca, teria de mudar-se no outro dia de manhã. Quando amanheceu, partiu: “Não voltaria mais. Outro inquilino, antes do almoço, tomaria seu lugar.” Saindo do cortiço, encontrou o movimento próprio de um dia de trabalho: “os operários [que] caminhavam curvos, de gola levantada e mãos nos bolsos. Criadas iam para o ganho. [...] E mocinhas, de lenço cruzado no colo e guarda-chuva debaixo do braço, para o caso de chover à hora de sair da fábrica. Ouvia por toda parte o plás-plás macio de suas chinelas”.

Adiante, Cleto “lembrou” que estava com fome, contou o dinheiro que possuía: dava para “empanturrar-se de café com leite” e, ainda, mais quatro refeições. Num Café na esquina da Rua do Brás, sentou-se, tomou seu café e

quase sem querer, entreteve-se a ler os títulos de artigos e notícias. “São Paulo, agosto, 1896...” “As ocorrências de Santos...” “A situação política...” “O caso da Ilha da Trindade...” “A questão da Guiana...” Arre! pensou ele – as questões são tantas que até parecem criadas de propósito! A República, ainda menina, está correndo perigo!⁴⁶¹

Este diagnóstico de Cleto pode ser apreendido em carta que Campos Sales escrevera, na qualidade de presidente do estado de S. Paulo, a Bernardino de Campos, em agosto de 1896:

⁴⁶⁰ Cf. *O Commercio de São Paulo*, 22/09/1896, p. 2.

⁴⁶¹ Idem, p. 50.

A nossa política carece de firmeza e orientação clara, e isso vai-nos enfraquecendo e perturbando a nossa marcha. Os elementos agitadores, que se aninham em nosso seio, comprometem-nos, pois que, à sombra de nossa condescendência, vão acarretando a nossa responsabilidade em sua ação, francamente calculadamente anarquisadora. Isto nos enfraquece, porque nos desacredita, apresentando-nos como incapazes para o governo. Os últimos sucessos, se não produziram desastres, deverão servir-nos de advertência. Está claro que não podemos dirigir o elemento agitador e nem devemos presumir que ele chegue a subordinar-se a nossa direção. Ao contrário, os exaltados é que nos vão levando à reboque nas suas arruaças, *meetings* de indignação etc. Eles arranjam as crises e nós aguentamos as responsabilidades delas. Penso que temos a escolher: ou os declaramos adversários e lhes damos combate decisivo, ou renunciemos à aspiração de formar um partido conservador, ordeiro, governamental e orgânico. Ficando nisso que aí está, que é a anarquia, no meio da qual os nossos homens se vão perdendo como incapazes, e a desconfiança que se forma em torno de nos. Este é o elemento perverso em todas as democracias. [...] Basta de Câmaras agitadoras. Precisamos governar com ordem para governar bem. [...]⁴⁶²

Eis o diagnóstico político do período que vai fomentar a construção da Política dos Governadores.

Assim, por meio de Cleto tomamos contato com aqueles dias em o “Brasil estava em plena conflagração. Até mesmo sedizentes garibaldinos, da camisa vermelha, combatiam nos pampas... pela volta da Monarquia.”⁴⁶³

Em 1893, o então Cônsul de São Paulo, Conde Rosadowski, teria sido afastado do cargo devido seu pronunciado desprezo pelas instituições republicanas, e por sua devoção ao regime decaído. Em seu lugar, assumiu o Vice-Cônsul, Giosué Notari. Mas por pouco tempo. Por ocasião da revolta de 6 de setembro, teria redigido uma circular em que solicitava a simpatia de seus patrícios aos revoltosos, pois entendia, serem eles monarquistas que visavam o restabelecimento do trono.⁴⁶⁴ A circular gerou grande mal-estar, sendo pedido novamente modificação da direção do Consulado. Nesta dança de cadeiras, e em momento bastante delicado para a colônia italiana em São Paulo, assume o Conde Edoardo Compans de Brichanteau, transferido da cidade de Porto Alegre.

⁴⁶² SALES, Campos. **Da propaganda à presidência**. Brasília: Ed. da UnB, 1983, p. 72.

⁴⁶³ SCHMIDT, op. cit., p. 58.

⁴⁶⁴ LATINI, op. cit., p. 15

Em *Imigração e poder*, a historiadora Luiza Iotti, analisou a atuação do Conde Edoardo Brichanteau a frente do consulado em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Em relatório enviado ao governo italiano, o agente consular “aproveita para reclamar da extensa área sob sua responsabilidade e para, assim, justificar a falta de notícias sobre os estados do Mato Grosso e de Santa Catarina.”⁴⁶⁵ De acordo com a autora, é possível relacionar essa postura com o descontentamento existente no meio diplomático, após a reforma implantada por Francesco Crispi, que aumentou as atribuições e responsabilidades dos agentes sem, contudo, alterar o quadro de carreira ou a remuneração dos funcionários.⁴⁶⁶

Além disso, o relatório fazia menção às atividades econômicas desenvolvidas pelos italianos no estado, preocupando-se com os poucos postos de trabalho que a incipiente indústria gaúcha oferecia. Desestimulando, inclusive, a vinda de novos imigrantes para a região, pois que “atraídos por falsas promessas, permanecem sem qualquer tipo de ocupação e invadem o régio Consulado pedindo pão e trabalho”.⁴⁶⁷

Diante disso, pôde a historiadora escrever que

Brichanteau demonstra uma certa compaixão pelos seus compatriotas, e um certo temor pelo que sucederá aos mesmos, ao mesmo tempo que revela uma grande preocupação com os problemas que eles poderiam apresentar ao cônsul e ao consulado. A sugestão de criação de uma sociedade de beneficência pode ser interpretada como uma tentativa de eximir as representações diplomáticas italianas de uma maior responsabilidade sob o destino dos emigrantes.⁴⁶⁸

Quando o novo cônsul chegou a São Paulo, a questão dos Protocolos estava no auge. Os jornais italianos tornaram a palavra “protocolo” corrente, cuja significação era desconhecida até então. Eram indenizações pelo apedrejamento da redação do *Roma*, pela morte do capitão Mario Anatra, em Santos, pela morte do marinheiro Giovanni Miceli, no Rio de Janeiro e pelos

⁴⁶⁵ IOTTI, op. cit., p. 114.

⁴⁶⁶ Idem. p. 115.

⁴⁶⁷ BRICHANTEAU, Edoardo C. de. Porto Alegre. *Emigrazione e colonie: rapporti do RR. Agenti diplomatici e consolari*. Roma: Tip. N. G. Bertero, 1893, p. 113 apud IOTTI, op. cit, p. 117.

⁴⁶⁸ Idem, p. 118.

feridos do Largo do Paysandu. As indenizações foram acertadas entre governo do Estado de São Paulo e o Consulado italiano.⁴⁶⁹ Esse arranjo, na interpretação do escritor paulista, representou, no espírito popular, uma vitória do Conde. Fortalecendo, assim, a sua causa. E, predispondo-o, a avançar.

Nessa hora triste, o Sr. Conde de Brichanteau, que devia ter uma ideia particular a respeito de diplomacia, ameaçou o governo de São Paulo, a cuja frente se encontrava o Dr. Bernardino de Campos, de levantar a colônia, caso não fossem satisfeitas os pedidos de indenização. O governo, um pouco por deferência para com a colônia, outro pouco por espírito de conciliação num momento tão difícil, pagou sem discutir muitas das somas pedidas. Até o atilado diretor do “Roma”, por estragos que não chegaram a ser avaliados em dois contos de réis, ou seja, cerca de 38.000 libras, ao câmbio daquele tempo.⁴⁷⁰

Assim, ao monarquismo do Cônsul de São Paulo, seu temperamento intempestivo e “brigão”, *O Estado de São Paulo*, Afonso Schmidt e Ausonio Latini atribuíram os conflitos de Rua em São Paulo de agosto de 1896.

[...] E tudo isso era seguido de ameaças terríveis, proferidas pelo Cônsul Brichanteau, que percorria o Triângulo, de chapéu para a nuca, a bengala em riste, a gravata de lado, esbravejando e ameaçando.

Foi ao “Fanfula”, à “Tribuna del Popolo”, à “Tribuna Italiana”, até mesmo à “Bircchina”, jornalzinho ilustrado que se publicava no Brás, à Rua Saião Lobato. Em cada porta de redação, fazia um comício. Assim angariou ouvintes e com eles, já engrossados de curiosos, seguiu pela Rua Direita até aos Quatros Cantos. Ali, à porta do Café Acadêmico, o *condottiere* proferiu um exaltado discurso, dando às ocorrências da manhã, no Largo de Francisco, uma importância que elas não tinham. Quando seus ouvintes já estavam suficientemente exaltados, um sujeito postado na esquina da Rua Líbero Badaró, próximo ao Viaduto, gritou:

- Lá vem eles! Lá vem eles!

Era uma passeata de desagravo. Vivas e mais vivas. Entraram pela Rua Direita. Diante do Café Acadêmico, o Conde Campans de Brichanteau que vinha à frente, subiu a uma cadeira e de novo falou aos arruaceiros. Diante daquele aparato, o diapasão das suas críticas subiu enormemente. Subiu a tal ponto que Cleto – ele andava por ali,

⁴⁶⁹ De fato, os relatórios do Ministro Carlos de Carvalho mencionam os acordos do Governo do Estado de São Paulo com o Consulado para solucionar reclamações de imigrantes no estado. No entanto, não especificam quais reclamações teriam sido atendidas. Sobre as reclamações de 1892, escreveu Latini: “Il console Brichanteau spinse, insiste, minacciò e il governo paulista volle provare la sua grande deferenza verso la numerosa colonia italiana di S. Paulo pagando, senza neppur discuterne l’importo, le somme richieste per la soluzione dei reclami presentati. Fra di essi ve n’erano di sacrosanti come quelli dei cittadini Benedetti, Del Mugnaio, D’Orazio, Poli, ecc. Ma vè n’era uno, quello dei proprietari del giornale *Roma*, che per un danno inferiore a due contos di reis, ne ebbero 34 di indennizzo (circa 38 mila lire al cambio d’allora).” p. 16.

⁴⁷⁰ SCHMIDT, op. cit, p. p. 58.

entre o povinho da rua – compreendeu logo a tarde não ia terminar bem. E não terminou.⁴⁷¹

Do mesmo modo, *O Estado de São Paulo*, em artigo intitulado “Por causa do Protocolo”, declarou que a

opinião era unânime em atribuir a responsabilidade das ocorrências ao Sr. Conde de Brichanteau que, acompanhado do Vice-Cônsul e de empregados do Consulado Italiano, fora visto a frente de um grupo de compatriotas seus, dando vivas à Itália e morras ao Brasil.⁴⁷²

A Revista Ilustrada, por sua vez, em charge que ocupa página inteira do periódico, também registrou essa opinião:

⁴⁷¹ SCHMIDT, op. cit., p. 60-61. O Triângulo, a qual se refere Schmidt, é aquele composto pelas ruas São Bento, Quinze de Novembro e Direita. Já as “ocorrências da manhã” no Largo Francisco, não teriam passado, a primeira vista, de mal-entendido entre um estudante da Faculdade de Direito e um vendedor de sorvetes. Tendo em seu carrinho várias bandeirolas, o jovem perguntou, como que para fazer graça, de que nacionalidades elas eram: uma portuguesa, outra espanhola, outra italiana. A última, italiana, segundo o jovem, não poderia ser, pois as cores da bandeira estariam invertidas. Então, deu-se uma discussão, a bandeira cai ao chão, o jovem abaixou-se para apanhá-la quando o sorveteiro pôs-se a gritar que estavam “rasgando a nossa bandeira!”. Aí foi uma comoção geral, e o fato foi utilizado como demonstração da hostilidade contra os italianos. Este episódio, bastante detalhado por Schmidt, que o faz parecer mero acaso, ou fruto da confusão do sorveteiro, é importante na medida em que demonstra um ambiente suscetível e explosivo.

⁴⁷² *O Estado de São Paulo*, 24/08/1896, p. 2.

Figura 2 Fonte: Revista Ilustrada, setembro de 1896, p. 5.

Condensando na caricatura três elementos presentes na questão - o Consulado, a Câmara dos Deputados e a população – Ângelo Agostini compôs uma imagem poderosa. Quando as negociações estavam prestes a levantar voo, porque liquidadas, foi que o Conde Brichanteau, na perspectiva da Ilustrada, atizou ainda mais fogo no balão prestes a explodir. Assim, de comum acordo, os dois generais da charge, Francisco Glicério e Nilo Peçanha, golpearam o balão do “Protocolo”. A população, como se vê em segundo plano, acompanha a cena dando vivas, assim como nas galerias na Câmara onde ovacionavam os deputados que atacavam os Protocolos italianos.⁴⁷³

⁴⁷³ Na legenda, lê-se: “O protocolo ia já nas alturas da 3ª discussão, quando o Sr. De Brichanteau, lembrou-se de atizar o fogo, resultando daí que os dois generais em chefe das manobras puxaram das durindanas e, de comum acordo, esbandalharam tudo.”

Há paralelo nas linhas gerais da narrativa que compõem o quadro construído pela *Revista Ilustrada* com de artigo publicado n’*O Commercio de São Paulo*, no mesmo período. No artigo, lê-se:

E foi assim que logo, às primeiras horas úteis da 2ª feira, assistimos ao desabamento brusco, subitâneo, da grande obra dos protocolos, tecida com tanto amor e carinho pelo sr. Carvalho, hoje em caminho do ostracismo do poder, mais tarde adotada, perfilhada pelo P.R.F., isto é, pelo sr. Glicério, que, na criação do monstinho, gastou o melhor do seu gênio e comprometeu as melhores sinecuras do seu sindicato político. O balão foi crescendo, inchando, o bojo foi-se arqueando pouco a pouco, de vagar, mas seguramente; a multidão apinhava-se em volta, dando vaias e assovios ao aeronauta e aos seus serviçais, mas o bojo do monstro ia crescendo sempre, indiferente aos apodos, só sensível às carícias... Já pouco faltava para o fim, algumas amarras já estavam cortadas, e tudo fazia prever o sucesso da obra glicerina. Subitamente, inesperadamente, o mesmo sr. Glicério acerca-se da grande abóbada, arranca da bainha a espada que lhe tinha sido oferecida na véspera por uma delegação do Club Militar, e, quando todos perguntavam entre si, surpresos, o que iria ele fazer com aquela longa e penetrante espada, esquecidos de que era general, e, pois, receosos do seu desaso, ei-lo que, com gesto soberbo, a mergulha por inteiro no bojo da sua obra! O monstro abateu-se como por encanto aos pés do artista, e os seus comparsas e serviçais aplaudiram com tanto entusiasmo a nobreza do seu gesto, como antes se haviam prestado com a maior longanimidade e admiração à fantasia do seu trabalho.⁴⁷⁴

Este estado de ânimos não demoraria muito a resultar nos primeiros confrontos diretos. Era sábado, dia 22 de agosto de 1896, já por volta das 19 horas, noticia *O Estado de São Paulo*, um grupo de italianos reunido no Largo do Rosário teria saudado com vivas a Itália, e com “morras” o Brasil. Por sua vez, minutos depois, um grupo de brasileiros levantou “vivas” ao Brasil. Os grupos caminhavam um para o outro e o confronto era iminente, evitado em tempo pela chegada dos 1º e 5º delegados e de uma força policial do 1º Batalhão de Polícia, sendo os manifestantes dispersados, noticia o jornal *O Estado de São Paulo*.⁴⁷⁵

Mais tarde, às 20h, outro grupo de italianos descia a Rua Quinze de Novembro, também em tom exaltado e aclamando a Itália com vivas, sendo novamente dispersado pelos oficiais da Força Pública.⁴⁷⁶ Mas, logo depois,

⁴⁷⁴ *O Commercio de São Paulo*, 01/09/1896, p. 1.

⁴⁷⁵ *O Estado de São Paulo*, 23/08/1896, p.1.

⁴⁷⁶ A título de curiosidade, o Brasão de Armas da Política Militar de São Paulo possui 18 estrelas que representam os “marcos históricos” da corporação, sendo que a 7ª estrela refere-se à ação da Polícia na questão dos Protocolos italianos.

começaram as correrias e manifestações de parte a parte. A Força Pública, armada, passou ao policiamento ostensivo na cidade. Os ânimos estavam acirrados.

Na mesma noite, as autoridades policiais chamadas pelo presidente do Estado de São Paulo, Campos Sales, relataram as ocorrências e as providências em andamento no sentido de acalmar os ânimos. Nesse ínterim, uma comissão popular chegou ao Palácio do Governo e teria declarado ao presidente do Estado “que o povo tinha que manifestar-se desse modo enquanto a palavra de S. Exa. não o animasse para a defesa de seus direitos.”⁴⁷⁷

Da sacada de um prédio da Rua Quinze de Novembro Agrício Camargo pediu, em nome do presidente do Estado, à multidão para dispersar-se e acalmar-se. Aos poucos a multidão se encaminhou novamente ao Largo do Rosário e lá permaneceu até serem ouvidos tiros disparados no Largo da Memória, e para lá seguiu juntamente com a força policial.⁴⁷⁸

E Agrício Camargo chegou à conclusão:

O que aí está – disse ele – não é contra a colônia que convosco vive e trabalha. É contra aquela pequena parte que os trabalhadores italianos, eles próprios, designam com a palavra *magnatas* da finança e da política colonial. É contra o seu representante Sr. Conde Edouard Compans de Brichanteau, monarquista em sua terra e na terra dos outros; um homem que nasceu *condottiere*, mas a quem o destino amarrou a um cargo consular...⁴⁷⁹

No dia seguinte, a agitação teve início no Largo do Rosário e seguiu para as ruas Quinze de Novembro e Largo municipal, região central da cidade. Erguendo vivas à República, ao Brasil e à Polícia numeroso grupo de brasileiros dirigiu-se ao Largo da Memória e lá fixou uma representação dirigida ao presidente do Estado solicitando a cassação das credências diplomáticas do cônsul italiano.

Às quatro e meia da tarde a polícia recebeu notícias de que na Liberdade haviam sido disparados muitos tiros contra um bonde. Quase à

⁴⁷⁷ Ibidem.

⁴⁷⁸ Cf. **O Estado de São Paulo**,

⁴⁷⁹ SCHMIDT, op. cit, p. 72.

mesma hora, um piquete da cavalaria foi encaminhado ao Brás para dispersar italianos que estavam, segundo o jornal, “celebrando uma reunião”. Às cinco horas, o chefe de polícia mandou todos os proprietários de cafés, confeitarias, bilhares fecharem seus estabelecimentos.

Daquela hora em diante, foi intensa a movimentação de pessoas no centro da cidade. Às 18 horas e 20 minutos deu-se grande tiroteio na Rua Formosa, República. Às 18 horas e 25 minutos, Gregório Ricardo de Oliveira foi agredido por um grupo de italianos, que dispararam tiros contra ele. Nessa hora, enquanto a polícia ordenava o fim do tráfego de bondes no centro da cidade, um piquete da cavalaria marchava para o Bom Retiro, a fim de reprimir conflitos entre italianos e brasileiros. O conflito foi contido.

Pouco tempo depois, novamente na Rua Quinze de Novembro deu-se novo tiroteio e no Bom Retiro novos conflitos rebentaram. Às 20 horas, na ladeira São João foram ouvidas novas “detonações”. Os conflitos tinham tomado um aspecto grave. A força policial foi autorizada a descarregar sobre os grupos que não aceitassem dispersar-se. Às 21 horas os grupos foram controlados, eclodindo, porém, novo confronto às 22h na Rua São Caetano, na Luz. Teriam grupos de italianos agredido moradores brasileiros daquela rua. Na Rua Timbiras, foi também registrado confronto entre brasileiros e italianos. A partir das 23 horas, noticia o jornal, as ruas da cidade permaneceram completamente desertas.

O memorialista Jorge Americano, com relação a estes conflitos, registrou o seguinte:

Veio do Largo de São Bento, pela Rua S. Bento, um piquete de cavalaria espaldeirando o povo para acalmar os ânimos, mas os estudantes não compreenderam isso e aos gritos de “fecha”, “fecha”, tomaram de um saco cheio de rolhas de cortiça que estava à porta da Loja China e o derramaram na rua.

Os cavalarianos caíam, montavam e tornavam a cair. Os estudantes correram, desceram a Ladeira de São João e viraram pela Rua Líbero Badaró.⁴⁸⁰

⁴⁸⁰ AMERICANO, Jorge. **São Paulo naquele tempo: 1895-1915**. 2.ed. São Paulo: Carrenho Editorial/ Narrativa Um/ Carbono 14, 2004, p. 149.

A participação dos estudantes da Faculdade de Direito nos *meetings* de protesto foram amplamente noticiados, entrando para a crônica daquele período.⁴⁸¹

Em geral, os bacharéis em Direito eram criticados, especialmente no Rio de Janeiro, pelo jacobinismo, sendo conhecidos como “os bacharéis sabedores”, os “graduados diretores dos negócios da nação”, os “verdadeiros criadores de problemas”, aqueles que “esperavam curar as desgraças da nação”.⁴⁸² No caso de São Paulo, diferentemente, pertenceram ao movimento jacobino do estado. E censuravam o “bacharelato político da ‘ditadura constitucional’ do ‘bacharel Prudente’ o qual, segundo os jacobinos, fazia de grande parte da Câmara dos Deputados a chamada ‘sala do café’”.⁴⁸³

Na organização dos *meetings* de protesto contra os Protocolos estavam Dário Ribeiro, Francisco de Castro Junior, Evaristo de Oliveira, Albano Reis, João Telles Rudge, José Maria Whitaker, Raul Cardoso de Mello, Augusto de Carvalho Aranha e Afonso Borges, que teriam na época entre 18 e 23 anos.⁴⁸⁴

Por ocasião do *meeting* uma comissão de acadêmicos enviou telegrama ao deputado Nilo Peçanha, pedindo cassação do exequatur das autoridades consulares italianas: “Mocidade acadêmica, ofendida agressivo procedimento cônsul e vice-cônsul, pede vossa intervenção junto aos poderes competentes sejam caçadas suas funções. Protestamos atitude agressiva colônia italiana. Solidários acadêmicos civis.”⁴⁸⁵

Entre os acadêmicos, podemos citar José Maria Whitaker que tivera participação nas manifestações estudantis pelo ensino livre na Faculdade de

⁴⁸¹ Para uma investigação, do ponto de vista sociológico, do processo de formação cultural e profissional dos bacharéis em São Paulo, durante a Monarquia, ver: ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

⁴⁸² HAHNER, op. cit., p. 151.

⁴⁸³ ROVINA, Melina Roberto. **Fogo Cruzado: os imigrantes italianos entre o barrete frígido e o saco de coar café**. 2012. 148 fls. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de Campinas. Campinas. 2012, p. 80.

⁴⁸⁴ Ibidem.

⁴⁸⁵ **Correio Nacional**, 28/08/1896, p. 1.

Direito, e que dissera certa vez: “la-se à faculdade, naquela época, como se fosse a um clube.”⁴⁸⁶

O sociólogo Sérgio Adorno, ao proceder a exame crítico do ensino jurídico no império, a partir da estrutura curricular, do processo de ensino-aprendizagem e das relações entre o corpo docente e discente, percebeu que a formação dos bacharéis, no período considerado, não residiu no processo de ensino-aprendizagem, ou seja, em “sala de aula”. Mas, sim, era necessário examinar as “condições sociais, intelectuais e culturais que transformaram o ambiente extracurricular na verdadeira sala de aula”.⁴⁸⁷ Assim, da participação nos clubes acadêmicos, jornais, saraus passou-se à militância política no Império e, certamente, na República. A controvérsia do “ensino livre” nas Faculdades de Direito, em vista do que a cultura jurídica brasileira se formava fora das faculdades de Direito, manteve-se candente até menos 1915, quando a reforma Carlos Maximiliano encerra a questão.⁴⁸⁸

De fato, a importância dos cursos das Faculdades de Direito é inquestionável. Em *A Construção da Ordem*, José Murilo de Carvalho abordou o papel desempenhado pela educação superior, mormente os cursos de Direito, em Recife e São Paulo, como um dos principais elementos de coesão da elite imperial.⁴⁸⁹

O Estado de S. Paulo afirmou que a presença da polícia, e do exército, assegurou o fim dos conflitos diretos. Foi solicitada calma aos mais exaltados, ao mesmo tempo em que acusou os agentes consulares e os italianos pelos incidentes:

Agora já não são mais brasileiros, que, dentro do seu país, protestam contra este ou aquele ato, inspirados no seu patriotismo e apoiados na sua própria responsabilidade. São estrangeiros que nos

⁴⁸⁶ Cf. VENÂNCIO FILHO, op. cit., p. 222.

⁴⁸⁷ ADORNO, op. cit., p. 26.

⁴⁸⁸ Havia três tendências no ensino jurídico no período: “o primeiro, o de desconhecer a necessidade de diplomas e proclamar francamente a liberdade profissional, o da América do Norte; outro, o da França, de atribuir unicamente às faculdades oficiais o direito de expedirem diplomas; e o terceiro, afinal, que dá esse direito, quer às faculdades oficiais, quer às livres, mas nega aos diplomas a eficácia profissional e exige dos diplomados um exame profissional para o exercício de uma profissão qualquer”. VENÂNCIO FILHO, Alberto. **Das arcadas ao bacharelismo**: 150 anos de ensino jurídico no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 2004, p. 222.

⁴⁸⁹ CARVALHO, José Murilo de. **A construção da Ordem**. Brasília, Ed. da UnB, 1981.

agridem, inspirados e dirigidos pela responsabilidade ostensiva de agentes oficiais de governo.⁴⁹⁰

Entre os nacionais que tomaram parte dos protestos de rua, além da presença dos estudantes da Faculdade de Direito, deve-se mencionar também, ainda que difícil de ser demonstrada, a participação da população negra da cidade de São Paulo nos mesmos. Sendo que, inclusive, o jacobinismo paulista teria tido participação de negros, que tomaram parte nos conflitos de rua. Theófilo Dias Castro, o “Teodias”, membro do Partido Republicano Nacional, PRN, escreveu no *Correio Nacional* contra os estrangeiros, e incentivou a população a participar dos *meetings* de protesto pelas ruas da cidade de São Paulo.

Na narrativa de Jorge Americano, a presença da população negra nos conflitos se fez de modo indireto e/ou acidental, ela pode ser reconhecida em outros momentos e dimensões. Como já aludido entre os envolvidos no *meeting* Largo Paysandu de 1892, onde havia uma Irmandade dos Homens Pretos

Enfim, segundo ele, quando houve “a questão da imigração italiana, [...] acendeu-se o patriotismo brasileiro, entusiasmaram-se os italianos, os estudantes fizeram passeatas pela cidade”⁴⁹¹.

Referindo-se a participação de Clemente José de Carvalho, “o preto que não era Leôncio”,⁴⁹² nos protestos contra os Protocolos, Jorge Americano escreveu:

Ele chamava-se qualquer nome, porém, bebendo, tinha crises de entusiasmo e ia pelas ruas dando vivas à monarquia e ao Conselheiro Leôncio de Carvalho. Por não sei que figura de gramática, ficou sendo chamado Leôncio. [...] Era noite fechada e sem luz, porque o povo quebrara os lampiões de gás. O Preto Leôncio, que estava na esquina São João – Líbero Badaró, começou um comício na esquina vazia e apavorada. [...]

⁴⁹⁰ **O Estado de São Paulo**, 24/08/1896, p. 1.

⁴⁹¹ AMERICANO, op. cit, p. 149.

⁴⁹² Importante destacar que Afonso Schmidt faz questão de identificar Clemente José de Carvalho pelo nome, esse que na crônica popular era apenas lembrado pelo nome do seu “ex-Senhor” quando do tempo do cativo. Cf. SCHMIDT, op. cit., p. 129.

O Preto Leôncio teve a perna fraturada por bala, a cirurgia encanou-a como foi possível. A perna ficou torta e Leôncio continuou a fazer comícios até morrer.”⁴⁹³

Afonso Schmidt traz outros elementos para o entendimento da passagem de Clemente Carvalho, em capítulo intitulado “O Preto que não era Leôncio”, pelos conflitos de rua do dia 23 de agosto: “Trata-se daquele pobre preto que anda por essas ruas dando vivas à Academia e repetindo tropos de discursos e frases de lições ouvidas de professores e alunos, que o tratam com simpatia.”⁴⁹⁴

Clemente Carvalho já era popular na época em que estourou os Protocolos, sendo figura ligada a remotas tradições acadêmicas do Largo São Francisco. Filho de escravos da família Leôncio Carvalho, acompanhou sempre seu “sinhô-moço”: “onde ia um, ia outro”.⁴⁹⁵ Nos conflitos do dia 23 detalha Schmidt

estava ele como sempre, de casaca cor de pinhão, chapéu amarrotado no alto da cabeça, brandindo a grossa e inofensiva bengala. Ouviu o tiroteio. Ouviu o tropel da cavalaria ladeira abaixo. Alguns arruaceiros conseguiram forçar porta do Mercadinho. Chanfalhadas, gritos e correrias. E ele ali, encostado às escadas da Rua de São João, a repetir o discurso. Depois, muitos homens subiram correndo a rua e passaram por ele. Foi quando uma sombra, embirrando talvez com a sua despreocupação em hora tão angustiosa, aproximou-se e coseu-o de facadas. A primeira nas virilhas, a segunda no ventre, seccionando um bocado do fígado.⁴⁹⁶

Sem resistir aos ferimentos, falecera no dia 26 de agosto de 1896. Prestaram-se homenagens alunos e professores da Faculdade de Direito, com quem ele teria travado relações:

cada um tinha para contar a sua anedota do preto Leôncio. Os professores, no meio da aula, lembraram-se dele e fizeram referências ao seu humilde nome. Tinha sido amigo de duas gerações de acadêmicos e professores. [...] Era uma tradição da

⁴⁹³ AMERICANO, op. cit., p. 149-150.

⁴⁹⁴ Cf. SCHMIDT, op. cit, p. 129.

⁴⁹⁵ Ibidem. A relação entre Clemente de Carvalho e Leôncio de Carvalho lembra muito aquela presente na canção de Milton Nascimento, “Morro Velho” de 1967, com a diferença que se passa na cidade, enquanto que na canção o ambiente é rural. Curiosamente, a separação dos dois amigos na canção se dá quando o filho do fazendeiro vem “ser doutor” na cidade.

⁴⁹⁶ Idem, p. 130.

Academia. Tomara parte em todas as “peruadas”⁴⁹⁷, em todas as “chopadas”, em todas as serenatas dos últimos tempos...⁴⁹⁸

Lima Sobrinho, por sua vez, menciona a repercussão das discussões parlamentares nas ruas e o incidente que levou à “morte figura popular em São Paulo, o negro Leôncio, ex-escravo do Conselheiro Leôncio de Carvalho”. Ainda segundo o autor, tal episódio motivou a esposa do Coronel José Piedade a compor uma valsa intitulada “Abaixo o Protocolo!”.⁴⁹⁹

O impacto da guerra na Abissínia no imaginário coletivo, sobretudo, entre a população negra, pode ser apreendido por meio de um jornal da imprensa negra cujo título é, justamente, *O Menelick*; fundado pelo poeta Deocleciano Nascimento. O título do jornal é uma homenagem ao *Negus* Menelick I da Etiópia que conseguiu resistir às ofensivas italianas em 1896, cujo objetivo era a expansão colonial mantendo aquele território como colônia da Itália, a exemplo do que outros países europeus fizeram em regiões da África, e que ficou conhecido como Neocolonialismo.⁵⁰⁰

O jornal paulista *O Menelick* atuava como divulgador e animador da vida cultural e social do negro, evitando tratar da situação material e dos problemas enfrentados por esse grupo. Evidentemente, esse tipo de publicação sofria do ambiente hostil que estava inserido e atuava com cautela na exposição dos problemas que demandariam uma alteração das normas e práticas adotadas na São Paulo daquele tempo.

Segundo George Andrews, avaliar a imprensa negra em São Paulo, comenta que

os artigos regularmente publicados instavam os leitores a adotar a moralidade ‘moderna’: a abandonar o álcool, o jogo e outros vícios, manter o decoro público, evitar o adultério e a vida devassa, e educar seus filhos para serem comerciantes ou profissionais respeitáveis.⁵⁰¹

⁴⁹⁷ Peruada é uma festa tradicional dos estudantes da Faculdade de Direito que acontece ainda nos dias de hoje.

⁴⁹⁸ Idem, p. 131.

⁴⁹⁹ LIMA SOBRINHO, op. cit, p. 140.

⁵⁰⁰ Cf. LINHARES, Maria Yedda. Guerras Anticoloniais: nações contra impérios. In.: SILVA, Francisco Carlos Teixeira (org.). **O Século sombrio**: uma história geral do Século XX. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

⁵⁰¹ ANDREWS, George. **Negros e brancos em São Paulo**: 1888-1988. Bauru/SP: Edusc, 1998.

Enquanto isso, para Flávio Gomes, periódicos como o paulista *A Pátria* e o gaúcho *O Exemplo* já procuravam em suas páginas denunciar humilhações e intolerâncias sofridas por negros e mulatos. A imprensa negra do pós-emancipação tinha por objetivo tanto festejar a Abolição quanto refletir a seu respeito. Em vários jornais, ainda de acordo com o autor, a condição anterior, de escravo, aparecia citada como um passado de miséria e humilhação resultante dos desmandos da sociedade escravista e da Monarquia. Mas, paradoxalmente, a referência à ignomínia da escravidão surgia mesclada às homenagens prestadas aos abolicionistas e à Princesa Isabel, a “Redentora”.⁵⁰²

Em relação ao *O Menelick*, contudo, pode-se entrever que escolher o nome daquele que frustrou os planos da Itália no que tange ao domínio colonial, naquele momento, se revestia certamente de uma dose de provocação. E como diz Jayme Aguiar, fundador, junto com José Correia Leite, do jornal *O Clarim da Alvorada*:

O Menelick foi um dos primeiros jornais associativos que surgiram em São Paulo [...]. Esse *O Menelick*, por causa da guerra da Abissínia com a Itália, teve repercussão muito grande dentro de São Paulo. Todo negro fazia questão de ler *O Menelick*.⁵⁰³

E de fato, a derrota italiana foi utilizada pela imprensa e por parlamentares como justificativa para o Brasil não aceitar um acordo diplomático com a Itália em 1896. Deste modo se expressou o deputado Enéas Martins: “é a Itália, que os abissínios estão a desmoralizar na Eritreia, que vêm nos fazer pressão a nós?”⁵⁰⁴ À derrota expansionista italiana gera um discurso nacionalista brasileiro.

Recuperar a figura pitoresca de Clemente José de Carvalho, o preto que não era Leôncio, e um pouco da história da imprensa negra, tem o intuito de tentar compreender melhor a presença da população negra da cidade de São Paulo nos conflitos de rua, e na vida da cidade como um todo. As fontes sobre os Protocolos fazem referências muitas dispersas sobre essa presença, quando

⁵⁰² Cf. GOMES, Flávio. **Negros e política**: (1888-1937). Rio de Janeiro: Zahar, 2005, p. 28.

⁵⁰³ Entrevista dada a Clóvis Moura em 15 de junho de 1975, e publicado em MOURA, Clóvis. **Imprensa negra**: estudo crítico. São Paulo: Imprensa do Estado, 2002, p. 07.

⁵⁰⁴ BRASIL. **Anais da Câmara dos Deputados**. Rio de Janeiro,

se referem aos brasileiros que tomaram parte dos confrontos usam apenas o termo “nacionais”.

Ademais, a relação entre o monarquismo desse período e a população negra na cidade de São Paulo é outro assunto que mereceria melhores esclarecimentos. Haja vista a formação da Guarda Negra, sua atuação política e posterior dissolução. Os locais onde se deram os confrontos, como Largo do Paissandu, as imediações da Rua da Consolação, nas proximidades do Bairro do Bexiga, reconhecidamente um negro e italiano, sugerem potencialidades de pesquisa que poderiam contribuir para o conhecimento da história da população negra, contribuindo assim para ampliar os debates sobre os essenciais problemas das relações raciais no Brasil contemporâneo.

Sobre os monarquistas pesaram acusações de estarem açulando os imigrantes italianos contra os nacionais, e contra as instituições republicanas. Em *O Passadiço*, Afonso Schmidt aborda também esse aspecto da questão os Protocolos Italianos:

Não era mistério para ninguém no Rio de Janeiro que influências parlamentares europeias, por motivos políticos de muita importância, tinham sido postas em jogo a favor da “Metropolitana”. Logo depois, uma espécie de “Livro Verde” foi apresentado pelo Ministro do Exterior do Brasil, à Câmara dos Deputados, em seguida a um requerimento do Sr. Medeiros e Albuquerque, representante de Pernambuco. Neste documento, vem a público uma nota do Sr. Francisco Regis de Oliveira, Ministro brasileiro em Roma, na qual, repetindo uma conversa que tivera com o Senador Barão Blanc, Ministro do Exterior, declarava que o próprio Ministro lhe havia proposto “a renúncia das questões que implicavam a soberania territorial brasileira na reclamação dos italianos presos suspeitos de anarquistas, para ser resolvida a questão Caminada-Nicosia e isso – esclarecia o Ministro do Exterior da Itália “e isso por motivos de alta conveniência política e parlamentar”. Estamos, pois, em luta com grandes forças que desconhecemos. E a mesma nota, mais adiante, registrava outra declaração do mesmo Ministro do Exterior. Disse S. Exa.: “O governo italiano conta com o apoio do governo brasileiro para por fim de uma vez para sempre a esta indústria de reclamações italianas...”⁵⁰⁵

É importante lembrar que em 12 de janeiro de 1896 apareceu o manifesto monarquista no *Jornal do Comercio*, assinado por Ouro Preto, João Alfredo, Lafayette Rodrigues Pereira, Domingos de Andrade Figueira e Carlos Afonso de Assis Figueiredo, que compunham o diretório monarquista. O

⁵⁰⁵ Idem, p. 70.

documento foi redigido por Joaquim Nabuco, mesmo que em tom moderado, afirmava que

cada vez mais firmes em nossas crenças políticas, com as quais o Brasil fez tudo de bom e honroso, parecerá que nos move a propaganda monárquica. Dessa propaganda não cogitamos. Quem a faria é a mesma república; é a evidência dos fatos; é a força da verdade.⁵⁰⁶

Assim, em 1896 o movimento monarquista investia na propaganda, crescendo aos olhos dos defensores do regime republicano mais uma nova ameaça.

Uma charge em vários quadros, publicada na *Revista Ilustrada*, apresentou uma interpretação dos eventos decorridos em agosto de 1896. Assim, o diabo, conforme as tradições de S. Bartolomeu, tem andado às soltas provocando “as cenas de S. Paulo e daqui [Rio de Janeiro] que iam redundando em grossa e injustificável pancadaria”, mas como a motivação era sobrenatural, se esperava que, passando aquele estado de excitação, as coisas se normalizassem. E, de fato, apenas lembranças e ressaca. Era mesmo quase que como um Carnaval fora de época, na alusão do periódico.

Entre as lembranças que ficaram a charge “lembra” o episódio de um homem em trajes de mulher desferindo golpes covardemente.

⁵⁰⁶ NABUCO, Joaquim. **Diários**. Volume 2: 1889-1910. Rio de Janeiro: Editora Bem-Te-Vi; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2005, p. 109.

Figura 3 - Fonte: Revista Ilustrada, setembro de 1896, p. 4.

Assim, no quarto quadro, vê-se um homem vestido de mulher que apunha, pelas costas, uma figura feminina, logo identificada como a personificação da República, Mariane. Além do barrete frígio, na mão direita ao

invés da lança, como na figura clássica, porta a bandeira nacional⁵⁰⁷. Por sua vez, os trajes femininos usados pelo homem fazem referência ao regime monárquico: o chapéu tem formato de coroa, tendo, inclusive, uma cruz no topo. A Revista Ilustrada, por meio desta composição gráfica, reforçou a interpretação segundo a qual foram os monarquistas que insuflaram a população na questão dos Protocolos, no intuito de desestabilizar a República, objetivando, no fim, sua morte. Travestido com símbolos da “Monarquia”, como o chapéu em forma de coroa, o agressor apunhalou, pelas costas, a “República”.

Sem demora, em poucos dias descobriu-se a identidade do agressor. Tratava-se de um italiano chamado Carlos Anildo, de 19 anos, empregado do Hotel Farol, à Rua da Estação, que morava sozinho num quarto de cortiço no Pari. Na noite de 23 de agosto, Anildo teria atacado com um punhal quatro estudantes da Faculdade de Direito, que participavam das manifestações de rua. Eram eles: José Xavier Pinheiro, Odorico Américo Leite, João Aristides e Gumercindo Rosas, esse último também repórter do *Correio Nacional*.

Afonso Schmidt oferece uma explicação psicológica para a agressão:

Anildo sentou-se entre eles, pediu aguardente com abutua⁵⁰⁸ e desembuchou, com a inconsciência de um estreante, toda a façanha.

– Estão vendo esta mão? Pois com ela espetei três. Se eles não são de pedra e cal, já devem estar no cemitério da Consolação!

Os três homens ficaram perplexos com a sua façanha. Mas Anildo estava com exaltada admiração por si mesmo. Chegava a ambicionar a prisão, para os jornais publicarem a notícia, para mostrar ao barbeiro Leitão, ao lojista Maluf e a todos os seus desafetos que ele não era um pobre diabo, um maricas, uma mosca-morta, como diziam. Seria dali por diante, um homem valente, como aqueles que, à noite, trocavam facadas nas esquinas. Já era um valente. E resplandecia de orgulho. [...]

⁵⁰⁷ Segundo José Murilo de Carvalho, “a figura feminina passou a ser utilizada assim que foi proclamada a República [francesa], em 1792. A inspiração veio de Roma, onde a mulher já era símbolo da liberdade. O primeiro selo da República trazia a efígie de uma mulher de pé, vestida à moda romana, segurando na mão direita uma lança, de cuja ponta pendia um barrete frígio. A mão esquerda segurava um feixe de armas. Um leme completava a simbologia. O barrete frígio identificava os libertos na antiga Roma; o feixe de armas indicava a unidade, ou fraternidade; o leme, o governo; a lança, arma popular por excelência, era a presença do povo no regime que se inaugurava. A mulher também apareceu em alegorias vivas, como na Festa do Ser Supremo, em 1794, em que a liberdade foi representada por uma jovem. Na Praça da Revolução, uma estátua da liberdade em forma de mulher presidia às execuções na guilhotina. Era uma figura de pé, barrete frígio na cabeça, lança na mão direita.” CARVALHO, José Murilo de Carvalho. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 75-76.

⁵⁰⁸ Planta medicinal.

Essa é a história do pobre diabo como ele mesmo contou na polícia e como os jornais do dia seguinte, resumidamente, a repetiram. Procurei nos números que se seguiram, mas eles não faziam nova menção do seu nome. E Carlos Anildo caiu no esquecimento, dessa vez para sempre.⁵⁰⁹

Esse episódio tragicômico também foi noticiado pelo *Correio Nacional*, de 28 de agosto: “um italiano vestindo saias dava vivas ao Brasil e, conseguindo iludir alguns populares, vibrou três punhaladas no brasileiro José Xavier Pinheiro”.⁵¹⁰ Nenhuma menção, no entanto, ao autor das agressões.

Mas, como que para amainar os ânimos, teve lugar a inauguração do bonde elétrico sobre os Arcos da Carioca, na Lapa, Rio de Janeiro. Obra que indicava o caminho inexorável do Brasil rumo à modernidade, apesar das muitas contradições do processo. E, por fim, a Gazeta dá “uma lição” no Suplemento Literário *O Filhote* por escrever artigos atacando os Protocolos, quando o momento, segundo o jornal, era de condescender.

A despeito do clima conturbadíssimo, vozes dissonantes na colônia italiana também se fizeram ouvir durante as discussões dos Protocolos italianos. Assim, um membro da colônia, assinando como “Un reduce delle Patrie Battaglie”, chamou a atenção dos italianos para o fato de que, caso aprovadas as reclamações, seria a colônia Italiana quem arcaria com as indenizações:

Saibam depois os italianos daqui que é no interesse próprio de não promover, nem apoiar reclamações, nem mesmo simpatizar com as alheias. O dinheiro que (assim não o seja!) o governo brasileiro pagará em virtude da muita graxa que foi atirada pelos interessados sobre as rodas do mecanismo internacional, será pela colônia muito injustamente, porém inevitavelmente, paga – tostão por tostão, vintém por vintém. O operário inocente, o agricultor honrado e trabalhador pagarão até o último *soldo*. Bem desejaríamos que todos os brasileiros tivessem a calma precisa para não responsabilizar toda a colônia, dos desmandos de poucos especuladores!⁵¹¹

No sexto capítulo de *O Passadiço*, Schmidt ocupa-se dos conflitos de rua em que o “Sobradão do Piques” aparece como palco principal.

⁵⁰⁹ SCHMIDT, op. cit, p. 91.

⁵¹⁰ *Correio Nacional*, 28/08/1896, p. 1.

⁵¹¹ Un reduce delle Patrie Battaglie. In: Publicações a pedido. *Gazeta de notícias*, 06/03/1895, p. 3.

[...] Seus habitantes [do Sobradão do Piques] eram, na maioria, colonos chegados do Interior, preferindo as agruras da Capital à vida pautada das fazendas. Eram, geralmente, homens fortes, que já tinham feito serviço militar em sua terra. Muitos procediam da Argentina, onde tinham participado de montoneras, mazorcas e arruaças. Era fácil distingui-los pelo excêntrico traje que traziam dos pampas. Chegando ao Brasil, metiam-se em aventuras para ressarcirem o tempo perdido nas ganadeiras, ou nos velhos bairros de Buenos Aires. Esses homens, chegados do Prata, tinham o diabo no corpo. Entre eles, havia alguns que enveredavam pela carreira do crime. Mostravam-se exímios na faca, hábeis no manejo das armas de fogo. Citavam-se mesmo oficiais tismados pelo sol da Líbia. Foi pois, essa gente que, levada pelos maus conselhos dos asseclas do monarquista Conde Brichanteau, tomou armas e dispôs-se a lutar não se sabe contra quem.⁵¹²

A referência a italianos vindos da Argentina entre os que tomaram parte dos conflitos de rua, aludido acima, encontra-se também no opúsculo de Ausonio Latini. Para este, o passo em falso do Governo federal, no que tange a imigração, foi ter recebido italianos vindos da Argentina: “insime alcuni scarsi elementi buoni ed utili, tutti i vinti, tutti i deviati, tutti i desocupati e gl’inetti che la rivoluzione del 1890 aveva abbandonato alla loro sorte”.⁵¹³

Resultando, neste proceder, continua Latini, ao Brasil

lunga serie di danni incalco labili; e l'Italia il pregiudizio Che arrecavano al suo nome, al suo decoro e agl'interessi collettivi delle sue colonie in Brasile, le impazienze, la nevrosi, i costumi depravati dei reduci da Buenos-ayres e da Montevideo, dopo la mirabolante illusione di quella fosforescenza che fece del Rio della Plata per alcuni anni l'Eldorado realizzato di Voltaire.⁵¹⁴

Ao que se depreende da leitura do opúsculo, Latini era defensor do Brasil como destino dos emigrantes italianos, exagerando nas críticas que faz à Argentina e ao Uruguai. De todo modo, expressa a concorrência entre o Brasil, Argentina e Estados Unidos na atração de emigrantes para seus países, com partidários de cada lado. Segundo Maria Teresa Petrone, se a Abolição da escravidão e a proclamação da República atraíram mais imigrantes ao país, na medida em que se esperava uma consequente onda de modernização, a

⁵¹² SCHIMIDT, op. cit., p. 76. Latini refere-se à Revolução do Parque ocorrida em Buenos Aires, Argentina, em 1890.

⁵¹³ LATINI, op. cit., p. 9.

⁵¹⁴ Ibidem.

recessão econômica vivida nos Estados Unidos e na Argentina no começo de 1890 também contribuiu para tornar o Brasil mais atraente.⁵¹⁵ A imigração para o Brasil repousou no discurso do progresso e da modernidade, fruto da expansão econômica advinda da projeção do café no mercado internacional.⁵¹⁶

Mesmo assim, como se sabe, Estados Unidos e Argentina receberam número muito superior de imigrantes, em termos absolutos, do que o Brasil. Nos Estados Unidos, por exemplo, entre os anos de 1905 a 1907 entraram, anualmente, mais de um milhão de imigrantes. Enquanto que o Brasil recebeu, no período de 1890 a 1929, um contingente de 3.523.591 imigrantes, conforme as cifras apresentadas por Arthur Neiva e J. Fernandes Carneiro e corroboradas pela autora. Sendo que

na década de 1900, a crise cafeeira gerada pela superprodução, o Decreto Prinetti (1902) proibindo a emigração subsidiado de italianos para o Brasil e a recuperação econômica da Itália fizeram cair o número de imigrantes. Os Estados Unidos e a Argentina, entrando em fase econômica mais favorável, passaram a atrair maior número de imigrantes.⁵¹⁷

Outro argumento em defesa da emigração para o Brasil, em contraposição aos Estados Unidos ou aos países na região da Bacia do Prata, encontra-se em artigo publicado pelo advogado italiano Gustavo Gavotti, no jornal *Paese* de Nápoles, em resposta a outro, hostil ao Brasil, que teria saído no *Opinione*.

Segundo Gavotti, se perguntassem a ele qual o destino mais útil ao emigrante italiano e à Itália, não hesitaria em responder o Brasil, e assim se justificou:

E di vero in questo ultimo Stato l'emigrante italiano – specialmente se agricoltore – é beneviso ed accolto con riguardi fraterni, mentre nel Nord America da quelle autorità si cerca ogni pretesto per respingerlo

⁵¹⁵ PETRONE, op. cit., p. 111. O catolicismo no Brasil foi outro elemento importante na atração de emigrantes italianos, enquanto na Argentina o republicanismo teve maior impacto na escolha dos emigrantes que para lá partiram. Cf. TRUZZI, Oswaldo. **Italianidade no interior paulista: percursos e descaminhos de uma identidade étnica (1880-1950)**. São Paulo: Editora Unesp, 2016, p. 34.

⁵¹⁶ MENEZES, op. cit., p. 64.

⁵¹⁷ Ibidem.

o rifiutarlo, oltre che i salarii al Brasile sono più elevati che nelle dette altre regioni.⁵¹⁸

Além disso, e talvez mais importante:

Quali sono i prodotti propri del suolo Platense e Nord Americano? Grano, grano turco, fagioli, biada, olio, vinno, ecc., insomma tutti gli stessi generi prodotti dal nostro suolo. [...] Così non è dell'emigrazione pel Brasile, i cui prodotti, caffè, zucchero, cação, cotone, guttaperca, medicinali, legnani, ecc., sono esclusivi di quello Stato.⁵¹⁹

Ademais, fica evidente que o fenômeno da imigração expressa uma realidade ampla e complexa, onde se integram condições econômicas, políticas, sociais e culturais, além de climáticas.

Ao final dos conflitos de agosto, o total de feridos, registrado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, foi de trinta e três feridos leves, quatro feridos graves e três mortos. Dos feridos, dezoito eram brasileiros, vinte italianos, um espanhol e um austríaco. Foram presas 115 pessoas que teriam participado direta ou indiretamente dos acontecimentos.⁵²⁰ Em Sabará, onde também houve conflito, foram presos quatorze italianos e mortos dois; os conflitos teriam começado após um grupo de italianos atacar um destacamento policial.⁵²¹

A cidade do Rio de Janeiro, palco de conflitos, conferências públicas, motins, manifestações políticas suscitavam problemas difíceis para os “homens novos”. Era necessário evitar o excesso de “povo” na política; a solução foi firmada na Constituição de 1891, que previra a construção de uma nova capital republicana no planalto de Goiás. Machado de Assis revoltou-se contra o ato, atribuindo-o à cupidez inconsequente da nova elite arrivista:

Sim, não houve movimento [...] a própria cidade do Rio de Janeiro não reclamou nada, quando se discutiu a Constituição, não levou aos pés do legislador o seu passado, nem o seu presente, nem o seu provável futuro, não examinou se as capitais são ou não obras da

⁵¹⁸ GAVOTTI, Gustavo. L'emigrazione e la stampa italiana. In.: *Revue Du Brésil*, Paris, v. 1, n. 1, Nov. 1896, p. 15.

⁵¹⁹ Ibidem.

⁵²⁰ Cf. *O Estado de S. Paulo*, 24/08/1896, p. 1.

⁵²¹ Cf. *O Estado de S. Paulo*, 27/08/1896, p. 2.

história, não disse coisa nenhuma; comprou debêntures, que eram os bichos de então.⁵²²

Entre as grandes reivindicações dos deputados brasileiros estava de que reclamações ou casos envolvendo estrangeiros fossem estritamente decididos por Tribunais de Justiça brasileiros. Nesse sentido, o julgamento de Ângelo Longaretti é exemplar do pouco comprometimento com o ordenamento jurídico, quando o caso envolve membros das camadas abastadas da sociedade brasileira.

3.4 Uma “surpresa agradável”

Após os conflitos de rua ocorridos na capital do Estado de São Paulo, a posição da Câmara mudou radicalmente, a começar pelo deputado Francisco Glicério, “padrinho dos protocolos”:

Sr. Presidente, eu estava convencido de que a 3ª discussão do projeto que aprova o protocolo ítalo-brasileiro correria, como as anteriores, sob a ação exclusiva das impressões do debate parlamentar.

As ocorrências, porém, havidas na Capital de um dos Estados da União, de que o Poder Executivo teve conhecimento oficial, que a imprensa tornou públicas, e de que a Câmara tem informação exata, determinam, segundo sinto, profunda modificação na nossa atitude.

Refiro-me às ocorrências havidas na Capital do Estado de S. Paulo, em que interveio o representante consular do reino da Itália.

Nestas condições peço licença à Câmara para vir pedir-lhe, sem mais discussão, a rejeição do projeto. (*Bravos; aplausos prolongados, o orador é vivamente cumprimentado por todos os seus colegas.*)⁵²³

Havia, sem dúvida, certo pendor teatral ao tratarem da questão dos Protocolos. Assim, em arroubos nacionalistas Chagas Lobato congratulou a decisão da Câmara, em termos de um salvamento da “Alma brasileira”:

Sr. Presidente, é solene o momento.

A Alma brasileira, surgindo de um mar de tristezas que se achava afogada, está cheia de regozijo. (*Muito bem.*)

⁵²² ASSIS, Machado. A Semana, 7/4/1896 apud SEVCENKO, Nicolau. A capital radiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In. SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil**: República: da Belle Époque à Era do rádio. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 617-619.

⁵²³ BRASIL. **Anais da Câmara dos Deputados**. Sessão de 24 de agosto de 1896, p. 485.

Pois bem, Sr. Presidente, em nome da Pátria, cuja dignidade a Câmara acaba de salvar (*Muito apoiado; muito bem; muito bem.*) peço que, uma vez feito o expediente, se levante a sessão em sinal de regozijo. (*Muito bem, muito bem.*)⁵²⁴

Segundo o jornal *Commercio de São Paulo*, a recusa do projeto foi *uma surpresa e (coisa rara, tratando-se de uma surpresa deste regime tão fértil delas) essa surpresa foi agradável.*⁵²⁵

A reprovação do projeto dos Protocolos levou o governo italiano a suspender, temporariamente, a emigração para o Brasil, ordenando o retorno de seus cônsules. Na Itália, parte da imprensa passou a promover campanha contra o Brasil, exigindo, por sua vez, a suspensão definitiva da emigração, pedindo a volta dos representantes consulares aqui estabelecidos. Assim, em 29 de agosto de 1896, o *Fanfulla* noticiava a interrupção do fluxo migratório para o Brasil.⁵²⁶

Outras explicações foram oferecidas pela imprensa da época. Segundo o jornal monarquista, *Auctoridade*, o projeto foi rejeitado por pressão do Club Militar:

sustentados estes pelo líder da Câmara, Glicério, que como é sabido, é quem governa o Brasil, passou o projeto em duas discussões. Felizmente, graças a intervenção de um poder contra o qual o imenso poder de Glicério é nulo, foram os protocolos rejeitados. O Club Militar intimou a Glicério a mudar de opinião.⁵²⁷

A interpretação do *Auctoridade* pode ser mais bem entendida quando se considera que para a execução de seu projeto de poder, o “sonho presidencial”, Glicério não podia desavir-se com seus aliados militares, já que não contava mais com o partido paulista e sua máquina eleitoral.⁵²⁸

⁵²⁴ BRASIL. **Anais da Câmara dos Deputados**. Sessão de 24 de agosto de 1896, p. 485.

⁵²⁵ **O Commercio de São Paulo**, 28/8/1896, p. 1.

⁵²⁶ Cf. CONSOLMAGNO, op. cit., p. 214.

⁵²⁷ **Auctoridade**, 27/09/1896, p. 1.

⁵²⁸ Cf. FAORO, op. cit., p. 633.

Hipótese para o desfecho desta votação foi dado em entrevista concedida a Luiz de Castro por Nilo Peçanha, e publicada na Gazeta de Notícias. Ao ser inquirido sobre acordo entre Glicério e o governo para rejeitar o tratado, o deputado fluminense declarou:

não houve acordo com o general Glicério, [pois] que ele fundamentou o seu ato e a evolução da maioria parlamentar, nos conflitos de S. Paulo, e nas responsabilidades do Sr. Conde de Brichanteau, cujo *exequatur* não foi entretanto até agora cassado pelo governo.⁵²⁹

O comportamento do Conde de Brichanteau foi condenado, e pedido seu afastamento dos serviços consulares em São Paulo. Ao final do processo diplomático, ele foi substituído pelo cônsul italiano em Buenos Aires.⁵³⁰

Essa reprovação dos Protocolos levou o governo italiano a suspender, temporariamente, a emigração para o Brasil. Na Itália, parte da imprensa passou a promover campanha contra o Brasil, exigindo, por sua vez, a suspensão definitiva da emigração, pedindo a volta dos representantes consulares aqui estabelecidos. Assim, em 29 de agosto de 1896, o *Fanfulla* noticiava a interrupção do fluxo migratório para o Brasil.⁵³¹

3.5 Novo acordo, novo projeto: desfecho da questão na Câmara dos Deputados

Ao término das três discussões, a Câmara decidiu por rejeitar o projeto, movida pelo calor dos acontecimentos que tiveram palco em São Paulo e no Rio de Janeiro, capital federal. Contudo, a questão ainda estava em aberto. A Itália permaneceu pressionando o Governo Federal no sentido de resolver a

⁵²⁹ **Gazeta de Notícias**, 05/09/1896, p. 2.

⁵³⁰ Cf. **O Commercio de São Paulo**, 20/11/1896, p. 1. O *Commercio* de São Paulo ironiza, através de nota de jornal romano, o fato de que removido da frente do Consulado Italiano em São Paulo, o conde de Brichanteau foi, na realidade, promovido.

⁵³¹ Cf. CONSOLMAGNO, 1993, p. 214.

questão. A chegada de ministro plenipotenciário, Renato de Martino, em vaso de guerra, teve o efeito, como desejado, de demonstrar força, mais do que de usá-la efetivamente.

O expediente utilizado para resolver definitivamente a questão foi a elaboração de novo acordo, em 19 de novembro de 1896, e o consequente envio de novo projeto, de número 182, à Câmara dos Deputados, com vistas a dar termo ao conflito.

Eis os termos do acordo:

Os governos do Brasil e da Itália, reconhecendo a dificuldade de se entenderem sobre o mérito de algumas das reclamações italianas que, parecendo a uma das partes injustas e à outra justa, foram objeto de discussão, convêm em que sejam liquidadas mediante um só ato, que não importará abandono, por parte deles, dos princípios que têm sustentado, e para esse fim o Ministro de Estado das relações exteriores do Brasil e o Enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de S. M. o Rei da Itália, abaixo assinados, devidamente autorizados pelos seus governos, têm estipulado do seguinte:

1.º O ministro de Estado das relações exteriores da República dos Estados Unidos do Brasil pagará logo que o presente acordo for aprovado pelo Congresso Nacional, ao representante do Real governo da Itália, a soma de 4.000:000\$000 em moeda corrente;

2.º Com o pagamento desta soma fica o governo brasileiro livre de toda a intervenção do governo italiano pelas reclamações apresentadas até a data do presente acordo pela regia legação da Itália no Brasil, ao ministro federal das relações exteriores, de modo que por nenhum caso ou razão possa essa reclamação ser de novo apresentada ou sustentada;

3.º O governo italiano ficando único e exclusivo juiz da validade das reclamações terá plena e ilimitada faculdade de distribuir a dita soma por sua própria conta e a seu agrado, sem a condição do governo brasileiro entrar no exame do modo da distribuição das ditas reclamações que foram ou não admitidas à indenização.;

4.º Se alguma [sic] reclamante recusar-se à indenização que lhe for atribuída pelo governo italiano, a soma recusada será restituída ao Tesouro da República e o reclamante conservará o direito de recorrer ao competente tribunal, brasileiro, bem entendido, sem qualquer ulterior intervenção do governo de S. M. o Rei da Itália;

5.º O governo de S. M. o Rei da Itália já deu a sua aprovação ao presente acordo e o governo da República o submete à aprovação do Congresso Nacional na sua atual sessão.

Feito e assinado em dois exemplares, cada um deles escrito nas línguas portuguesa e italiana, na cidade do Rio de Janeiro aos dezanove de novembro de mil oitocentos e noventa e seis – L. S. – Dionysio Evangelista de Castro Cerqueira . – L. S. R. De Martino.

Na primeira cláusula, as reclamações italianas seriam satisfeitas com a soma de 4.000:000\$000, ficando livre o governo brasileiro, conforme a segunda cláusula, das reclamações apresentadas até a data, valor bem inferior aos 30.000:000\$000 calculados pelos deputados para satisfazer às reclamações

italianas.⁵³² Salvo no caso do reclamante recusar a quantia destinada pela Itália, que passa a ter liberdade de decidir quais reclamações atender, e a quantia distribuir. Nesse caso, o governo italiano devolveria o dinheiro Tesouro da República, e o reclamante poderia submeter junto ao tribunal brasileiro, sua reclamação.

Diante dos novos termos para solucionar as reclamações italianas, em 24 de novembro de 1896, a pedido de Francisco Glicério a ordem do dia da Câmara foi interrompida para dar início à discussão do projeto sobre o “acordo italiano”. O requerimento foi votado, e concedido, em “caráter de urgência”. Assim, “consultada a Câmara se a matéria é de urgência tal que deve interromper a Ordem do dia, a Câmara decide pela afirmativa”. Salta aos olhos a pressa em aprovar este novo acordo.⁵³³

Não obstante os protestos de Mata Machado, com relação à votação de um projeto que não estava na ordem do dia, ferindo deste modo o Regimento da Casa, o projeto de numero 182 foi aprovado, em 1ª discussão, sem debate; cujos artigos são:

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1º – Fica aprovado o acordo firmado em 19 de novembro de 1896 com o ministro de Sua Majestade o Rei da Itália sobre as reclamações italianas.

Art. 2º - Para execução do pacto aludido é o governo autorizado a abrir os créditos necessários.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.⁵³⁴

Em seguida, Albuquerque e Medeiros solicitou ao Presidente da Câmara que consultasse a “Câmara se consente que o projeto n. 182 entre imediatamente em 2ª discussão e, se esta for encerrada hoje mesmo, se permite que seja amanhã a 3ª discussão”.⁵³⁵ O requerimento foi aceito e, em segunda discussão o projeto aprovado. Praticamente sem debate, excetuando a fala do deputado Matta Machado, e um aparte de Belisário de Souza.

⁵³² BRASIL. **Anais da Câmara dos Deputados**. Sessão de 25 de novembro de 1896, p. 410.

⁵³³ BRASIL. **Anais da Câmara dos Deputados**. Sessão, 24 de novembro de 1896, p. 400.

⁵³⁴ Ibidem.

⁵³⁵ Ibidem.

O deputado Matta Machado reiterando seu protesto, acrescentou que

Sobre a matéria do projeto em discussão direi pouco limitando-me antes a felicitar o governo e o Sr. Ministro do Exterior pela vitória brilhante, que acabam de alcançar.

Basta o bom senso popular para estabelecer a comparação entre os protocolos, que aqui rejeitamos e este, que agora é submetido a nossa aprovação. (*Apoiados.*)

Felicito ainda, Sr. Presidente, o Brasil e a Itália por esta vitória esplendida da diplomacia de ambos os países. Felicito o honrado ministro do Exterior, que ainda novel na diplomacia, acaba de conseguir tão assinalada vitória e felicito principalmente a nossa pátria por ter visto repellido o princípio dos protocolos, que esta Câmara unanimemente rejeitou.

Apesar do clima de confraternização diante do “novo” acordo, alguns deputados se manifestaram criticamente. Entre eles, o deputado Augusto de Freitas, que não havia usado da palavra durante as discussões anteriores. Segundo o deputado, o novo acordo passava em “charola” pela Câmara, dada à precipitação com que “assunto de tal gravidade era aprovado em um só dia em duas discussões, sem uma palavra sequer se levantar para defendê-lo ou atacá-lo”.⁵³⁶

“Tanto ele se impunha à consciência nacional”, atacou o deputado Coelho Lisboa. Questionou então o deputado Freitas: “Para que dizer à consciência nacional? Isso de consciência nacional é alguma coisa de superior a nós todos. Ninguém se suponha mandatário com poderes tão absolutos assim”. Defendeu o deputado que ficasse assentado que o governo não resolveu a questão, como o orador acredita que poderia ter sido feito, “depois daquela manifestação enorme havida por ocasião das discussões dos últimos protocolos”. O grande erro foi, desde o início, o governo aceitar a incumbência de resolver diplomaticamente um pleito, uma questão, que, por sua natureza, era em essência judiciária.⁵³⁷ Além disso, a quarta cláusula do acordo, em que rezava da possibilidade de o reclamante não aceitar a indenização decidida, era porta aberta.

⁵³⁶ BRASIL. **Anais da Câmara dos Deputados**. Sessão de 25 de novembro de 1896, p. 413.

⁵³⁷ De fato, a arbitragem é uma “via jurisdicional, não-judiciária, de solução pacífica de litígios internacionais”. Cf. REZEK, op. cit., p. 352.

para essas questões virem mais tarde a serem[sic] decididas pelos tribunais judiciais, fixando o árbitro uma quantia que ninguém pode alcançar até onde irão as indenizações devidas; não é firmar um protocolo que mereça as saudações da nação.⁵³⁸

Em suma, os que combateram os protocolos, Nilo Peçanha e Medeiros e Albuquerque à frente, colocaram a questão, não no terreno do direito; mas, sobretudo, no ponto de honra e dos brios nacionais ofendidos e menoscabados pelo governo de Prudente de Moraes. Após uma trajetória tortuosa e polêmica, o acordo foi aprovado na Câmara dos Deputados e, logo em seguida, encaminhado à apreciação do Senado Federal.

3.6 Os Protocolos no Senado: o injusto federalismo, em nome da “liberdade do progresso”.

Em 28 de novembro de 1896, foi apresentado ao Senado Federal proposição em três artigos que propunha a aprovação do Acordo firmado entre o ministro italiano e o governo federal sobre as reclamações italianas e autorizando o Governo brasileiro abrir os créditos necessários.⁵³⁹

Em 03 de dezembro, o Senador Severino Vieira, após a segunda discussão em que foram aprovados os artigos, solicitou dispensa do interstício previsto no regimento, sendo antecipada para a próxima sessão a terceira e última discussão do acordo.⁵⁴⁰ E, em 04 de dezembro “entra em discussão e é sem debate aprovada e, sendo adotado, vai ser submetido à sanção presidencial”.⁵⁴¹

Apesar da facilidade com que foi aprovado o acordo no Senado, vindo de várias sessões tumultuadas na Câmara, e talvez por isso, durante as três

⁵³⁸ BRASIL. **Anais da Câmara dos Deputados**. Sessão de 25 de novembro de 1896, p. 413.

⁵³⁹ BRASIL. **Anais do Senado Federal**. Sessão de 28 de novembro de 1896, p. 146.

⁵⁴⁰ BRASIL. **Anais do Senado Federal**. Sessão de 03 de dezembro de 1896, p. 212.

⁵⁴¹ BRASIL. **Anais do Senado Federal**. Sessão de 04 de dezembro de 1896, p. 223.

discussões necessárias à aprovação dos protocolos temas ligados à imigração subvencionada, ou oficial como denominavam os Senadores, que agitavam, desde os anos de 1892, pelo menos, aquela Casa, e que, segundo o senador Vicente Machado, favoreciam indevidamente o estado de São Paulo.

Assim, em 1892, o senador Ramiro Barcelos apresentou projeto com o fim de reorganizar o serviço de colonização no país. Entendia o senador que “gasta-se muito mais do que antes com o serviço de colonização e imigração e tira-se muito menor proveito”. Esta situação era gerada pelo “sistema da introdução de imigrantes a tanto por cabeça”, sendo que

nenhum escrúpulo há, por parte dos contratadores, na escolha dos indivíduos que para aqui mandam, e pelos quais ganham um tanto por cabeça, como já disse, motivo pelo qual, para tirar lucros mais rapidamente e enviar maior número possível de imigrantes, não só deixam de ter esse escrúpulo de escolha, como até são favorecidos nos estados de emigração, pela própria polícia da localidade, desejosa de se ver livre de grande quantidade de perturbadores da ordem, de gatunos e de anarquistas [...] de indivíduos viciados que, vindo para o Brasil, praticam atos reprovados, criando para a polícia dificuldades, que não existiam antes de semelhante sistema.⁵⁴²

Aliado ao argumento da moralização da corrente imigratória havia ainda argumento que condenava o sistema porque acrescia a circunstância de que sendo o serviço federal, concorriam igualmente para ele todos os estados da União, embora unicamente fosse organizado por três ou quatro estados, que eram seus beneficiários.⁵⁴³ Os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná eram textualmente citados como os estados beneficiados. Esse argumento, como se verá, será novamente utilizado durante a discussão dos Protocolos Italianos.

No intuito de resolver tal estado de coisas, o senador propôs que

o meio mais profícuo de evitar os inconvenientes, por todos sentidos, era entregar a colonização à iniciativa individual, fazendo com que os capitalistas particulares se interessem por este serviço, de modo que, tendo a defender interesses reais, interesses seus, eles tivessem

⁵⁴² BRASIL. **Anais do Senado Federal**. Sessão em 27 de agosto de 1892, p. 99.

⁵⁴³ Cf. Idem, p. 100.

necessidade extrema e absoluta de cuidar na qualidade dos colonos que introduzissem no país.⁵⁴⁴

No ano seguinte, em 1893, o senador Manuel Vitorino, ironicamente, comentou o paradoxo de que São Paulo, “deslumbrando-nos com as suas riquezas, não dá, pede; e a União abafando-nos com a sua pobreza e má situação financeira, não pode, dá”.⁵⁴⁵

S. Paulo é forte, é pujante, não há dúvida; dos paulistas tem-nos vindo o exemplo do amor ao trabalho, da luta pelo progresso. Mas a população paulista deve procurar levantar do estado de S. Paulo essa desconfiança de que ele é mais apologista de seus interesses do que dos interesses da União. Próspero e rico como é, esse estado não deve deixar que se diga que monopolizou o Ministério da Agricultura e que continua a despender somas enormes da União com o serviço da imigração, a ponto de esgotar quase a verba votada para ela.⁵⁴⁶

Sobre a emigração italiana, o senador Elyseu Martins recuperou o argumento de Ramiro Barcelos, qual seja, do “pouco escrúpulo que tem havido da parte dos agentes oficiais ou oficiosos que promovem a emigração da Itália para o Brasil”, em que o recrutamento, acrescentou com falsa pudicícia, “se exerce, de ordinário, nas ruas, nas praças e até nas casas de correção das cidades populosas”.⁵⁴⁷

Além disso, “os italianos, sobretudo, não há negá-lo, não só não prestam à grande lavoura os serviços de que ela necessita, como ainda trazem ao nosso país fermentos deletérios, que devemos evitar.”⁵⁴⁸

O senador leu um artigo de autoria de escritor italiano que congratulava o país pelo “fato auspicioso da progressiva diminuição da estatística criminal”.

⁵⁴⁴ Ibidem. O projeto foi assinado por Ramiro Barcelos, Saldanha Marinho, Raulino Horn, Luiz Delfino e Amaro Cavalcanti.

⁵⁴⁵ BRASIL. **Anais do Senado Federal**. Sessão de 30 de maio de 1893, p. 226.

⁵⁴⁶ Ibidem.

⁵⁴⁷ BRASIL. **Anais do Senado Federal**. Sessão de 06 de Junho de 1893, p. 275.

⁵⁴⁸ Ibidem.

A causa disso, ainda segundo o escritor italiano, “é a grande emigração, que tem havido para a América do Sul!”.⁵⁴⁹

Como solução, aponta a emigração asiática, baseando em posição de Moura Brasil, exposto no *Jornal do Commercio*, sobre o assunto. Para o senador, “esses trabalhadores” custariam menos do que se pagava por uma família de emigrantes europeus.

O agricultor mandará um emissário de sua imediata confiança fazer o engajamento por meio de contratos por tempo de três a cinco anos, correndo com as despesas desse emissário; o Estado pagará as despesas de passagens, como já faz ao imigrante europeu, uma vez verificada a procedência do engajado, que deve ser tirado das províncias agrícola [sic] do império Chinês ou Japonês, a sua robustez e consequente aptidão para o trabalho.⁵⁵⁰

Tal proposta vinha atender ao problema, segundo o senador Elyseu Martins, dos “males que nos têm resultado da imigração europeia”. Dando um aparte, o senador Aristides Lobo asseverou que o “defeito é dos fiscais da imigração”.⁵⁵¹

Registre-se a presença de Amaro Cavalcanti no debate. O senador, ao falar em defesa de projeto que apresentara com o fim de incorporar a “classe de obreiros” da Imprensa Nacional como parte integrante do mesmo, “para todos os favores, deveres e direitos”, abordou a questão operária. Declarar-se “inimigo do operário, quando ele recorre aos meios violentos”, referindo-se evidentemente ao movimento anarquista, mas “amigo do operário e ao lado dele toda a vez que pelos meios pacíficos, por meio da lei, ele quiser melhorar a sua sorte, as suas condições; e este projeto é uma prova disso”, bastou para que entre seus colegas acusassem-no de “pregação de doutrinas perigosas e açulamento das paixões socialistas”.⁵⁵²

⁵⁴⁹ Ibidem.

⁵⁵⁰ Idem, p. 276.

⁵⁵¹ Ibidem.

⁵⁵² BRASIL. **Anais do Senado Federal**. Sessão de 21 de junho de 1893, p. 67.

Ainda em defesa da imigração chinesa saiu o senador Manoel Vitorino. Para ele o imigrante chinês era uma “questão de vida” para a lavoura do norte, porque esta não possuía os recursos necessários, que lhe davam “direito de escolher”. Pouco claro ficou esta definição de direito de escolha, de qualquer modo, ao contrapor aos argumentos oriundos de “conceitos líricos ou sentimentos” os da “questão gravíssima do salário” contribuiu, em certo sentido, para o debate das condições materiais necessárias para o sucesso do “empreendimento” da imigração.

Podem os filósofos higienistas, ideologistas, perderem-se no mundo das divagações e de conceitos líricos ou sentimentais acerca da necessidade que temos de aperfeiçoar nossa raça, de avigorar o nosso físico.

Para isto, porém, seria preciso termos o direito de escolher para o país aquilo que fosse mais perfeito e melhor das raças caucasianas e africanas.

Isto é impossível para o norte do país e mesmo impossível para uma parte do sul, enquanto estiver diante do legislador a questão gravíssima do salário.⁵⁵³

Aos olhos do senador, o imigrante chinês tinha a vantagem de não interferir na política nacional:

É preciso dar aos estados [do Norte] o auxílio de que carecem para debelar a crise da lavoura. Pois bem, que receio há para negar importância do elemento constituído pela imigração chinesa, que é muito menos prejudicial do que o elemento europeu, sob o ponto de vista político? [...] O *chim* não se imiscuirá ⁵⁵⁴

Em 1895, por ocasião de projeto que autorizava o Poder Executivo isentar de impostos de importação o governo do Paraná, para compra de material de uma ponte metálica vinda da Europa, o senador por Alagoas, Leite e Oiticica, afirmou que “mais prejudicada será a receita da União com os contratos de colonização e imigração”. Ao que Manoel de Moraes Barros, senador por São Paulo, redarguiu: “de colonização, de acordo; de imigração,

⁵⁵³ BRASIL. **Anais do Senado Federal**. Sessão de 13 de julho de 1893, p. 276.

⁵⁵⁴ Idem, p. 277.

não”, pois, continuou, “o Estado de São Paulo, se quer imigrantes, paga-os. Que ciúme é este de S. Paulo”.⁵⁵⁵

Não é ciúme, é uma queixa que faço da tribuna. Ouça V. Ex.. O Estado das Alagoas, aproveitando-se da distribuição de crédito votado pelo Congresso, mandou demarcar lotes de terras e preparar casas para os imigrantes. O distintíssimo Governador que lá estava nesse momento, [...] mandou demarcar as terras, edificar as casas, mandou mesmo plantar, de modo que quando o imigrante chegasse, encontrasse tudo quanto era necessário para tirar lucro desde o primeiro momento. [...] o que sucedeu?

O Governador cansou-se de me pedir para que me dirigisse ao Governo, para conseguir os imigrantes. Eram 15 famílias, mas não se conseguiu uma só; tudo se perdeu [...]. O Governador cansou-se de me pedir; e eu cansei-me de pedir ao Ministro, e até ao Presidente da Companhia Metropolitana: mas o fato é que nada podemos conseguir. [...] este ensaio de imigração e colonização para os Estados do Norte, porque era o primeiro núcleo que se criava naquele Estado, perdeu-se completamente.⁵⁵⁶

Entre os anos de 1872 e 1890, cerca de 350 mil pessoas maiores de dez anos saíram das terras do Nordeste, muitas delas com passagens subsidiadas, para regiões do Pará, Amazonas e, principalmente, São Paulo.⁵⁵⁷ E, diferentemente do Ceará onde a elite política local estimulava a migração de pobres e livres de sua população, no estado das Alagoas o governador proibira sua população de migrar para São Paulo.⁵⁵⁸

Sobre isso, Barros Moraes ponderou que “os imigrantes receavam a proibição de saírem”, em alusão à decisão do Governador de estado das Alagoas de proibir a migração da população de seu estado para São Paulo. Diante da transgressão da liberdade de locomoção, o senador alagoano justificou a “violência física” imposta aos alagoanos, em termos de uma violência “moral” que os influía os paulistas:

Os aliciadores, que foram ao Estado das Alagoas, sopravam aos ouvidos dos colonos [...]: ‘você vão para uma terra onde receberão três ou quatro mil réis, diários, abandonando esta onde recebem

⁵⁵⁵ BRASIL. **Anais do Senado Federal**. Sessão de 12 de julho de 1895, p. 66.

⁵⁵⁶ Idem, p. 67.

⁵⁵⁷ Cf. MOURA, Denise Ap. Soares. Andantes de novos rumos: a vinda de migrantes cearenses para fazendas de café paulistas em 1878. In. **Revista brasileira de História**. São Paulo, vol. 17, n. 34, 1997, p. 120.

⁵⁵⁸ BRASIL. **Anais do Senado Federal**. Sessão de 12 de julho de 1895, p. 67

apenas mil réis; lá vocês vão viver na abundância, nada lhes faltará ao passo que aqui falta-lhes tudo’.

Sr. Presidente, para nós outros isto significa uma violência moral feita àqueles homens, porque os três mil réis que eles ganham em S. Paulo seriam muito inferiores aos mil réis que eles ganhavam em Alagoas.⁵⁵⁹

Em análise sobre o processo de migração no interior do país, Caio Prado Júnior registrou as condicionantes do despovoamento da região que viria a se denominar Nordeste. Assim, o movimento migratório se tornou

particularmente ativo depois da grande seca de 1877-1880, que despovoará o interior nordestino do Ceará até a Bahia. As regiões beneficiadas por essa emigração serão o vale amazônico (graças à extração da borracha); o sul da Bahia (produção de cacau em progresso); finalmente e sobretudo São Paulo, o grande polo de atração. O desequilíbrio em favor deste último, que já começava a beneficiar-se com a larga imigração estrangeira, tornar-se-á cada vez mais profundo, e vai preparando o novo São Paulo tão diferente dos nossos dias; um São Paulo que econômica, social e demograficamente contrasta tão profundamente com o resto do país. Fato esse prenhe das mais amplas e graves consequências.⁵⁶⁰

Os debates explicitavam as posições em disputa com relação à imigração subsidiada, demarcando diferenças regionais. Assim, o modo como a União distribuiria os recursos para subsidiar a imigração para os estados era um elemento da equação federalista que se procurava solucionar. E a percepção, pelos demais estados, das vantagens auferidas por São Paulo foi insistentemente denunciadas.

E, de fato, conforma análise de Chiara Vangelisa, a consolidação do café como produto de exportação marcou o início de um movimento ascensional de demanda de mão de obra na região centro-sul do Brasil, e que encontrou na imigração subsidiada a resposta para esse problema.⁵⁶¹ Assim, a solução proposta para o problema do trabalho no cafezal consistia, de um lado, em despreocupar o fazendeiro do problema de transporte da mão de obra imigrante, chamado o governo, estadual e federal, a si todas as despesas com a imigração e, de outro, no que diz respeito ao emigrante, aumentaria seu

⁵⁵⁹ Ibidem.

⁵⁶⁰ PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil**. 43. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012, p. 202.

⁵⁶¹ VANGELISTA, op. cit., p. 36.

interesse em emigrar ao Brasil na medida em que, ao sair livre da Europa de ônus e compromissos, poderia contratar “livremente” sua força de trabalho. Resolviam-se, deste modo, os problemas do sistema de parceria.⁵⁶²

Com a deterioração das condições de remuneração devido a, em parte, superprodução do café⁵⁶³, foi promulgado em 1902 na Itália o conhecido decreto Prinetti, pelo qual o Comissariado Geral da emigração italiana junto ao Ministério dos Negócios Estrangeiros de Roma proibia a emigração subvencionada. Ainda que tal proibição tenha sido burlada através de distribuição direta de passagens gratuitas entre os interessados.⁵⁶⁴

O senador Quintino Bocaiúva, que fora ministro das Relações Exteriores do Governo Provisório, usando de sua experiência na pasta aconselhava prudência no trato dos assuntos internacionais. Sendo necessário que jamais uma potência estrangeira pudesse achar nas dissensões internas, nos conflitos entre partidos, elemento de ação para intervir nos “nossos negócios, com depressão da nossa soberania, do nosso direito e dos nossos legítimos interesses”.⁵⁶⁵

Desta feita, e após “pacificação das nossas lutas intestinas”,

não estando ameaçados de nenhuma invasão nem de nenhuma conquista, pode-se assegurar que todos os conflitos possíveis de surgir na nossa política internacional ficam exclusivamente adstritos a esta esfera limitada: o desejo de expansão na sua política comercial por parte das nações que têm conosco relações mercantis, e outra parte, que direi – menos nobre e – nem sempre legítima – a das reclamações pecuniárias que são numerosas, que são frequentes e que, na sua maioria, são ridículas – indenizações pecuniárias, pretendidas por ofensas acaso infligidas a um ou outro dos cidadãos das diferentes potências europeias.⁵⁶⁶

⁵⁶² Cf. BEIGUELMAN, op. cit., p. 107.

⁵⁶³ A questão da superprodução do café é polêmica. Segundo Beiguelman, o Dr. Carlos Botelho, que se tornaria secretário da Agricultura, chegou mesmo a culpar, em 1902, o imigrante italiano pela superprodução devido seu interesse no plantio de novos cafezais, numa agricultura de caráter antes quantitativo que qualitativo, denunciando-o ainda como um óbice no projetado programa de restrições à abertura de novas plantações. Cf. Idem, p. 128.

⁵⁶⁴ Idem, p. 126.

⁵⁶⁵ Idem, p. 106.

⁵⁶⁶ Idem, p. 106.

Segundo o senador, em matéria de pretensões há um “jeito” de tratar do assunto sem comprometer-se.

Assim, por exemplo, em matéria de concessões, em matéria de pretensões, as quais concorrerem, como podem concorrer, muito legitimamente cidadãos estrangeiros, mas que, sendo assunto relativo ao Ministério da Indústria e Viação, por exemplo, ou assunto concernente ao Ministério da Fazenda, ou a esfera jurisdicional dos estados, o ministro das relações exteriores que se propuser a aceitar a abertura de conferências ou confabulações a respeito desta ordem de interesses dos representantes de potências estrangeiras, corre muitas vezes o risco de promover atritos e desagradados que vão influir nas relações internacionais com grave prejuízo de assuntos de importância muito mais elevada.⁵⁶⁷

Consoante aos interesses regionais, o senador Almino Afonso, do Rio Grande do Norte, tratou a questão a partir dos alegados privilégios que São Paulo recebia desde a Monarquia, comparando assim os dois regimes políticos no que toca a manutenção de tais situações de favorecimento.

Há *Estados*, e sempre houve *Províncias*, que continuam na posse velha do direto da bem-aventurança política; ao passo que outros fizeram o seu farnel, arranjando, como privilégio, a suprema fortuna de carregar a *macaca*. [...] *Nisto se igualam* o tempo indito da fidalga e aristocrática Realeza, e as auroras igualitárias e oligárquicas da *jovem República*.⁵⁶⁸

Criticou, ainda, a proposta que circulava na época de conglobação dos estados do Norte

Tenho ouvido *reiterar* muitas vezes neste recinto, e ainda fora dele, que os Estados decadentes e pobres *deveriam unir-se* em um só: desmembrar-se, dispersar-se ou desagregar-se, para se tornar grandes, poderosos e florescentes. [...]

Quando puderem convencer-me que muitas sombras reunidas fazem uma luz; quando demonstrarem que muitas faltas de prova constituem uma prova plena, muitas debilidades uma grande força; os desfalques acumulados, os *déficits* sobrepostos uma imensa fortuna pública, opulentos cabedais e riquezas; quando conseguirem evidenciar, que muitos cegos juntos constituem outra coisa que não uma multidão de cegos; então concordarei nesse ajuntamento ilícito, nessa conglobação miserável.⁵⁶⁹

⁵⁶⁷ Idem, p. 106.

⁵⁶⁸ BRASIL. **Anais do Senado Federal**. Sessão de 02 de dezembro de 1895, p. 260. (Grifos no original.)

⁵⁶⁹ Idem, p. 261.

E encerrou defendendo que uma federação forte e rica não pode ter estados miseráveis, pois o “antipolítico indiferentismo”, referindo-se à Monarquia, mostrou-se prejudicial a um regime político. Ademais,

do que servirá propalar-se pela Europa, civilizada e cadima, a notícia ebrifestante das florescentes searas de S. Paulo, ou de copiosas grandezas de certos Estados: quando há outros que definham, à falta das coisas mais urgentes?!

E, ainda que com a descentralização republicana o problema da imigração tenha passado às mãos dos estados⁵⁷⁰, estes ainda não possuíam recursos suficientes para tamanho empreendimento, mesmo o rico estado de São Paulo. Assim, se buscava os meios para garantir a demanda por braços para a grande lavoura de café. Nesse sentido, entende-se a discussão acalorada sobre a abertura de crédito suplementar para que a União pagasse aos estados aquilo que lhes devia. A reivindicação era, principalmente, do estado de São Paulo.⁵⁷¹

A dificuldade era que a União, por sua vez, não possuía os recursos necessários para fazer frente às dívidas com todos os estados da Federação. Segundo o senador Vicente Machado,

o que se deseja é a satisfação do preceito constitucional, que mandou que a União liquidasse contas com os Estados; portanto, se isso é uma obrigação, é justo que a União a cumpra em relação a todos os Estados.⁵⁷²

No intuito de defender sua demanda, diante da oposição de seus colegas senadores, Moraes Barros sustentou que

o regime federativo em que vivemos, em que a União representa o papel de pai ou de mãe dos Estados e estes de irmãos, não permite esta má vontade contra um desses irmãos. É política muito pouco fraternal, é política de ciúmes, é política de separação e não de fraternidade, porque se S. Ex. tem tanto empenho em saber quais os benefícios que S. Paulo tem recebido da União desde a proclamação

⁵⁷⁰ FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 251.

⁵⁷¹ BRASIL. **Anais do Senado Federal**. Sessão de 10 de agosto de 1896, p. 386.

⁵⁷² Ibidem.

da República, isso dá a S. Paulo o direito de perguntar com quanto tem concorrido para o Tesouro da União.⁵⁷³

Sobre a questão levantada pelo senador Moraes Barros, Coelho Rodrigues respondeu: “um dos Estados que mais contribuem com os seus contingentes para o exército e para a armada é o Piauí. E S. Ex. verá que, na medida de suas forças, e relativamente à sua população, não faz menos do que o rico e poderoso Estado que S. Ex. tão dignamente representa.”⁵⁷⁴

Sob os protestos de Moraes Barros, Coelho Rodrigues explicou:

A outra parte é relativa a serviços cujas verbas foram previstas no orçamento, para o norte, e que não foram nem talvez sejam aplicadas, porque o governo não olha para aquela terra com os mesmos olhos com que olha para S. Paulo. [...]

Quando para esse não tem, pede-se em mensagem especial crédito extraordinário, como o votado há três dias passados.

As obras decretadas para o Piauí e para o Maranhão foram nomeadamente previstas no orçamento, estamos no meado do oitavo mês do ano, e não me consta que nenhum daqueles melhoramentos tenha sido executado nem promovido.⁵⁷⁵

Sobre a prisão do coronel Torres Homem, por ter este se manifestado em *meeting* contra os protocolos italianos, protestou o jornal monarquista *Liberdade*, ainda que o coronel fosse “francamente hostil à propaganda monárquica”:

Sob o regime deposto, quando outra, e bem outra, era a linha de conduta do militar, o ato do Sr. Coronel, comparecendo a um *meeting* e aí declarando que estava com seus companheiros de armas, disposto a envidar esforços para a rejeição dos protocolos das reclamações italianas, poderia parecer menos correto e suscitar repressão, em nome da disciplina, que então fazia a força militar *essencialmente obediente* (art. 47 da constituição do império); mas da Constituição Republicana foi riscada essa disposição, nem podia deixar de ser, atenta a origem da República que se proclamou, não por movimento nacional, mas por insurreição de parte da guarnição do Rio de Janeiro.⁵⁷⁶

⁵⁷³ BRASIL. **Anais do Senado Federal**. Sessão de 12 de agosto de 1896, p. 426.

⁵⁷⁴ BRASIL. **Anais do Senado Federal**. Sessão de 13 de agosto de 1896, p. 442.

⁵⁷⁵ Idem, p. 443.

⁵⁷⁶ *Liberdade*, 19 de agosto de 1896 apud BRASIL. **Anais do Senado Federal**. Sessão de 19 de agosto de 1896, p. 49.

O senador Coelho Rodrigues apresentou ao plenário projeto que tinha por fim “proibir para o Brasil, a começar de 01 de janeiro de 1897, a imigração oficial estrangeira”.⁵⁷⁷ Levantaram-se senadores contra a inconstitucionalidade do projeto, tais como o senador Aquilino do Amaral.

Enquanto isso surgiu polêmica com relação ao jacobinismo, com direito a anedota. Senadores houve que defenderam que o projeto apresentado por Coelho Rodrigues encerrava ideias jacobinas. Por sua vez, Almino Afonso, para atacar a bancada paulista, disse que Francisco Glicério era jacobino. Lopes Trovão ponderou: “é preciso dizer que ao lado do partido jacobino há o partido jacobita”. O Senador João Cordeiro ironizou: “Jacobita é a mulher do Jacobino”.⁵⁷⁸

Coelho Rodrigues mais uma vez defendeu seu projeto: “Sr. Presidente, estes jacobinos e jacobitas podem ser muito engrossados pelos imigrantes, cuja proibição eu proponho. Por isso, a matéria não é impertinente, tratando-se, de mais a mais, da discussão geral do projeto. Eu estou provado...” Nesse momento o senador é interrompido; “está provando que é jacobino e não jacobita, porque o jacobita é o que faz liga com o estrangeiro contra a sua própria pátria. Isto sucede na Inglaterra, e a Inglaterra é quem fornece os jacobitas”.⁵⁷⁹

Após isso, a discussão findou em relação aos braços que se desejaria atrair a país. Digno de nota é o questionamento de Coelho Rodrigues com relação à colonização das terras devolutas, que com a República passou a pertencer aos estados: “As rendas foram divididas entre os Estados e a União. Pois bem, apesar disto os contratos continuam 6 anos e meio depois, e têm custado à União, que não tem terrenos para colocar imigrantes, 71 mil e tantos contos, até 30 de junho deste ano”.⁵⁸⁰

Igualmente contrário foi o senador Moraes Barros que protestou alegando que o Coelho Rodrigues era “avesso à imigração em geral; e não contente com o manifestar-se por esta forma, S. Ex. apresentou esse projeto,

⁵⁷⁷ BRASIL. **Anais do Senado Federal**. Sessão de 31 de agosto de 1896, p. 203.

⁵⁷⁸ BRASIL. **Anais do Senado Federal**. Sessão de 11 de setembro de 1896, p. 298.

⁵⁷⁹ Idem, p. 299.

⁵⁸⁰ Idem, p. 299.

proibindo a União, os Estados e até os municípios, de promover a imigração.”⁵⁸¹

Sobre a imigração, assim se manifestou Moraes Barros:

Penso que a imigração é questão capital de vida e de prosperidade para este enorme país, cujo futuro depende da aquisição de braços destinados a extrair de suas férteis terras a enorme riqueza aí oculta e desaproveitada. [...] Tenho toda a imigração por boa e proveitosa. Com toda e qualquer imigração lucra o país.⁵⁸²

“Até a dos anarquistas?” questionou o senador João Barbalho, “não venha ela da África nem da China. Mesmo dos anarquistas não tenho grande medo”, respondeu.⁵⁸³

Com relação ao perigo que alguns senadores apontava com a possibilidade de estrangeiros, e em especial, italianos, suplantarem os nacionais, Moraes Barros respondeu com uma “anedota”, embora tenha presenciado:

Encontrando um menino de cerca de 14 anos de idade, italiana de raça pura, perguntei-lhe:

- Você é italiano?
 - Não senhor, sou suíço.
 - Mas é de raça italiana.
 - Não senhor, sou suíço.
 - Pois bem, suíço de raça italiana.
- Não senhor, sou suíço.

O senador Moraes Barros serviu-se de argumentos aparentemente liberais para sensibilizar os membros da Casa: “Senhores, se vivemos em um regime livre, devemos querer imigração de todos os povos, de todas as línguas, de todas as religiões; todos vêm para o Brasil trabalhar para a grandeza e prosperidade deste grande povo”.⁵⁸⁴ Desde que não africanos nem chineses; eis o limite do liberalismo do senador paulista.

Por fim, utilizou-se do apelo ao progresso para justificar a vinda de levas de imigrantes: “Precisamos andar depressa, marchar, como diz a chapa, a passos agigantados na senda do progresso, e jamais o conseguiremos sem o auxílio dos braços estrangeiros; é esta a condição da prosperidade, do futuro,

⁵⁸¹ BRASIL. **Anais do Senado Federal**. Sessão de 17 de setembro de 1896, p. 32.

⁵⁸² Idem, p. 32.

⁵⁸³ Idem, p. 32.

⁵⁸⁴ Idem, p. 33.

da grandeza do país – a imigração.”⁵⁸⁵ Ou seja, era um sacrifício necessário em nome da Modernidade.

Enquanto isso, o senador Coelho Rodrigues contra argumentou:

Penso que não temos o direito de cobrar impostos do brasileiro, pobre ou rico, para mandar buscar proletários estrangeiros à custa deste país, os quais enquanto não estão estabelecidos, tornam-se pensionistas do tesouro, sustentados à custa da Nação, do pobre e do rico, e depois de estabelecidos são concorrentes invencíveis com que os brasileiros tem de lutar pela vida e em condições de inferioridade, porque aqueles estão armados a custa deles mesmos. Isto é mais do que impolítico[sic], é cruel!⁵⁸⁶

Para o Senador, o Governo Provisório não devia fazer senão o que fosse urgente para o estabelecimento do novo regime. Meter-se em questões de propriedade, em contratos de longo prazo, revolver tudo de *fond en comble*, foi o grande pecado da República. Por exemplo, estes contratos de imigração, feitos por longo prazo, obrigando durante um largo tempo as gerações vindouras não se justificam.⁵⁸⁷

Deste modo, a discussão dos Protocolos italianos no Senado Federal foi acompanhada, ou melhor, inserida dentro do debate da imigração em geral. Em 04 de dezembro de 1896, entra em última discussão e é sem debate aprovada, sendo, em seguida, submetida à sanção presidencial.⁵⁸⁸

⁵⁸⁵ Idem. p. 36.

⁵⁸⁶ BRASIL. **Anais do Senado Federal**. Sessão de 21 de setembro de 1896, p. 92.

⁵⁸⁷ Idem, p. 93.

⁵⁸⁸ BRASIL. **Anais do Senado Federal**. Sessão de 04 de dezembro de 1896, p. 223.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iminência de conflito internacional, crise da política nacional, crise financeira, crise econômica, perturbação da ordem pública em diversos portos da União, mobilização das forças policiais, prontidão dos quartéis de terra e mar, boatos de todos os tamanhos e qualidades, sobressalto do espírito público, ameaças de toda ordem, insultos de deputados contra ministros, ou destes entre si, bofetadas constantes e estrepitosas no Congresso, quase bofetadas no próprio Olimpo presidencial, e, no malogro delas, inventivas verbais pouco reverentes, às barbas do próprio Júpiter; perseguições à justiça pública, cheia de rebeldias e de assomos de independência, incêndios, baixa de câmbio, baixa de café, baixa de títulos, baixa de tudo quanto ainda conserva um nível, rasteiro embora; lampejos de espadas rapidamente sacadas e vagarosamente recolhidos, eis; em breve resumo, o inventário de uma só semana que, pela sua magnitude e grandeza dos feitos, mais parece um período presidencial inteiro. E tudo isto fez-se, ou, melhor, desfez-se, não em uma semana mesmo, mas justamente em seis dias, porque o último, o de hoje, parece ter sido consagrado ao descanso, tal como na narração bíblica.⁵⁸⁹

Do correspondente do jornal no Rio de Janeiro, temos uma síntese dos acontecimentos da semana de agosto de 1896. Impressiona, à primeira vista, a narrativa vertiginosa dos eventos daquela semana. Igualmente impressionante é a rapidez com que os mesmos eventos foram esquecidos, ou melhor, relegados a segundo plano na crônica da primeira década republicana. Os Protocolos Italianos, deste modo, tornaram-se uma questão esquecida⁵⁹⁰.

Nosso esforço foi no sentido de apresentar a questão na complexidade vivenciada pelos contemporâneos. Assim, a primeira década republicana foi aqui percebida nas lentes proporcionadas pelos Protocolos; na atuação do Ministério das Relações Exteriores e o Consulado Italiano no caso, entendendo que o Ministério esforçou-se para atender àquilo que considerava pertinente nas doutrinas do Direito Internacional, para deste modo poder adentrar no *hall* das “nações civilizadas”. A Itália, por seu turno, percebeu-se a mudança de perspectiva na forma como as autoridades italianas vão perceber os emigrantes. A Itália de Francesco Crispi veio reanimar antigos conflitos oriundos de reclamações recebidas, argumenta Cervo, surpreendendo com métodos prepotentes do tipo imperialista com que pretendia atropelar a lei e a

⁵⁸⁹ O *Commercio de São Paulo*, 01/09/1896, p. 1.

⁵⁹⁰ JUNQUEIRA, op. cit., p. 33.

soberania brasileiras. Não era o caminho adequado para a proteção dos imigrantes italianos, e a diplomacia italiana que, aliás, sempre vacilava, acabou entendendo.⁵⁹¹

Nesse sentido, entende-se que para o imigrante italiano de forma geral, a solução convencionada entre o Brasil e a Itália pouco contribuiu para sua situação no país na medida em que, embora não tenha sido possível identificar a maneira como a Itália fez a distribuição do montante pago pelo Brasil a título indenizatório, há indícios de que as famílias italianas do sul do país não receberam o valor que lhe era devido. E, talvez, tenha mesmo dificultado sua presença no país uma vez que a forma como a questão foi tratada exacerbou sentimentos nacionalistas e xenófobos encontrando no italiano residente no país um lugar para expressar-se.

Na Câmara dos Deputados, nas discussões em torno das reclamações italianas expressam, de um lado, acompanhou-se o confronto de doutrinas jurídicas, ligadas ao Direito Internacional, tão a moda da retórica jurídica que caracterizou a prática política na Primeira República, de forma negativa para uns, diga-se de passagem. E que, mesmo podendo esbarrar em formalismos estéreis, evidenciou uma forma de fazer política criticada exaustivamente como “o mal da República”, ou seja, o bacharelismo.

Por outro lado, a retórica nacionalista e até mesmo xenófoba expressa nos discursos parlamentares indica uma postura coetânea ao momento político e histórico do final do século XIX. No momento em que a opinião pública, inclusive considerando a natureza de um regime democrático, possui peso significativo.⁵⁹² No entanto, Senado Federal a discussão esteve menos ligadas aos rompantes nacionalistas e mais preocupada com a questão da imigração subsidiada e com aquilo que alguns senadores consideravam resultado da injusta forma que o federalismo assumiu no país.

⁵⁹¹ CERVO, op. cit., 35-36.

⁵⁹² A historiografia mais recente tem se voltado ao estudo da competição política, da questão da representação e da importância dos partidos e do voto no período, construindo um quadro mais complexo da política na Primeira República, no intuito de rever a ideia, bastante enraizada, de um sistema político marcado exclusivamente pela fraude, pela ausência de direitos, pela eternização das oligarquias no poder. Cf. FERREIRA; PINTO, op. cit.

Na Primeira República, a cidadania brasileira foi concedida com razoável liberalidade, no entanto de forma impositiva como visto na Lei da Grande Naturalização. Evidentemente, tal modelo trouxe problemas diversos para o Estado brasileiro, mas expressou justamente seu caráter autoritário, como bem demonstrou Raymundo Faoro.

No período tratado confluíam nas relações entre o Brasil e a Itália dois problemas de fundo: um jurídico, acerca dos direitos de cidadania, e que foi expressa na desastrosa Lei da Grande Naturalização, e o outro, de soberania, referente ao exercício de poder sobre estrangeiros residente no Brasil, naturalizados ou não. O choque entre esses dois problemas ficou sintetizado na questão das reclamações italianas, como visto, e nos, consequentes, pedidos de indenização.

A rigor, foram assinados quatro protocolos. O primeiro, de dezembro de 1895, firmado entre os ministros Carlos de Carvalho e Renato De Martino, deferia a arbitragem de todas as reclamações ao Presidente dos Estados Unidos. Em 12 de fevereiro do ano seguinte, foram assinados dois protocolos por Carlos de Carvalho e Roberto Magliano, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário, um dizia respeito às reclamações provenientes das requisições de animais, víveres e outros objetos por forças do Governo contra os federalistas. E, o segundo, com o fim de dar “pronta e definitiva solução de todas as dificuldades concernentes às reclamações italianas”.

Este último protocolo não logrou solucionar as reclamações italianas, sendo necessária a assinatura de outro acordo, em 19 de novembro de 1896, pelo novo ministro das Relações Exteriores brasileiro, Dionísio de Cerqueira, e Renato De Martino, Enviado extraordinário e ministro plenipotenciário.

Importante destacar que era interesse da elite cafeeira de São Paulo a assinatura dos protocolos, evitando assim um conflito que pudesse representar ameaça aos interesses da lavoura, materializado nos vários prenúncios de suspensão do fluxo imigratório para o Brasil; e que acabou se tornando uma moeda de troca nas negociações diplomáticas da Itália com os países que recebia seus emigrantes.

Curioso notar que proporcionalmente ao interesse no início das negociações e, sobretudo, durante o ano de 1896, os Protocolos italianos rapidamente caíram no esquecimento, ainda no final daquele ano. A imprensa, que antes abria espaços amplos para a divulgação das negociações, com artigos de primeira página e de fundo, em dezembro de 1896 relegou os Protocolos à terceira página, em pequenas notas de esclarecimento. De fato, não era mais um tema que despertasse mais o interesse público.

O jornal da colônia italiana em São Paulo, *Fanfulla*, após identificar interesses políticos que ultrapassavam a questão dos Protocolos italianos tendeu a desaconselhar a participação dos italianos nos protestos e nas reivindicações, sobretudo depois dos graves conflitos de rua de agosto de 1896. Mesmo assim o *Fanfulla* interpretou o desfecho da questão como uma vitória diplomática para os dois países. Enquanto isso, o jornal socialista *Avanti!* repudiava os acordos que causaram um conflito do qual a maioria não entendia as causas, e que apenas extravasava seus ressentimentos face às precárias condições de vida da população.⁵⁹³

Como exemplo da tímida integração entre brasileiros e italianos, mesmo considerando os vários elementos em comum entre os dois grupos, em cidades do interior de São Paulo havia concursos de beleza específicos para italianas, ou descendentes, e brasileiras. Em outras cidades ainda, o espaço urbano era delimitado conforme a nacionalidade: tal jardim público era frequentado por italianos, outro por brasileiros. A questão da assimilação é, de fato, complexa, necessitando, por isso, reflexões que privilegiem a alteridade, o respeito ao outro, a busca do consenso ainda que momentâneo.

A questão da nacionalidade, como sabemos, foi um dos fatores decisivos para a conflagração da Primeira Guerra Mundial, e que contou com a participação, inclusive, de italianos residentes no Brasil, que atenderam ao chamado da Itália. É impossível não recordar o final do célebre *A Montanha Mágica* de Thomas Mann, quando o herói do romance, o alemão Hans Castorp, ao saber do conflito entre os países europeus, abandona a vida pacata e

⁵⁹³ Cf. CONSOLGIMANO, op. cit., p. 218.

indiferente ao “mundo debaixo” e lança-se num conflito que explicita as paixões nacionalistas apenas latentes, mas que aguardavam o momento de explodir.

Na atualidade, outros estrangeiros – imigrantes e refugiados – são as vítimas da xenofobia, do preconceito e da discriminação: haitianos, sírios, peruanos, bolivianos, coreanos. Em busca de uma vida melhor, na luta pelo direito humano da sobrevivência, são expostos, mesmo entre descendentes de emigrantes, a situações de apartheid social, subemprego, para não mencionar as condições de trabalho análogas à escravidão. No intuito de alterar tal estado de coisas foi aprovado, no Congresso Nacional, a Lei de Migração, substituto do Estatuto do Estrangeiro promulgado em 1980 e ainda baseado no conceito de segurança nacional, estabelece os direitos e deveres do imigrante e visitante, regula a entrada e estada no Brasil e estabelece princípios e diretrizes sobre as políticas públicas direcionadas a esses grupos. No atual contexto mundial de aumento do conservadorismo e da xenofobia a nova Lei do Migrante coloca o Brasil, nesse quesito, numa posição de vanguarda, surpreendentemente.

BIBLIOGRAFIA

ABDELMALEK, Sayad. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

ABREU, Alzira Alves. (org.) **Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República** (1889-1930). Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica>. Acesso em 21 nov. 2016.

ACCIOLY, Hildebrando; NASCIMENTO E SILVA, G. E.; CASELLA, Paulo Borba. **Manual de direito internacional público**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder**: o bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ALBA, Richard D. **Italian americans**: into the Twilight of Ethnicity. New Jersey: Prentice-Hall, 1985.

ALMEIDA, Paulo Roberto. Estudos de relações internacionais do Brasil: etapas da produção historiográfica brasileira, 1927-1992. In **Revista Brasileira de Política Internacional**. n. 36 (1): 11-37, janeiro-junho de 1993.

ALVIM, Zuleika. **Brava gente!** Italianos em São Paulo – 1870-1920. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

AMERICANO, Jorge. **São Paulo naquele tempo**: 1895-1915. 2. ed. São Paulo: Carrenho Editorial/ Narrativa Um/ Carbono 14, 2004.

ANDREWS, George. **Negros e brancos em São Paulo**: 1888-1988. Bauru/SP: Edusc, 1998.

ARAÚJO, Elysio de. **Através de Meio Século**. São Paulo: s.e., 1932.

ARRAES, Virgílio. A opinião pública brasileira e a questão da Ilha da Trindade (1895-1896). **Revista Múltipla**, n. 5, vol. 8, julho de 2000.

AUCTORIDADE, São Paulo, 1896.

BACKES, Ana Luiza. **Fundamentos da ordem republicana**: repensando o Pacto Campos Sales. Porto Alegre, 2004. 218 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A presença dos Estados Unidos no Brasil**: dois séculos de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República** (18890-1930). 4. ed. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1975-1976.

BAROSSO, Gustavo H. B. A primeira década republicana. In.: ABREU, Marcelo de Paiva. (org.) **A ordem do progresso**: cem anos de política econômica republicana. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.

BARRETO, Lima. **Numa e a Ninfa**. São Paulo: Brasiliense, 1956.

BEIGUELMAN, Paula. **A formação do povo no complexo cafeeiro**: aspectos políticos. 3.ed. São Paulo: Edusp, 2005.

BELLO, José Maria. **História da República**-1889-1954: Sessenta e cinco anos de vida brasileira. 6.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

BOEHRER, George. **Da Monarquia à República**: história do Partido Republicano do Brasil (1870-1889). Rio de Janeiro: MEC, Serviço de Documentação, 1954.

BOCAIUVA, Quintino. Manifesto ao Partido Republicano Brasileiro. In. PESSOA, Reinaldo Carneiro. **A idéia republicana no Brasil, através dos documentos**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1973.

BONFÁ, Rogério Luis Giampietro. **Com lei ou sem lei**: as expulsões de estrangeiros e o conflito entre o Executivo e o Judiciário na Primeira República. Campinas, 2008. 173 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Campinas.

BONI, Luis A. de. (org.). **A presença italiana no Brasil**. Vol. 1. Porto Alegre: EST, 1987.

_____. **A presença italiana no Brasil**. Vol. 2. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia/Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.

BRASIL. **Anais da Câmara dos Deputados**. 1892-1898.

BRASIL. **Anais do Senado Federal**. 1892-1898.

BRASIL. Arquivo Histórico Itamaraty – AHI. **Legação Brasileira na Itália. Ofícios ostensivos**. 1895-1898. (Manuscritos - 480 documentos)

BRASIL. Arquivo Histórico Itamaraty – AHI. **Cartas de Chancelaria e de Gabinete**. Itália. 1890-1899. (Manuscritos)

BRASIL. Arquivo Histórico Itamaraty – AHI. **Representações diplomáticas estrangeiras no Brasil**: Itália. Correspondência. 1895-1896. (Manuscritos)

BRASIL. Arquivo Histórico Itamaraty – AHI. **Ofícios recebidos do Poder Legislativo**. 1890-1899. (Manuscritos)

BRASIL. Arquivo Histórico Itamaraty – AHI. **Ofícios expedidos ao Poder Legislativo**. 1890-1899. (Manuscritos)

BRASIL. Arquivo Histórico Itamaraty – AHI. **Ofícios recebidos da Presidência e Vice-Presidência**. 1890-1908. (Manuscritos)

BRASIL. Arquivo Histórico Itamaraty – AHI. **Ofícios expedidos a Presidência e Vice-Presidência**. 1890-1905. (Manuscritos)

BRASIL. Arquivo Histórico Itamaraty – AHI. **Correspondência especial**: circulares. 1894-1897. (Manuscritos)

BRASIL. **RELATÓRIO** apresentado ao Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Alexandre Cassiano do Nascimento, Ministro de Estado das Relações Exteriores em maio de 1894. Rio de Janeiro, 1894.

BRASIL. **RELATÓRIO** apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores Carlos Augusto de Carvalho em maio de 1895. Rio de Janeiro, 1895.

BRASIL. **RELATÓRIO** apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores Carlos Augusto de Carvalho em 30 de abril de 1896. Rio de Janeiro, 1896.

BRASIL. **RELATÓRIO** apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores General de Brigada Dionísio E. de Castro Cerqueira em 14 de maio de 1897. Rio de Janeiro, 1897.

BRASIL. **RELATÓRIO** apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores General de Brigada Dionísio E. de Castro Cerqueira em 12 de julho de 1898. Rio de Janeiro, 1898.

BRASIL. **RELATÓRIO** apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores Dr. Olyntho de Magalhães em 23 de maio de 1899. Rio de Janeiro, 1899.

BUENO, Clodoaldo. **A República e sua política externa**. (1889-1902). São Paulo: Editora da Unesp; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 1995.

CALÓGERAS, João Pandiá. **Estudos históricos e políticos (*res nostra*)**. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

_____. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

CAMPOS SALLES, Manuel. **Da propaganda à presidência**. São Paulo: Tipografia Editora, 1908.

_____. **Manifestos e mensagens** (1898-1902). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902.

CANETTI, Elias. **Massa e poder**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

CARONE, Edgar. **A república velha: evolução política**. São Paulo: Difel, 1971.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da Ordem**. Brasília, Ed. da UnB, 1981.

_____. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. República, democracia e liberalismo: Brasil, 1870-1891. In. **Varia História**. Belo Horizonte, vol. 27, n. 45, jan/julho 2011.

CENNI, Frederico. **Italianos no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2003.

CERVO, A. **As relações históricas entre o Brasil e a Itália: o papel da diplomacia**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Instituto Italiano di Cultura, 1992.

CONSOLMAGNO, Marina. **Fanfulla: perfil de um jornal de colônia (1893-1915)**. São Paulo, 1993. 400 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

CORREIO NACIONAL, São Paulo, 1896.

COSTA, Emília. Viotti. **Da Monarquia a República**: momentos decisivos. 7. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 1999.

COSTA, João Cruz. **Pequena história da República**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1972.

DIÁRIO POPULAR, São Paulo, 1889.

DONATO, Hernani. Prefácio. In. SCHMIDT, Afonso. **Colônia Cecília**: romance de uma experiência anarquista. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

DORATIOTO, Francisco. Apresentação. In.: KÄMPF, Martin Normann. **Ilha da Trindade**: a ocupação britânica e o reconhecimento da soberania brasileira (1895-1896). Brasília: FUNAG, 2016.

DULCI, Tereza Maria Spyer. **As Conferências Pan-Americanas (1889-1928)**: identidades, união aduaneira e arbitragem. São Paulo: Alameda, 2013.

EGAS, E. **Galeria dos Presidentes de São Paulo**, vol. 2. São Paulo: Secção de obras do Estado de S. Paulo, 1927.

FANFULLA, São Paulo, 1895-1898, 1906.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 3. Ed. São Paulo: Globo, 2001.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social**: (1890-1920). 4. ed. São Paulo: DIFEL, 1986.

_____. Brasil: estrutura social e política da Primeira República, 1889-1930. In.: BETHELL, Leslie. **História da América Latina**: De 1870 a 1930. Volume V, São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. **A esperança e o desencanto**: Silva Jardim e a República. São Paulo: Humanitas, 2008.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Em busca da Idade de Ouro**: as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930). Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1992.

_____; PINTO, Surama Conde Sá. Estado e oligarquias na Primeira República: um balanço das principais tendências historiográficas. **Tempo**, Niterói, vol. 23, n. 03, set./dez. 2017.

FREIRE, Gilberto. **Ordem e Progresso**. 6. ed. São Paulo: Global, 2004.

FREUD, Sigmund. **Psicologia das massas** e análise do eu e outros textos (1920-1923). São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 1894-1898.

GOMES, Ângela de Castro; ABREU, Martha. Apresentação ao Dossiê: A nova República “Velha”: um pouco de história e historiografia. In. **Revista Tempo**. Niterói/RJ: UFF, v. 13, n. 26, jan. 2009.

GOMES, Flávio. **Negros e política**: (1888-1937). Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

GONÇALVES, Paulo Cesar. **Mercadores de braços**: riqueza e acumulação na organização da emigração europeia no Novo Mundo. São Paulo: Alameda, 2012.

GUT, Ph. A Itália de 1815 a 1914. In.: NÉRÉ, Jacques. **História contemporânea**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988.

HAHNER, June E. **Pobreza e política**: os pobres urbanos no Brasil – 1870-1920. Brasília: Ed. UnB, 1993.

HOBSBAWN, Eric. **A era dos Impérios**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**: Brasil Monárquico: Do Império à República. V. 7. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

HOLLOWAY, Thomas H. **Imigrantes para o café**: café e sociedade em São Paulo – 1886-1934. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HUTTER, Lúcia Maffei. A imigração italiana no Brasil (séculos XIX e XX). In. BONI, Luis. A. **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Editora da EST, 1987.

IANNI, Constantino. **Homens sem paz**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

IOKOI, Zilda Márcia G. **O Legislativo na construção da República**. São Paulo: Contexto; Brasília: CNPq, 1990.

IOTTI, Luiza Horn. **Imigração e poder**: a palavra oficial sobre os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (1875-1914). Caxias do Sul, RS: Educs, 2010.

ITÁLIA. **Atti Parlamentari**. Legislatura XXI. 1902.

JANOTTI, Aldo. Como e porque terminou a Monarquia brasileira. In: **Revista de História**, São Paulo, n. 86, vol. 42, abril-junho de 1971.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. **Os subversivos da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, 1896.

JUNQUEIRA, Marili Peres. Questões italianas: uma esquecida relação diplomática no final do século XIX. **Revista Outros Tempos**, São Luis, vol 06, n. 07, p. 33-52, jul. 2009.

KÄMPF, Martin Normann. **Ilha da Trindade**: a ocupação britânica e o reconhecimento da soberania brasileira (1895-1896). Brasília: FUNAG, 2016.

KAPLAN, Morton A.; KATZENBACH, Nicholas B. **Fundamentos políticos do direito internacional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

KENNAN, George F. **O declínio da Ordem europeia de Bismark**. Brasília: Editora da Unb, 1985.

LAET, Carlos de. A imprensa. In. **Década Republicana**. Vol II. 2. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1986.

LANA, Ana Lúcia Duarte. Ferrovias no Brasil: 1870-1920. **Revista História Econômica e História de Empresas**. Vol. 8. N.1, 2005.

LATINI, Ausonio. **La questione italiana al Brasile**. Rio de Janeiro: s/e, 1896.

LE BON, Gustave. **Psicologia das multidões**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

LESSA, Renato. **A invenção republicana**: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

_____. A invenção da República no Brasil: da aventura à rotina. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende. **República no Catete**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.

LYNCH, Christian Edward C. Um saquarema no Itamaraty: por uma abordagem do pensamento político do Barão do Rio Branco. **Revista Brasileira de Ciência Política**, São Paulo, vol. 15, p. 279-314, 2014.

LINHARES, Maria Yedda. Guerras Anticoloniais: nações contra impérios. In.: SILVA, Francisco Carlos Teixeira (org.). **O Século sombrio**: uma história geral do Século XX. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

LOVE, Joseph. A república brasileira: federalismo e regionalismo (1889-1937). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem incompleta**: a experiência brasileira (1500-2000). 2. ed. São Paulo: Editora Senac, 2000.

MAGALHÃES, Basílio. Notas. In. LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MARAN, Sheldon Leslie. **Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro**: 1890-1920. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MATOS, Ilmar. **O tempo saquarema**. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL, 1987.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República Consentida**: cultura democrática e científica do final do Império. Rio de Janeiro: Editora FGV/Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007.

MENDONÇA, Salvador. **A situação internacional do Brasil**. Rio de Janeiro: Garnier, 1913.

MENEZES, Lená de Medeiros. **Os indesejáveis**: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930). Rio de Janeiro: Eduerj, 1996.

MENEZES, Wagner. **A contribuição da América Latina para o Direito Internacional**: o Princípio da Solidariedade. São Paulo, 2007. 342 f. Tese (Doutorado) – Programa de Integração da América Latina, Universidade de São Paulo.

MILZA, P. **As relações internacionais de 1871 a 1914**. Lisboa: Edições 70, 2007.

MONTEIRO, Douglas Teixeira. Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado. In.: FAUSTO, Boris.(org.) **História da Civilização Brasileira**. Tomo III: O Brasil Republicano. Volume 09: Sociedade e Instituições (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

MONTEIRO, Tobias. **O presidente Campos Salles na Europa**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1983.

MORGENTHAU, Hans. **A política entre as nações**: a luta pelo poder e pela paz. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Brasília: Ed. UnB, 2003.

MOURA, Clóvis. **Imprensa negra**: estudo crítico. São Paulo: Imprensa do Estado, 2002.

MOURA, Denise Ap. Soares. Andantes de novos rumos: a vinda de migrantes cearenses para fazendas de café paulistas em 1878. In. **Revista brasileira de História**. São Paulo, vol. 17, n. 34, 1997.

NABUCO, Joaquim. **Diários**. Volume 2: 1889-1910. Rio de Janeiro: Editora Bem-Te-Vi; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2005.

O COMMERCIO DE SÃO PAULO, São Paulo, 1896.

O ESTADO DE SÃO PAULO, São Paulo, 1892-1897.

ORTEGA Y GASSET, José. **A rebelião das massas**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

PACHECO, Luciana Botelho; RICCI, Paolo. **Normas regimentais da Câmara dos Deputados**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017.

PAULILLO, Maria Célia Rua de Almeida. **Tradição e modernidade**: Afonso Schmidt e a literatura paulista (1906-1928). São Paulo: Annablume, 2002.

PENNA FILHO, Pio. A pesquisa histórica no Itamaraty. In **Revista Brasileira de Política Internacional**. n. 42 (2): 117-144 [1999].

PINHEIRO, Péricles da Silva. Nota Explicativa. In: SCHMIDT, Afonso. **O passado**: no tempo do Protocolo. São Paulo: Clube do Livro, 1967.

PESSOA, Reinaldo Carneiro. **A idéia republicana no Brasil, através dos documentos**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1973.

PETRONE, Maria Teresa S. Imigração. In: FAUSTO, Boris. (org.). **História da Civilização Brasileira**: Sociedade e instituições (1889-1930). Vol. 9. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **A lavoura canavieira em São Paulo**: expansão e declínio (1765-1851). São Paulo: Difel, 1968.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política. In. FAUSTO, B. **História da Civilização Brasileira**. V. 9: sociedade e instituições (1889-1930). 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. O proletariado industrial na Primeira República. In.: FAUSTO, Boris (org.). **O Brasil Republicano**. Vol. 2: Sociedade e instituições (1889-1930). São Paulo: Difel, 1977.

PRADO, Eduardo. **A ilusão americana**. 5. ed. São Paulo: IBRASA, 1980.

PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil**. 43. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

QUEIROZ, Suely R. R. **Os radicais da República**: Jacobinismo – ideologia e ação – 1893-1897. São Paulo: Brasiliense, 1986.

REIS, Antonio Simões dos Reis. **Pseudônimos brasileiros**. 1. Série. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1941.

REZEK, José Francisco. **Direito internacional público**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

REVUE DU BRÉSIL, Paris, 1896 – 1897.

RICUPERO, Rubens. Joaquim Nabuco e a nova diplomacia. In. **Revista Ciência & Trópico**, Recife, vol. 31, n. 2, 2007.

RIOS, José Arthur. Aspectos políticos da assimilação do italiano no Brasil - I. **Sociologia**, São Paulo, vol 20, n. 03, ago. 1958, p. 295-339.

_____. Aspectos políticos da assimilação do italiano no Brasil – II. **Sociologia**, São Paulo, vol. 20, n. 04, out. 1958, p. 501-529.

ROCHA, Antonio Penalves. The Rio News de A. J. Lamoureux. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, dez. 2007.

RODRIGUES, Gilberto. Regimes jurídicos internacionais com ênfase na resolução de conflitos. In.: BRIGAGÃO, Clóvis (org.). **Estratégias de negociações internacionais**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.

RODRIGUES, José Honório; SEITENFUS, Ricardo A. S. **Uma História diplomática do Brasil** (1531-1945). Organização de Lêda Boechat Rodrigues. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda, 2010.

ROSOLI, G. Le relazioni tra Italia e Brasile e le questioni dell'emigrazione (1889-1896). In. ROSOLI, G (a cura di). **Emigrazioni europee e popolo brasiliano**. Roma: Centro Studi Emigrazione, 1987.

ROVINA, Melina Roberto. **Fogo Cruzado**: os imigrantes italianos entre o barrete frígio e o saco de coar café. Campinas, 2012. 148 fls. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas.

RUDÉ, George. **A multidão na História**: estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra – 1730-1848. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

SANTOS, José Maria dos. **A política geral do Brasil**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989.

_____. **Bernardino de Campos e o Partido Republicano Paulista**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1960.

SÃO PAULO (Estado). **RELATÓRIO** apresentado ao Presidente do Estado pelo Secretário dos Negócios da Justiça de São Paulo, Carlos de Campos em 31 de dezembro de 1896. São Paulo, 1897.

SÃO PAULO (Estado). **RELATÓRIO** apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Amaro Cavalcanti Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores em março de 1897. Rio de Janeiro, 1897.

SÃO PAULO (Estado). **RELATÓRIO** apresentado ao Secretário da Justiça do Estado de São Paulo pelo Comandante Geral da Força Pública, Coronel José Carlos da Silva Telles, em 1º Janeiro de 1897.

SCHMIDT, Afonso. **O passadiço**: no tempo do Protocolo. São Paulo: Clube do Livro, 1967.

_____. **Colônia Cecília**: romance de uma experiência anarquista. 3.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. Rio de Janeiro: Record, 2014.

SEVCENKO, Nicolau. A capital radiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: _____ (org.). **História da vida privada no Brasil**: República: da Belle Époque à Era do rádio. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Hélio. **1889**: a República não esperou o amanhecer. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

SILVA, José Luiz Werneck; GONÇALVES, Williams. **Relações exteriores do Brasil I** (1808-1930): a política externa do sistema agroexportador. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **Republicanismo e federalismo**: 1889-1902. Brasília: Senado Federal, 1978.

SILVEIRA, Urias Antonio. **Galeria histórica da Revolução Brasileira**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1890.

SOARES JUNIOR, Rodrigo. **Jorge Tibiriça e sua época**. 2. vol. São Paulo: Companhia Editorial, 1958.

SOBRINHO, Barbosa Lima. **Presença de Alberto Torres**: sua vida e sua obra. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1971.

SPENGLER, Oswald. **La decadencia de Occidente**. 2 vol. Proêmio de José Ortega y Gasset. Madrid: Editorial Espasa-Calpe, 1958.

TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico**: um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo: Nobel/ Instituto Italiano di Cultura di San Paolo, Instituto Cultural Ítalo-brasileiro, 1988.

_____. **Là dov'è la raccolta del caffè**: l'emigrazione italiana in Brasile 1875-1940. Padova, Itália: Editrice Antenore, 1984.

TRUZZI, Oswaldo. **Italianidade no interior paulista**: percursos e descaminhos de uma identidade étnica (1880-1950). São Paulo: Editora Unesp, 2016.

VAUSSARD, Maurice. **Historia de Italia contemporanea**: 1870-1946. Barcelona: Editorial Surco, 1952.

VANGELISTA, Chiara. **Os braços da lavoura**: imigrantes e “caipiras” na formação do mercado de trabalho paulista (1850-1930). São Paulo: Hucitec; Istituto Italiano di Cultura, 1991.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. **Das arcadas ao bacharelismo**: 150 anos de ensino jurídico no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 2004.

VIANA FILHO, Luis. **À margem d'Os Sertões**. Salvador/BA: Progresso, 1960.

VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. **O teatro das oligarquias**: uma revisão da “política do café com leite”. 2.ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

VITA, Luis Washington. **Alberto Sales**: ideólogo da República. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

ZANINI, Catarina. Pertencimento étnico e territorialidade: italianos na região central do Rio Grande do Sul. In: **Redes**, Santa Cruz do Sul, vol. 13, n. 6, 2008.

ZOLA, Émile. Eu acuso. In.: SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. Rio de Janeiro: Record, 2014.

ANEXO

Excerto da Nota da Legação Italiana ao Governo Brasileiro em que o ministro italiano Renato De Martino listou as reclamações italianas:

R.^a Legazione d'Italia – Petropolis, 15 Ottobre 1895.

ALLEGATO – A

Danni causati da forze legali, da autorità od agenti del Governo e da requisizioni di guerra, nonchè alcuni crediti.

DANNI CAUSATI DA FORZE LEGALI

	[Descrição]	Cifra dell'indennità
N. 1	<i>Boano Giovanni</i> , assalito per via colla famiglia delle truppe del Governo presso Ambú, distreto di Jaguary (Rio Grande do Sul), e derubato di quanto possedeva. Il danno fu, come si reclamo al ministero Federale delle Relazione Estere con nota 18 giugno 1894, di	300\$000
N. 2	<i>Bertolone Luigi</i> , ebbe in Antonio Prado (Rio Grande do Sul) la própria casa invasa da alcuni soldati delle truppe federali, che tolsero effetti pel valore di reis cinquecento undici mila. (Nota della R. Legazione 2. Febb. 1895)	511\$000
N. 3	<i>Bruno Antonio</i> , torturato e decapitato in Cerro Chato (Rio Grande do Sul) a scopo di rapina, da truppe legali comandate dal capitano Carolino de Freitas, che ne saccheggiarono poi nel negozio nelle vicinanze di Pelotas. Tanto il Governo dello Stato di Rio Grande do Sul quanto il Governo Federale non corrisposero alle vive sollecitazioni del R. Consolato e della R. Legazione per l'arresto e processo dei colpevoli e per una conveniente indennità alla famiglia della vittima. Con nota 26 Giugno 1895 il ministero Federale delle Relazioni Estere si limitava ad assicurare che avrebbe chiesto informazioni all'autorità competente	50:000\$000
N. 4	<i>Fiorin Giuseppe</i> , negoziante in Alfredo Chaves (Rio Grande do Sul) ebbe saccheggiato il negozio e bruciata la casa dalle truppe del Governo nell'assalto che diedero a quella colônia occupata dai federalisti. Il reclamo venne trasmesso al ministero Federale delle Relazioni Estere coi documenti	20:000\$000

	giustificativi; ed uguale ínvio fu fatto dal R. Console in Porto Alegre al Presidente di quello Stato. Nessuna risposta	
N. 5	<i>Innocente Stefano</i> aggredito a scopo di rapina, percosso e ferito da soldati dell' 11 Battaglione fanteria presso Conceição do Arroio (Rio Grande do Sul). Le ferite furono tali che causarono, nonostante lunghe cure, l'inabilitazione della mano destra. Il reclamo venne presentato al Governe dello Stato di Rio Grande do Sul con documenti in appoggio e comunicato al Governo Federale con nota del 18 Giugno 1894, rimasta senza risposta	10:000\$000
N. 6	<i>Lippo Elia e Pasqualato Luigi</i> , vittime di assalti e soprusi commesi da graduati e soldati federali in Porto Alegre. Domandano l'uno trecento mila reis e l'altro quattrocento mila. Un reclamo identico, presentato del R. Console in Porto Alegre al Presidente di quello Stato in favore di Lucillo Spagnoli, Giovanni Ballario ed Ulderico Caselli venne favorevolmente accolto e soddisfato.	700\$000
N. 7	<i>Manacorda Erminio</i> ebbe merci, effetti d'uso e mobili tolti dalle truppe federali nella sua bottega di calzolaio in S. Anna do Livramento (Rio Grande do Sul). Il Ministro Federale delle Relazioni Estere rispose alle ripetute sollecitazioni nostre con la nota 12 aprile 1894 che prometteva una risposta. Risulta, da una ricevuta annessa al reclamo, che per ordine del Generale Isidoro Fernandez de Oliveira furono consegnati, a titolo di deposito, presso um Serafino Gomes de Pinto, delle calzature per la somma di un conto e cinquecento ventinove mila reis di proprietà di Erminio Manacorda. E risulta pure che il reclamante dopo lo svaligiamento fu costretto, per la miseria, a recarsi in cerca di lavoro altrove, nell'Uruguai.....	2:500\$000
N. 8 [p.113]	<i>Marcarello Fratelli</i> il 10 de novembre 1893 ebbero saccheggiato il proprio negozio nel nucleo coloniale di S. Marco (Caxias, Rio Grande do Sul) da cinque "Patriotas". Il danno constatato fu di, cinque contos e trecento mila reis. La nota della R. Legazione in data 18 Giugno 1894 al Ministro Federale delle Relazione Estere non ebbe risposta.	5:300\$000

	Questo reclamo è distinto dall'altro, puré dei Fratelli Mascarello (trasmesso con nota del 16 Ottobre 1894, alla quale il Ministro Federale delle Relazione Estere rispose il 16 Gennaio 1895) per danni (31:036\$966) che sarebbero stati causati da truppe rivoluzionarie	
N. 9	<i>Morena Giuseppe</i> , durante la rivolta nella baia di Rio de Janeiro abbandonó, per precauzione, temporaneamente, la propria casa con negozio di calzoleria in Niterói per recarsi presso "Santa Rosa". Durante la sua assenza alcuni soldati di polizia ed un picchetto del 24 ^o battaglione fanteria scarpinarono la porta d'ingresso, penetrarono nella casa, la saccheggiarono e quindi l'adibirono a deposito di munizione da guerra. Una lista di testimoni fu trasmessa, col reclamo, al Ministero Federale delle Relazione Estere il 2 Febbraio 1895	6:000\$000
N. 10	<i>Pioli Giovanni Domenico</i> ebbe saccheggiati il suo negozio e la sua casa in Capão Alto (Rio Grande do Sul) da 25 soldati delle forze governative. Fra le testimonianze scritte fu prodotta quella del tenente colonello Teodoro de Souza Duarte, Intendente Municipale della "Vaccaria" al cui distretto appartiene "Capão Alto". Il Ministero delle Relazione Estere si era limitato a rispondere che la regione citata in cui sarebbe avvenuto il saccheggio non esisteva. La qual cosa venne subito smentita con una dichiarazione del giudice di diritto in quella località	15:000\$000
N. 11	<i>Veliero "Giacomina"</i> – uccisione del capitano Giacomo Delucchi, catturato nel 1866 dalle truppe Brasiliane insieme col veliero "Giacomina" (Padrone Tomaso Carbone) all'epoca della guerra del Brasile contra il Paraguay. L'indennità sarebbe stata concertata in lire italiane trecento settantacinque mila a favore del fratello dell'ucciso Capitano, senza tener conto delle ragioni del proprietario della nave, gli eredi del quale ne fecero sospendere il pagamento. Non risultando se il pagamento é poscia avvenuto e se la sospensione dipende, nel caso, dal Governo Federale, la cifra non viene compresa nel totale delle indennità, pur mantenendo e preservando tutti degli interessati.	

DANNI CAUZATI DA AUTORITÁ OD AGENTI DEL GOVERNO

N. 1	<p><i>Bonelli Domenico</i>, assalito da soldati della guardia nazionale com gravi violenze in Herval, presso Jaguarão (Rio Grande do Sul) fu quindi preso dalla polizia e carcerato perchè aveva tentato difendersi contra gli assalitori. Il Presidente dello Stato assicuró il R. Console in Porto Alegre che sarebbe stata fatta giustizia al reclamante. Ed il Ministro Federale delle Relazioni Estere (nota 31 Aprile 1893) diede la stessa assicurazione. Ma il reclamo rimase tuttavia insoddisfatto.....</p>	5:000\$000
N. 2 [p. 115]	<p><i>Dorelli Tomaso</i>. In seguito ad accusa di contrabbando riconosciuta infondata dall'autorità giudiziaria, l'Amministrazione delle Rendite fece procedere, cio non ostante, alla vendita per asta pubblica di tutte le mercanzie possedute da Tomaso Dorelli nel suo negozio di Quarahy (Rio Grande do Sul). Il danno fu così grave che cagionò il fallimento di quella casa Italiana.</p> <p>L'interessato reclamo al Ministero Federale delle Finanze, ma inutilmente. Intervenne la R. Legazione e il Ministro Federale delle Relazioni Estere, benché vivamente e ripetutamente sollecitato, si limitò sempre a rispondere che avrebbe scritto al suo collega competente (ultima nota 30 aprile 1894), senza mai accennare al mérito della vertenza. Mentre per un reclamo análogo, presentato da due negozianti Brasiliani, Machado e Silva, nella stessa epoca ed in Quarahy stesso, furono pagati trecento contos di reis.</p> <p>Secondo una dichiarazione ricevuta dal Giudice Municipale di Quarahy il valore del reclamo é di cento quindici contos, senza calcolare danni e pregiudizi. A questa somma si limita ora la nostra richiesta</p>	115:000\$000
N. 3	<p><i>Fratelli Lenzi e Trevisan</i>. Ottocento Sacchi di zucchero cristallizzato all'indirizzo Fratelli Lenzi Santos, imbarcati della Ditta Silva Guimarães & C. de Pernambuco sul vapore brasiliano "Ondina", sequestrado nella baia di Rio de Janeiro dai rivoltosi.</p> <p>Appena il Governo Federale ricuperó l'"Ondina" i Fratelli Lenzi reclamarono il loro carico. La dogana, dopo lungo tempo e ripetute insistenze, venne autorizzata a farne consegna, ma la merce era intanto scomparsa,</p>	20:800\$000

	<p>e la consegna fu quindi impossibile.</p> <p>Dai documenti giudiziari, relativi alla causa fra Fratelli Lenzi e la Ditta Silva Guimarães e C. di Pernambuco, trasmessi al ministro Federale delle Relazioni Estere (nota 16 Agosto 1895) risulta che i Fratelli Lenzi dovettero pagare alla Ditta Silva Guimarães & C. per il carico di zucchero che non ricevettero mai, venti contos e ottocento mila reis, somma che cogli interessi, le spese di giudizio e quelle di avvocato si elevo poscia a venticinque contos, settecento sessanta nove mila centro settanta reis, e col lucro cessante a trenta contos e piú.</p> <p>Benché la responsabilità del Governo Federale sai completa, non avendo fatto constare la quantità e la condizione della merce al momento in cui entró nel possesso del vapore "Ondina", si limita la domanda d'indennità alla somma che rappresenta il valore pagato della mercê, ossia a</p> <p>Venti barile di alcool imbarcati all'indirizzo Fratelli Trevisan Santos pure sul vapore "Ondina", per le stesse cause ebbero la stessa sorte toccata allo zucchero dei Fratelli Lenzi. Il valore della merce ed il lucro cessante formano la somma di venti contos, ma si chiede soltanto, come per i Fratelli Lenzi, il valore della merce pagata alla Ditta Silva Guimarães & C. di Pernambuco che è di</p>	9:823\$340
N. 4	<p><i>Frisoni, Cademartori & C.</i> de Porto Alegre avevano imbarcato sul vapore brasiliano "Italia" ancorato nel porto di Rio Grande un carico di merci con destinazione a Porto Alegre. Il vapore "Italia" fu catturato da rivoltosi condotti dal contrammiraglio Wandenkolk. Repressa la rivolta di quel contrammiraglio, il vapore "Italia", che si era rifugiato nelle acque di Montevideo, fu consegnato insieme colle merci della predetta ditta italiana e di altre straniere dal Governo della Repubblica Orientale all'autorità diplomatica brasiliana residente in quella capitale; nell'atto della consegna il Rappresentante del Governo Federale in Montevideo con nota ufficiale del 25 Luglio 1893 assunse, di fronte al Governo dell'Uruguay, la responsabilità dei danni e pregiudizi che potessero ulteriormente reclamare i proprietari, i caricatori ed i consegnatari del predetto vapore brasiliano. Ricondotto il vapore a Rio Grande, ogni</p>	6:174\$000

	<p>operazione di scarico venne sospesa dal Governo Federale e solo tre mesi dopo il Capitano di porto provide dalla restituzione delle merci rimaste ai rispettivi proprietari, che constatarono l'entità delle mancate, ed il deterioramento della mercè per la ritardata consegna.</p> <p>La ditta italiana, il cui carico consisteva in macchine, vini e farine, ritirò la parte delle merci non danneggiate e vendette all'asta pubblica le deteriorate; il danno risultatone fu di</p>	
N. 5	<p><i>Galeano Giuseppe</i>, della Ditta Galeano e Soto, reclama un'indennità di lire sterline 7.422 per danni, interessi e lucro cessante cagionati dallo sfratto inflitto dal Brasile al vapore "Celina" su cui aveva imbarcato un carico di carne secca proveniente da Montevideo. Ciò perché il porto di Buenos Ayres era infetto di colera e si era creduto in Brasile di estendere le misure di rigore anche alle provenienze di Montevideo.</p> <p>Reclamo così fondato che il Governo Federale ne riconobbe uno analogo, sostenuto dalla Legazione di Francia, in favore di Giovanni Maria Payssé, per un carico della medesima natura, imbarcato sulla stessa identica nave, e, più tardi, un secondo in favore di Pietro Denis & C. per un carico a bordo del "Centaur" partito da Montevideo nella stessa epoca del "Celina" (Dicembre 1886) ed ugualmente respinto dal porto di Rio de Janeiro. Il pagamento di questo secondo reclamo essendosi eseguito solo nel Febbraio scorso, escluderebbe a vantaggio del Galeano anche l'idea della prescrizione.</p> <p>Si tratta dunque di <i>diniego di giustizia</i>, commesso col remandare l'interessato primo al Congresso Nazionale, incompetente, poscia al Procuratore Generale della Repubblica, che non esisteva; e questo diniego di giustizia è seriamente aggravato dal fatto che, mentre l'azione diplomatica della R. Legazione ebbe ampia soddisfazione.....</p>	170:00\$000
N. 6	<p><i>Ina Z.</i> La Dogana di Santos inflisse, senza motivo, una multa di sette contos circa al piroscafo "Ina Z." per tabacco che si trovava a bordo, nonché il sequestro della merce.</p> <p>Già la dogana di Rio de Janeiro, cui tale tabacco [sic] era stato denunziato come</p>	7:000\$000

	<p>provvisa per gli emigranti e per l'equipaggio, aveva ommesso la denuncia, inscrivendo poscia per errore la stessa merce in esportazione per Santos.</p> <p>Il diritto del reclamante è quindi evidente. Si domanda la restituzione della somma pagata, rinunciando alla merce</p>	
<p>N. 7 [p. 119]</p>	<p><i>Madonna della Costa.</i> La dogana di Santos non restituì le tasse pagate in anticipazione da alcune ditte importatrici italiane per merci che bruciarono a bordo del piroscafo "Madonna della Costa" incendiatosi in quel porto e non erano quindi state effettivamente introdotte nello Stato.</p> <p>Un diritto indiscutibile, confortato da prove non dubbie, assiste ai reclamanti.</p> <p>Il Ministro Federale delle Relazioni Estere alle ripetute nostre sollecitazioni rispose sempre evasivamente (nota ultima del 3 agosto 1895). Si domanda ora la restituzione delle somme seguenti:</p> <p>Franchi Conti & C..... 16:283\$000 Giuseppe Marchesino & C..... 13:951\$400 Ferant & C. 8:783\$500 Fratelli Aman 2:181\$360</p> <p>L'autorità doganale impedì inoltre, senza ragione, la vendita dello scafo, che andò così interamente perduto, mentre una perizia lo aveva valutato in trecentosessantasei contos di reis, somma che ora ugualmente si reclama dal Governo Federale</p>	<p>41:199\$960</p> <p>3:000\$000</p>
N. 8	<p><i>Mina Michele,</i> veniva proditoriamente aggredito e ferito in S. Paolo da un soldato del 14 battaglione di cavalleria federale, la ferita, prodotta da un colpo di sciabola alla parte destra della fronte, venne constatata con certificato medico.</p> <p>Il colpevole fu punito. (Nota del Ministero Federale delle Relazioni Estere in data 19 Luglio 1895)</p>	5:000\$000
N. 9	<p><i>Nori Benedetto,</i> tipografo, il 7 Giugno 1891 venne aggredito in Rio de Janeiro, battuto e derubato [p. 120] di alcuni oggetti di valore e denari da due soldati del 7 battaglione fanteria ed una guardia di polizia.</p> <p>L'autore principale, capo squadra Manoel Monteiro da Silva, fu punito, ma gli oggetti derubati, per un valore di almeno duecento cinquanta mila reis, nonostante le vive insistenze della R. Legazione, non vennero</p>	7:000\$000

	<p>restituiti.</p> <p>Ed anzi il Ministro Federale delle Relazioni Estere giudicó che trattandosi di furto da lui ritenuto "comune" dovesse l'interessato rivolgersi all'autorità giudiziaria.</p> <p>Tenuto conto della lunga malattia sofferta dal Nori, in seguito a quella brutale aggressione di agenti del Governo, che gli causo quasi la perdita di un occhio ed un difetto permanente al braccio sinistro, si chiede l'indennità complessiva di</p>	
N. 10	<p><i>Penna Tarquinio</i> veniva aggredito da alcuni soldati del battaglione "Silva Teles" in Rio de Janeiro, maltrattato e ferito senza ragione. Le ferite furono constatate con visita medica. L'aggressione per opera di soldati del battaglione "Silva Teles" venne confermata dal Ministero Federale delle Relazione Estere. (Nota del 24 aprile 1894).</p>	5:000\$000
N. 11	<p><i>Porta Cesareo</i>, assassinato presso Caxias (Rio Grande do Sul) da soldati di polizia, comandanti da Osorio Pinto de Oliveira, a scopo, dicesi, di vendetta. Si reclamo perché fossero arrestati i colpevoli e sottoposti a giudizio, e fosse accordata una conveniente indennità alla vedova ed ai quattro figli rimasti nella miseria. (Nota della R. Legazione in data 27 aprile 1893). L'assassinio non essendo stato accompagnato ed aggravato da [p. 121] torture, come nei casi di Bruno e Rizzo, si limita la domanda a</p>	40:000\$000
N. 12	<p><i>Rizzo Giovanni</i>, atrocemente mutilato ed ucciso in S. Thiago do Boquerão (Rio Grande do Sul) a scopo di rapina. Gli assassini furono quattro Tenente di polizia Cordeiro e "patriotas" Amarinho Belisario, Machado José, Fernando Dias. Mandanti furono il Direttore della colonia, Dottre. Severiano de Souza Almeida, il maggiore Marquez Rocha, il segretario e fiscale della colonia ed i capitani "patriotas" Ignazio Gomes e Firmino Soares. L'arresto dei colpevoli, benché vivamente sollecitato dal R. Console in Porto Alegre e dalla R. Legazione e promesso ufficialmente dal Governo dello Stato e da quello Federale, non venne mai eseguito.</p> <p>Il Presidente dello Stato, Dottre. Castilhos, assunse impegno formale di pagare una indennità agli eredi della vittima (nota 8 Giugno 1893 e 13 Settembre 1893 al R. Consolato in</p>	50:000\$000

	Porto Alegre) Vedasi il caso análogo di Bruno. Se <i>per soli maltrattamenti</i> al francese Bastide ("Relatorio" o libro Giallo Brasiliano del Maggio 1895 alle pagine 224 e seguenti – Seconda Parte) il Governo Federale concedette alla Legazione di Francia la somma di cinquanta contos di reis, questa stessa somma é ben mite per l'assassinio, con barbare torture, di un cittadino italiano.....	
N. 13	<i>Roque Luigi e Romano Michele</i> , residente in Gequié (Bahia) furono nel Dicembre 1891 maltrattati da quattro agenti di polizia comandati da Theophilo Rodrigues Oliveira, ed ebbero saccheggiato le loro abitazioni. I fatti sono confermati da una dichiarazione del Fiscale Generale del municipio di Valensa e da molte testimonianze scritte.	5:000\$000
N. 14	<i>Rotonda (La) Francesco</i> , dottore; Lanzone Antonio, ingeniére; Balassini Antonio, negoziante. Questi ter cittadini italiani furono arrestati quase contemporaneamente nel mese di Luglio 1894 per sospetto di essere anarchici. Furono tenuti in carcere per piú di un mese. Il Rappresentante di S. M. il Re d'Italia, informato quase immediatamente di questi arresti, diresse al Ministero Federale delle Relazioni Estere ter comunicazioni ufficiali per dichiarare come il Dottre. La Rotonda fosse sua conoscenza personale da molti anni, ni fosse assolutamente possibile che una qualsiasi imputazione penale potesse esistere contro di lui; come l'ingegnere Lanzone fosse persona bem conosciuta dal R. Consolato Italiano e della sua probità e serietà rispondessero anche i notabili della colonia italiana; come pel Balassini rispondessero le autorità di Mendes, luogo di sua residenza; e i documenti rilasciati da questo autorità a favore di lui furono trasmessi al Ministero Federale predetto. Ma la Reale autorità Diplomatica Italiana, fattasi in siffattomodo solennemente mallevadrice, non ottene l'immediata scarcerazione di quei tre Regi sudditi. Nessuna prova o indizio di prova le autorità di polizia poterono mai produrre per cause o ragione del sospetto che le indusse allo arresto; e basti dire che la perquisizione fatta nel domicilio del Dottre. La Rotonda condusse al seqüestro di libri e manoscritti che, se potessero legittimare	25:000\$000

	<p>una carcerazione di trentatre lunghi giorni, ogni persona, non analfabeta, dovrebbe vivere in terrore: “una scena di schiavitú” mai data alle stampe, e “cosmopolitismo, su religione e política” uno Studio che nulla contiene né di anarchismo né di socialismo. Eppure il Ministro Federale d’allora per gli Affari Esteri nella sua nota delle 6 Settembre 1894 adduce questi scritti e una lettera in cui si chiedeva al Dottore (e non già neppur ch’egli chiedesse) di abbonarsi ad un giornale sovversivo di S. Paulo per giustificare l’arresto e la carcerazione come anarchico d’un cittadino italiano pensionato dal suo Re pei suoi servizi resi all’Italia, decorato con Decreto Reale della medaglia ai benemeriti della salute pubblica, devoto con tutta l’anima alla gloriosa Dinastia del suo paese, filantropo che in Italia e al Brasile é stato sempre degno di rispetto ed onoranze.</p> <p>Tralasciando le asserzioni dei ter carcerati sulla violazione da parte delle autorità delle forme volute dallo stesso codice penale Brasiliano (“mandado de busca” e “nota de culpa”), é sufficiente indicare che l’arbitrario arresto e l’arbitraria carcerazione per un tanto spazio di tempo né anco passano essere giustificati asserendo che furono commessi durante lo stato di assedio. Lo stato de assedio cesso li 30 Giugno e non esisteva durante i mesi di Luglio ed Agosto quando quegli italiani patirono una cotale persecuzione.</p> <p>Dall’attuale Ministro Federale per gli Affari Esteri è da sperarsi che la legittimità di questi reclami non sarà più disconosciuta; nè dal Governo del Re sono dimenticate le dichiarazioni di principi fatte da S. E. il signor de Carvalho al Ministro d’Italia quando, nel Dicembre 1893, manifestava – e per temperare i rigori dello stato d’assedio – lo intento civile di rendere effettiva la solidarietà delle nazioni mercé le più umane regole di diritto, conformandosi ai voti dello Istituto di Diritto Internazionale.</p> <p>Il Dott. La Rotonda si trova gravemente danneggiato nella sua interrotta professione ed anche in seguito perchè la clientela fugge da chi, sai pure a torto, é sospettato; l’ingegnere Lanzone perdette un proficuo impiego all’ottenimento del quale lavorava da sei anni;</p>	
--	--	--

	il negoziante Balassini il suo credito. A tanti danni causati ad innocenti é dovuto, sotto ogni rispetto, um risarcimento; e limitandosi al minimo possibili la R. Legazione d'Italia richiede l'indennità complessiva di	
N. 15	<p><i>Rotondano, Enrico ed altri.</i> Persecuzioni d'Italiani e saccheggi in Gequié, Poções, Bocca de Matto e Commandatuba (Stato di Bahia), per gelosia di commercio.</p> <p>Le autorità locali provocavano disordini e minacce per indurre gli italiani a lasciare quei luoghi (come infatti i piú perseguitati li lasciarono con gravissimo danno), e rimanere senza concorrenti nell'esercizio delle loro industrie.</p> <p>Esiste una dichiarazione del ministro delle Relazioni Estere, Dr. Cassiano de Nascimento, contenuta nella sua lettera del 13 de aprile 1894 al R. Ministro Com. Tugini, colla quale riconosce essere i reclamanti assistiti da giustizia, aggiungendo [p. 125] che <i>senza dubbio</i> verrà loro concesso un <i>equo compenso</i>.</p> <p>A questo formale impegno del Governo Federale non deve essere stato estraneo il rapporto ufficiale del giudice municipale di Termo de Maracas in Gequié al Governatore dello Stato, in data 9 Febbraio 1892, col quale si confermarono i tristi fatti avvenuti e si dichiarava solennemente che l'autorità di polizia cercava di espellere da quel distretto i principali negozianti "<i>pelo único crime de serem súditos italianos</i>".</p> <p>Si domandano pertanto le indennità seguenti:</p> <p>CASE DI GEQUIÉ E POÇÕES</p> <p>Rotondano, Niella & C.....3:000\$000</p> <p>Innocenzo Maimone e Bastilotti...3:000\$000</p> <p>CASE DI BOCCA DO MATTO</p> <p>Carmelo Errico, Rappresentante la casa Biagio Miraglia e Enrrico..... 65:000\$000</p> <p>Angelo d'Andrea.....30:500\$000</p> <p>Caselli e Mobiglio.....19:500\$000</p> <p>CASE DI COMMANDATUBA</p> <p>Luigi Magnavita7:000\$000</p> <p>La richiesta totale dei reclamanti era di Rs. 209:508\$000.</p> <p>Escludendo però per tutti i reclamanti i danni morali ed il lucro cessante resterebbe la complessiva somma di Rs. 104:000\$ che si é</p>	126:500\$000

	elevata a [p.126] quella di Rs. 126:500\$ riconoscendo, piú che l'equità, la preta giustizia d'includere in parte, quantunque mínima, anche questi ultimi danni.	
N. 16	<p><i>Rossotti Guglielmo</i> venne espulso della casa che abitava colla famiglia in Gião do Rio Purus (Amazoni) e privato di alcuni Beni dei quali vantava in suo favore Il pacifico possesso per oltre trent'anni. L'arbitraria spogliazione ebbe luogo per opera del sotto delegato di polizia che pretendeva aver diritti su quella proprietà. Reintegrato nel possesso, in seguito alle pratiche della R. Legazione (nota del Ministero Federale delle Relazioni Estere in data 20 Aprile 1894), venne espulso una seconda volta.</p> <p>Altre all'immissione in possesso della proprietà che gli appartiene si domanda per Guglielmo Rossotti il rifacimento dei Danni diretti, emergenti (perdita di merci, mobili, prodotti, attrezzi etc. etc. nella somma di</p> <p>Senza pregiudizio dei danni per lucro cessante che l'interessato credesse di far valere davanti l'autorità giudiziaria.</p>	12:537\$000
N. 17	<p><i>Tagliaretti Natale</i> venne ferito in S. Paolo, per semplice brutalità da un soldado de Franchi Tiratori con un colpo di rasoio che gli produsse deturpazione del viso.</p> <p>Altre la punizione del colpevole, che non risulta mai avvenuta, la R. Legazione chiese un'indennità per i danni materiali sofferti dal Tagliaretti (spesso di chirurgo, medicine, inabilità al lavoro per 15 giorni).</p> <p>Il dottore Cassiano de Nascimento, Ministro delle Relazione Estere, aveva promesso al Com. Tugini [p. 127] , Ministro d'Italia, che l'indennità sarebbe stata accordata, ma la promessa non ebb seguito.</p> <p>Si mantiene ora la domanda del danneggiato medesimo, modestissima, di</p>	6:000\$000
N. 18	<p><i>Tamasia Giovanni</i>, Vecchio di 74 anni, arrivato a Santos in 12 Maggio 1894 col piroscalo "Bearn" consegnó agli agenti doganali presentatisi a bordo, in presenza del comandante della nave e di alcuni passeggeri (indicati in lista speciale) diversi oggetti di valore (orologi, cartere, anelli etc. etc.) Sbarcato, si presentó all'ufficio di Dogana per pagare diritti devuti e ritirare gli oggetti; ma la</p>	756\$000

	dogana si rifiutó a farne consegna, considerandoli come oggetti di contrabbando. Le proteste non valsero, come non valsero le pratiche della R. Autorità Consolare in favore del Tomasia. Anche la R. Legazione non riuscì ad avere una risposta concreta (nota del Ministero delle Relazioni Estere in data 1 Luglio 1895). Il valore di quelli oggetti si calcola in	
N. 19	<i>Vettese Salvatore</i> , vittima di maltrattamenti, servizie e spogliazione consumate da agenti di polizia in Rio de Janeiro. Gli venne rubata la somma di 1:261\$ in sterline e marenghi. I maltrattamenti furono provati con certificato medico e testimonianze. Il Ministero Federale delle Relazioni Estere (nota 12 Aprile 1894) assicuró che avrebbe provveduto....	5:000\$000

DANNI CAUSATI DA REQUISIZIONI DI GUERRA

	<i>Bottino Salvatore e Domenico</i> , Fratelli, reclamano per danni loro causati dalle truppe federali in Campos Novos (Santa Caterina) in seguito a forzata requisizione di animali durante la rivoluzione. [p. 128] I documenti comprovanti la gravità del danno furono trasmessi al Ministero Federale delle Relazioni Estere con nota 28 Febbraio 1895.....	100:000\$000
	<i>Requisizioni diverse</i> di animali, fatte da truppe legali in Rio Grande do Sul durante la rivoluzione. Sono duecento diciotto reclami, iscritti in quindici liste trasmesse successivamente al Governo Federale, confermati dalle stesse autorità militari locali. Il valore di ciascun animale é inferiore a quello ammesso per reclami consimili di sudditi Inglesi, già soddisfatti dal Governo di Rio Grande do Sul. Somma totale	198:000\$000

CREDITI DIVERSI

N. 1	<i>Catucci Saverio</i> , farmacista della colonia "Alessandra" nel Paraná, é creditore verso il Tesoro Nazionale della somma di 2:376\$ per medicine fornite nel 1879 e 1880 a quei coloni. Il Presidente dello Stato di Paraná riconobbe la validità del credito ed il Ministro di Agricoltura ordinó allo Spettore del Tesoro Nazionale in	2:376\$000
------	--	------------

	Curitiba di effettuare il pagamento fin dal 1885. Ma tale pagamento non ebbe mai luogo ed il Ministero delle Relazioni Estere pretenderebbe che il reclamante producesse nuove prove, dopo che il credito é riconosciuto da dieci anni	
N. 2	<p><i>Cavallari Carlo</i>, creditore della somma di 535\$ per servizi prestati nel ricovero degli emigranti all'Isola dei Fiori.</p> <p>[p.129] Con Pro Memoria 6 Settembre 1894 il Ministro delle Relazioni Estere annunciava alla R. Legazione che “Repartição da Fazenda está habilitada a mandar efetuar o pagamento da quantia de 535\$ devida a Carlos Cavallari por serviços prestados na hospedaria de imigrantes da Ilha das Flores de 1. de janeiro a 31 de outubro do ano próximo findo.”</p> <p>Questo pagamento non venne tuttavia mai eseguito, rimanendo Vane tutte le sollecitazioni fatte dall'interessato e dalla Regia Legazione.</p> <p>Lo stesso Cavallari reclamo inoltre la somma di 87\$500 per venticinque giornate di lavoro da muratore da lui impiegate nel Genaio scorso, pure all'Isola dei Fiori (nota della R. Legazione 29 agosto 1895 rimaste senza risposta).</p> <p>Somma complessiva</p>	622\$500
N. 3	<p><i>D'Alessandro Bruto</i> reclamo il pagamento di salari arretrati come fuochista di 1^a classe a bordo della Corazzata “Riachuelo” (Promemoria della R. Legazione in data 31 Luglio 1894).</p> <p>Il Ministero Federale delle Relazioni Estere riconobbe l'obbligo da parte del Governo di pagare solo i servizi resi alle forze legali, escludendo ogni retribuzione per quelli prestati, nella stessa qualità, ai rivoltosi.</p> <p>Tenuto conto che il D'Alessandro venne lasciato in cárcere quattro mesi per sospetto di connivenza coi rivoltosi, sospetti che riuscirono infondati, si mantiene la domanda di</p>	500\$000
N. 4	<p><i>Mengatto Antonio</i> – pagamento di buoni della Commissione di “Terras e Colonização”, dovuto ai figli minorenni di Stefano Alberti (decaduto in Rio [p.130] Grande do Sul nel 1889) per la somma di 5:274\$875.</p> <p>I minorenni risiedono in Caxias ed il credito venne formalmente riconosciuto dal Governo di quello Stato. (Promemoria della R. Legazione in data 10 Dicembre 1894, n. 1053)</p> <p>.....</p>	5:274\$875

N. 5	<p><i>Piroscafo Napoli</i>, naufragato dinanzi la Baia di Victoria il 4 Dicembre 1893.</p> <p>L'autorità locale procedette alle operazioni del ricupero nell'interesse delle Compagnie Italiane di Assicurazione, alle quali l'armatore aveva abbandonato la nave.</p> <p>Dalla liquidazione trasmessa dal Ministero Federale delle Relazioni Estere (11 Settembre 1895) risulta un attivo a favore delle Compagnie di 4:093\$370, che non fu ancora pagato</p>	4:093\$370
N. 6	<p><i>Pretto Pietro</i>, Francesco dalla Cusa, Romano Antonio e Mossolini Giuseppe reclamarono il pagamento di 14:760\$ loro dovuto per lavori nella strada fra il Travesson Alfredo Chaves ed il Passo di Simão al Rio das Antas (Caxias – Rio Grande).</p> <p>La R. Legazione raccomandò replicamente la vertenza al Governo Federale, che riconobbe il diritto dei reclamanti, e il Ministero de Fazenda venne anche autorizzato a pagare la somma suaccennata. (Nota del Ministro delle Relazioni Estere in data 25 Luglio 1894).</p> <p>Non basta però l'autorizzazione, occorre il pagamento</p>	14:760\$000

ALLEGATO – B

Vertenze da sottoporsi all'arbitrato

N. 1. – *Antonini Carlo* aveva preso in subappalto dai Signori Drummond e Passos la costruzione della strada ferrata da Bagé a Uruguayana nello Stato di Rio Grande do Sul. In base al contratto 24 agosto 1889 si era obbligato a compiere i lavori della quarta sezione per l'estensione di 64 chilometri, assumendosi tutte le obbligazioni che gli appaltatori principale avevano verso il Governo Federale. Quelli, a loro volta, si erano obbligati a pagare puntualmente i lavori al prezzo stabilito dal Governo sotto deduzione di una percentuale a titolo di profitto.

Dal Settembre 1889 al 31 Dicembre 1892 i pagamenti furono eseguiti con relativa puntualità; poscia furono sospesi. L'Antonini valendosi della clausula del contratto secondo la quale (art. 16 delle condizione generale e art. 4 del nuovo contratto fra gli appaltatori principali ed il Governo) il Governo obbligava i detti impresari a pagare lavoratori e subappaltatori, riservandosi il diritto di pagare esse stesso, direttamente, quando tralasciassero di farlo gli appaltatori principali, reclamò presso il competente ministero di agricoltura la somma dovutagli e ricevette Rs. 217:392\$375, come acconto del suo credito complessivo di circa seicento contos di reis.

Sul pagamento della somma residua verte ora la controversia.

N. 2 – *Bonini Cristoforo*, ingegnere, con contratto 18 Settembre 1848, stipulato col Governo dell'allora provincia di Rio Janeiro, assumeva la costruzione del

ponte “do Penedo” sulla strada di Petropolis. Compiuta l’opera, il Bonini reclamó una idennitá per le maggiori spese sostenute in quella costruzione ed il reclamo fu sottoposto all’assemblea provinciale che l’approvó in seconda lettura, votando [p.131] la risoluzione seguente: “Artigo único – O Presidente da Província é autorizado para mandar pagar a Chistovam Bonini a indenizaçã a que ele tem direito pela obra da ponte do Penedo na estrada da Estrela. Paço da Assembléia, 20 de setembro de 1852.”

La terza lettura, benché vivamente sollecitata, non ebbe mai luogo e l’indennitá non venne quindi mai pagata, con danno gravissimo degli eredi di Cristoforo Bonini, ora defunto (nota del ministro Federale delle Relazioni Estere in data 13 novembre 1894).

N. 3 – *Franzini Michele Mario* per contratto 12 Luglio 1892, estipulato col Governo Brasiliano, si era impegnato a formare uma compagnia com un capitale de cinquanta milioni, la quale provvedesse poi all’impianto nelle terre di “Espírito Santo” di una colonia di cinquanta mil emigranti da trasportarsi e stabilirsi colà nel volgere di dieci anni.

Franzini costituì la compagnia “The General Agricultural of Brazil limited”, mas questa non riuscì ad ottenere, con la sottoscrizione delle azioni, i capitali necessari a causa di difficoltà che il concessionario ritiene siano imputabili al Governo del Brasile. Dá cio l’origine della vertenza, che trascina da tanto tempo, per rifacimento di danni.

N. 4 – *Pietro Caminada & Comp.* con Decreto 6 Giugno 1891, n. 372, il Presidente della Republica degli Stati Uniti del Brasile concedeva in privilegio la costruzione, uso ed esercizio di una ferrovia circolari che colla denominazione di “Metropolitana” passasse per le montagne che circondano la capitale e per i subborghi compresi nel distretto federale, inclusa l’isola del “Governatore” avendo per punto di partenza e di arrivo la piazza della “Carioca”.

Fra le clausele della concessione veniva compreso il diritto di spropriação (a norma del decreto 10 Luglio 1855, n. 816) [p. 133] dei terreni di domínio privato, delle proprietà e beni che fossero necessari per il piano della strada, le stazioni, magazzini ed altre dipendenze specificata negli studi definitivi. La durata del privilegio era di trent’anni. I lavori dovevano aver principio nel termine d’un anno ed essere compiuti entro cinque. Per i casi non previsti nella concessione doveva applicarsi la clausula annessa al decreto 27 Dicembre 1880, n. 7959, ossia l’arbitrato.

In data 21 Giugno 1891 la ditta Pietro Caminada & C^a. Stipulava col Ministro Federale dei Lavori Publici, Commercio ed Agricoltura il relativo contratto. Il Governo approvó in seguito le piante e gli studi del primo tracciato, nonché gli studi e le piante dell’edificio per la stazione centrale in piazza della “Carioca”. L’intendenza Municipale accordó inoltre la licenza per le impalcature necessario su quella piazza, ed il 6 settembre aveva luogo, in modo solenne, il collocamento della prima pietra.

Nell’Aprile 1892 l’Intendenza Municipale ordinava la rimozione e sequestro delle impalcature e proibiva la continuazione dei lavori. Di qui il reclamo della Ditta Pietro Caminada & C.^a che diede luogo ad una lunga serie di trattative nelle quali il Ministero Federale delle Relazioni Estere riconobbe il diritto alla indennitá offrendo una transazione, ed accettó pure il principio dell’arbitrato. Le negoziazioni fallirono sulla cifra dell’indennitá. Fallirono anche

una prima volta (vedasi nota di S. E. il Barone Blanc al Ministro del Brasile in Roma delli 3 Luglio 1894) e per una seconda volta or sono pochi mesi sui punti e sui questi da essere la matéria dell'arbitrato.

Così stando le cose, la R. Legazione ripropone la soluzione che il Ministro per gli Affari Esteri di Sua Maestà esponeva nella nota predetta coi termini seguenti: ...”que le juge arbitral, choisi d'un commun accord, soit autorisé par son mandat à fixer, lui-même, avant tout, l'étendue de sa compétence et les différents points dont la décision lui reste soumise”.

N. 5 – *Expulsi da S. Paulo* – Il Governo Federale nel Marzo 1893, su proposta del Presidente dello Stato di S. Paulo, decreto l'espulsione del território brasiliano, come sospetti anarchici, dei seguenti anarchi:

- 1) Leonida Amici.
- 2) Sante Leonardi.
- 3) Paolo De Rossi.
- 4) Ettore Gorchini.
- 5) Secondo Secondari.
- 6) Ettore Gallini.
- 7) Domenico Semprini.
- 8) Giuseppe Morelli.

Il Governo dello Stato di S. Paulo accordò 4 contos di reis per rimborso degli oggetti avariati di proprietà degli espulsi, respingendo la domanda per una indennità maggiore.

Chiesto l'intervento del Governo Federale, questo rispose negando anzitutto l'esistenza dei maltrattamenti da parte degli agenti della forza pubblica (maltrattamenti con gravi ed irremediabili danni, siccome certificati medici constatano – Dispaccio del Governo del Re alla R. Legazione in Rio delli 15 Febbraio 1894). Il Ministro Federale delle Relazioni Esterne aggiunse che il diritto di espellere chiunque dal proprio territorio è inerente alla sovranità territoriale in modo assoluto e quando anche gli espulsi fossero uomini di “intatta fama, anzi angeli” (parole del sig. De Nascimento al Com. Tugini) e che di tale diritto ogni Stato può valersi in qualsiasi circostanza ed a suo beneplacito, senza alcun obbligo di indicare le ragioni dell'espulsione o di porgere schiarimenti.

La controversia involge la questione dei limiti del diritto di sovranità territoriale nel consorzio dei popoli civili, tanto più grave ed importante per l'Italia che ha affidato al Brasile così grande numero di cittadini.

N. 6 – *Miscione Michele* arrestato il 28 Dicembre 1893 e tenuto in carcere nove mesi sotto l'accusa di essere stato intermediario tra la flotta rivoltosa ed i suoi partigiani nella Capitale Federale.

Nonostante che il Supremo Tribunale Federale gli concedesse l'“habeas corpus”, fu trattenuto in carcere per diversi giorni ancora e nonostante che la successiva sentenza del medesimo tribunale, in data 15 settembre 1894 ordinasse la sua liberazione definitiva “visto a ilegalidade de sua prisão, a incompetência da jurisdição para o caso e a falta de formação da culpa em relação ao dito paciente” fu imbarcato a forza per Lisbona.

Miscione reclama i danni per l'arresto arbitrario e l'arbitraria espulsione, nonché per il sequestro di alcune merci imbarcate sul vapore “Sargo” da lui noleggiato, e per l'annullamento di una concessione sulla pubblicità

accordatagli dal municipio di Rio Janeiro. E il Ministero Federale delle Relazioni Estere, colla sua nota delli 11 Maggio 1895, rifiuta le chieste indennità.

N. 7 – *Luigi Camuyrano e Cia* durante la rivolta i vaporette “Tijuca” e “Corcovado”, appartenenti alla Ditta e addetti al trasporto dei passeggeri da Rio Janeiro all’Isola Grande, vennero, d’ordini del Governo Federale, solti alcuni pessi della machina per renderla inservibile. Repressa la rivolta, né i pessi di macchina né i vaporette furono restituiti ai legittimi proprietari.

Il piroscifo “Oriente”, di proprietà della stessa Ditta, durante lo stato d’assedio, traendo a rimorchio due pontoni “Erminia I” e “Industria Argentina” si diresse di notte verso la baia di Rio Janeiro. Avvertita da un primo colpo di cannone partito dal forte di S. Cruz, non si arrestò súbita a causa della sua velocità iniziale ed anche per il pericolo che i due pontoni a rimorchio per una rápida fermata del vapore, lo investissero [p. 136] necessario intervallo, un terzo a palla, che mandò a picco il pontone “Industria Argentina”.

Il Governo Federale rifiuta qualsiasi indennità per entrambi questi reclami.

ALLEGATO – C

Successioni raccolte dalle Autorità Brasiliane

N. 1 – *Bertuso Secondo*, morto il 21 Marzo 1895 nell’ospedale di S. Sebastiano in Rio de Janeiro.

Dal Direttore dell’ospedale vennero rimessi al Giudice della 10ª Pretoria, il quale ha passati al curatore degli assenti, i seguenti valori: 1) chèque sull’Italia di £ 1.650; 2) Lire italiane carta 120; 3) due biglietti di passaggio per l’Italia 159\$000.

L’impiegato della Cancelleria Consolare che si recò dal curatore per ritirare i detti valori non li poté avere perché non era munito dell’ordine del giudice; richiestone il giudice nulla rispose.

N. 2 – *Bistolfi Carlo* da Torino, deceduto in Rio de Janeiro il 24 Dicembre 1891. Richiesta al Giudice della 3ª Pretoria la consegna dell’eredità, non rispose. Interessato il Ministro delle Relazioni Estere, rispose che (nota 22 Marzo 1892) occorreva provare la nazionalità del defunto. La R. Legazione replicò (nota 13 Aprile 1893) che il Bistolfi, italiano d’origine, era arrivato da poco tempo in Brasile, proveniente da Buenos Ayres. Le nuove informazioni che il Ministero delle Relazioni Estere promise di assumere non giunsero mai.

N. 3 – *Caruso Vincenzo*, deceduto nel Maggio 1892 in Rio de Janeiro (Alto da Boa Vista da Tijuca) lasciando in questa città un figlio minore e la moglie in Italia. Il giudice della 18ª Pretoria procedette al Ricupero della eredità senza farne poscia la dovuta consegna alla Regia Autorità Consolare, nonostante ripetute sollecitazioni [falta a ultima frase na página].

Dell’ammontare di questa successione (2:696\$720) si è dichiarato responsabile il Governo Federale (nota del Ministro delle Relazioni Estere in data 5 Settembre 1895).

N. 4 - *Clemente Guido*, morto in Parahyba do Sul (Rio de Janeiro) ai primi del 1894. Il giudice municipale di quella località riferì al R. Consolato che l’attivo della successione, depurato dalle spese, era di 143\$380, che depositava nella Cassa della Collettorie dello Stato di Rio de Janeiro.

La R. Legazione reclamò la consegna ed il Ministro Federale delle Relazioni Estere fece le solite promesse (nota del 2 Ottobre 1894) ma la modesta successione Clemente rimane da esigere.

N. 5 – *Coparuso Angelo*, morto il 3 Febbraio 1890 in Rio de Janeiro, lasciando un credito di circa 50\$ per alcune giornate di lavoro fatto nell'impresa do "Novo abastecimento d'agua á cidade do Rio". Il Consolato con nota 2 di Aprile 1890 chiese al giudice degli assenti della "1ª Vara" di ordinare il pagamento di detta soma. Nessuna risposta.

N. 6 – *Cormano Giuseppe*, da Baseline (Benevento), morto in Baependy (Minas Gerais) nel 1891.

L'autorità locale procedette al Ricupero dell'eredità che risultò di 200\$ e quantunque il Ministero delle Relazioni abbia assicurato (nota 15 Dicembre 1893) che il prodotto liquido sarebbe stato subito consegnato alla R. Autorità Consolare, questa consegna non venne mai effettuata.

N. 7 – *Corracini Salvatore*, morto nell'ospedale di S. Sebastiano in Rio de Janeiro addì 14 Marzo 1894.

Il direttore dell'ospedale rimise al giudice della 10ª Pretoria 9\$ lasciati al Corracini. Morì contemporaneamente, nello stesso ospedale, la moglie del Corracini, Giuseppina Galluci. Da informazioni avute i due coniugi possedevano quasi tre contos di reis, orologio, catena d'oro, anelli e pendenti.

N. 8 – *Coseglia Francesco*, sacerdote, deceduto nell'ospedale di S. Sebastiano in Rio de Janeiro il 31 Gennaio 1894.

Lasciò un titolo di credito del "Banco Rural Hypothecario" per la somma di 1:047\$680, esigibile nel novembre 1894.

Il Regio Consolato sollecitò dal giudice della 5ª Pretoria la necessaria autorizzazione (alvará) per riscuotere quel credito nell'interesse degli eredi residenti in Italia, trasmettendo anche un certificato da cui risulta che il Coseglia nel 1890 era caporal maggiore alla scuola di cavalleria in Pinerolo (Torino); ma il giudice tacque.

La R. Legazione ne scrisse al Ministero Federale delle Relazioni Estere, il quale rispose (nota del 18 Settembre 1895) che "o atual juiz da 5ª Pretoria, verificando que os autos da sucessão não tinham sido despachados pelo seu antecessor officiou", etc, etc... ed infine che "se até hoje não providenciou a esse respeito, foi por não lhe terem sido conclusos os autos".

È superfluo notare l'obbligo che incombe all'autorità competente di non ritardare di più ad eseguire la consegna del documento richiesto.

N. 9 – *Cingolani Custavo*, ingegnere, morto in Rio de Janeiro il 19 Marzo 1891.

La successione consistente soprattutto in oggetti di valore (anello di brillanti, orologio etc.) venne ravvolta dal giudice della 6ª Pretoria che, invitato a darne conto, non rispose. Il Ministero delle Relazioni Estere si occupò della cosa a richiesta della R. Legazione (30 Giugno 1893 e 18 Luglio 1894), ma l'eredità non fu consegnata.

N. 10 – *Cisi Battista*, morto a Sampaio addì 8 Febbraio 1892. Lasciò un libretto di deposito al Banco di Cambio in Rio Janeiro per lire 200 in oro. Tale libretto trovasi depositato nella Cassa del Curatore Generale degli assenti a Rio ed il giudice della 13ª Pretoria promise di farne eseguire la consegna. La promessa non [falta a ultima linha no documento].

N. 11 – *Del Monego Giuseppe*, deceduto in Rio de Janeiro nel Marzo 1891. L'autorità brasiliana non effettuò la consegna della successione, allegando le solite formalità amministrative.

La R. Legazione rinnovó le sue istanze sempre invano.

Il Ministero Federale delle Relazioni Estere con l'ultima sua nota verbale del 22 Aprile 1893 prometteva di provvedere e non provvide.

N. 12 – *De Paola Beniamino*, morto in Rio Janeiro il 24 Maggio 1891. Lasció una macchina da cucire ed un credito di Rs. 40\$000 da ritirarsi dall'Arsenale di Guerra. Il R. Consolato ne informo il giudice della 4ª Pretoria a norma dell'art. 2 del regolamento in vigore, ma non ricevette risposta.

N. 13 – *Donzzelli Caterina*, deceduta nell'ospedale di S. Sebastiano in Aprile 1893.

La successione, raccolta dal giudice della 11ª Pretoria, consiste in Franchi oro 2550 e varii altri piccoli valori. Ogni cosa venne consegnata al Curador dos Ausentes, pretendendosi dal R. Consolato la prova della nazionalità della defunta.

Questa prova risultó evidente dal fatto stesso che l'Ispettorato delle Terre e Colonizzazione accordó, a sua spese, il rimpatrio gratuito ai minorenni, orfani della Donzelli.

Il Ministro delle Relazioni Estere, con nota 7 Agosto 1893, rispose in fatti alla R. Legazione assicurando che avrebbe scritto al competente Ministero di Giustizia “para que tome as providências a seu alcance afim *de ser satisfeito o pedido*.” Però, mentre gli orfani minorenni per cura dell'Ispettorato delle Terre e Colonizzazione già si trovano in Italia, l'eredità della madre giace ancora nella Cassa di questo Tesouro Nazionale.

N. 14 – *Felizzola Antonio*. Il giudice di Sapucaia ritiró la somma di Rs. 3:256\$ appartenente al defunto.

Con nota del 1 Dicembre 1894 il R. Consolato invitava [p. 140] accordo fra l'Italia ed il Brasile; ma quel funzionario non si curó de [sic] rispondere.

N. 15 – *Ferrari Giorgio*, deceduto il 14 Gennaio 1892 nell'ospedale di Jurujuba, in Rio de Janeiro.

Lasció un credito di Rs. 129\$ per lavori da muratore fatti nell'asilo degli immigranti all'Isola dei Fiori.

Questa somma fu reclamata dalla R. Legazione a richiesta della vedova Miranini Francesca, residente in Italia, ma senza alcun risultato. Il Ministero delle Relazioni Estere rispose col promemoria 10 Maggio 1895 riconoscendo la verità del credito senza indicare il modo piú idoneo per otternerne il pagamento.

N. 16 – *Gaetano Giovanni*, morto in Petropolis il 18 Aprile 1892. Il giudice degli assenti ha incassato la somma di Rs. 165\$900. Il R. Consolato ha fatto le pratiche necessarie per ottenere la consegna di quella eredità, ma senza alcun risultato.

N. 17 – *Giorgi Gioachino*, morto in Rio Janeiro il 24 Gennaio 1894. La successione consistente in gioie e nella somma di Rs. 19:364\$433, liquidata dal giudice della 3ª Pretoria, con esclusione dell'autorità Consolare, venne depositata nel Tesoro Federale.

Il Ministero delle Relazioni Estere, cui la R. Legazione erasi rivolta invocando l'osservanza del vigente accordo fra l'Italia ed il Brasile, rispose che il R. Console aveva omesso di provare la nazionalità del defunto (nota 9 Gennaio 1895).

La R. Legazione replico colla nota del 16 Luglio 1895, trasmettendo una serie di documenti diretti a provare: che Gioachino Giorgi nacque italiano e non perdette mai la cittadinanza d'origine, ne fece atti qualsiasi, diretti o indiretti, che implicassero l'acquisto di altra nazionalità; che gli unici eredi sono i fratelli

del defunto, residente in Italia; che, infine, avendo il Giorgio ottenuto separazione legale dalla moglie ora cessato fin del 1890 il regime della comunione dei Beni fra i due coniugi.

Prove maggiori non si potevano produrre per dimostrare l'obbligo che incombe al Governo Federale di consegnare questa successione.

N. 18 – *Greco Francesco*, morto in Rio de Janeiro il 17 Maggio 1892. Lasciò in denaro Rs. 1:015\$, ed effetti d'uso. Il tutto venne ritirato dal Giudice della 9^a Pretoria (S. Anna). Il R. Consolato il 24 Maggio 1892 richiese al detto giudice la consegna dell'eredità, ma non ebbe risposta.

N. 19 – *Guidi Clemente*, morto in Parahyba do Sul. Il giudice degli assenti di Parahyba informò il R. Consolato che addì 27 Luglio 1894 il saldo della successione in Rs. 143\$380 era stato depositato nella Cassa della Colletoria dello Stato di Rio de Janeiro. Tale notizia venne data in risposta alle richieste fatte dal R. Consolato per avere la somma su indicata, che rimane tuttora da consignarsi.

N. 20 – *Maniglia Angelo*, morto il 26 Novembre 1891 in Rio de Janeiro. Vennero ritirate dalla Polizia lire sterline venti e quanto il defunto aveva lasciato in moneta brasiliana.

Il R. Consolato ebbe cura di avvertirne il giudice della 9^a Pretoria, ora 8^a (nota 27 Novembre 1891) affinché in esecuzione del vigente accordo fra l'Italia ed il Brasile prendesse le disposizioni necessarie, ma non ebbe risposta.

N. 21 – *Mastrolì Francesco*, morto addì 6 Ottobre 1891 in Rio Janeiro lasciando, oltre i suoi effetti d'uso, dodici sterline e Rs. 140\$. Il Regio Consolato in data 8 Aprile de 1892, chiese informazioni al giudice della 5^a Pretoria, ma col solito risultato.

N. 22 – *Mastrota Francesco*, deceduto il 3 Ottobre 1391 [sic] in Rio Janeiro lasciando una cassa effetti d'uso, Rs. 144\$ e dodici lire sterline.

Il R. Consolato informò il giudice della 5^a Pretoria con nota 14 Ottobre 1891 per le pratiche necessarie. Nessuna risposta e nessun procedimento.

N. 23 – *Olivera Antonio Francesco*, morto in Boa Esperança (Rio Janeiro). Il giudice degli assenti del distretto di Rio Bonito in data 8 Agosto 1888 comunicava l'avvenuto decesso, aggiungendo che aveva recuperato i Beni del defunto. Il R. Console in data 4 Ottobre 1888 pregava quel funzionario a rimettere il resoconto della liquidazione col relativo saldo, e la risposta si aspetta ancora.

N. 24 – *Rocco Giuseppe*, morto in Campos ai primi di Giugno 1891. Certo Vincenzo Katuga, autorizzato dal giudice locale, entrò in possesso dell'eredità consistente in circa seiscontos di reis. In data 11 Giugno 1891 il Regio Console si rivolgeva al giudice degli assenti in Campos reclamando l'osservanza dell'accordo fra l'Italia ed il Brasile. E quel funzionario non si curò di rispondere.

N. 25 – *Romero o Romegoni Carolina*, morta a S. Barbara addì 8 Dicembre 1891. Il giudice della 2^a Pretoria con nota 24 Novembre 1892 informò il R. Consolato che aveva raccolto la somma di Rs. 33\$ spettante alla defunta, versandola al Curatore Generale degli assenti. Questi, sollecitato a consegnare tale somma (nota del R. Consolato 28 Novembre 1892) credette di non rispondere.

N. 26 – *Salandra Domenico*, affogato il 2 Dicembre 1886 nell Rio Fructeira – Cachoeiro do Itapemirim (Espirito Santo). Il Delegato di polizia s'impossessò di Rs. 203\$ trovati sul cadavere, e quantunque replicamente sollecitato (nota del

R. Consolato 9 settembre e 3 Dicembre 1883[sic]) non diede conto di quella successione.

N. 27 – *Soria Arcangelo*, affogato il 25 Marzo 1891 nella baia di Rio de Janeiro.

Invitato il giudice della 2ª Pretoria a far consegna dei valori (123 lire sterline ed altre monete) nonché di alcuni oggetti e documenti rinvenuti sul cadavere dalla polizia, rispose che ogni cosa era depositata presso il curatore delle eredità giacenti.

Il Ministero delle Relazioni Estere, vivamente sollecitato dalla R. Legazione, rispose più volte (note del 9 Marzo 1892 – 31 Gennaio 1893 – 13 Aprile 1893) che avrebbe scritto in proposito al suo collega della giustizia.

Con nota verbale del 19 Maggio 1893 assicurò pure che il Ministero di Giustizia aveva ordinato al giudice della 2ª Pretoria di consegnare al R. Console l'eredità. L'ordine non essendo stato eseguito, si insistette ed il Ministero delle Relazioni Estere con altre note alla R. Legazione (14 Gennaio 1893 – 29 Gennaio 1895) fece nuove, formali assicurazioni.

Ma anche queste non furono seguite dai fatti. Per *diece volte* il R. Consolato mandò al Tesoro Federale inultamente.

All'ultima nota della R. Legazione (29 Luglio 1895) rispose il Ministero delle Relazioni Estere (2 Agosto 1895) rinnovando le promesse, mentre l'eredità Soria giace sempre nelle casse del Tesoro nazionale.

N. 28 – *Stavola Antonio*, morto in Cataguazes.

Il giudice degli assenti informò il R. Consolato del decesso, chiedendo se esistessero eredi ed invitandolo a ritirare l'eredità a norma della convenzione allora vigente. Con nota 11 Febbraio 1886 il R. Consolato pregava quel giudice di procedere alla liquidazione e di trasmettere poscia il prodotto liquido. Più nessuna notizia si ebbe di quella successione.

N. 29 – *Tarsia Nicola*, sacerdote, deceduto in Campinas il 1 Maggio 1892.

Il giudice di diritto in quella località procedette al recupero senza l'intervento dell'autorità consolare.

A richiesta del R. Ministero degli Affari Estere, sollecitato dagli eredi residenti in Italia, il R. Console chiese la consegna della successione, ed il giudice rispose che l'ammontare liquido in Rs. 834\$750 era stato versato al Tesoro Nazionale per essere messo alla disposizione del Consolato Italiano.

Il Tesoro Nazionale chiese dapprima un certificato di autorizzazione del giudice, che fu subito remesso; poscia l'autorizzazione del Ministero Federale da "Fazenda".

La R. Legazione si rivolse allora al ministero delle Relazioni Estere, che riferì in diverse note le sue sollecitazioni al collega "da [p. 144] Fazenda" (4 Dicembre 1893 – 5 Aprile 1894 – 15 Settembre 1894 – 25 Febbraio 1895).

Un'ultima nota del Ministero delle Relazioni Esteri (7 Marzo 1893) dichiarò infine che la successione di Nicola Tarsia *per mancanza di eredi* doveva considerarsi come "herança vaga" da doversi al Tesoro Nazionale. Mentre gli eredi ci sono (duo Fratelli del defunto residenti in Italia) come venne comunicato ed annotato dallo stesso giudice di diritto in Campinas, ed il R. Consolato è autorizzato a pagare tutti i diritti di successione.

N. 30 – *Vennini Carlo*, deceduto in Ubatuba (São Paulo) nel 1892. Il giudice locale degli orfani ed assenti procedette al recupero della successione senza il concorso della R. autorità Consolare. Il prodotto liquido Rs. (1:369\$284) venne depositato presso la "Mesa de Rendas de Ubatuba", amministrazione federale.

Il Ministero delle Relazioni Estere assicuró che avrebbe interessato il Ministero "da Fazenda" (nota del 12 Marzo 1895), ma la consegna di quell'ereditá non ebbe ancora luogo.

ALLEGATO – D

Successione sospese pel conflitto sulla nazionalità

N. 1 – *Capalbo Vincenzo* da Acri, sacerdote, morto nel Gennaio 1893 in Rio de Janeiro. Ereditá rilevante che venne recuperata dal giudice della 3ª Pretoria ed ora pare si trovi presso il Curatore degli assenti.

Il Ministero delle Relazioni Estere insistette perché si provasse che il defunto aveva fatto la dichiarazione de voler mantenere la cittadinanza italiana. Gli eredi nominarono un procuratore nella persona del Consigliere Raymundo Ferreira de Araujo Lima, che, nonostante il suo zelo, non riuscì ancora ad ottenere la consegna dell'ereditá.

N. 2 – *Corgi Giovanni*, morto in Curitiba (Paraná) nel novembre 1890, senza lasciare eredi presenti. L'autorità locale entro in possesso dei Beni ereditari e si oppose a farne consegna all'autorità Consolare Italiana ritenendo che il Corgi fosse diventato cittadino brasiliano.

Gli eredi, residenti in Italia, nominarono un loro procuratore fin dal 1892, ma l'ereditá non è ancora liquidata.

N. 3 – *Fracchioni Luigi*, morto il 15 agosto 1894 in Santa Maria Cocca do Monte (Porto Alegre). Nessun erede presente; i genitori dimoranti in Italia.

La successione (Rs. 4:000\$) venne recuperata dal giudice locale, che si rifiutó di consegnarla al R. Consolare allegando che il Fracchioni non aveva fatto la dichiarazione di voler mantenere la cittadinanza italiana.

Gli eredi nominarono un loro procuratore.

N. 4 – *Medde Pietro*, morto in Vassouras il 14 marzo 1889. Lasció testamento con diversi legali, uno dei quali per somma di Rs. 10:380\$ al próprio fratello Fernando Medde Zadda, Ufficiale nel R. Exercito.

Il Ministero delle Relazioni Estere assicuró, con nota del 13 novembre 1894 che il legato suddetto "se acha regularmente depositado e será levantado pelo interessado depois da competente habilitação".

N. 5 – *Saccani Vincenzo*, deceduto nell'ospedale marittimo di S. Isabella li 17 agosto 1891.

Aveva lasciato in deposito la somma di Rs. 415\$ presso la "Compagnia de Saneamento", somma che venne ritirata dal giudice della 5ª Pretoria.

Alla domanda perché fosse consegnata quella somma, si rispose opponendo la solita necessità di presentare un certificato comprovante che il Saccani fece, nel tempo voluto, la dichiarazione di conservare la cittadinanza italiana.